

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O “GOLPISMO DEMOCRÁTICO”**  
**CARLOS LACERDA E O JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA**  
**NA QUEBRA DA LEGALIDADE (1949 - 1964)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História por Marcio de Paiva Delgado.

Orientador: Prof. Dr. Ignácio Godinho Delgado

**Juiz de Fora, outubro de 2006**

### CERTIDÃO

Certifico, na qualidade de Coordenadora do PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, que **MÁRCIO DE PAIVA DELGADO** defendeu, na área de concentração em HISTÓRIA, CULTURA E PODER, linha de pesquisa Poder, Mercado e Trabalho a Dissertação de Mestrado intitulada: “O GOLPISMO DEMOCRÁTICO Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da imprensa na quebra da legalidade (1949 - 1964)”, às 14:00 horas do dia 11 de outubro de 2006, no anfiteatro do INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, perante a banca examinadora integrada pelos Professores Doutores: Valéria Marques Lobo (presidente - UFJF), Ignácio José Godinho Delgado (orientador - UFJF) e Otávio Soares Dulci (membro titular – UFMG), tendo obtido conceito:   A  , estando credenciado a receber o Título de **MESTRE EM HISTÓRIA** pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Juiz de Fora, 11 de outubro de 2006.



*Prof. Dra. Maraliz de Castro Vieira Christo*  
Coordenadora do Programa de Pós - Graduação em História

## AGRADECIMENTOS

Apresentam-se aqui os resultados que desenvolvi tendo em vista a obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Juiz de Fora entre os anos de 2004 e 2006. Durante parte deste período, recebi auxílio financeiro oferecido pela UFJF e, posteriormente, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, apoio sem o qual este trabalho não teria sido possível. Agradeço também a Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro que, com a competência e dedicação de seus funcionários, disponibilizou os microfimes dos jornais utilizados para a pesquisa.

No meio acadêmico, agradeço a todos os professores do Departamento de História da UFJF, em especial aos professores Galba Di Mambro, Mônica Ribeiro, Vanda Arantes e Claudia Ribeiro Viscardi que, além da excelente formação acadêmica, me inspiraram servindo de exemplos a serem seguidos. Agradeço também aos professores André Moysés Gaio, Luis Carlos Vianelli e Lucilia de Almeida Neves pelos substanciais comentários, críticas (algumas severas, todas construtivas) e indicações de trabalhos que foram de primordial ajuda para a realização do texto final. Ao meu orientador, amigo e mestre, Prof. Ignácio Godinho Delgado, dedico os mais sinceros agradecimentos. Aos membros da banca examinadora, Valéria Marques Lobo e Otávio Soares Dulci, registro minha gratidão pelos comentários, correções e sugestões que enriqueceram este trabalho. Aos outros, que, embora não mencionados, de alguma maneira ajudaram-me na realização deste trabalho, manifesto minha eterna gratidão.

Acredito que seja praticamente desnecessário dizer que, a despeito das sugestões, indicações, correções e conselhos, quaisquer equívocos argumentativos e na redação do texto, a responsabilidade por estes deve ser atribuída exclusivamente a mim.

De ordem pessoal, meu débito maior é para com meus pais que – apesar de ter nos deixado cedo demais –, são os principais responsáveis pela minha formação como homem e cidadão. Sou grato ao meu irmão Marco Antônio e família que me deram o apoio necessário quando o então jovem técnico em mecânica industrial e acadêmico de engenharia elétrica decidiu abandonar os circuitos, computadores e transformadores pelos arquivos, livros e fungos. Agradeço também a Ana Paula, que além do amor e da compreensão nos momentos difíceis, me provou, empiricamente, que um futuro mestre em História também pode sofrer com o uso das vírgulas.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	01
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>ESFERA PÚBLICA, IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA</b>	
1.1. Esfera pública e meios de comunicação de massa nas décadas de 40 e 50 no Brasil	14
1.2. Imprensa, intelectuais, carisma e opinião pública	21
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>DESENVOLVIMENTO E PENSAMENTO ECONÔMICO DOS GRUPOS POLÍTICOS NO BRASIL DO PÓS-1945</b>	
2.1. Desenvolvimento e orientação econômica dos grupos políticos no Brasil do pós-1945	28
2.2. Carlos Lacerda, um liberal-conservador de arroubos nacionalistas e desenvolvimentistas	34
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>A UDN, CARLOS LACERDA, O LACERDISMO E SEUS ADVERSÁRIOS</b>	
3.1. A formação da União Democrática Nacional	39
3.2. O nascimento do lacerdismo e os seus adversários	52
3.2.1. A UDN, suas correntes e o lacerdismo	52
3.2.2. Carlos Lacerda na mídia e a criação do jornal <i>Tribuna da Imprensa</i>	55
3.2.3. O crescimento do lacerdismo dentro e fora da UDN	61
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>CARLOS LACERDA E O JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA NAS CRISES INSTITUCIONAIS NA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1954 - 1964)</b>	
4.1. Redemocratização e o governo Dutra	68
4.2. Lacerda, o jornalista e a volta de Getúlio Vargas	74
4.3. O segundo governo Vargas e a crise de agosto de 1954	81
4.4. As eleições de 1955: a defesa de um regime de exceção	90
4.5. O deputado Carlos Lacerda e o governo Kubitscheck	99
4.6. O governador Carlos Lacerda e as crises de 1961 a 1964	110
<b>CONCLUSÃO</b>	132
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	136
<b>ANEXOS</b>	141

## RESUMO

Entre a Constituição de 1946 e o Golpe Militar de 1964, o Brasil atravessou um período democrático marcado por várias crises políticas. Dentre os novos partidos da redemocratização, a UDN iria se destacar como a principal opositora dos governos federais no período, e apesar da sua formação heterogênea inicial e de sua constante diversidade, ela se posicionaria “à direita” do cenário político. No seu quadro de membros partidários mais influentes, estava presente o jornalista Carlos Lacerda – proprietário, diretor e editor do jornal *Tribuna da Imprensa*. O jornal, que foi se tornando um dos principais palanques da UDN, foi também um instrumento poderoso para a construção de um discurso radicalmente opositor em relação às esquerdas, a Getúlio Vargas e a seus “herdeiros”. O jornal refletia a vertente mais radical da UDN, tendo em determinados momentos, como nos anos 50, um discurso claramente golpista o qual defendia a quebra da legalidade em nome de uma suposta “verdadeira” democracia, diferente e sem as influências da nascida ao apagar das luzes do Estado Novo. Em outros momentos, como durante as crises dos anos 60, mudou o discurso para atacar o governo federal, acusando-o de subversivo e agitador. Ajudando a configurar dentro da UDN o movimento conhecido como *lacerdismo*, vinculado diretamente a figura do jornalista Carlos Lacerda, a *Tribuna da Imprensa* fez a ligação entre a atuação parlamentar da UDN radical junto à opinião pública nos momentos de crise institucionais. Carlos Lacerda destacou-se na imprensa atacando duramente o governo através de vários aparelhos de comunicação de massas: a imprensa escrita, o rádio e a televisão, os quais foram importantes para a divulgação e construção de sua imagem junto à população, tornando-se um grande líder político a nível nacional.

## ABSTRACT

Between the signing of the 1946 Constitution and the beginning of the Military Regime in 1964, Brazil went through a democratic period marked by several political crises. Among the new parties created in 1946, the UDN was the main opposition party at federal level. Despite its heterogeneous initial formation and its diversity, UDN represented the right-wing within the political scene. One of the most influential party members was the journalist Carlos Lacerda – owner, director and publisher of the periodical *Tribuna da Imprensa*. The newspaper, which became one of UDN's main political tools, was also a powerful instrument for the construction of a radical discourse opposing at once the left-wing parties, Getúlio Vargas and his followers. In some critical moments, as in the 50's, this discourse clearly argued for a *coup d'état*, while defending the rupture with legality on behalf of a supposed “true” democracy—a democracy that would be different from and uninfluenced by the one that emerged from the ruins of the “Estado Novo”. During the crises in the early 1960s, however, UDN changed its discourse, now attacking the federal government for being subversive and communist. The ‘Tribuna da Imprensa’ contributed to the building of *lacerdismo*, a movement tied directly to journalist Carlos Lacerda, publicizing his flaming and flamboyant speeches at the Congress to the public opinion. Indeed, Carlos Lacerda made his name by attacking the federal government through diverse media: written press, radio and television. By doing so, he expanded and shaped his image within the public opinion, and became a high-profile political leader in Brazil.

Posso lhe fazer uma pergunta?  
Pode, respondeu o comissário.  
Afim, o senhor é lacerdista ou getulista?  
Tenho que ser uma dessas duas merdas?  
Não senhor, disse Rosalvo ao ver a careta do  
comissário.  
O Corcunda é que sabe como se deita.

Rubem Fonseca, *Agosto*

## INTRODUÇÃO

O trecho da epígrafe, retirado do romance *Agosto* de Rubem Fonseca, retrata uma breve conversa entre um comissário de polícia e um investigado no Rio de Janeiro de agosto de 1954. Rosalvo, um homem simples, mas interessado por política, não perde um só “capítulo” da intensa crise política vivida no país, que aparece nos jornais e no rádio. Enquanto o comissário alheio a toda essa crise política mergulha numa investigação sobre um misterioso assassinato, Rosalvo lhe incomoda com uma pergunta: “Afinal, o senhor é *lacerdista* ou *getulista*?”.

Hoje no século XXI, um interessado estudante do ensino médio, que venha a ter o prazer de ler o livro, poderá pensar nessa hora: “*Getulismo* vem de Getúlio Vargas, o qual foi presidente do Brasil por 19 anos. Foi revolucionário, ditador e democrata. Seus aliados o chamavam de ‘pai dos pobres’ e alguns dos seus adversários chamavam-no de ‘mãe dos ricos’. Sempre que ouço falar de Getúlio, lembro-me de nacionalismo, industrialização, salário mínimo, Segunda Guerra Mundial e de várias ruas, avenidas e praças pelo Brasil. Getúlio Vargas é um mito, uma lenda. Mas *lacerdismo*? Quem é esse tal de Carlos Lacerda? Um simples repórter?”.

Essa dúvida do nosso estudante imaginário também foi a dúvida deste mestrando durante sua graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Como um “simples repórter” conseguiu ter o seu nome num movimento político, chegando a ser considerado a antítese de um personagem histórico da importância de Getúlio Vargas? Será que era tudo apenas uma questão “pessoal” entre os dois? Lacerda foi só o repórter que levou um tiro no pé no atentado da Rua Tonelero? Ele é o mesmo Lacerda que governou o Estado da Guanabara nos anos 60? Como conseguiu tal projeção política? Durante a graduação, na medida em que a nossa curiosidade aumentava, o estudo e a investigação seguiam o mesmo caminho. E nesta tentativa de conhecer mais detalhes sobre esse “tal de Lacerda”, acabamos por descobrir que para entender a política nacional brasileira entre 1945 e 1964 é preciso “descobrir” Carlos Frederico Werneck de Lacerda.<sup>1</sup> Contudo, este trabalho não é uma biografia. Buscaremos aqui conhecer o “Lacerda jornalista” e sua ligação com o “Lacerda político” e para isso usaremos, sobretudo, o seu jornal *Tribuna da Imprensa*.

---

<sup>1</sup> A atuação política de Carlos Lacerda pode ser considerada entre 1935 até 1968. Mas optamos por um recorte mais modesto, cobrindo apenas o período Democrático, que vai de finais de 1945 a março de 1964.



Entre a Constituição de 1946 e o Golpe Militar de 1964, o Brasil atravessou um período democrático marcado por várias e intensas crises políticas. Para melhor expô-las, selecionamos um jornal carioca, *Tribuna da Imprensa*, para se perceber como tais crises chegaram aos seus leitores. No dia 28 de março de 1964, falando sobre a revolta dos marinheiros acontecida dias antes, o jornal *Tribuna da Imprensa* publicava na primeira página: “Jango Explora a Crise. Sublevação da Armada é vitória de João Goulart: Marinha era a o único setor militar que se mantinha intransigentemente contra as suas tentativas golpistas”.<sup>2</sup>

Poucos dias antes, no dia 16 de março de 1964, o mesmo jornal publicava a seguinte manchete “Goulart quer fechar o Congresso a 1º de Maio”, seguida dos dizeres: “A sorte está lançada. Quem quiser enganar-se que se engane ou acredite nas ‘boas intenções’ do sr. João Goulart e seu Governo dominado por nacionalistas, negociastas, comuno-carreiristas e afins”.<sup>3</sup>

Na madrugada do dia 31 de março do mesmo ano, a movimentação de tropas vindas de Juiz de Fora do Estado de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, daria início ao processo golpista, instalando um regime militar no Brasil que duraria duas décadas.

Poucos anos antes da manchete acima citada, no dia 24 de agosto de 1961, o então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, faz um pronunciamento em cadeia de rádio e televisão com denúncias acerca de uma tentativa de golpe e de fechamento do Congresso, planejado pelo Presidente Jânio Quadros. No pronunciamento Lacerda revela que foi convidado a participar de tal conspiração pelo Ministro da Justiça Pedroso Horta. Na tarde do dia seguinte, Jânio Quadros faria a sua renúncia à Presidência do Brasil, sem explicitar seus motivos.

Ao recuar alguns anos, o mesmo jornal dizia em seu editorial do dia 29 de junho de 1955, dentre outras coisas, que:

Os líderes civis são quase, quase todos, partidários da chamada ‘solução extralegal’, eufemismo covarde para a realidade que é a do indispensável contragolpe para evitar a ascensão dos golpistas, ladrões ao Poder da República. Protelar o contragolpe, agora, deixando-o para depois das eleições, é ignorar que as eleições, nas condições em que forçosamente vão se efetuar, é que são o golpe! (sic) [...].<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> *Tribuna da Imprensa*, 28/03/1964. Os editoriais e artigos dos jornais naqueles anos ainda apresentavam o português de antes da reforma ortográfica de 1971. Para facilitar a leitura e para evitar conflitos com o editor de texto eletrônico, optamos por atualizar a acentuação gráfica para a corrente, sem, contudo, efetuar qualquer outra modificação nos textos originais.

<sup>3</sup> *Tribuna da Imprensa*, 16/03/1964.

<sup>4</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O Destruidor de Presidentes, a trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968**. São Paulo: Códex, 2002, p. 173.

Poucos meses depois, o Ministro da Guerra General Teixeira Lott derrubaria o governo federal garantindo a posse de Juscelino Kubitschek, naquele episódio que ficaria conhecido como “O Golpe da Legalidade” ou “Novembrada”. Este processo de instabilidade era parte da crise generalizada no governo federal que, no imaginário popular, era facilmente simbolizada com o suicídio de Getúlio Vargas em 25 de agosto de 1954. No dia 5 do mesmo mês, o jornalista Carlos Lacerda seria o pivô do famoso atentado da Rua Tonelero, onde seria assassinado o seu amigo e segurança informal, major-aviador Rubem Florentino Vaz. Na manhã seguinte ao atentado, o jornal *Tribuna da Imprensa*, através da sua já tradicional violenta campanha contra Getúlio Vargas, pedia a derrubada de um “governo imoral, ilegal, do banditismo e da loucura”.<sup>5</sup>

Seguindo nesta breve retrospectiva, durante a campanha presidencial de 1950, vemos novamente o jornalista Carlos Lacerda, proferindo o polêmico editorial que sentenciava: “O Sr Getúlio Vargas senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar.”<sup>6</sup>

O fim do Estado Novo iria inaugurar aquilo que ficou conhecido na historiografia como “Experiência Democrática” e perduraria até 1964. Apesar de criticada e incompleta quando comparada a outros contextos históricos, a democracia brasileira do período estava em processo de implantação. A transição democrática irá configurar um caráter peculiar à conjuntura política brasileira. Se nos últimos anos do Estado Novo, Vargas sofreria críticas e ataques de diversos setores da sociedade que apelaram pela volta de democracia, o próprio governo iria ser um dos principais guias e orientadores desse processo quando da convocação das eleições, da regulamentação eleitoral e partidária e ainda da liderança (ou fomento) de um movimento de massa intenso, conhecido como “Queremismo”, que iria propor a volta da democracia com Getúlio Vargas no poder, o que significaria a manutenção do trabalhismo social e do nacionalismo.

Neste momento de transição, o Brasil iria começar a viver a disputa entre dois modelos ideológicos de nação que iria marcar todo o período democrático entre 1945 e 1964. Se, por um lado, tínhamos os movimentos de esquerda, como o Partido Comunista, aliado aos Trabalhistas e aos Nacionalistas (apesar da postura oposicionista do PCB em

---

<sup>5</sup> BENEVIDES, Maria Vitória Mesquita. **A UDN e o Udenismo, a ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945-1965**. São Paulo: Paz e Terra, 1981, p. 89.

<sup>6</sup> *Tribuna da Imprensa*, 01/06/1950.

relação a Vargas entre 1948 e 1954); de outro tínhamos os liberal-conservadores, com forte penetração nas Forças Armadas (sobretudo Aeronáutica e Marinha) e na área financeira e industrial, que eram favoráveis à entrada de capital estrangeiro, ao alinhamento incondicional com os EUA (haja vista que o contexto histórico era de Guerra Fria) e o fim das práticas intervencionistas estatais na economia.

Com este contexto, desde a redemocratização em 1946, o país dividiu-se politicamente em três grandes partidos: o PSD (Partido Social Democrata); a UDN (União Democrática Nacional) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). No início, a UDN era formada por grupos heterogêneos, o que foi representado inclusive na escolha do termo “União” ao invés de “Partido”. Faziam parte da UDN desde setores Liberais, como grupos associados ao capital estrangeiro e a setores da grande imprensa, até outros francamente conservadores e reacionários, como proprietários de terras e alguns setores das Forças Armadas. Contudo, além destes, alguns setores da chamada Esquerda Democrática também participaram da formação da UDN.<sup>7</sup> Percebe-se, portanto, que no primeiro momento, a UDN comportou-se como uma espécie de catalisador oposicionista ao Estado Novo, a Getúlio Vargas e ao modelo de governo nacional-desenvolvimentista corporativo.

Contradições e cisões acompanharam a trajetória udenista. Coexistiram na UDN teses liberais e autoritárias, progressistas e conservadoras [...]. Expressão de mentalidades e estilos de ver e fazer política, o udenismo caracterizou-se pela defesa do liberalismo clássico, o apego ao bacharelismo e ao moralismo e o horror aos vários "populismos". Em termos de imagem pública a UDN e o udenismo sempre provocaram polêmicas: o "partido dos cartolas" ou o "partido dos golpistas", por um lado; o "partido dos lenços brancos" e o "partido da herança liberal", por outro.<sup>8</sup>

Apesar dessa gama heterogênea inicial e de sua constante diversidade, o processo político de 1945 até 1964 iria acabar por colocar a UDN “à direita” do cenário político nacional. No seu quadro de membros partidários mais influentes estava presente o jornalista Carlos Lacerda – proprietário, diretor e editor do jornal *Tribuna da Imprensa*. O jornal foi aos poucos se tornando um dos principais palanques políticos da UDN na imprensa e um instrumento poderoso para a construção de um discurso radicalmente oposicionista em relação à esquerda (representada sobretudo pelo comunismo), a Getúlio Vargas e seus “herdeiros” (ou “Gregórios” como o próprio Lacerda chamaria alguns getulistas em referência a Gregório

---

<sup>7</sup> BENEVIDES, Maria Vitória. Op. cit., p. 31.

<sup>8</sup> \_\_\_\_\_. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC. Verbete: UDN. [http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/7796\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7796_1.asp). Acessado em 27 de dezembro de 2005.

Fortunato, homem da segurança pessoal de Getúlio Vargas e que fora o mandante de um atentado contra sua vida). Segundo Ana Maria Laurenza:

O alcance da Tribuna da Imprensa em sua oposição a Getúlio Vargas só se explica por outros elementos alheios às qualidades editoriais e de veiculação do jornal [...] Sustentava-se, apenas, na figura polêmica de Carlos Lacerda e seu texto inflamado. Esse jornal, da rua do Lavradio, era a tribuna literal de Lacerda, e um instrumento para negociar com o governo as posições engendradas no seio da UDN.<sup>9</sup>

Podemos concluir que o jornal, através de seu editor, refletia a vertente mais radical da UDN, tendo em momentos mais instáveis, um discurso claramente golpista, o qual defendia a quebra da legalidade em nome de uma suposta “verdadeira” democracia, diferente e sem as influências da nascida ao apagar das luzes do Estado Novo. Ajudando a configurar dentro da UDN o movimento conhecido como “*lacerdismo*”, a *Tribuna da Imprensa* fez a ponte entre a atuação parlamentar da UDN radical e a opinião pública nos momentos de crises institucional. Além dessas crises agudas no sistema democrático brasileiro, também veremos a atuação do jornal durante as quarteladas de Jacareacanga e Aragarças, em oposição ao governo de Juscelino Kubitschek. Apesar de serem consideradas pequenas crises dentro da hierarquia militar e debeladas facilmente, o jornal *Tribuna da Imprensa* iria se posicionar de maneira simpática aos revoltosos de Jacareacanga e cauteloso em relação ao episódio Aragarças, o que marcaria mais ainda o seu papel de “oposição” incondicional ao governo federal.

Nosso trabalho insere-se na retomada pelo interesse à História Política e da Narrativa a partir das últimas duas décadas do século XX, já que antes foram relegadas ao ostracismo com o advento da *Escola dos Annales* e o Estruturalismo, principalmente o Marxista. Tal retorno deve-se em virtude do alargamento do campo historiográfico com a interdisciplinaridade defendida pelos próprios *Annales* e novas abordagens advindas das chamadas “História das Mentalidades” e da “História Cultural” dos anos 70. Isso proporcionou novas perspectivas no estudo da participação da sociedade civil no processo político, e deste sobre o todo social.<sup>10</sup>

Fruto da historiografia francesa, essa “Nova História Política” viria repleta de inovações, tanto nas questões metodológicas quanto nos objetos de investigação. Ela resgata também a Narrativa no processo de escrita da História e o papel do Político na sociedade,

---

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*, p. 156.

<sup>10</sup> JEANNENEY, Jean-Noël. *A mídia*. In: RÊMOND, René. **Por uma História Política**. RJ: FGV/UFRJ, 1996, p. 213-230.

ampliando sua área de atuação dentro desta, não se limitando apenas ao aparelho do Estado.<sup>11</sup> Tais mudanças acontecem tanto na análise de temas ditos tradicionais da História Política como os partidos, as eleições, as guerras e as biografias, quanto em novos objetos – a opinião pública, a mídia e o discurso.<sup>12</sup>

Iremos trabalhar com a Política não apenas na sua formalidade institucional, mas também como uma cadeia de relações sociologicamente articuladas entre os membros e os grupos de uma sociedade. Com essa volta do Político, a imprensa e o jornalismo político voltaram a ser fontes importantes na compreensão das representações políticas da sociedade como um todo, sobretudo na democracia moderna<sup>13</sup>.

Durante todo o período que se estende de 1945 a 1964, a legitimidade da legalidade instaurada com a Constituição de 1946 foi contestada por diferentes atores políticos. É objetivo deste trabalho, entender a *práxis* da UDN *lacerdista* durante o período de 1949-1964 através de seu discurso no jornal *Tribuna da Imprensa*, sobretudo nos processos de contestação da legalidade institucional sob uma argumentação paradoxal: defender a democracia derrubando a legalidade estabelecida.

Se durante as crises institucionais dos anos 50, a Constituição de 1946 era passível de ser derrubada em nome de uma suposta verdadeira democracia a ser criada, após 1961, ocorre a transmutação da bandeira da legalidade, salientada por Daniel Aarão Reis, à medida que parcelas expressivas dos atores que sustentam o projeto das *reformas de base* passam a enfatizar os limites da ordem legal para promovê-las.<sup>14</sup> A defesa da legalidade passa às mãos de seus adversários de ontem, com finalidades meramente táticas, de modo a invocar a interrupção do processo político e a quebra da legalidade pelos militares, em nome de sua defesa contra aqueles que a estariam ameaçando. Em ambos os casos, fala-se em derrubar a legalidade em nome da democracia.

Buscaremos também estudar o processo de crescimento de influência dentro da UDN do jornalista Carlos Lacerda que se tornaria, nos início dos anos 60, um dos principais líderes e porta-voz do partido e de sua vertente radical. Analisaremos sua atuação nos editoriais e matérias jornalísticas durante os momentos de crise institucional, colocando-se como tradutor e construtor de um discurso de base udenista na tentativa de influenciar e

---

<sup>11</sup> REMOND, Rene. *Introdução*. Idem, p 23.

<sup>12</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Idem p. 6.

<sup>13</sup> ABREU, Alzira Alves. **A Imprensa em Transição**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 16-17.

<sup>14</sup> REIS, D. A. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In FICO, C. *et alli 1964-2004 – Quarenta Anos do Golpe – Ditadura Militar e Resistência no Brasil*, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 119-139.

construir a opinião pública brasileira em torno da quebra da legalidade nos dois contextos: no primeiro como um depurador do regime, e no segundo como protetor do mesmo.

As diversas crises políticas entre 1954 e 1964 só atingiram o caráter de “crise” junto à população graças à imprensa, caso contrário, seriam apenas rumores internos nos corredores do congresso nacional e nos quartéis. A mídia, em todas as suas formas, foi a principal responsável por levar à esfera pública a instabilidade política. Os discursos golpistas e legalistas, as argumentações, denúncias, defesas, pedidos de manutenção da ordem, o clamor pela ação militar e a mobilização de setores da sociedade eram estampadas todos os dias nos principais jornais e alardeadas nas rádios e emissoras de televisão.

Segundo Gusmão, “Lacerda tentou aproveitar os momentos de crise para construir uma imagem de homem providencial, a do herói encarregado de salvar a pátria ameaçada”.<sup>15</sup> O jornalista fazia parte da linha de frente da grande imprensa que desferia ataques aos governos. Indo um pouco além de Marina Gusmão, defendemos que Lacerda não apenas aproveitava as crises, como também as fomentava em alguns momentos, criando inclusive “factóides”, buscando portanto, capitalizá-las para ganhos políticos. Lacerda não apenas atacava seus adversários políticos como também buscava uma “automitificação” junto ao eleitorado.

Nestes períodos de enfevecência política e radicalização ideológica, Carlos Lacerda destacou-se por não ser apenas uma voz que repercutia um dos lados, mas também por ser uma voz geradora de discurso e que assumia o papel de um de seus agentes. Ele era o político, o líder e a personificação desse discurso. Seus partidários renderam-lhe o status de ícone, seus inimigos e críticos, o de alvo. Como bem assinalou Afonso Arinos de Melo Franco, “ninguém poderá se comparar ao que ele foi, para correligionários e adversários”.<sup>16</sup>

Partimos da hipótese de que nas crises institucionais dos anos 50, a quebra da legalidade era justificada e defendida por grupos políticos ligados à setores da grande imprensa brasileira por crer que a ordem estabelecida em 1946 não era legitimamente “democrática”, pois consideravam que suas origens estavam “maculadas” pelo Estado Novo. No início dos anos 60, a quebra da legalidade seria novamente defendida pelos mesmos grupos, tendo desta vez como argumentação a defesa da Constituição que anteriormente era criticada. Essa mudança de discurso foi marcada por uma reação conservadora em relação à radicalização dos movimentos sociais de esquerda e pela vontade do então governo federal de

---

<sup>15</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão de. Op. cit., p. 12.

<sup>16</sup> Apud, MENDONÇA, Marina Gusmão. Op. cit., p. 15.

conduzir reformas estruturais na sociedade brasileira (as chamadas Reformas de Base) que passavam pela revisão da Carta de 46.

Tal manifestação golpista representava politicamente a vontade da vertente udenista mais alinhada ao chamado *lacerdismo*. Este, ancorado da figura de Carlos Lacerda, era a face mais radical da oposição, e sua expressão mais nítida na imprensa era o jornal *Tribuna da Imprensa*.

Também é interesse nosso perceber como e quando o *lacerdismo* passaria a se tornar o movimento dominante dentro da UDN, alijando outros setores do partido no jogo político, principalmente no que diz respeito ao contato direto com a opinião pública. É neste ponto que consideramos o fato de Carlos Lacerda ser, além do político, o jornalista. Este fator possibilitou sua maior identidade com o público, tornando-o o “líder popular da UDN” e conseqüentemente, sua “voz”. O fato de Carlos Lacerda ter um jornal a sua disposição para dar corpo ao seu discurso e ter trânsito livre em outros órgãos de comunicação de massa – como a Rádio Globo do jornalista Roberto Marinho, a Rádio Mayrink Veiga<sup>17</sup>, a TV Tupi de Assis Chateaubriant, a TV Rio de Pipa Amaral e a TV Record de Paulo Machado de Carvalho<sup>18</sup> – favoreceu sua ascensão como liderança carismática dentro e fora da UDN.

A nossa principal fonte, mais não a única, será o jornal *Tribuna da Imprensa*. Seguimos a abordagem proposta por Bethânia Mariani<sup>19</sup> e por Jean-Noël Jeanneney<sup>20</sup> que admite a imprensa como fio condutor para a análise histórica, pois ela se posiciona tanto como porta voz de ideologias de grupos organizados e de intelectuais ligados a esses quanto faz o papel de espelho às aspirações de grupos sociais diversos.

O contínuo processo de polarização política até 1964 deixaria mais inteligível essa questão. O trabalho de Bethânia Mariani mostra ainda que a memória (ou o saber) coletiva em contato com a prática política não é apenas íntimo, como inseparável. Nesta abordagem, seu trabalho sobre a “demonização” do PCB pela imprensa brasileira encontra-se com o estudo de Alessandra Aldé<sup>21</sup>, já que ambos destacam a importância e a eficácia relativa dos meios de comunicação de massa na constituição do imaginário político da sociedade. Ainda num sentido mais amplo sobre a “demonização” da esquerda – através da atuação de grupos conservadores heterogêneos –, o trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta acerca do

<sup>17</sup> Entre 1948 e 1954, Carlos Lacerda tinha um programa noturno na Rádio Mayrink Veiga. DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda. A vida de um lutador**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 110-114.

<sup>18</sup> CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem retroque, 1808-1964**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 676.

<sup>19</sup> MARIANI, Bethânia. **O PCB e a Imprensa**. Campinas: UNICAMP/Revan, 1998. Passim.

<sup>20</sup> JEANNENEY, Jean-Noël. Op. cit., p. 213-230.

<sup>21</sup> ALDÉ, Alessandra. **A Construção da Política. Democracia, cidadania e meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

anticomunismo no Brasil procura mostrar como as atitudes no nível cultural, religioso e nas suas representações podem ser refletidas na opinião pública.<sup>22</sup>

Sobre a importância da mídia no processo histórico (no nosso caso particular o jornalismo impresso) podemos partir de uma afirmação de Max Weber. Segundo o sociólogo alemão, o dito “chefe político típico” ideal – desde o início dos Estados Constitucionais e inclusive nas Democracias – é o demagogo. Como a demagogia utiliza-se do discurso e este é, sobretudo representado na palavra impressa, o jornalista é tido como um dos mais notáveis representantes da demagogia na política do século XX.<sup>23</sup> Mesmo levando em conta – segundo uma visão contextual de Weber – a impossibilidade de assumir cargos dirigentes por sua “não disponibilidade”<sup>24</sup>, o jornalista é um “político profissional” por excelência.<sup>25</sup>

Mas é relevante destacar que o *lacerdismo* não era a síntese da UDN em âmbito nacional. Segundo Maria Victória Mesquita Benevides, havia “várias UDNs”, com diferenças regionais, doutrinárias e pragmáticas.<sup>26</sup> O *lacerdismo* nasce no Distrito Federal em meados dos anos 50 no auge da crise institucional que levaria Getúlio Vargas ao suicídio, e só atingiria seu domínio sobre outras linhas internas da UDN durante a campanha para presidência de Jânio Quadros, cujo apoio udenista a sua candidatura foi uma vitória do *lacerdismo* dentro da UDN em relação aos chamados “históricos”<sup>27</sup> e “bacharéis”.

O *lacerdismo* se apresentaria para a opinião pública brasileira como a solução para os considerados problemas crônicos da nossa sociedade desde o fim do Estado Novo: o *getulismo* e seu trabalhismo, o populismo, a corrupção, a demagogia e o comunismo. Estes elementos “nefastos” – grande parte deles herança do ex-ditador Getúlio Vargas – eram, segundo a UDN, os responsáveis pela contaminação da democracia brasileira, que, por conseguinte, era falsa e viciada. O *lacerdismo* também seria marcado pela sua postura radical, avessa a alianças, contrária à política da conciliação. Pelas lentes de Carlos Lacerda e dos lacerdistas, a política era uma arena, uma batalha com vencedores e vencidos. Nela não havia espaço para o acordo, para as concessões, para o recuo. A luta era constante, vigilante, agressiva, ativa e reativa.

---

<sup>22</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002. Passim.

<sup>23</sup> WEBER, Max. **Ciência e Política, duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2003, p.82.

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, p. 84.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, p. 85.

<sup>26</sup> BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. **A UDN e o Udenismo, a ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945-1965**. São Paulo: Paz e Terra, 1981, p. 223-239.

<sup>27</sup> Eram aqueles tidos como os fundadores históricos da UDN. Políticos de tradição liberal, muitos deles signatários do “Manifesto dos Mineiros”, que reclamavam para si a herança liberal do tempo do Império de Teófilo Otoni, e de Rui Barbosa na Primeira República.



De certo modo *o lacerdismo* reproduzia a imagem que a UDN fabricava de si mesma junto à opinião pública. O partido tinha como frase-lema “O preço da liberdade é a eterna vigilância”, e como símbolo uma tocha olímpica com chamas,<sup>28</sup> representando-o como o portador da “luz” e da tradição. Dos gritos de ordem, destacam-se a luta incansável contra os males da política brasileira e a defesa da moralidade. Estas eram as principais bandeiras, tanto da UDN quanto do *lacerdismo*.

Para alguns setores da UDN, derrubar a ordem estabelecida pela Carta de 1946, contaminada por corruptos, “populistas”, “negocistas”, “pelegos”, e pelo “ajuntamento de sardinhas que viaja nas costas do cetáceo de São Borja”<sup>29</sup>, seria, enfim, promover uma “verdadeira” democracia, que só poderá ser construída através da quebra da legalidade. Este caminho, na visão de seus propagandistas, só poderia ser orientado pela UDN, a qual, junto com as Forças Armadas, seria a verdadeira guardiã da “moralidade” brasileira.

Nos anos 60, com um governo federal de esquerda e “contaminado por comunistas revolucionários”, a argumentação da UDN e de seus aliados muda. Se antes a Constituição deveria ser derrubada, agora ela deve ser defendida a todo custo contra a subversão orquestrada e patrocinada pelos comunistas com a conivência do presidente da república. Para a defesa da ordem, da propriedade, e da sociedade cristã, tudo seria válido, nem que para isso fosse preciso derrubar o governo federal, e conseqüentemente, a própria Carta de 1946.

A penetração dessa proposta golpista udenista junto à opinião pública, em especial a *lacerdista*, mesmo que de maneira velada em alguns momentos, pressupõe a participação de grupos da sociedade. A “política” aqui é entendida como o jogo de coalizões e choques de interesses que os vários grupos de uma sociedade travam na esfera política, com desdobramento na economia e nas políticas públicas. No jogo democrático, é preciso ter laços de identificação nos servidores civis, nos partidos políticos, nos líderes de grupos de interesses organizados, nos atores econômicos e na sociedade civil. Em suma, é preciso convencer a opinião pública. Os políticos buscam alternativas que sejam compatíveis com os seus objetivos, do mesmo modo que os atores sociais buscam, na classe política, representantes que sejam compatíveis com suas demandas.

O *lacerdismo* aparece nesse momento como resposta para temores e insatisfações de setores conservadores brasileiros durante as crises institucionais, principalmente a partir da

---

<sup>28</sup> BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. Op. cit., p. 268.

<sup>29</sup> Carlos Lacerda, durante o primeiro semestre do ano de 1946, era o jornalista responsável pela coluna “Na Tribuna da Imprensa” do jornal O Correio da Manhã que tinha como principal objetivo cobrir e comentar os trabalhos da Assembléia Constituinte durante a elaboração da Constituição de 1946. Temos aqui Lacerda em 14/02/1946 criticando, usando um humor bastante agressivo, o PTB e os herdeiros políticos de Getúlio Vargas membros da Assembléia.

radicalização político-ideológica dos anos 60, e estaria inserido junto aos grupos sociais vencedores do Golpe de 1964. Esse conflito marca como o jogo político é primordial para se criar o suporte tanto para definir novas políticas de ações escolhidas, quanto mantê-las.

No caso do Brasil, entre 1950-1964, tais crises são institucionais, jamais separadas das profundas desigualdades e injustiças sociais comuns em países subdesenvolvidos, têm as suas origens numa democracia frágil e ainda sem respaldo e confiança de sociedade.

Robert Putnam, em estudo no qual compara o desempenho de instituições democráticas em diferentes regiões da Itália, assinala que a estabilidade da ordem política moderna está associada à presença de uma *virtude cívica*, que se desenvolve em sociedades nas quais a presença de relações sociais horizontais, baseadas na confiança recíproca, encadeia-se à disseminação de estruturas associativas e de comunicação locais, a partir das quais se erige um *capital social* denso, sustentáculo da adesão às instituições e da eficácia dessas<sup>30</sup>. Por contraste, nas sociedades em que é forte a presença de relações sociais familiares e clientelísticas, fundamentalmente verticais, a adesão à ordem política e a eficácia das instituições são minadas pela disseminação de laços de lealdade pessoal, que interdita os processos de interação horizontal, em meio aos quais desenvolver-se-iam disposições de cooperação assentadas na confiança recíproca entre os indivíduos.

A sociedade brasileira, no curso do processo de transição entre uma estrutura social marcadamente rural, com destacada presença de relações de dependência pessoal, e a moderna sociedade industrial, exhibe elementos que dificultam a ocorrência dessa *virtude cívica* indicada por Putnam. A proeminência de relações sociais tradicionais no mundo rural e urbano, a reduzida presença de estruturas associativas e de comunicação nos processos de interação social - especialmente no âmbito local -, a combinação de formas verticais, tradicionais e modernas, de autoridade-vinculadas à permanência de elementos patrimonialistas no Estado, que se somam à afirmação do corporativismo -, favorecem a sedimentação de atitudes de permanente *desconfiança recíproca*, agravadas pela ausência de percepções consensuais sobre o *momento fundador* da ordem vigente. Durante todo o período que se estende de 1945 a 1964, a legitimidade da legalidade instaurada com a Constituição de 1946 foi contestada por diferentes atores políticos. Até 1961, tal contestação foi apanágio principalmente dos adversários do getulismo, com destaque para a UDN. Após 1961, ocorre a transmutação da bandeira da legalidade, salientada por Daniel Aarão Reis, à medida que parcelas expressivas dos atores que sustentam o projeto das *reformas de base* passam a

---

<sup>30</sup> PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Passim.

ênfatisar os limites da ordem legal para promovê-las<sup>31</sup>. A defesa da legalidade passa às mãos de seus adversários de ontem, com finalidades meramente táticas, de modo a invocar a interrupção do processo político e a quebra da legalidade pelos militares, em nome de sua defesa contra aqueles que a estariam ameaçando.

Outro aspecto relevante, que deriva da percepção de um exíguo *capital social* na sociedade brasileira, diz respeito ao impacto da imprensa e da mídia. A desarticulação do espaço social brasileiro tende a conferir ao poder central e ao seu *locus*, a capital, a condição de pólo para onde converge toda a trama política nacional. Apesar de Campos Sales, com a “política dos governadores”, ter conseguido esvaziar a capital da república como arena política<sup>32</sup>, o processo de centralização inaugurado em 1930 e a retomada da competição eleitoral após 1945 reafirmaram a preponderância da capital na vida política brasileira. As notícias transmitidas pelo rádio e, crescentemente pela TV, bem como os discursos políticos desenvolvidos pela imprensa escrita propagam-se em redes informais que os amplificam e lhes conferem dramaticidade - não obstante o reduzido alfabetismo da população urbana e o virtual alheamento da população rural do noticiário impresso, radiofônico e televisivo -, exatamente porque não são filtrados por uma teia densa de estruturas associativas horizontais, mas antes recebidos por indivíduos isolados, com baixa percepção da complexidade dos temas políticos, tendentes a interpretá-los em códigos simplificadores, e por vezes dualistas, ou envolvidos em estruturas associativas verticais, que favorecem a mobilização política, mas não a confiança recíproca<sup>33</sup>.

O Brasil assemelha-se, pois, àquelas “sociedades orientais”, de que fala Gramsci, discorrendo sobre formações sociais heterogêneas, cuja unidade é assegurada quase que exclusivamente pelo Estado, sem a presença de uma densa rede de associações que cumpriria,

---

<sup>31</sup> REIS, D. A. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In: FICO, Carlos. *et alli 1964-2004 – Quarenta Anos do Golpe – Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. RJ: 7 Letras, 2004, p. 119-139.

<sup>32</sup> LESSA, R. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira*, SP/RJ: Vértice/Editora dos tribunais/IUPERJ, 1988; QUEIROZ, S. R., *Os Radicais da República*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

<sup>33</sup> Fábio Wanderley Reis enfatizou como os níveis “avassaladores de desinformação” e a “total falta de percepção, no eleitorado popular, de qualquer relevância da política” para os problemas da vida cotidiana, dificultam o desenvolvimento pleno da participação popular em termos da política ideológica, favorecendo o que entende serem práticas populistas. Entretanto, salienta que o “eleitor popular não deixa de perceber, no processo político eleitoral, ‘lados’ que são captados e definidos de maneira tosca, mas reiterada e consistente, em termos que redundam em contrapor o ‘popular’ e o ‘elitista’ e optar pelo popular”, destacando que tal comportamento aparecia na opção do eleitorado urbano pelo PTB. REIS, F. W. *Consolidação Democrática e Construção do Estado*. IN: REIS, F. W. e O’DONNEL, G. (org) *A Democracia no Brasil*, São Paulo: Vértice, 1988.

entre outras coisas, o papel de amortecimento das crises políticas<sup>34</sup>. Nessas sociedades, para usarmos uma expressão de Engels, uma pequena “fagulha” pode incendiar um País inteiro<sup>35</sup>.

Ademais, como se depreende da análise de Argelina Cheibub Figueiredo, existiam alternativas à polarização política que marca todo o período, especialmente sua fase derradeira, que permitiriam, inclusive, a efetivação das *reformas de base*, sem ruptura com a ordem legal<sup>36</sup>. O que inexistiam eram condições que favorecessem disposições de confiança recíproca para a cooperação dos atores políticos. Nestas circunstâncias, pequenos eventos alcançavam enorme dramaticidade, como assinalamos, e lançavam poderosas fagulhas sobre o sistema político, ensejando atitudes de negação de sua legitimidade e eficácia. Este é o contexto que permite o alargamento do papel da imprensa e do discurso lacerdista.

---

<sup>34</sup> Para uma síntese das noções de Gramsci utilizadas neste trabalho, ver PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**, São Paulo: Paz e Terra, 1983.

<sup>35</sup> Apud, NEGTE, O. *O Marxismo e a teoria da revolução no último Engels*. In HOBSBANN, E. **História do marxismo**, vol. II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 163.

<sup>36</sup> FIGUEIREDO, A. C. **Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à Crise Políticas: 1961-1964**, São Paulo: Paz e Terra, 1993.

# CAPÍTULO I: ESFERA PÚBLICA, IMPRENSA E OPINIÃO PÚBLICA

Desde a posse de João Goulart [...] convenci-me de que, por meio de meros expedientes políticos – o impeachment, por exemplo, – não seria exequível afastá-lo do poder, a fim de evitar a derrocada do regime democrático. Tínhamos mesmo que caminhar para a conspiração explícita e coordenada, procurando atrair inclusive o elemento militar, tradicionalmente legalista. É claro que se impunha, concomitantemente, o trabalho político e, acima de tudo, a conquista da opinião pública, que, no Brasil, sempre foi carro-chefe da posição final das Forças Armadas.<sup>37</sup>

Armando Falcão

## 1.1. Esfera pública e meios de comunicação de massa nas décadas de 40 e 50 no Brasil

Como temos a imprensa como nossa principal fonte, este capítulo abordará conceitos importantes para a nossa análise como a Esfera Pública, sua formação e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa nas décadas de 40 e 50 no Brasil. Na segunda parte deste capítulo, iremos abordar o papel da imprensa na formação da opinião pública e a importância dos intelectuais (no nosso caso, os jornalistas) processo.

Segundo Nelson Werneck Sodré, no Brasil, a chamada “grande imprensa” consolida-se na passagem do século XIX para o XX e nas suas primeiras décadas. Os pequenos jornais, geralmente de iniciativa individual ou de pequenos grupos, praticamente desaparecem das grandes cidades, sendo relegados apenas ao interior dos Estados e de caráter predominantemente regional. Estes pequenos jornais cedem lugar para grandes “empresas”, dotadas de capital para investimentos em equipamentos e distribuição cada vez mais complexos e onerosos<sup>38</sup>. No entanto, se com o aparecimento da grande imprensa ocorre uma diminuição no número de periódicos, sua distribuição e tiragem diária aumentam em números bastante expressivos<sup>39</sup>.

O desenvolvimento da grande imprensa ocorre, portanto, em conjunto com o processo de consolidação do capitalismo, da urbanização e da formação gradativa de uma

---

<sup>37</sup> FALCÃO, Armando. **Tudo a Declarar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 239. Grifos nossos.

<sup>38</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. RJ: Civilização Brasileira, 1966, p. 315.

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*.

Esfera Pública<sup>40</sup> burguesa no Brasil, que a partir do período Republicano, segundo Fernando Lattman-Weltman, encontrará sua forma estabelecida na década de 50, sobretudo em função da Redemocratização pós Estado Novo<sup>41</sup>.

Jürgen Habermas define “Esfera Pública” como um espaço livre, onde os cidadãos encontram-se para debater e desenvolver percepções e decisões sobre a sua vida cotidiana. À medida que a burguesia letrada se desenvolvia, simultaneamente com a ordem capitalista, e a separação do domínio privado do “espaço público”, os locais públicos para debate, lazer e sociabilidade aumentavam em número e em importância. Com tais espaços (ou “fóruns de debate”), ambientes públicos, cafés, salões, lojas maçônicas, clubes culturais, clubes de leitores, casas de espetáculos e novos instrumentos de mídia (como os jornais privados e os periódicos), surgem novas formas de sociabilidade, como um importante instrumento de ligação entre a política institucional e a população, que se dá, sobretudo, pelos meios de comunicação de massa. Habermas conclui que a imprensa é um dos principais órgãos da Esfera Pública Burguesa<sup>42</sup>.

Voltando ao nosso objeto, de fato, na década de 50, o Brasil experimentaria grandes transformações nos meios de comunicação de massas e na Indústria Cultural. A radiodifusão, que já se consolidara como o principal meio de comunicação no Brasil na década de 40, sobretudo com o estímulo estatal do governo estadonovista, continuava sua expansão de maneira acelerada simultaneamente com a urbanização e a industrialização. Em 1949, existiam 253 estações de rádio no Brasil, sendo que 145 na região Sudeste<sup>43</sup>. Tal crescimento da indústria de radiodifusão é acompanhado da crescente inserção da publicidade no rádio, haja vista que a legislação de 1932, que permitia no máximo 10% da programação voltada para propaganda, fora modificada em 1952, aumentando para 20% o tempo máximo voltado para publicidade<sup>44</sup>.

Em 1960, as estações de rádio em todo o Brasil somavam 735, representando um aumento de aproximadamente 507% num período de 10 anos<sup>45</sup>. Acerca do crescimento do

---

<sup>40</sup> ALDÉ, Alessandra. Op. cit., p. 22.

<sup>41</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa Carioca nos anos 50. In: **A Imprensa em Transição**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 158-159.

<sup>42</sup> HABERMAS, Jürgen. Op. cit., p. 15.

<sup>43</sup> Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Anuário estatístico do Brasil 1951. Rio de Janeiro: IBGE, v. 12. Consultado no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas populacionais, sociais, políticas e culturais**. <[http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas\\_populacionais.shtm](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_populacionais.shtm)> Acessado em 20 de abril de 2006.

<sup>44</sup> ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira. Cultura Brasileira e Indústria Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 40.

<sup>45</sup> Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Anuário estatístico do Brasil 1963. Rio de Janeiro: IBGE, v. 24. Consultado no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas populacionais, sociais,**

número de aparelhos receptores, em 1952, o Brasil possuía 2, 5 milhões de unidades. Já em 1962, o número seria de aproximadamente 4,7 milhões. Apesar do aumento expressivo, Renato Ortiz destaca que, em comparação a outros países da América Latina no mesmo período, o Brasil ainda se encontrava em 13º na relação aparelho por habitante, o que ajuda a explicitar a profunda desigualdade social brasileira no período<sup>46</sup>. Mas a Esfera Pública brasileira não se desenvolve apenas com a expansão do rádio. Outras formas de divulgação da informação, como jornais impressos, a nascente televisão brasileira, revistas, livros e periódicos diversos, somam-se aos cinemas, teatros, museus, parques, clubes e outras formas de sociabilidade.

O brasileiro expandia sua rede de comunicação, seja através da comunicação de massa, seja nas relações privadas. O avanço absoluto das novas formas de sociabilidade era maior nas capitais e nas regiões mais industrializadas, porém, mesmo no interior dos Estados mais afastados da região Sul e Sudeste, um aumento contínuo foi mantido na maioria das vezes. Por exemplo, em 1949, havia 2584 “casas de espetáculo” no Brasil (cinemas, teatros e casas mistas)<sup>47</sup>. Em 1961, esse número era de 3305, o que representou um aumento de aproximadamente 66 novas casas de espetáculo ao ano<sup>48</sup>.

Uma importante empresa cultural que apareceu na década de 50, e que suplantaria o rádio nas décadas seguintes, foi a radiotelevisão. A introdução das emissoras de televisão, a partir de 1950 com a pioneira TV Tupi de Assis Chateaubriant, aumentaria as opções de divulgação e reprodução da informação, acelerando o processo de consolidação de uma ordem urbana e capitalista, apesar de ter tido um caráter bastante amador durante os primeiros anos da sua implementação no Brasil<sup>49</sup>.

É comumente dito que, na primeira década da televisão no Brasil, ela seria exclusiva às altas camadas da sociedade, em virtude do alto custo dos aparelhos. Isso é fato. Contudo, não impediu um constante e sólido aumento do número dos televisores nas casas brasileiras no mesmo período. Assis Chateaubriant, que importou 200 aparelhos de televisão para espalhá-los pela cidade de São Paulo no segundo semestre de 1950 para a popularização da nova mídia, veria que, em 1951, menos de um ano depois, o Brasil já possuiria aproximadamente 3.500 aparelhos<sup>50</sup>.

---

**políticas e culturais.** <[http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas\\_populacionais.shtm](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/estatisticas_populacionais.shtm)> Acessado em 20 de abril de 2006.

<sup>46</sup> ORTIZ, Renato. Op. cit., p. 42.

<sup>47</sup> Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Anuário estatístico do Brasil 1951. RJ: IBGE, v. 12. Op. cit.

<sup>48</sup> Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Anuário estatístico do Brasil 1963. RJ: IBGE, v. 24. Op. cit..

<sup>49</sup> ORTIZ, Renato. Op. cit., p.58-59.

<sup>50</sup> Idem, p.47-48.

A despeito do alto custo do aparelho de televisão durante toda a década de 50, já em 1959 o Brasil possuía aproximadamente 434 mil<sup>51</sup> aparelhos e várias emissoras de televisão: TV Tupi, TV Paulista e TV Record em São Paulo; a TV Itacolomi e a TV Alterosa em Minas Gerais; TV Rádio Clube Pernambuco; TV Paraná; e a TV Rio que desde 1955 fazia companhia à sucursal da TV Tupi na Capital Federal fundada em 1951<sup>52</sup>. Entre 1959 e 1960, nasceriam a TV Continental no Rio de Janeiro, a TV Excelsior e a TV Cultura em São Paulo e a TV Itapoan na Bahia<sup>53</sup>.

Apesar do caráter “elitista” (no sentido de ser um produto de alto custo e não por se caracterizar como um veículo da dita “cultura erudita”<sup>54</sup>), como foi a televisão brasileira na sua primeira década, é digno de nota que a população brasileira, inclusive as camadas mais baixas economicamente, encontravam oportunidades de ter acesso à programação das televisões, mesmo que de maneira esporádica. O jornalista Joaquim Ferreira dos Santos relata uma pesquisa de 1958, feita pelo Instituto de Pesquisa e Estudo de Mercado do Rio de Janeiro, a qual constata que 9% dos barracos das favelas cariocas (20% da população carioca na época morava nas 64 favelas da cidade, com uma média de 5,7 moradores por barraco) tinham aparelhos de televisão e que “funcionavam como salas de projeção como entrada paga”<sup>55</sup>. A cena pitoresca e nostálgica, ainda viva na memória de muitas pessoas no início do século XXI, de televisões nas calçadas de ruas, vilas, cortiços e praças com a vizinhança toda ao redor, mostra que, para ter acesso à programação, muitas vezes não era preciso ter um aparelho em casa, e sim um bom vizinho ou um comerciante benemérito.

Outro indicador importante do aumento substancial da participação da televisão brasileira durante a década de 50 (e a sua aceleração durante a década de 1960 com a fundação da carioca TV Globo, em 1965) na indústria cultural é o de participação das verbas publicitárias em comparação às outras principais mídias (rádio, jornal e revista). Conforme aponta Fernando Lattman-Weltman, a parcela de recursos para propaganda voltada para a televisão brasileira partiu do zero em 1950 para 9% em 1960, seguido de um expressivo salto para 24,7% em 1962 e chegando a 39,5% em 1966. Em virtude disso, o Jornal e o Rádio sofreram com a concorrência da nova mídia. Respectivamente, saíram de 39% e 24% em 1950, para 18,1% e 23,6% em 1962, chegando a apenas 15,7% e 17,5% em 1966. As revistas mantiveram a média de 10,5% durante toda a década de 50, só aumentando substancialmente

---

<sup>51</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>52</sup> SANTOS, Joaquim Ferreira. **Feliz 1958, o ano que não devia terminar**. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 97.

<sup>53</sup> VALIM, Mauricio e COSTA, Soraya. **A História da Televisão no Brasil**. Acessado em 28 de abril de 2006. <<http://www.tudosobretv.com.br/histortv/historbr.htm>>.

<sup>54</sup> ORTIZ, Renato. Op. cit., p.73.

<sup>55</sup> SANTOS, Joaquim Ferreira dos, Op. cit., p. 35.



entre 1960 e 1962, quando chegaria a 27,1% e caindo um pouco em 1966, quando atingiria 23,3% <sup>56</sup>.

A instauração de uma Indústria Cultural no Brasil nas décadas de 40 e 50, e a aceleração da radiotelevisão dos anos 60, evidentemente não passam apenas por questões técnicas e materiais. Novas formas de expressões e linguagens artísticas vão se apresentando, abordando novas questões sociais e rompendo paradigmas.

A construção de importantes casas de arte como o MASP (Museu de Arte de São Paulo) de Assis Chateaubriant, o MAM (Museu de Arte Moderna) de Francisco Matarazzo Sobrinho e do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), todos dos anos 40, favoreceram uma nova etapa no processo de criação de um mercado cultural no Brasil<sup>57</sup>.

No Pós-guerra, o crescimento da concepção de Cultura como instrumento de transformação social passa a incorporar questões de justiça social e a chamada “Cultura Popular”, que é aquela não apenas considerada “erudita”. Isso abriu espaço para que o pensamento de esquerda encontrasse nas artes uma nova forma de militância política no Brasil.

No teatro, o TBC foi o principal responsável pela formação de gerações de profissionais, exercendo papel primordial para a sua popularização por adotar um caráter “universal” e não apenas “burguês” <sup>58</sup>. Outros grupos, nascidos no decorrer dos anos 50, como o Grupo Oficina e o Teatro de Arena, abordariam questões sociais e políticas nos anos 60, assim como o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE.

No cinema, maior expressão dessa arte engajada, com temas populares e de forte teor de crítica social, foi o chamado Cinema Novo, com obras de cineastas como Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos.

No que tange ao caráter do desenvolvimento da imprensa brasileira no século XX, Fernando Lattman-Weltman em estudo realizado sobre a imprensa carioca no pós Estado Novo, identifica a década de 50 como um momento de transição do chamado “jornalismo literário” para o “jornalismo empresarial” no Brasil, segundo a tipologia habermasiana acerca da imprensa<sup>59</sup>. De acordo com Habermas, durante a fase pré-capitalista, a imprensa limitava-se a coletar informações e notícias. Porém, com o aparecimento de uma nova fase, já no

---

<sup>56</sup> Na mesma pesquisa, o item definido como “outros” atingia 27% em 1950, e apenas 4% em 1966. LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Mídia e Transição democrática no Brasil*. In: **Mídia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 131.

<sup>57</sup> ORTIZ, Renato. Op. cit., p. 66.

<sup>58</sup> Idem, ibidem, p. 66-67.

<sup>59</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Imprensa Carioca nos anos 50*. In: **A Imprensa em Transição**. Op. cit., p. 158-159.

contexto da nova ordem burguesa em conflito com o Antigo Regime, apareceria o chamado “jornalismo literário”, no qual a propagação de idéias, opiniões e personalidades eram os principais objetivos para atuar na nascente esfera pública da ordem burguesa<sup>60</sup>.

O terceiro estágio do desenvolvimento da imprensa ocorreria com a ordem burguesa estabelecida e com capitalismo em franca expansão. Seria o chamado “jornalismo empresarial”, quando os jornais estariam se comportando como verdadeiras empresas, o lucro passaria a ser o principal objetivo, as notícias transformadas em produto de consumo, as opiniões, cada vez mais raras e menos explícitas, subordinadas a interesses econômicos<sup>61</sup>. Seria nessa fase, portanto, que Habermas denunciaria a dita “colonização” do Mundo da Vida pelo sistema econômico, apelando à revitalização da esfera pública, de modo assim a voltar ao segundo estágio. Sob este mesmo prisma, Habermas também denuncia a contaminação da esfera pública “por interesses privados”<sup>62</sup>.

Lattman-Weltman percebe que a imprensa brasileira – principalmente nos grandes centros e no Distrito Federal – sofre as influências da nova efervescência cultural e de consumo, do processo de urbanização, do acelerado desenvolvimento econômico industrial, da redemocratização política e dos avanços técnicos nas comunicações (como, por exemplo, as novas impressas rotativas) na década de 50. Neste contexto, encontra-se uma Esfera Pública em fase de desenvolvimento e consolidação<sup>63</sup>. Estariam criadas as condições para o chamado “jornalismo empresarial” no Brasil, seguindo a perspectiva de Habermas.

Entretanto, o jornal *Tribuna da Imprensa* entraria nessa fase de modernização da imprensa (inovando em questões técnicas e gráficas) sem abandonar seu caráter opinativo, indo de certa forma contra a tendência dos outros jornais que faziam parte da chamada grande imprensa.<sup>64</sup> Tal constatação é de suma importância para nossa análise, em virtude de percebermos que o jornal de Carlos Lacerda mantém seu viés opinativo, construtor de um discurso para uma linha política bastante definida no contexto brasileiro do período entre ditaduras: o *udenismo*, e mais especificamente, o *lacerdismo*. Sobre isso, o jornalista Alberto Dines comenta:

[...] 1952, e aqui entra a imprensa mais fortemente na minha vida, foi o ano de ouro do Jornalismo brasileiro. Quando eu digo 1952, é 1951, esse período... um ano alargado. Mas foi um ano de ouro da imprensa brasileira porque houve a reforma do Diário Carioca, logo depois tinha surgido a *Tribuna da Imprensa*, do

<sup>60</sup> HABERMAS, Jürgen. Op. cit., p. 214.

<sup>61</sup> Idem, ibidem, p. 217.

<sup>62</sup> Idem, ibidem, p. 213-273.

<sup>63</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Imprensa Carioca nos anos 50*. Op. cit., p. 161.

<sup>64</sup> AZEVEDO, Luiz Vitor Tavares. **Carlos Lacerda e o discurso de oposição na *Tribuna da Imprensa* (1953-1955)**. Dissertação de Mestrado defendida no ICHF/UFF em 1988, p. 84.

Carlos Lacerda que fazia um excelente jornalismo, muito panfletário, politizado, reacionário, mas de grande padrão, de alto nível<sup>65</sup>.

Na verdade, o jornal de Lacerda era relativamente pequeno se comparado aos outros jornais como *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e os *Diários* de Assis Chateaubriant. Em 1952, a tiragem diária da *Tribuna da Imprensa* ficou em torno de 40.000 exemplares, a mesma do *Jornal do Brasil*. A título de comparação, a tiragem dos outros principais jornais no Brasil do eixo RJ-SP eram superiores, como de *O Globo* com 153.000, *O Estado de São Paulo* com 90.000; a *Última Hora* atingindo 92.000; o *Diário Carioca* com 50.000, o *Diário da Noite* com 85.000; e o *Correio da Manhã* com 72.000<sup>66</sup>.

Sobre o caráter pouco comercial e elitista do jornal *Tribuna da Imprensa*, Samuel Wainer, proprietário do jornal *Última Hora* e adversário de Carlos Lacerda, em seu livro de memórias comenta:

O jornal de Lacerda foi sempre um desastre. Sua circulação só subia um pouco mais nos momentos de crise, ou quando o dono era preso. A *Tribuna* é conhecida, na imprensa brasileira, como um jornal que jamais chegou a existir efetivamente. Desde o começo, mostrou um desprezo invencível por tudo quanto fosse popular – futebol, por exemplo<sup>67</sup>.

Alberto Dines, que trabalhou no jornal de Carlos Lacerda no início da sua carreira, atesta que o jornal possuía uma ótima cobertura política, além de ser “politizada”, ou seja, assumia uma posição e era reconhecido por isso. Já Wainer prende-se a questões mais comerciais para desqualificar o jornal do seu desafeto pessoal, ignorando que o principal objetivo do jornal era “comunicar e repercutir” as idéias e programas da UDN, de grupos ligados ao capital estrangeiro e dos antigetulistas em geral<sup>68</sup>.

Sobre a feroz campanha promovida pela *Tribuna da Imprensa* contra o jornal *Última Hora* no início dos anos 50, Wainer, que subestima o poder de repercussão do jornal de Lacerda, destacou o fácil trânsito de seu oponente em outros meios de comunicação, o que, segundo o próprio Wainer, ajudaria a construir a imagem pessoal de Lacerda como jornalista e político:

Ele [Carlos Lacerda] não me faria mal algum, entretanto, se contasse exclusivamente com o seu próprio jornal – a *Tribuna da Imprensa* não encontrava ressonância, era uma ficção jornalística. O problema é que Lacerda logo seria

<sup>65</sup> DINES, Alberto. Entrevista fornecida ao projeto “Memória da Imprensa Carioca” em 21 de agosto de 2002. Rio de Janeiro: UERJ. <[http://www2.uerj.br/~cte/download/alberto\\_dines.pdf](http://www2.uerj.br/~cte/download/alberto_dines.pdf)>, p. 3.

<sup>66</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda X Wainer, o Corvo e o Bessarabaiano**. São Paulo: Senac: 1998, p. 52.

<sup>67</sup> WEINER, Samuel. **Minha Razão de Viver**. Rio de Janeiro: Record, p. 140.

<sup>68</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Op. cit., p. 55.

auxiliado por Assis Chateaubriand, que lhe franquearia o acesso à TV Tupi e por Roberto Marinho, que pôs a rádio Globo à sua disposição<sup>69</sup>.

## 1. 2. Imprensa, intelectuais, carisma e opinião pública

O editorial é a boca do jornal, através da qual ele diz aos outros o que pensa [...] Ao longo da minha experiência de chefe de redação deixei de publicar coisas dos outros [...] Não podia publicar, porque era contra a linha do jornal. Daí não existir liberdade de imprensa para o jornalista; ela existe apenas para o dono<sup>70</sup>.

Cláudio Abramo

O grande impulso para o estudo da influência dos meios de comunicação de massa na política foi após a Segunda Guerra Mundial com a necessidade de se entender o Nazismo<sup>71</sup> e com a expansão da radiodifusão<sup>72</sup>. Nas décadas seguintes, as análises dos meios de comunicação, sociedade civil, mercado e Estado levaram Jürgen Habermas a propor o conceito de Esfera Pública, que foi tratado na seção anterior deste capítulo. A noção de “público”, até então ligada ao Estado, separa-se dele e constitui-se como vontade coletiva, ou aquilo que iria ser conhecida como “opinião pública”, ou seja, o Estado forçado a justificar-se e a legitimar-se junto à sociedade civil.

Conforme visto anteriormente, a transição na imprensa nacional brasileira, inserida no contexto de transformações estruturais e sócio-econômicas que o país experimentava em meados do século XX, refletia uma modernização e consolidação do capitalismo e ainda a expansão dos meios de comunicação de massa no Brasil como a televisão e as cadeias de rádio.

Relembrando que entre 1945 e 1964, o Brasil atravessava uma experiência democrática, a importância da imprensa escrita no jogo político representativo nesta sociedade é de suma importância. A imprensa, “na medida em que noticia o fato, mesmo sem defendê-lo ou criticá-lo, funciona como uma caixa de ressonância de posições políticas ou ideológicas, através da repercussão que dá ao episódio”<sup>73</sup>. A imprensa tem um papel primordial para a “ressonância” dessas posições da sociedade civil, mesmo para uma população com baixos graus de alfabetização, já que, conforme vimos anteriormente, o

<sup>69</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>70</sup> ABRAMO, Cláudio. **A Regra do Jogo**. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p.118.

<sup>71</sup> ALDÉ, Alessandra. *Op. cit.*, p. 19.

<sup>72</sup> BURKE, Peter. **Uma História Social da Mídia**. *Op. cit.*, p.152.

<sup>73</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Op. cit.*, p. 99.

desenvolvimento da esfera pública brasileira passa também pela multiplicação e ampliação de “espaços públicos” não necessariamente letrados, voltados para o debate, sociabilidade e trocas de informações. Todavia, ao tomar uma posição, o organismo de comunicação também pode passar a reproduzir e a defender um ponto de vista atrelado à interesses de grupos econômicos, partidos políticos, movimentos sociais, etc.

No caso de uma posição política, esta pode se expressar através de críticas à atuação de um determinado governo, apoio ou oposição às demandas de grupos sociais, dos ataques aos rumos de política econômica e até mesmo, como no caso do jornal *Tribuna da Imprensa* nos anos 50, da defesa da quebra da Constituição de 1946 por considerá-la “errada” e prejudicial ao progresso da democracia brasileira. Quando a relação Estado - sociedade muda a partir de 1961, com a posse de João Goulart, a argumentação de Lacerda e de seus aliados também muda, propondo-se defender esta mesma Constituição, ou pelo menos, a manutenção dos artigos que impeçam as reformas pretendidas pelo governo.

A crescente valorização da mídia na política dos Estados democráticos modernos é facilmente percebida na medida em que as campanhas eleitorais que legitimam todo o processo representativo baseiam-se no convencimento e na “venda” de um discurso para o universo votante. Quanto maior o grau de convencimento e universalismo das propostas, maior a possibilidade dos partidos políticos e de seus líderes atingirem o poder<sup>74</sup>. Com isso, aliado ao crescimento da chamada cultura de massa no século XX, o papel dos órgãos de comunicação – e conseqüentemente do editor/jornalista/articulista – na Política conhece uma maior importância na construção da opinião pública<sup>75</sup>.

A opinião pública é a resultante do conflito de opiniões de camadas sociais distintas, onde a síntese pode ser um compromisso ou a manifestação do grupo mais poderoso. Segundo Jürgen Habermas, “é considerada ‘pública’ a opinião de um grupo quando ela subjetivamente se impôs como a opinião dominante”<sup>76</sup>.

Mas a luta pela hegemonia dentro do sistema de valores culturais de uma sociedade jamais será completa e absoluta. O consenso ou a “opinião da maioria” é um processo de embate e disputa entre os inúmeros grupos sociais, institucionalizados ou não, que buscam através das mais variadas estratégias, impor um projeto de organização social ou demandas pontuais junto ao maior número de pessoas possíveis.

---

<sup>74</sup> PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Cia das Letras. 1991, p. 121-161. Passim.

<sup>75</sup> ALDÉ, Alessandra. Op. cit, p. 14.

<sup>76</sup> HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera pública**. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 280-281.

A imprensa no cotidiano das pessoas recebe uma gama de novos significados em virtude dos inúmeros papéis que ela desempenha: o informativo, o opinativo, o denunciador, o agente de pressão e até mesmo o “justiceiro”<sup>77</sup>. Tal relação dos jornais nas relações de poder dentro de uma sociedade já aparece claramente desde meados do século XIX. Na Inglaterra, em 1850, um livro do jornalista F. Knight Hunt sobre a imprensa recebeu o título “Quarto Poder”, título que já era utilizado pelo tradicional *The Times*<sup>78</sup>. Tal auto-reconhecimento explícito do principal jornal inglês como parte do poder institucional constituído, mesmo que informal ou sob a forma de pura propaganda, deixa claro aquilo que o fundador do norte-americano *New York Times* expressou: “Não acreditamos que cada coisa na sociedade seja completamente certa ou errada, desejamos preservar e melhorar o que é bom; e exterminar e reformar o que é ruim”<sup>79</sup>.

Alvo de estudo da primeira geração da Escola de Frankfurt, a Indústria Cultural, funcionando como um canal de comunicação entre a esfera política e pública, fornece npvps elementos para a elaboração das opiniões nos indivíduos. Contudo, apesar do avanço na formação de uma esfera pública brasileira nas décadas de 40 e 50, com a crescente urbanização e a industrialização, Renato Ortiz discorda de Fernando Lattman-Weltman ao sustentar que o Brasil, naquele contexto, ainda possuía uma Indústria Cultural “incipiente”<sup>80</sup>, não podendo ser, portanto, considerada exemplo do modelo acabado proposto por Adorno e Horkheimer<sup>81</sup>.

Como dissemos na introdução deste trabalho, em países como o Brasil, onde a Cultura Política ainda se encontra carente de capital social<sup>82</sup>, o personalismo na política e o carisma pessoal atuam de forma bastante marcante junto à população. É através de idéias reproduzidas por programas e demandas de políticos, partidos e de associações, aliada a uma identificação sócio-econômica e à exposição (ou falta dela) a pontos de vistas divergentes, que os eleitores formam sua “opinião” a respeito de determinado assunto<sup>83</sup>.

Neste ponto identificamos novamente a importância da imprensa no processo de formação da opinião pública. Sendo o canal por excelência mais amplo e de maior acessibilidade, a imprensa fornece ao “cidadão comum” (ou não intelectual, sob a perspectiva

<sup>77</sup> ABREU, Alzira Alves de. **Mídia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 70.

<sup>78</sup> BURKE, Peter & BRIGGS, Asa. **Uma História Social da Mídia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002, p. 197.

<sup>79</sup> Idem, ibidem, p. 199.

<sup>80</sup> ORTIZ, Renato. Op. cit., p. 45.

<sup>81</sup> Idem ibidem. 48.

<sup>82</sup> PUTMAN, Robert. Op. cit.

<sup>83</sup> ALDÉ, Alessandra. Op. cit., p. 22.

gramsciana) “atalhos para a compreensão”<sup>84</sup>. Neste processo de venda de um discurso cria-se a necessidade de adaptá-lo<sup>85</sup> e ampliá-lo para obter um universo eleitoral maior, do mesmo modo que Adam Przeworski demonstrou em seu trabalho acerca do crescimento eleitoral das sociais-democracias na Europa na primeira metade do século XX.

Pesquisas recentes sobre os meios de comunicação de massa no processo de formação da opinião pública junto ao cidadão apontam para elementos de formação cognitivos que apóiam nossa abordagem ao tema. A conclusão é que, tal opinião é formulada pelo grau e número de informações recolhidas pelo indivíduo, aliado a questões afetivas e pessoais<sup>86</sup>.

A variedade de “quadro de referências” de que nos diz Alessandra Aldé é um dos elementos da capacidade cognitiva do sujeito em elaborar e reelaborar explicações mais autônomas e multicausais. Quanto maior o acesso e opções de discursos diferenciados, menor a possibilidade de uma polarização opinativa na sociedade<sup>87</sup>. Todas as pessoas desenvolvem mecanismos cognitivos em suas relações comunicativas que “simplificam” os fatos e eventos. Estes influenciam na estruturação e na manutenção das atitudes políticas<sup>88</sup>:

Quanto mais os meios utilizam-se de mecanismos cognitivo de fácil assimilação para o cidadão [por exemplo, editoriais de jornal] para enquadrar<sup>89</sup> as notícias, maior a probabilidade de influir, na hora da escolha da explicação mais plausível para determinado cenário político.<sup>90</sup>

Ainda segundo Aldé, os principais mecanismos cognitivos podem ser expressos em três<sup>91</sup>:

1. A predileção do indivíduo, baseado em raciocínios do senso comum do seu espaço social, por avaliar situações através de “esquemas explicativos, normativos, conclusivos, moralizantes, definidos e simplificadores”. Posições que expressam uma “opinião” são mais fáceis de serem assimiladas e aceitas já que oferecem um pré-processamento da realidade.
2. O caráter “documental” que o órgão de imprensa, sobretudo o jornal (ou a televisão). Já que o fato e a opinião estão “eternizados” e pode ser comprovado *in loco* (fotos, imagens, tabelas, gráficos e textos).

<sup>84</sup> Idem, ibidem, p. 24.

<sup>85</sup> Idem, ibidem, p. 23.

<sup>86</sup> ALDÉ, Alessandra. Op. cit., p. 16.

<sup>87</sup> ALDÉ, Alessandra. Op. cit., p. 132.

<sup>88</sup> Idem, ibidem, p. 175.

<sup>89</sup> Por “enquadramento” Alessandra Aldé entende por “chaves cognitivas” dos indivíduos que formam “explicações estruturais” e que fornecem elementos para a consolidação de uma opinião. Idem, p. 131-132.

<sup>90</sup> ALDÉ, Alessandra. Op. cit., p. 176.

<sup>91</sup> Idem, ibidem, p. 177-178.

3. A personificação do fato e do evento político. A tendência do receptor em dar significado a partir de seu mundo é de suma importância na hora de receber um discurso. Ameaças, previsões e promessas influem na forma do receptor construir sua opinião.

Toda construção de um discurso visando à *hegemonia cultural e política*, encontra adversários que buscam o mesmo objetivo. Entretanto, como destaca Antonio Gramsci, a disputa hegemônica não acontece apenas entre grupos que querem mudar a Estrutura da sociedade. Essa disputa também pode ocorrer dentro do próprio sistema hegemônico (gerando uma crise dentro do sistema) com o conflito entre a classe fundamental e os grupos “auxiliares” ou facções diferentes<sup>92</sup>.

Gramsci, ao estudar os vínculos orgânicos entre a sociedade civil e a sociedade política, identificou os instrumentos internos destes vínculos e chegou ao papel dos intelectuais no processo de conquista do sistema hegemônico. Segundo Gramsci, existe uma hierarquia entre os chamados “intelectuais”, que participam da elaboração da direção cultural.

Dentre aqueles que “criam uma concepção de mundo” e os que “administram e divulgam” tal concepção, classificamos melhor Carlos Lacerda como membro do segundo tipo, pois seu principal instrumento na formação da opinião pública foi a imprensa. Lacerda, “o jornalista”, sempre reproduziu “o político” na linha editorial do seu jornal *Tribuna da Imprensa*. Stefan Baciu, editor para assuntos internacionais do jornal durante a década de 50 e começo de 60, relata que o jornal exprimia quase sempre o pensamento de seu fundador, citando em suas memórias o lema do jornal: “um jornal que pensa o que diz porque diz o que pensa”<sup>93</sup>.

A repetição de determinados discursos traduzidos pelos intelectuais (neste caso, jornalistas) por parte de mídia, encontra respaldo no receptor na medida em que ele tende a incorporar reinterpretações consoantes com as características discursivas das explicações e visão de mundo oferecidas pelos meios emissores de opinião<sup>94</sup>.

Mas essa relação supõe certa capacidade de independência argumentativa de todos os atores. Do conceito de Indústria Cultural de Massa, tal como concebido em Adorno, tem-se a imagem de um público – durante o processo de constituição da sociedade de massas – e de consumidores passivos dos conteúdos da mídia. No domínio da opinião pública, não se pode

<sup>92</sup> PORTELI, Hugues. Op. cit., p. 104.

<sup>93</sup> BACIU, Stefan. *Lavrado, 58. Histórias de um jornal de oposição: a Tribuna da Imprensa nos tempos de Carlos Lacerda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1982, p. 59.

<sup>94</sup> ALDÉ, Alessandra. Op.cit., p. 176.



encarar o desenvolvimento dos meios de comunicação de massas de forma puramente “mercantilizado” onde o controle social aumenta de “cima pra baixo” e do “centro para a periferia”.<sup>95</sup> É importante destacar a crítica que Habermas faz das teses de Adorno e outros teóricos da primeira geração da Escola de Frankfurt, a respeito da influência dos órgãos de informação junto à sociedade civil. Reconhecendo a importância da mídia, Habermas refuta a idéia de um público “atomizado” e desorganizado que absorve acriticamente os conteúdos e opiniões divulgadas.

Em seu estudo sobre o papel do jornalista como interlocutor de um discurso (seja ele o produtor ou reproduzidor), Alessandra Aldé destaca a importância do carisma e da credibilidade que o jornalista transfere ao “passar a essência dos fatos” junto ao público<sup>96</sup>. De acordo com a perspectiva de Weber sobre a liderança política e carisma, percebemos que Carlos Lacerda congregava este fator de grande importância para uma liderança política, além da sua atuação como jornalista.

A figura de Lacerda sempre atraiu as mais variadas reações, mas jamais a indiferença. Seja nos ataques que recebia de seus adversários ou nos elogios de seus aliados, os adjetivos superlativos estavam sempre presentes, o que ajudava na construção de um “ser especial”, fora do “padrão” dito comum. O fato de um jornalista, que ao entrar na política de maneira formal (foi vereador, deputado e governador), consegue dar seu nome a uma vertente política (o *lacerdismo*) é sinal de que a sua figura pessoal oferecia um fascínio junto ao seu eleitorado e aliados além do corriqueiro.

Sob este prisma, Max Weber nos remete ao poder do carisma na transformação social<sup>97</sup>. Mesmo com o desenvolvimento do Estado moderno e a sua constante burocratização e institucionalização (aquilo que Weber chama de “desencantamento do mundo”), esse processo não é linear e pode ser atingido por crises e descontinuidades que muitas vezes as próprias instituições (e as leis constituídas, como por exemplo, a Constituição de 1946) não são capazes de resolver. Neste momento, mas não necessariamente em momentos de crise, pode ocorrer o aparecimento do “líder, o herói, o profeta, ou seja, o portador do carisma”<sup>98</sup> expressando seu poder de transformação no domínio político<sup>99</sup>. Segundo Weber esse

<sup>95</sup> ARATO, Adrew e COHEN, Jean. Op. cit., p. 168.

<sup>96</sup> Idem, p. 179-181.

<sup>97</sup> WEBER, Max. Op. cit., p. 61.

<sup>98</sup> QUINTANEIRO, Tânia, BARBOSA, Maria Ligia & OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um Toque de Clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 1990, p. 142.

<sup>99</sup> WEBER, Max. Op. cit., p. 61.

“indivíduo extraordinário” é capaz de significativas mudanças sociais em momentos de “emoções em massa” como “eleições” e outros eventos<sup>100</sup>.

Neste sentido, percebemos que Carlos Lacerda aumentava sua atuação retórica e, conseqüentemente, sua penetração carismática, nos momentos de crise e de “emoções em massa”, sobretudo nos períodos eleitorais. Também é digno de nota constatar que um dos principais adversários de Lacerda, o *getulismo*, isto é, a vertente política-eleitoral criada em torno da figura pessoal de Getúlio Vargas, também tem como um dos fatores de sua formação o seu carisma<sup>101</sup>. Vargas, portador de uma dimensão e penetração popular maior do que a do próprio Lacerda, jamais conseguiu a totalidade da sociedade. Lacerda apareceria, portanto, como uma alternativa carismática ao projeto getulista, agregando apoio de setores da classe média, do empresariado não ligado ao nacionalismo, de grupos anticomunistas e religiosos, e de setores conservadores das Forças Armadas.

O contexto histórico brasileiro entre 1947 e 1964, apesar da limitação imposta aos comunistas, conheceu um período de grande liberdade de imprensa. Mas não basta um grande número de fontes de informação para a sociedade civil “negociar” suas posições, é preciso que exista liberdade de discurso e um amplo debate entre as várias orientações ideológicas e programáticas da sociedade.

No próximo capítulo partiremos do final do Estado Novo em 1945 para contextualizar e identificar os grupos políticos ideológicos no Brasil. Consideramos que essa contextualização é de suma importância na nossa análise, pois já que abordaremos o discurso golpista do *lacerdismo* nos momentos de crises institucional, é importante perceber que estas não eram necessariamente causadas por crises econômicas, a despeito dos grupos políticos envolvidos nos embates.

---

<sup>100</sup> WEBER, Marx *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 302.

<sup>101</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, Carisma e Poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Passim.

## **CAPÍTULO II: DESENVOLVIMENTO E PENSAMENTO ECONÔMICO DOS GRUPOS POLÍTICOS NO BRASIL DO PÓS-1945**

### **2.1. Desenvolvimento e orientação econômica dos grupos políticos no Brasil do pós-1945**

Como já assinalamos, entre 1950 e 1964, o Brasil atravessou inúmeras crises políticas onde o regime de 1946 foi colocado em xeque por diversos grupos de diferentes orientações ideológicas e programáticas. Alguns destes grupos eram ligados a partidos políticos, a setores das Forças Armadas (tanto de alta como de baixa patente), a empresas privadas e estrangeiras, a setores da Igreja Católica, a estudantes e a movimentos operários e camponeses.

As crises políticas que analisamos neste trabalho – à exceção, talvez, da que encerra o período - estão longe de representar uma crise orgânica do bloco histórico instaurado em 1930<sup>102</sup>. Dizemos que as crises são de caráter político institucional porque neste período, apesar do Brasil estar inserido num contexto de profunda desigualdade social e com problemas sérios de distribuição de renda e terra, o país não atravessou sérias crises econômicas, com exceção àquela vivida a partir de 1963. As crises são, portanto, “crises conjunturais”, conforme a formulação gramsciana, que, ao opor diferentes atores em torno de aspectos superficiais na esfera política, deveriam tender ao esvaziamento.

Não está estabelecido, de forma cabal, que a combinação de uma crise econômica com a crise política do início dos anos 1960 tornasse inevitável o colapso da III República e do pacto de dominação em que esta se sustentava<sup>103</sup>. José Serra observa que a crise econômica do início dos anos 1960 representava uma *crise cíclica*, típica de uma ordem capitalista

---

<sup>102</sup> PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**, São Paulo: Paz e Terra, 1983.

<sup>103</sup> Não se trata de negar o crescente antagonismo entre o projeto nacional-estatista e as perspectivas que defendiam o aprofundamento do desenvolvimento capitalista no Brasil a partir do incremento da associação com o capital estrangeiro. São relevantes para a elucidação da crise do início da década de 1960 as contradições que se avoluma no interior da aliança que sustentou os governos liderados pela coalizão getulista, seja por força da acentuação do protagonismo dos trabalhadores urbanos e a emergência política dos trabalhadores rurais, seja pela deserção crescente dos setores agrários e a aproximação do empresariado industrial do pólo liberal conservador, em virtude tanto da intensificação da associação entre empresas brasileiras e multinacionais, quanto do temor à ameaça comunista, num contexto de guerra fria. O que se pretende enfatizar é que tais circunstâncias não deveriam conduzir necessariamente à saída golpista, se preponderassem condições que favorecessem a colaboração – e não a desconfiança recíproca permanente – entre os atores políticos.

consolidada, o que se verificara, no Brasil, em meados da década anterior, com a implantação da indústria pesada<sup>104</sup>.

Na verdade, durante todo o período, o Brasil atravessou um constante quadro de crescimento econômico. De posse de indicadores como o PIB, entre os anos de 1946 e 1963, a taxa de crescimento anual da economia brasileira foi, em média, de 7,1%, o que representa uma taxa bastante dilatada se comparada com a taxa de crescimento do PIB durante as décadas de 80 e 90 do mesmo século, que foi de apenas 2,1%<sup>105</sup>.

Este mesmo desenvolvimento econômico foi marcado por um período de crescimento inflacionário. Durante toda a década de 40 a inflação acumulada foi de 13%, saltando para 21% na década de 50. Mas se novamente compararmos estas taxas de crescimento do PIB e de inflação com as taxas das décadas de 80 e 90 até 1995 (inflação de 605% e 1270% respectivamente), perceberemos facilmente que, economicamente, as décadas de 40 e 50 foram marcadas por um quadro extremamente mais estável e sustentável<sup>106</sup>.

Apenas em 1963, a crise institucional foi simultânea com aquela que se configurou como a “primeira crise econômica brasileira em sua fase industrial”. Neste ano, em virtude do desequilíbrio gerado pelo Plano de Metas do governo Kubitschek e pela instabilidade política advinda da renúncia de Jânio Quadros em 1961, o crescimento do PIB foi de apenas 0,6%, aliado a uma inflação de 72,6% e uma queda de -0,2% a produção industrial<sup>107</sup>. O resultado social foi um quadro de inúmeras greves (430 nos 3 primeiros anos<sup>108</sup>), aumento do desemprego e do custo de vida, que custou ao governo de João Goulart parte de seu apoio junto aos trabalhadores urbanos e camponeses.

A economia brasileira também apresentou transformações no perfil dessas atividades econômicas com o avanço da industrialização. Se em 1950, a indústria representava aproximadamente 25% do PIB, em 1963 ela girava em torno de 35%, em detrimento da agropecuária que cairia de 25% para aproximadamente 15% no mesmo período<sup>109</sup>. Essa transformação da economia brasileira é coerente com a crescente urbanização da população, que saltaria de 31,24% em 1940 para 55,92% em 1960<sup>110</sup>.

---

<sup>104</sup> SERRA, José. *Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira de Após-Guerra* in **Revista de Economia Política**, Vol 2/2, Número 6, abril-junho, 1982.

<sup>105</sup> GREMAUD, Amary Patrick, et alli. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 326.

<sup>106</sup> Idem, ibidem, p. 333.

<sup>107</sup> Idem, ibidem, p. 385.

<sup>108</sup> TOLEDO, Caio Navarro. *1964: Golpe contra as reformas e a democracia*. In: REIS, Daniel Aarão, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 71.

<sup>109</sup> GREMAUD, Amary Patrick. Op. cit., p. 28.

<sup>110</sup> Idem, ibidem, p. 333.

Tal industrialização, aliada à maior urbanização da população brasileira, proporcionou mudanças nas relações políticas entre setores da sociedade, como o crescimento do movimento operário com partidos políticos como o PCB e o PTB. Contudo, temos que destacar que o êxodo rural e o declínio da participação da agropecuária no PIB não mantiveram a estagnação nos movimentos sociais ligados ao campo, muito pelo contrário. O aparecimento das Ligas Camponesas em meados dos anos 50 no nordeste brasileiro demonstra que a politização de setores da sociedade brasileira no período aumentara fora dos grandes centros urbanos.

Porém, se as crises institucionais brasileiras no período não foram marcadas por crises econômicas, elas foram fomentadas e vividas por setores da sociedade que se organizavam em torno de projetos econômicos distintos. Como Sergio Bielschowsky descreve, as principais correntes do pensamento econômico no Brasil entre 1945 e 1964 foram as chamadas “Neoliberal” (também conhecida simplesmente “Liberal”), “Desenvolvimentista” e “Socialista”<sup>111</sup>.

De maneira bastante resumida, definimos a corrente Liberal como aquela que defendia um equilíbrio financeiro e monetário, diminuindo os gastos públicos para controle da inflação. Defendia nesse sentido, medidas que visassem à diminuição de impostos e a não intervenção Estatal na economia, admitindo, contudo, uma discreta participação para ajustes em caso de deformações comuns em economias subdesenvolvidas. A corrente Liberal, além de ser evidentemente antisocialista, era antinacionalista e antitrabalhista e defendia ainda a entrada livre de capitais estrangeiros no Brasil e o livre comércio.

A corrente dita Desenvolvimentista, principal corrente econômica no Brasil no período pós-Revolução de 1930, segundo Bielschowsky, pode ser dividida em três grupos: uma ligada ao setor privado, e duas ligadas ao setor público. A ligada ao setor privado era antiliberal e admitia a participação do Estado na economia como financiador e parceiro do processo de industrialização. Uma das ligadas ao setor público, mesmo sendo Desenvolvimentista, não era necessariamente nacionalista, aceitando a entrada de capital estrangeiro associado ao capital público e privado. Uma outra do setor público, era nacionalista, sobretudo àquelas atividades econômicas ligadas aos chamados “setores estratégicos”, como os de mineração, petróleo e recursos hídricos. A corrente Desenvolvimentista era fundamentada por núcleos de intelectuais e de estudos econômicos, tendo como destaque o ISEB que seguia a tradição da CEPAL.

---

<sup>111</sup> BIELSCHOWSKY, Sergio. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 33-34.

A última delas, a corrente Socialista, também com representantes do ISEB, é aquela comprometida com a socialização dos meios de produção e o fim da propriedade privada. Porém, no período estudado, ela assumiu um caráter nitidamente desenvolvimentista e nacionalista e terminantemente contrária à entrada de capital estrangeiro<sup>112</sup>.

Todavia, essas correntes não eram estanques. Em alguns momentos, tanto a corrente Desenvolvimentista relacionava-se com a Liberal – no que tange à manutenção do desenvolvimento e consolidação do capitalismo industrial no Brasil – como também se relacionava com a corrente Socialista em questões nacionalistas e reformistas, como a Reforma Agrária, e em defesa de direitos e garantias Trabalhistas.

O Nacionalismo foi o principal tema político e econômico dos anos 50 no Brasil. A questão da exploração do Petróleo, por exemplo, contou não apenas com um intenso debate político, como também atingiu a imprensa e a sociedade como a campanha nacionalista “O Petróleo é Nosso”, que mobilizou diversos setores da sociedade civil em torno do projeto. Esse debate também esteve presente dentro das Forças Armadas, através de grupos antagônicos que se alinhavam em torno de projetos políticos, econômicos e estratégicos. Neste período de Guerra Fria, o setor militar defensor de um alinhamento ideológico e político aos EUA também foi o mesmo a seguir a corrente Liberal na economia, que defendia a participação do capital estrangeiro, inclusive na questão do Petróleo, o que acabou lhe rendendo a pecha de “entreguista” junto à esquerda.

Porém, ao mesmo tempo em que defendia um Estado pouco atuante no planejamento e na intervenção econômica, o mesmo grupo defendia um governo central forte e autoritário, com severas restrições à participação política de setores populares, seguindo aquilo que José Murilo de Carvalho destacou como “tenentismo de Juarez Távora”<sup>113</sup>. Este grupo, reunido em torno da Escola Superior de Guerra (ESG), contou, além de Juarez Távora, com Golbery do Couto e Silva, Humberto de Alencar Castelo Branco e Bizarria Mamede. Formada por oficiais intelectuais, que receberiam o apelido de “Coronéis da Sorbonne” (a maioria fez curso na Escola Superior de Guerra Francesa)<sup>114</sup> a ESG buscava propor “projetos” para o Brasil. Por exemplo, já no primeiro número da *Tribuna da Imprensa*, em 27 de dezembro de 1949, começou a ser publicada uma série de pequenos artigos acompanhados por quadros explicativos, sob o título “Um projeto para o Brasil”, de autoria de Juarez Távora. Nestes quadros, Távora, de maneira didática, discutia e apontava os principais “gargalos” para

---

<sup>112</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>113</sup> CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Op. cit., p. 130.

<sup>114</sup> WILLIAM, Wagner. **O Soldado Absoluto**, uma biografia do Marechal Henrique Lott. RJ: Record, 2005, p. 22.

o desenvolvimento do Brasil e propunha soluções, sempre seguindo a doutrina liberal e modernizadora.

Para aqueles oficiais que colocaram a luta ideológica como sua principal bandeira, a chapa denominada Cruzada Democrática foi a resposta aos setores “esquerdistas” dentro das Forças Armadas nas disputas pelo controle do Clube Militar. A vitória do grupo nacionalista em 1950, encabeçado pelo General Newton Estillac Leal, iria acirrar ainda mais a divisão ideológica dentro das Forças Armadas. Em maio de 1955, com a morte de Leal, então no cargo de Inspetor Geral do Exército, o General Zenóbio da Costa assumiria seu posto e a liderança da ala nacionalista do Exército. Seu gabinete formaria o *Movimento Militar Constitucionalista* (MMC)<sup>115</sup> que seria de grande importância na resistência à articulação golpista da UDN e da ESG na eleição presidencial de 1955, e seria a principal articuladora do golpe preventivo comandado pelo Ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott em 11 de novembro<sup>116</sup>.

Mas, é necessário deixar claro que a maioria dos oficiais das Forças Armadas, a despeito de naturalmente terem suas convicções políticas e ideológicas individuais, não fazia parte de qualquer movimento político, assumindo como sua principal obrigação a defesa da hierarquia, da disciplina e da legalidade. O próprio General Henrique Lott, nomeado para o Ministério da Guerra por Café Filho, logo após o suicídio de Vargas, fazia parte desse grupo de oficiais legalistas e profissionais que não tinham por vocação, a política. Segundo Wagner William, Lott só assumiria uma postura nitidamente política durante o governo Kubitscheck, quando, ainda Ministro da Guerra, passou a defender o nacionalismo (mas sem abandonar seu anticomunismo, baseado em critérios cristãos), sendo inclusive candidato à presidência da República em 1960<sup>117</sup>.

Nos partidos políticos, de maneira geral, podemos dizer que a UDN e o PCB (mesmo na clandestinidade) eram as faces mais definidas na divisão do pensamento econômico, representando os defensores das correntes Liberal e Socialista, respectivamente. O PTB era majoritariamente Desenvolvimentista, mas a sua aproximação com o PCB no final dos anos 50 e início dos anos 60 rendeu-lhe um caráter reformista que se aproximava das demandas socialistas. O PSD era o partido com posições mais fluidas, transitando entre o Liberalismo e o Desenvolvimentismo, mas raramente adotava bandeiras Socialistas, a não ser aquelas que eram divididas com o PTB, ou seja, Trabalhistas.

---

<sup>115</sup> Idem, *Ibidem*, p. 58.

<sup>116</sup> Idem, *ibidem*, p. 123 -124.

<sup>117</sup> Idem, *Ibidem*. *Passim*.

Entretanto, assim como destaca Lucilia de Almeida Neves Delgado, no politicamente dinâmico final dos anos 50, começam a aparecer “frentes parlamentares” alinhadas a diferentes visões econômicas, políticas e sociais, as quais eram formadas por parlamentares de diversas legendas partidárias para garantir ou evitar mudanças, sobretudo constitucionais, o que representa dizer que os partidos não detinham o monopólio ideológico sobre cada demanda<sup>118</sup>.

Dentre essas frentes parlamentares, destacou-se, para o lado nacionalista e progressista, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) cujas atividades compreenderam os anos de 1956 e 1964. Formada principalmente por deputados do PTB, a FPN ligou-se a sociedade civil através de entidades de caráter reformista como a UNE, CGT e as Ligas Camponesas. Sua orientação ideológica e econômica era fortemente ligada ao ISEB, sobretudo à ala nacional-desenvolvimentista. Além da defesa do nacionalismo e da participação estatal na gerência da economia brasileira, a FPN também se destacou como uma das principais defensoras do legado Trabalhista, lutando pela sua ampliação e pelas Reformas de Base durante o governo de João Goulart<sup>119</sup>.

No lado liberal-conservador, tivemos a Ação Democrática Parlamentar (ADP), nascida em setembro de 1961<sup>120</sup>, formada por deputados da UDN, PR, PDC, PTR, e do PSD, mas também contando com alguns deputados dissidentes do PTB<sup>121</sup>.

A ADP era ligada ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado em 1959, patrocinado por empresas nacionais e estrangeiras como uma organização anticomunista, que financiaria diversos políticos da ADP nas eleições de 1962. Junto com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), criado em 1962, o IBAD financiou, produziu e divulgou vários programas radiofônicos, televisivos, campanhas publicitárias, folhetos, palestras, eventos, cursos e matérias jornalísticas com conteúdo fortemente anticomunista, conservador e moralista, em defesa da dita “civilização ocidental e cristã”, conseguindo assim apoio de setores da Igreja Católica. Aliado ao complexo IPÊS-IBAD, nasceram outras agremiações civis de cunho político anticomunista como a União Cívica Feminina e a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)<sup>122</sup>.

<sup>118</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.) **O Brasil Republicano, o tempo da experiência democrática**. Op. cit., p. 147-149.

<sup>119</sup> Idem, ibidem, p. 150.

<sup>120</sup> Idem, ibidem, p. 149-152.

<sup>121</sup> Ação Democrata Parlamentar, suplemento especial da **Revista Ação Democrática**, março de 1962, p. 21-23.

<sup>122</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.) **O Brasil Republicano, o tempo da experiência democrática**. Op. cit., p. 150-151.



De posse dessa identificação dos principais grupos políticos e militares em relação ao pensamento econômico e ideológico no Brasil, no próximo capítulo, abordaremos a formação e desenvolvimento do movimento político chamado *lacerdismo*. Para dar dimensão ao processo de ascensão do *lacerdismo* dentro da UDN, observaremos também a formação da própria UDN no contexto pós-Estado Novo, seus grupos formadores, seus aliados, seus objetivos e suas propostas.

## **2.2. Carlos Lacerda, um liberal-conservador de arroubos nacionalistas e desenvolvimentistas**

O *lacerdismo* não se destacou-se por propor profundos debates acerca da condução econômica do Brasil. Seu discurso era pautado principalmente no moralismo ascético na administração pública, no anti-esquerdismo, no antigetulismo e na defesa da moral cristã. Evidentemente, no que diz respeito ao seu posicionamento econômico – que como acabamos de afirmar, era o maior delimitador de grupos políticos na época –, sua proximidade ideológica e política com os liberais da UDN e com os militares da ESG colocaram Lacerda e os *lacerdistas* junto aos liberais-conservadores, defensores da propriedade privada, da livre iniciativa e da inserção do Brasil ao mundo ocidental capitalista. As passagens de Lacerda pela Escola Superior de Guerra o afinariam ao ideário liberal na economia.

Ao ser filiar à UDN em 1945, para apoiar a candidatura de Eduardo Gomes, Lacerda deixava claro que sua opção política inicial seria aquela que assumiria o antigetulismo como principal bandeira. Mas do antigetulismo radical inicial, Lacerda logo se colocaria também contra o nacionalismo e o trabalhismo. As ligações do PTB e dos nacionalistas com setores da esquerda, dentre eles o PCB, como aconteceu durante o Movimento Queremista em 1945, também reafirmariam em Carlos Lacerda o seu antiesquerdismo. A passagem de Lacerda pelo PCB nos anos 30 (nunca foi oficialmente filiado) e o seu rompimento traumático em 1938, que culminaria com uma séria acusação de delação e traição por parte de seus antigos companheiros de ANL, fariam com que, segundo Marina Gusmão, esse evento fomentasse um grande rancor e um sentimento de revanche contra os comunistas<sup>123</sup>.

---

<sup>123</sup> Idem, *ibidem* Op. cit., p. 44-56.

O peronismo na Argentina nos anos 50, também identificado por grande parte dos liberais brasileiros como um regime fascista e “populista”, assim como fora o Estado Novo, seria outro alvo das críticas e acusações de Lacerda contra Getúlio Vargas e João Goulart com suas supostas conspirações com o regime argentino.

De fato, o antinacionalismo de Lacerda e da *Tribuna da Imprensa*, era primordialmente identificado como um discurso para atingir Vargas e seus aliados, e não uma doutrina econômica seguida pelo jornalista. No pensamento econômico, Lacerda apresentaria um perfil ligeiramente elástico.

Na realidade, Lacerda, a despeito de sua ligação política e ideológica com os Liberais, apresentava “arroubos” nacionalistas e desenvolvimentistas. Seja ainda como jornalista nos anos 50, seja no cargo de governador do Estado da Guanabara nos anos 60, em determinados momentos Lacerda iria defender iniciativas “não liberais” para a condução da economia.

O episódio mais emblemático de tais “surto” nacionalistas é aquele que diz respeito ao Projeto do Petróleo de 1951. Assim como a UDN, a *Tribuna da Imprensa* colocou-se radicalmente contra o projeto apresentado pelo presidente Getúlio Vargas em relação a uma possível participação de capital estrangeiro na produção petrolífera brasileira, acusando-o de ser, inclusive, “entreguista”. Sobre isso, em 7 de setembro de 1951, o jornal de Lacerda estampava na primeira página: “Colossal Mistificação a Fórmula Vargas sobre o Projeto do Petróleo”. No artigo da página quatro, de autoria de Lacerda, encontramos um discurso bastante estranho à tradição udenista: “O Sr. Getúlio Vargas conseguiu esta perfeição: o povo vai ajudar os trustes estrangeiros a montarem o seu negócio com petróleo brasileiro”<sup>124</sup>.

Segundo Ana Maria de Abreu Laurenza, essa postura “antiliberal” de Lacerda e da UDN era motivada não só pelo apelo popular do projeto nacionalista em torno do projeto do Petróleo, mas também a vontade de manter uma inflexível e radical oposição a tudo aquilo que fosse iniciativa do governo federal<sup>125</sup>.

O “desenvolvimentismo” do governo Juscelino Kubitschek – que sofrera pesadas críticas e acusações de corrupção através da *Tribuna da Imprensa* e em sua atuação como deputado federal no Congresso Nacional –, recebeu elogios (mesmo que de maneira velada) de Carlos Lacerda em suas memórias: “A verdade é que com desenvolvimento ‘às caneladas’

---

<sup>124</sup> *Tribuna da Imprensa*, 07/11/1951.

<sup>125</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Op. cit., p. 113.

ou não, o governo do Juscelino, com a criação por exemplo da indústria automobilística, tinha começado a dar uma grande esperança no Brasil”<sup>126</sup>.

A administração de Carlos Lacerda no Estado da Guanabara, entre 1961 e 1965, foi marcada por uma pesada participação estatal na infra-estrutura do Estado. Contando com verbas vultosas da Lei San Tiago Dantas (que destinava verbas e obrigações federais a título de “compensação” pela perda da capital federal para Brasília) e dos dólares da “Aliança para o Progresso” (verbas do governo norte-americano na luta contra a penetração comunista na América Latina)<sup>127</sup>, Lacerda iniciou um “Plano de Ação” que abrangia enormes e onerosas obras públicas, além da criação de diversas estatais e autarquias<sup>128</sup>.

Não demonstrando grande fidelidade ao ideário liberal na economia, Lacerda, seguindo uma cartilha desenvolvimentista, apostaria na criação de duas zonas industriais; uma ao longo da Avenida Brasil, e outra em Santa Cruz, onde era prevista a instalação de indústrias pesadas, como a Companhia Siderúrgica da Guanabara (COSIGUA), considerada pelo próprio Lacerda como a “menina dos meus olhos, porque eu só acreditava na viabilidade econômica da Guanabara como Estado, se ela tivesse uma indústria de base que servisse de espinha dorsal para sua industrialização”<sup>129</sup>. Sobre o parcial fracasso dessa iniciativa estatal, Lacerda lamenta em depoimento:

[...] tínhamos desapropriado 600 hectares de terra junto à Base Aérea de Santa Cruz para implantar ali a zona industrial do Estado. Eu queria fazer lá a COSIGUA, que afinal só foi feita [...] quando o grupo Gerdau, de Porto Alegre, se associou ao grupo Thyssen. Conseguimos trazer o terminal da Central do Brasil até lá e também a licença para fazer o porto [de Sepetiba], mas não conseguimos fazer a COSIGUA. Primeiro porque acabou o governo, segundo, porque, com aquelas lutas todas, evidentemente o Governo Federal ficou contra<sup>130</sup>.

Logo após o golpe civil-militar de 1964, Lacerda teria novamente um arroubo nacionalista, que não seria o último, no mesmo ano e que o afastaria cada vez mais dos “revolucionários”. A primeira crítica foi um protesto público contra o decreto presidencial de Castelo Branco que devolvia refinarias de petróleo aos antigos proprietários<sup>131</sup>. Estas haviam sido desapropriadas por João Goulart durante o comício da Central em 13 de maio de 1964.

Ainda neste contexto identificamos um outro momento “nacional-estatista” de Lacerda. Desta vez, criticando o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) elaborado

<sup>126</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Op. cit., p. 230.

<sup>127</sup> MOTTA, Marly Silva da. **Saudades da Guanabara**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 59-60.

<sup>128</sup> Idem, *ibidem*, p. 58.

<sup>129</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Op. cit., p. 306.

<sup>130</sup> Idem, *ibidem*, p. 232-233.

<sup>131</sup> LACERDA, Cláudio. **Carlos Lacerda e os anos sessenta: oposição**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 117.

pelo Ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, Roberto Campos, Lacerda também adotaria uma postura nacionalista (sobretudo na defesa de diversas siderúrgicas pelo país) e até mesmo uma “cartilha heterodoxa”, que admitia a manutenção de índices moderados de inflação para garantir o desenvolvimento econômico<sup>132</sup>.

Atacando Roberto Campos e adotando um discurso nacionalista:

É pena que se julgue que a revolução foi para o Fundo Monetário Internacional, contra o qual nada temos, mas que também nada tem com o Brasil. Estimaria que os círculos financeiros de Nova Iorque estivessem menos satisfeitos com a nossa revolução, e os trabalhadores de São Bernardo do Campo mais confiantes nela<sup>133</sup>.

Mas ao mesmo tempo em que ataca Roberto Campos por não destinar apoio governamental à indústria nacional e as novas siderúrgicas estatais, Lacerda entra em ligeira contradição ao acusar o Ministro do Planejamento de promover com o seu PAEG uma planificação estatista da economia brasileira, assumindo novamente um discurso liberal. Durante os longos debates públicos (parte deles depois publicados em forma de livro<sup>134</sup>), Lacerda vai à televisão, em 18 de maio de 1965, e ataca frontalmente Roberto Campos:

É preciso que alguém tenha a coragem de dizer, no Brasil de hoje – no qual o Ministério do Planejamento se tornou um superministério e seu ministro, de fato, primeiro ministro – que esse Ministério foi criado e teve cabimento exatamente para estatizar a economia brasileira e que, portanto, não faz sentido numa Revolução que veio para libertá-la dessa terrível ameaça. É preciso dizer: a planificação global da economia é incompatível com uma sociedade democrática, baseada na livre empresa<sup>135</sup>.

Segundo Marina Gusmão, as críticas à política econômica do Ministro do Planejamento, chamado por Lacerda de maneira pejorativa de “tecnocrata”, era motivada por questões eleitoreiras. Virtual candidato da UDN à presidência em 1966, Lacerda temia que o nome de Roberto Campo fosse indicado pelo presidente para ser o seu substituto<sup>136</sup>.

Entretanto, o fato de Lacerda ser um político que se posicionava como um liberal-conservador, mas que tinha momentos de discursos nacionalistas e desenvolvimentistas não deixa de ser algo ordinário na política brasileira. Raramente encontramos em setores da política brasileira um posicionamento “fechado” em relação a qualquer uma das vertentes econômicas. Por exemplo, Getúlio Vargas, que era comumente classificado com um

<sup>132</sup> LACERDA, Carlos. Depoimento. Op. cit., p. 306.

<sup>133</sup> LACERDA, Carlos. *Por que sou candidato*. Artigo de 7/11/1964, publicado na Revista Manchete. In: PICALUGA, Izabel Fontenelle. **Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara**. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 109.

<sup>134</sup> LACERDA, Carlos. **Brasil entre a verdade e a mentira**. Rio de Janeiro: Bloch, 1965.

<sup>135</sup> LACERDA, Carlos. Apud. LACERDA, Cláudio. Op. cit., p. 121-122.

<sup>136</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão. Op. cit., p. 330-331.

Nacionalista, nunca recusou ou deixou de ver com bons olhos a entrada de capital estrangeiro para o desenvolvimento industrial.

Em relação a outros presidentes do período democrático, o mesmo pode ser dito em relação a Eurico Dutra e a Juscelino Kubitschek. Nacionalismo, desenvolvimentismo com participação estatal e abertura ao capital estrangeiro, várias vezes caminhavam de mãos dadas, variando de intensidade de acordo com a conjuntura nacional e mundial.

O próprio presidente João Goulart, em entrevista a jornalistas estrangeiros na ONU, enquanto explicava as recentes desapropriações de empresas americanas, deixava claro que parceiros e investidores de outros países seriam bem-vindos ao Brasil desde que seus lucros fossem “justos” e não representassem o “empobrecimento do país”<sup>137</sup>. Longe de ser uma postura liberal, essa posição de João Goulart não se aproximava em nada ao socialismo de que era acusado.

No próximo capítulo, iremos discutir a formação da União Democrática Nacional, a trajetória de Carlos Lacerda como jornalista e político, a criação do jornal vespertino *Tribuna da Imprensa* e o crescimento do lacerdismo dentro e fora da UDN.

---

<sup>137</sup> De um trecho da entrevista proferida na ONU reproduzida no documentário “Jango”. Direção: Silvio Tendler, Brasil/RJ - 1984.

## CAPÍTULO III: A UDN, O LACERDISMO E SEUS ADVERSÁRIOS

Eu queria evitar muito que a *Tribuna* fosse um órgão da UDN, até porque isso era impossível: a UDN não podia ter um órgão – a UDN era uma maçaroca de tendências, as mais diversas, impossíveis de exprimir num só jornal. Sobretudo, porque esse jornal exprimia muito mais as minhas tendências do que as tendências da UDN<sup>138</sup>.

Carlos Lacerda

### 3.1. A formação da União Democrática Nacional (UDN)

Desde a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados em 1943, e, sobretudo, a partir do “Manifesto dos Mineiros”<sup>139</sup> em outubro do mesmo ano, começou uma crescente pressão social e política contra a manutenção do Estado Novo. Tal processo de contestação, que vinha aumentando junto a profissionais liberais, intelectuais, estudantes, empresários e inclusive setores das forças armadas<sup>140</sup>, recebera um forte impulso após a entrevista de José Américo (ex-aliado de Getúlio e que fora preterido de sua candidatura à presidência em novembro de 1937 quando do golpe do Estado Novo) em fevereiro de 1945, publicada no jornal *Correio da Manhã*, criticando fortemente o governo federal e a figura de Getúlio Vargas<sup>141</sup>. Essa entrevista (fornecida ao então jovem jornalista Carlos Lacerda) rompeu a censura do DIP, alcançando grande repercussão e se transformando num importante marco contra o Estado Novo.

Finalmente, tal pressão acabou fazendo com que o ditador se antecipasse e editasse a Lei Constitucional nº 9/45 que alterava vários artigos da Constituição de 1937, inclusive os que tratavam das eleições. Tal lei apontava para, no final do mesmo ano, a volta da democracia e a conseqüente discussão de uma nova Constituição. Foram então convocadas

---

<sup>138</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978 p. 109.

<sup>139</sup> Manifesto divulgado em outubro de 1943 e assinado por dezenas de membros da dita “elite liberal” de Minas Gerais, defendia o fim da ditadura do Estado Novo, a liberdade de imprensa e a redemocratização do país. Este documento teve grande repercussão e abriu caminho para outros manifestos de entidades liberais e políticos contrários ao Estado Novo. O texto completo do “Manifesto dos Mineiros” também se encontra transcrito integralmente In: PINHEIRO NETO, João. **Carlos Lacerda, um raio sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998, p. 185-194.

<sup>140</sup> BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. Op. cit., p. 32-41

<sup>141</sup> A entrevista completa de José Américo ao jornal *Correio da Manhã*, com comentários do jornalista Carlos Lacerda, também se encontra transcrita integralmente em PINHEIRO NETO, João. Op. cit., p.163-179.

eleições e fixado o prazo de 90 dias para as datas da realização de pleitos para presidente e cargos parlamentares. Ainda no primeiro semestre de 1945, o Decreto-Lei 7.586/1945, popularmente conhecido como Lei Agamenon (em virtude do Ministro da Justiça Agamenon Magalhães), restabelece a Justiça Eleitoral, regulando em todo o País o alistamento eleitoral e as eleições. Estas foram as bases de uma estrutura política moderna caracterizadas também pela criação da legislação partidária, e da legislação eleitoral<sup>142</sup>.

Na esteira dos acontecimentos, em 7 de abril de 1945 seria criada a União Democrática Nacional (UDN) como expressão da união das principais forças políticas contrárias a Getúlio Vargas e defensoras da democracia. Baseado em Benevides, André Gaio resalta as características centrais da cultura política udenista:

1. elitismo: a presciência das elites, princípio glorificado nas recorrentes afirmações de que os melhores não podem perder;
2. golpismo: ênfase na defesa da ordem e da democracia, o que justificava o combate ao comunismo através de ações golpistas e a aliança com os militares;
3. moralismo: UDN como “o chão limpo da nação”; auto-imagem: qualidades morais inspiradas numa ética de vergonha, decência e dignidade;
4. antipopulismo: UDN como veículo de moralização dos costumes políticos;
5. autoritarismo: A UDN privilegiava os meios e secundarizava os fins<sup>143</sup>.

Mas mesmo com essas características históricas, a UDN seria marcado por práticas políticas variadas e algumas vezes conflitantes, que vão desde o dito bacharelismo político, passando pelo discurso radical e golpista; do liberalismo clássico na economia ao nacionalismo (como no caso da defesa do monopólio da Petrobrás durante o segundo governo Vargas); do antipopulismo elitista até o chamado “populismo eleitoral” quando do apoio à candidatura de Jânio Quadros à presidência em 1960. Benevides percebe, baseada também nos trabalhos de Otávio Dulci<sup>144</sup> e Izabel Picaluga<sup>145</sup>, que em vários momentos da vida política nacional entre 1945 e 1965, mesmo se algo fosse considerado contra a “natureza” da UDN, ele poderia ser usado em nome de uma “causa maior” ou de objetivos puramente pragmáticos.

---

<sup>142</sup> GAIO, André Moysés. **Afinidades eletivas entre a União Democrática Nacional (UDN) e as Forças Armadas brasileiras**. In: Revista Diálogos, Vol. 6. Universidade estadual de Maringá. <[http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6\\_mesa2.htm#\\_ednref4](http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6_mesa2.htm#_ednref4)> Acessado em 25/01/2006.

<sup>143</sup> Idem, ibidem.

<sup>144</sup> DULCI, Otávio. **A UDN e o Anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG - PROED, 1986.

<sup>145</sup> PICALUGA, Izabel Fontenelle. **Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara**. Petrópolis: Vozes, 1980.

Segundo Otávio Dulci, a UDN foi, principalmente, o catalisador político dos interesses antipopulistas<sup>146</sup>. Benevides observa por seu turno, que não apenas o antipopulismo orientava o udenismo daquele momento, mesmo porque, segundo Jorge Ferreira, o conceito “populismo” ainda não era muito difundido na cultura política brasileira em 1945<sup>147</sup>. Nas ciências sociais, apareceu pela primeira vez no Brasil em meados dos anos 50 num estudo de Helio Jaguaribe para o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (o futuro ISEB) para analisar o fenômeno do *Adhemarismo* no Estado de São Paulo<sup>148</sup>. Segundo Benevides, a principal motivação ideológica da maioria dos fundadores da UDN seria a defesa do liberalismo, cujas raízes estavam na Revolução Liberal de 1842, liderada por Teófilo Ottoni, na campanha civilista de Rui Barbosa e no Manifesto dos Mineiros de 1943. Já a motivação política de ordem pragmática seria a volta da democracia e a luta contra os herdeiros do Estado Novo. Em contrapartida, o anticomunismo só cresceria de forma efetiva, recebendo papel de destaque dentro da UDN, com o *lacerdismo* em meados dos anos 50, a partir do governo Juscelino Kubitschek, atingindo seu auge durante o governo João Goulart.

Os grupos políticos que formaram a UDN, segundo Benevides, eram<sup>149</sup>:

1. Parte das oligarquias derrotadas na Revolução de 1930, como por exemplo àquelas ligadas ao mineiro Arthur Bernardes e o baiano Otávio Mangabeira, à família Caiado, em Goiás, e à família Konder-Bornhausen, em Santa Catarina.
2. Antigos aliados de Vargas, afastados em 1930 e em 1937, como os “tenentes” Eduardo Gomes, Juraci Magalhães e lideranças como José Américo, Virgílio de Melo e Franco e Odilon Braga.
3. Personalidades de orientação liberal: bacharéis, políticos, jornalistas, empresários e intelectuais (muitos deles inspirados ou mesmo participantes do “Manifesto dos Mineiros” de 1943) como Raul Pilla, Bilac Pinto, Milton Campos, Afonso Arinos de Melo Franco, Magalhães Pinto, Prado Kelly e Júlio de Mesquita Filho (do jornal *O Estado de São Paulo*).
4. Ex-aliados de Getúlio Vargas que se afastaram pouco antes de 1945, como o interventor de São Paulo Adhemar de Barros, e o Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha.

<sup>146</sup> DULCI, Otávio. Op. cit., p. 14-15.

<sup>147</sup> FERREIRA, Jorge (org.). **O Populismo e sua história, debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001, p. 8.

<sup>148</sup> GOMES, Ângela de Castro. Populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). Op. cit., p. 22.24.

<sup>149</sup> BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. Op. cit., p. 29-32.



5. Setores da Esquerda, como a Esquerda Democrática, a União Democrática Socialista e outros sociais-democratas e grupos de intelectuais e estudantes. A participação de comunistas foi muito pequena, geralmente dissidentes do PCB e independentes.

A descrição dos grupos ajuda a entender a formação da UDN, mas não resolve totalmente o problema, já que muitos membros poderiam estar em mais de uma categoria ao mesmo tempo ou ter pertencido a uma diferente num passado recente. É o exemplo de alguns membros representantes de oligarquias derrotadas, mas que adotavam o discurso liberal no pós-45, ou o mesmo o caso dos “tenentes traídos”, membros da antiga Aliança Liberal de 1930, mas que também eram membros de oligarquias regionais<sup>150</sup>. Mas além do *antigetulismo*, um outro fator explica a insólita unidade da UDN em 1945. Foi o fato do partido ter encontrado um candidato de consenso, de “união nacional”: o Brigadeiro Eduardo Gomes.

A candidatura do Brigadeiro buscava representar uma tradição liberal e libertária e reivindicava, por isso, não só a tradição, como a rebeldia, a luta pela liberdade, a utopia, mas também uma ordem que deveria ser construída a partir das elites esclarecidas. O udenismo representaria, naquilo que ele tinha de essencial, uma cultura política pautada por um ideal de ordem jurídica abstrata e de pouca ênfase na questão social; enfim, representava a continuidade de uma cultura política vinculada ao poder imperial e à República dos Coronéis<sup>151</sup>.

A ligação da UDN com os militares não pode ser negligenciada. Portadores do chamado “mito da moderação”, o que significaria ter um papel regulador e zelador da ordem nacional, os militares foram personagens presentes nas inúmeras crises institucionais que atingiram o Brasil, sobretudo a partir dos anos 20 com o Tenentismo<sup>152</sup>. João Roberto Martins Filho sustenta que a participação dos militares da vida política brasileira a partir de 1930 foi subestimada tanto pelas forças políticas de direita quanto de esquerda até o Golpe de 1964, quando os militares demonstraram uma autonomia e uma articulação duradoura até então não prevista<sup>153</sup>. Como força política no período pós-revolução de 1930, foi durante a década de 30, e até 1945 (sob a liderança do General Góes Monteiro e do General Eurico Gaspar Dutra, e contando com a ajuda de Getúlio Vargas) que o Exército conseguiu alcançar uma

<sup>150</sup> Idem, *ibidem*, p. 29.

<sup>151</sup> GAIO, André Moysés. *Op. cit.*

<sup>152</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e Política 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.) **O Brasil Republicano, o tempo da experiência democrática**. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 p. 103.

<sup>153</sup> Idem, *ibidem*, p. 99.

“organização coesa, politicamente homogênea, e socialmente permeável às classes média e alta da população”<sup>154</sup>. Durante o Estado Novo, o Exército, além de experimentar um enorme aumento orçamentário e no seu efetivo (de 38 para 90 mil homens<sup>155</sup>), se constituiu no principal “fiador” da ordem social e do programa de desenvolvimento nacional levado a cabo por Vargas.

Porém, como agentes principais na queda de Vargas em outubro de 1945, ante o temor de um projeto continuísta getulista e da sua aliança de ocasião com os comunistas, aparece um “novo quadro partidário” nas Forças Armadas. Várias figuras importantes participaram da constituição da UDN (que foi o partido que recebeu o maior número de militares, sobretudo oficiais)<sup>156</sup> e da articulação política dos anos seguintes, que culminaria com a coligação civil-militar de 1964. A união entre os militares antigetulistas e a UDN desenvolveu uma “orientação militarista na política, particularmente nos momentos de crise institucional”<sup>157</sup>. Falando sobre o interregno Café Filho, em suas memórias, Afonso Arinos de Melo Franco admite a relação:

Na impossibilidade de reunir as forças partidárias na procura de uma solução, que não fosse a volta ao esquema anterior (a volta dos getulistas depois do suicídio de Vargas), dei minha colaboração – e não posso negá-lo – às tentativas udenistas de resolver a situação por meio de pressões militares<sup>158</sup>.

O novo quadro partidário citado acima, é formado por aqueles que Otávio Dulci chamou de “antigos tenentes”, com destaque para os que se afastaram de Vargas ao longo dos anos 30, principalmente após 1937. Juarez Távora (da ala “centrista” do Tenentismo), Juraci Magalhães, Cordeiro de Farias, Isidoro Dias Lopes e outros “tenentes” fizeram parte da oposição ao Estado Novo em seus últimos momentos e se agruparam em torno da UDN e na candidatura de Eduardo Gomes à presidência em 1945<sup>159</sup>. Segundo André Gaio, a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial marcou uma politização de grande parte da oficialidade, que a partir daí decidiu “participar mais ativamente do processo político, o que significava alterar a configuração do poder estadonovista, nos rumos de uma liberalização daquele regime”.

---

<sup>154</sup> Idem, *Ibidem*, p. 104.

<sup>155</sup> Idem, *Ibidem*, p. 105.

<sup>156</sup> GAIO, André Moyses. *Op. cit.*

<sup>157</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>158</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **A Escalada**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 345.

<sup>159</sup> DULCI, Otávio. *Op. cit.*, p. 77.

A aproximação dos militares com a UDN<sup>160</sup>, e que possibilitou uma longa colaboração, se deu principalmente através dos seguintes pontos de afinidade:

1. O discurso comum na defesa da liberdade, da lei e a ordem.
2. A exaltação da religião, do anticomunismo e da família, valores considerados por ambos como permanentes e devendo ser sempre objeto de culto, respeito e vigilância.
3. A valorização dos intelectuais e da elite esclarecida, e a desconfiança em relação ao povo.
4. O antigetulismo, ligado também ao elitismo. Getúlio Vargas era “identificado como irracional e incentivador da incultura, cujas referências principais eram os interventores Benedito Valadares e Adhemar de Barros, exemplos de grosseria e ignorância”.
5. A identificação da UDN com a classe média. O Exército sempre buscou o distanciamento entre os pólos ideológicos representados pela esquerda e pela direita, e entre as classes, não querendo ser identificado como “elite” e nem como “classe oprimida”<sup>161</sup>. Além disso, o fator sociológico é importante, já que os militares tradicionalmente são oriundos da classe média brasileira.

Esta união também pode ser confirmada tanto pelas três candidaturas militares consecutivas (duas com Brigadeiro Eduardo Gomes, filiado a UDN, e uma com General Juarez Távora, que apesar de não ser filiado a UDN, foi apoiado por ela), quanto pelos inúmeros apelos de intervenção armada no processo político.

A ligação própria de Carlos Lacerda com os Militares ficou fortalecida tanto na prática, como no imaginário popular, com seu apoio às candidaturas do Brigadeiro Eduardo Gomes, do General Juarez Távora em 1955 (pelo PDC, mas com o apoio da UDN), e com a trágica morte do Major-aviador Rubem Vaz no atentado da Rua Tonelero.

A amizade pessoal de Lacerda com o General Canrobert Pereira da Costa<sup>162</sup>, membro da Cruzada Democrática<sup>163</sup>, presidente do Clube Militar (1954-1955), chefe do Estado-Maior das Forças Armadas durante o governo Café Filho e um dos líderes do

---

<sup>160</sup> Para se ter uma dimensão de tamanha colaboração, em setembro de 1952, Juarez Távora, histórico udenista de primeira hora e filiado ao partido desde 1945, assumiria a direção da Escola Superior de Guerra (ESG), e em janeiro de 1954, seria eleito vice-presidente do Clube Militar. In: Juarez Távora, *Biografias*. RJ: FGV/CPDOC. < [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/biografias/ev\\_bio\\_juareztavora.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_juareztavora.htm) > Acesso em 10/01/ 2006.

<sup>161</sup> GAIO, André Moyses. Op. cit.

<sup>162</sup> LACERDA, Carlos. Depoimento. Op. cit., p. 155.

<sup>163</sup> Movimento organizado em 1952 por militares conservadores antigetulistas com o objetivo de derrotar a vertente nacionalista dentro do Clube Militar.

Manifesto dos Generais que pediu a renúncia de Vargas em agosto de 1954, também seria notória e destacada nos elogiosos editoriais na *Tribuna da Imprensa*.

Seria com a criação da Escola Superior de Guerra em 1949 que o Exército, sobretudo sua linha mais conservadora, iria criar maior consciência e organização política<sup>164</sup>. Em 1954, o General Juarez Távora, então na direção da ESG, assinala que os cursos oferecidos pela instituição estavam:

[...] iniciando passos decisivos, [para] constituir-se um centro de entrosamento efetivo de nossa elite, civil e militar, preparando-lhes os caminhos por que poderia conduzir o Brasil aos rumos político-administrativos que, por circunstâncias várias, se abririam, para o país, dez anos mais tarde, em 1964<sup>165</sup>.

Dentre os participantes civis do Curso Superior de Guerra, ou Curso Superior de Segurança Nacional iniciado em março de 1954, estava o jornalista Carlos Lacerda, indicado pela Associação Brasileira de Imprensa<sup>166</sup>. Os cursos ministrados pela ESG, orientados pela doutrina de Segurança Nacional, geralmente eram de caráter anticomunista, antinacionalista e preventivo a agitações contra a ordem interna, características encontradas tanto no discurso da UDN como no *lacerdismo*<sup>167</sup>.

Mas a ligação de Carlos Lacerda com os militares não se baseou somente em sua rede de alianças pessoais. Segundo o General Octávio Costa, em depoimento cedido a Maria Celina D'Araujo e Gláucio Soares, naquele período, muitos militares tinham “fascínio” por Carlos Lacerda: “As Forças Armadas ainda eram messiânicas [...] Preocupam-se em salvar o país. E elas sempre foram muito sensíveis ao moralismo [...] Lacerda era um dos espadachins do moralismo”<sup>168</sup>.

Sobre outros grupos que se aliam e formam a UDN, Otávio Dulci também destaca o papel da Igreja Católica. A “Ação Católica Brasileira”, ligada ao Centro Dom Vital (um grupo de intelectuais católicos voltados para estudos e debates políticos, econômicos e sociais) tinha como membros o jurista Sobral Pinto, o escritor Murilo Mendes e os jornalistas e intelectuais Gustavo Corção e Alceu Amoroso Lima. Segundo Otávio Dulci, este grupo, que formava o chamado “Movimento Renovador”, era bem diferente da chamada “direita

<sup>164</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. Op. cit. p. 105.

<sup>165</sup> TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas - Memórias**. Vol. 2, Rio de Janeiro: BIBLIEX1976, p. 233.

<sup>166</sup> Idem, ibidem.

<sup>167</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. Op. cit. p. 121.

<sup>168</sup> D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe. A memória militar de 1964**. São Paulo: Ediouro, 1994, p. 81-82

católica” (que se aproximava do integralismo), e apoiou fortemente a campanha eleitoral udenista do Brigadeiro Eduardo Gomes em 1945<sup>169</sup>.

Para fins deste trabalho, é importante destacar ainda a aproximação pessoal de Carlos Lacerda com este grupo católico a partir de 1948. Gustavo Corção foi um importante colaborador do jornal *Tribuna da Imprensa*<sup>170</sup> e seria, inclusive, professor de religião de Lacerda, junto com Dom Helder Câmara (de quem se afastaria anos depois durante o governo Juscelino Kubitschek)<sup>171</sup>. Estes católicos conservadores fariam parte do grupo de fundadores do próprio jornal de Lacerda, e exerceriam grande influência na linha editorial da *Tribuna da Imprensa*:

[...] Seguindo o compromisso da diretoria de que a *Tribuna* se dedicaria à “cristianização da sociedade”, o primeiro número [...] era contra o divórcio [...] os redatores prometiam que a seção infantil semanal [...] evitaria o uso de histórias em quadrinhos com gângsteres e histórias de assustar<sup>172</sup>.

Esta aproximação ao final dos anos 40 e ao longo dos anos 50 (com momentos de afastamento e reconciliação) iria coincidir com o aumento do conservadorismo e do moralismo no discurso de Carlos Lacerda.

A vantagem de tratar a UDN de forma mais ampla, reconhecendo diferentes grupos, sem dúvida está na possibilidade de vislumbrar que situações, que parecem contraditórias no âmbito nacional, são intimamente ligadas a interesses regionais e pessoais de grandes lideranças da UDN. Benevides aponta que os partidos políticos não precisam ter, necessariamente, limites definidos institucionalmente e nem uma uniformidade ideológica e monolítica para se constituírem como “partidos políticos”.

No caso do trabalho de Benevides, percebe-se que facções defensoras do “discurso udenista”, não ligadas institucionalmente com o partido, como jornais e grupos de intelectuais e militares, fazem parte da rede de influência que ultrapassa o escopo político institucional e formal. Assim, para Benevides, foi possível perceber como as questões peculiares a cada uma das “UDNs” regionais iriam atuar sobre as questões gerais da política nacional e perceber suas contradições ou coerências. Graças a esta análise, foi possível questionar a articulação de interesses políticos, econômicos e sociais, nos debates e nas decisões da política nacional para a contestação da ordem democrática. Entretanto, a pretensão de analisar todas as nuances e

<sup>169</sup> DULCI, Otávio. Op. cit, p. 79-80.

<sup>170</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão de. Op. cit., p. 101.

<sup>171</sup> DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda. A vida de um lutador**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 115-116. MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968**. São Paulo: Códex, 2002. p. 95.

<sup>172</sup> DULLES, John W. F. Op. cit. p. 129.

diferenças regionais entre as UDN foge do nosso objetivo. Ao darmos ênfase na atuação nacional do partido, sobretudo no Distrito Federal, iremos proporcionar maior visibilidade ao comportamento da propaganda e discurso que a UDN radical – focada em Carlos Lacerda – defendia. Neste contexto, termos como a “retórica bacharelesca”, o “liberalismo econômico”, o “moralismo”, a “defesa da liberdade” e a “eterna vigilância” entrarão em confronto com o “conservadorismo”, “elitismo” e o “golpismo”.

A real prática política, seja ela de partidos políticos constituídos ou grupos organizados e classistas, não está presa somente aos valores ideológicos utilizados como base para essas agremiações. É neste momento que tomamos a figura de Carlos Lacerda como um símbolo da retórica udenista, sua contradição entre o discurso da defesa democrática e sua ação golpista com setores conservadores, e sua atuação verborrágica na imprensa e na tribuna política.

Para perceber o processo de crescimento de Carlos Lacerda no cenário político nacional e dentro da UDN, trabalharemos com a perspectiva de Marina Gusmão de Mendonça<sup>173</sup>. A autora, ao traçar a trajetória política de Lacerda, enxerga que foi graças a sua penetração dentro da imprensa nacional com o discurso caro à UDN, aliado ao seu intenso conflito e articulações dentro dos meios partidários udenistas, que o jornalista Carlos Lacerda foi construindo uma imagem de oposição ao passado getulista em nome da moralidade e na defesa da democracia brasileira, mesmo que ela tivesse que ser interrompida para “ajustes”.

A UDN apresentava-se junto à opinião pública como um partido para a classe média urbana, autodenominada como a “legítima herdeira” da dita “tradição liberal” brasileira. Ela buscava suas origens em liberais históricos como Teófilo Otoni e Rui Barbosa, além de se posicionar como defensora da modernização através do capital estrangeiro associado. Mas, apesar da imagem que fazia de si mesma, a UDN tinha uma forte penetração eleitoral nas zonas mais rurais e socialmente atrasadas do Brasil. Segundo Benevides, a UDN portava-se marcadamente conservadora, mesmo quando se propunha ser “progressista”. Como bem comenta Afonso Arinos de Melo Franco, um dos maiores líderes da UDN nacional:

Mas, se tem a União Democrática Nacional, a cabeça na cidade com os intelectuais urbanos, seu corpo está, em grande parte no eleitorado rural e semi-rural. Daí, poderá tendência progressista dos dirigentes intelectuais traduzir-se mais facilmente na ação prática, por via da base rural do partido, isto é, ordeira insuscetível de ser suspeitada de subversiva<sup>174</sup>.

<sup>173</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão de. Op. cit. Passim.

<sup>174</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1980, p. 88.

A despeito da grande variedade de grupos que fundaram o partido em 1945 (alguns de certo modo antagônicos como algumas “velhas oligarquias”, tenentes e liberais nos anos 20), a UDN configurou-se como uma verdadeira “união” contra Getúlio Vargas e seus projetos continuístas. Ela conseguiu reunir grupos heterogêneos naquele momento de transição democrática em torno de uma candidatura de “união nacional”, a do Brigadeiro Eduardo Gomes tido como um dos heróis da revolta tenentista de 1922 no Forte de Copacabana no Rio de Janeiro (um dos dois sobreviventes), além de considerado um herói da Segunda Guerra Mundial<sup>175</sup>.

Nos meses seguintes à criação da UDN, outros partidos nacionais nasceriam compondo assim o panorama político da redemocratização. Faremos uma breve descrição dos principais apenas para situá-los politicamente em relação a UDN. Evidentemente, as relações da UDN com estes partidos mudariam com o passar dos anos, revelando uma grande dinâmica entre as relações partidárias, fugindo do esquematismo ilusório de “direita”, “esquerda”, “centro”, “oposição” e “situação”. O jogo político-partidário variava bastante, sempre dependendo do contexto social e político e das relações conduzidas pelos grupos dirigentes de cada partido em determinado momento. Destes novos partidos, os principais foram o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ambos de origem direta a Getúlio Vargas.

O PSD era inicialmente formado por membros advindos do Estado Novo como os ex-interventores Benedito Valadares (MG), Agamenon Magalhães (PE), Amaral Peixoto (RJ); juristas como Barbosa Lima Sobrinho<sup>176</sup>; outros membros do aparelho estatal estadonovista como prefeitos nomeados (geralmente pelos interventores); membros da administração (federal, estadual e municipal); e outras forças que apoiavam Getúlio Vargas, como proprietários rurais, industriais ligados ao projeto nacionalista de desenvolvimento, comerciantes e funcionários públicos.

Numa frase de Amaral Peixoto, um dos maiores líderes do PSD, está exemplificado bem o caráter “central” que o próprio partido reclamava para si: “Um partido de centro é formado com a esquerda da direita e a direita da esquerda”<sup>177</sup>. Lúcia Hippólito em seu trabalho sobre o PSD constata que o partido realmente se considerava uma agremiação de

<sup>175</sup> “[...] Em 1941, após a criação do Ministério da Aeronáutica, foi promovido a brigadeiro. Foi, em seguida, nomeado para o comando da I e da II Zonas Aéreas, sediadas em Belém e Recife. Transferiu-se para a capital pernambucana, onde iniciou a construção de bases aéreas com apoio de recursos norte-americanos. Nesse contexto, cumpriu importante papel de ligação entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, na Segunda Guerra Mundial”. **Eduardo Gomes**. FGV-CPDOC, <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/biografias/ev\\_bio\\_eduardogomes.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_eduardogomes.htm)>. 10/01/2006.

<sup>176</sup> HIPPOLITO, Lúcia. **PSD, de raposas e reformistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Passim.

<sup>177</sup> Idem, ibidem, p. 37.

“centro”, apresentando, contudo, membros com posições reformistas (principalmente a “Ala Moça”), conservadoras (as velhas “raposas”) ou puramente fisiológicas.

Somente durante a radicalização do início dos anos 60, sobretudo durante o governo de João Goulart, é que o PSD iria finalmente se definir para a “direita”, caminhando para junto da UDN e ajudando a gerar aquilo que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de “paralisia decisória” dentro do sistema institucional partidário no Brasil, esgotando e “paralisando” as possibilidades das instituições democráticas de mediação do conflito, e abrindo caminho para a ação militar e a quebra institucional<sup>178</sup>. Contudo, na percepção das esquerdas, o PSD foi um partido de “centro-direta” na grande maioria das vezes, sendo constantemente acusado de demagogo, oportunista e populista, sempre que defendesse alguma demanda mais progressista, mas sem propor grandes transformações estruturais na sociedade brasileira.

O fato é que o PSD foi o maior partido brasileiro entre 1945 e 1965, ocupando sempre a maior parte das cadeiras na câmara federal e senado. Nos Estados o PSD também era bem sucedido nas urnas, elegendo sempre um bom número de governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. O PSD elegeu dois presidentes (Eurico Gaspar Dutra em 1945 e Juscelino Kubitschek em 1955) e apoiou (não oficialmente) a candidatura vitoriosa de Getúlio Vargas em 1950. No entanto, é importante assinalar que o PSD nunca foi o partido mais poderoso em duas das principais unidades eleitorais do Brasil: o Estado de São Paulo (dominado pelo PSP de Adhemar de Barros<sup>179</sup> em disputa com o crescente *Janismo* de Jânio Quadros) e o Distrito Federal (onde havia uma forte disputa entre a UDN e o PTB).

A formação e a organização do Partido Trabalhista Brasileiro contou com a outra “face” do círculo getulista. Se o PSD havia sido formado pela “elite” dirigente e tradicionalista ligada ao Estado Novo, o PTB teria sua origem mais ligada ao lado trabalhista, popular, operário e, sobretudo, urbano, tendo, em sua formação, líderes sindicais ligados ao Ministério do Trabalho se propondo a criar um “legítimo partido da classe trabalhadora”.<sup>180</sup> Conforme atesta Maria Celina D’Araújo, existe uma certa mística sobre o perfil “popular e operário” do PTB. Analisado o PTB ao longo dos anos entre 1945 e 1964, a pesquisadora constata que o partido também teve em seus quadros alguns membros da dita “elite”, como empresários, grandes negociantes, comerciantes, fazendeiros, burocratas e os ditos “políticos

<sup>178</sup> HIPÓLITO, Lúcia. Op. cit. Passim. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O Cálculo do Conflito. Estabilidade e Crise na Política Brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Passim.

<sup>179</sup> SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil 1945-2000**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 18.

<sup>180</sup> DELGADO. Lucilia de Almeida. **PTB, do Getulismo ao Reformismo, 1945-1954**. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 33-37.



profissionais” (como lamentava Alzira Vargas, em 1947, numa carta endereçada ao pai, Getúlio Vargas) que de certo modo contaminaram o caráter popular do partido<sup>181</sup>.

Já o Partido Comunista Brasileiro, finalmente na legalidade (desde que fora fundado em 1922, o PCB quase sempre foi obrigado a manter-se na clandestinidade), chegaria a ter uma participação importante nas eleições de 1945, conseguindo eleger quatorze deputados federais, um senador (Luis Carlos Prestes) e tendo um candidato à presidência, Yeddo Fiúza que atingiu a expressiva marca de 9,7% dos votos válidos<sup>182</sup>. Entretanto, o registro do PC seria cancelado em 1947 durante o governo Dutra, seguido da cassação em janeiro de 1948 de todos os eleitos do partido nos pleitos de 1945 e 1947, passando a atuar novamente na clandestinidade.

Portanto, apesar do processo de abertura política com o fim do Estado Novo e com a Constituição de 1946, tal proibição da legalidade do PC e a proibição ao voto dos analfabetos – num país onde grande parte da população ainda era analfabeta<sup>183</sup> – constituiriam uma democracia incompleta e excludente, onde os preceitos liberais de “liberdade de pensamento” e “livre associação” foram mitigados graças a conceitos autoritários e conservadores que conseguiram se manter no poder. Entretanto, a despeito do marcante caráter ideológico por trás da cassação do PCB em 1947, Lucilia de Almeida Neves Delgado<sup>184</sup> assinala que ela não ocorreu por força da Guerra Fria e da sua conseqüente polarização ideológica. O PTB era, na sua origem, notadamente anticomunista, mas disputava com o PCB o mesmo público eleitoral: a classe trabalhadora. O processo de cassação dos comunistas e de seus mandatos em 1948 recebeu o apoio decisivo do PTB num processo de disputa direta pelo eleitorado urbano e operário. O fato é que depois da cassação do registro do partido, o PTB (que havia tido um começo tímido nas eleições de 1945) conheceu uma contínua ascensão, chegando a segundo partido no Congresso Nacional em, 1963, passando a UDN<sup>185</sup>.

<sup>181</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, Carisma & Poder. O PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 44-45.

<sup>182</sup> A campanha eleitoral à presidência do candidato do PCB Yeddo Fiúza ajudaria a construir a imagem de feroz anticomunista de Carlos Lacerda. A partir de 22 de novembro de 1945, Carlos publicou diariamente artigos no *Diário Carioca* contra Fiúza. Tais artigos seriam organizados posteriormente no livro *O Rato Fiúza* pela editora Moderna do Rio de Janeiro em 1946. BRAGA, Sergio (org.). **Carlos Lacerda, Na Tribuna da Imprensa: Crônicas sobre a Constituinte de 1946**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 19.

<sup>183</sup> Em 1950, o Brasil tinha aproximadamente 48% dos adultos analfabetos. Em 1960, esse número seria de 39%. Esta restrição seria parte responsável do comparecimento de apenas 20% da população nas eleições de 1962. A primeira eleição brasileira com cédula oficial (com espaço para se colocar o nome e/ou o número do candidato), os votos nulos subiram de 9,1% (1958) para 17,7%. NICOLAU, Jairo. **História do Voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 54-55.

<sup>184</sup> DELGADO. Lucilia de Almeida. 1989, Op. cit., p. 38-46.

<sup>185</sup> SCHIMITT, Rogério. Op. cit., p. 17.

Um outro partido que vale a pena ser destacado é o Partido Social Progressista (PSP), criado em 1946 depois de fusão de três pequenas legendas. O PSP era um partido pequeno nacionalmente, mas atingiu grande força eleitoral no Estado de São Paulo em virtude da forte liderança de Adhemar de Barros (que se afastou da UDN no segundo semestre de 45), ex-interventor, eleito duas vezes governador do Estado entre 1945 e 1964. Essa força regional, no Estado mais rico e populoso da federação, foi decisiva em momentos eleitorais a nível nacional, como a coligação PSP-PTB (o PSD, dividido, apoiara de maneira não oficial) para as eleições de 1950 que levaria Getúlio Vargas e João Café Filho (membro do PSP) ao Catete. Na eleição presidencial em 1955, a presença de Adhemar de Barros na disputa foi decisiva para a vitória de Juscelino Kubitschek (com 35,7% dos votos) contra Juarez Távora (pelo PDC, mas apoiado pela UDN), configurando assim a terceira “derrota gloriosa” consecutiva do partido. Távora ficara em segundo lugar (com 30,2%) e contara com o apoio do então governador Jânio Quadros<sup>186</sup> em São Paulo. O fato é que Adhemar, rival de Jânio Quadros no Estado, acabou ficando na terceira colocação (com 25,8%), dividindo os votos paulistas e facilitando assim a vitória de Kubitschek<sup>187</sup>.

Nascido em maio de 1945 no Rio de Janeiro, o “Movimento Queremista”, fundado por sindicalistas ligados ao Ministério do Trabalho de Alexandre Marcondes Filho, conseguiria se transformar num movimento de massa a nível nacional nos meses seguintes, contando também com a adesão de vários políticos (sobretudo do PTB) e empresários, como o paulista Hugo Borghi (dono de uma cadeia de 130 rádios)<sup>188</sup>.

Outra faceta importante e não menos curiosa do queremismo foi colocar os comunistas ao lado de getulistas e trabalhistas no mesmo palanque. Ao “apagar das luzes” do Estado Novo – que fora marcado dentre outras coisas, por uma severa e brutal perseguição aos comunistas – o PCB do recém libertado Luis Carlos Prestes defendia agora o projeto continuísta “Constituinte com Getúlio”, que visava à manutenção do Poder nas mãos de Vargas durante as discussões da nova Constituição. Tal insólita aliança, aliada às tentativas de Vargas de adiar e intervir no processo eleitoral já em andamento, acabou por provocar a queda do ditador em outubro pelo Exército, apoiado pelas forças oposicionistas como a UDN. Esta aliança entre Vargas e os comunistas – estritamente pragmática e oportunista para ambos os lados<sup>189</sup> – acabaria marcando de forma indelével a oposição exercida pela UDN, sobretudo

---

<sup>186</sup> BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. Op. cit., p. 96.

<sup>187</sup> Dados das eleições retirados de SCHIMITT, Rogério. Op. cit., p. 15-18.

<sup>188</sup> DELGADO. Lucilia de Almeida. 1989, Op. cit., p. 48.

<sup>189</sup> “Os comunistas entendiam que a permanência de Vargas no poder sob nova roupagem, podia abrir-lhes espaço para participação no bloco governamental e, na pior das hipóteses, garantir-lhes a segurança da legalidade.

com Carlos Lacerda, que desde então sempre poderia recorrer a esse episódio quando quisesse acusar Vargas e seus herdeiros de terem raízes ou simpatias em relação ao comunismo e pouco apreço pela democracia. Essa identificação de Vargas com os comunistas também foi ponto importante para a UDN conseguir apoio dos militares:

A tática de identificar Vargas como fascista e como candidato apoiado pelo Partido Comunista do Brasil (campanha articulada pela imprensa e pela UDN), permitiu que o pensamento e a ação da Instituição militar contra o então Presidente fossem legitimadas pelas forças conservadoras e de esquerda que compunham, naquele momento, a UDN<sup>190</sup>.

A derrubada de Vargas não representou uma grande perda para os getulistas. O candidato da UDN, Eduardo Gomes, acabou sendo derrotado por Dutra, candidato do PSD, que contara ainda com o “ele disse” de Vargas, expressando seu apoio à sua candidatura. Além disso, Vargas fora eleito senador por dois Estados, e deputado federal por sete Estados, assumindo o cargo de senador pelo Rio Grande do Sul. Esta primeira derrota da UDN assumiu proporções traumáticas, pois a vitória era tida como certa por todos os seus partidários e intelectuais. E a despeito da “oposição cordial” que fazia a Dutra, a derrota nas urnas aprofundou o ódio e repulsa udenista, sobretudo a lacerdista, à figura de Getúlio Vargas.

### 3.2. O nascimento do lacerdismo e os seus adversários

#### 3.2.1. A UDN, suas correntes e o lacerdismo

Querido leitor, se for o caso de arranjar um noivo para sua filha, Carlos Lacerda não seria bom. Mas, para governador, ele é excelente. Ele não estima ninguém. Nem a ele mesmo. É um ser instintivamente totalitário, no melhor estilo. Não podendo destruir a democracia nos seus antigos arroubos comunistas, tornou-se um paladino da democracia, transformando-a, em sua amante. Trata-se de uma figura trágica [...] Escravo de mórbida natureza, nunca teve um amigo; mas este traço o fará bom administrador de uma cidade que ele sempre defendeu com tanto ardor. Como amigo, Lacerda é horrível; como companheiro de partido político, deve ser desagradável lidar com ele<sup>191</sup>.

David Nasser

---

Vargas, por sua vez, precisava ampliar, naquele contexto, sua base de apoio”. DELGADO. Lucilia de Almeida. *Idem*, Op. cit., p. 50-51.

<sup>190</sup> GAIO, André Moysés. Op. cit.

<sup>191</sup> NASSER, David. In: PINHEIRO NETO, João. **Carlos Lacerda: um raio sobre o Brasil**. Op. cit., p. 36.

A epígrafe acima, retirada de um artigo do jornalista David Nasser publicado na revista *O Cruzeiro* durante a campanha eleitoral de Lacerda para o governo do Estado da Guanabara, retrata, com o humor cáustico que lhe era peculiar, a imagem popular de Lacerda: alguém que era impiedoso contra seus inimigos e severo e vigilante em relação a seus aliados. De fato, o lacerdismo cresce dentro da UDN, combatendo tanto outras correntes internas do partido quanto os adversários externos de maneira declarada.

Além de possuir vários grupos com origens e tendências políticas diferentes, a UDN também apresentou, ao decorrer dos anos, diferentes grupos que lutavam internamente pela hegemonia do partido e pelo *como fazer* em relação ao governo, já que no período em que atuou, até o golpe de 64, a UDN era definida como um partido de oposição.

Inicialmente, podemos identificar os chamados “chapas-brancas”, “adesistas” ou “fisiológicos”. Segundo Dulci, a maioria destes seria de origem rural e regional, de orientação conservadora e tradicional, com grande base “clientelar coronelística”, sem maiores compromissos ideológicos, defendendo quase sempre a manutenção da ordem estabelecida e as estruturas econômicas e sociais, estando, portanto, acostumados ao “modo oligárquico” de representação política. Estes estariam sempre interessados em manter relações com o governo federal<sup>192</sup>.

A despeito dos adesistas, os ditos “bacharéis” formaram, contudo, a cúpula nacional do partido até 1957, quando o último dos “históricos”, Milton Campos, deixou a presidência do partido.<sup>193</sup> Sobre eles, Dulci resume: “Eram profissionais liberais, tipicamente juristas e advogados, relativamente desvinculados de interesses sociais imediatos e independentes de clientelas específicas. Sua atuação era muito mais nacional que local”.<sup>194</sup> De caráter mais urbano, eram identificados como “Liberais Clássicos” e reclamavam para si uma antiga herança liberal brasileira, mas que não os afastava de defender posições conservadoras. A postura e a origem “bacharelesca” destes membros, que eram pessoas de projeção nacional, de certo modo ajudaram a criar a visão popular de que a UDN seria um partido elitista, “Partido dos Cartolas”.

Outro grupo que merece destaque dentro da UDN foi o chamado “realista” o qual marcou posição mais efetiva dentro do partido ao final do governo Kubitscheck. Os realistas buscavam efetivar mudanças nas formas de atuação tanto política como eleitoral, sobretudo nas campanhas e na composição de alianças. Voltados para o crescimento do partido, buscando novas estratégias e uma maior penetração junto ao eleitorado mais popular, os realistas não eram contra as orientações históricas da UDN, mas procuravam certa

---

<sup>192</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>193</sup> DULCI, Otávio. Op. cit., p. 36.

<sup>194</sup> Idem, *ibidem*.

flexibilização tanto no discurso como no jogo de alianças com outros partidos, tentando tirar a UDN do seu caráter isolacionista<sup>195</sup>.

A chamada “Banda de Música”, nome dado ao grupo parlamentar de atuação “ruidosa” e feroz de oposição ao governo constitucional de Getúlio Vargas, com críticas sistemáticas à política econômica do governo e com denúncias de corrupção em órgãos governamentais, não chega a ser um grupo em separado dentro da UDN já que foi formada por “bacharéis”, como Afonso Arinos de Melo Franco e Olavo Bilac Pinto, e membros de oligarquias regionais como José Bonifácio Lafayette de Andrada e José Sarney. No início da década de 1960, as articulações do chamado “Movimento Renovador”, que teve estreita vinculação com a candidatura de Jânio Quadros às eleições presidenciais de outubro de 1960, tinha como objetivo a adoção de novas táticas políticas (mais próximas do então chamado “populismo”) em detrimento daquelas da UDN tradicional.

Durante o governo de Quadros, já com a denominação de “Bossa Nova”, o grupo pregava uma linha de centro-esquerda, inspirada no programa de desenvolvimento com justiça social da Igreja, e ligando-se à Frente Parlamentar Nacionalista (junto com a “Ala Moça” do PSD)<sup>196</sup>. O grupo apoiou as propostas reformistas de João Goulart consideradas nacionalistas e de interesse popular, tais como as leis antitruste e de remessa de lucros, a defesa das riquezas minerais e a Reforma Agrária<sup>197</sup>. Os udenistas da “bossa-nova” eram acusados pelos “bacharéis da Banda de Música”, pelos radicais *lacerdistas* e aqueles vinculados à Ação Democrática Parlamentar de serem adesistas, oportunistas e simpatizantes aos comunistas<sup>198</sup>.

Além destas várias facções ou grupos da UDN acima mencionados, temos aquele que é do nosso principal interesse, o *lacerdismo*. Sua diferença em relação às demais começa desde o nome, vinculado diretamente a uma pessoa em especial: o jornalista Carlos Lacerda. Apesar da mística construída em torno do nome do Brigadeiro Eduardo Gomes, o “herói dos dezoito do Forte”, ou de Juarez Távora, considerado “a reserva moral da nação”<sup>199</sup>, doutrinariamente a UDN notabilizara-se por repudiar qualquer forma de personalismo político e carismático, identificando tal prática como puro populismo. Segundo Otávio Dulci, foi

---

<sup>195</sup> Idem, *ibidem*, p. 37

<sup>196</sup> BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. *Op. cit.*, p. 191.

<sup>197</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>198</sup> Idem, *ibidem*, p. 193-194.

<sup>199</sup> Idem, *ibidem*, p. 212.

durante os trabalhos da “Banda de Música” no segundo governo Vargas que o *lacerdismo* ganha impulso, principalmente no Distrito Federal<sup>200</sup>.

### 3.2.2. Carlos Lacerda na mídia e a criação do jornal *Tribuna da Imprensa*

[...] o jornalista (Carlos Lacerda) agravou o tom de suas críticas, na *Tribuna da Imprensa*, ao Presidente Vargas e a seu filho Lutero, a quem acusou de desonestidade. Novamente, chamei-o ao meu gabinete, frisando-lhe que embora, como comandante da ESG, me faltasse autoridade para impedir suas críticas de jornalista ao governo, não me parecia descabido aconselhá-lo, como cidadão, a ser mais comedido [...] recomendando-lhe não fazer acusações pessoais, da gravidade das que estava divulgando [...] Essas recomendações foram, entretanto, pouco consideradas<sup>201</sup>.

General Juarez Távora

Carlos Lacerda destacara-se na imprensa atacando duramente o governo através de vários aparelhos de comunicação de massas: a imprensa escrita e outras formas de mídia, como o rádio e posteriormente, a televisão, os quais foram importantes para a divulgação e construção de sua imagem junto à população, tornando-se um líder político, mesmo que não estivesse, necessariamente, ocupando um cargo eletivo<sup>202</sup>.

Nosso principal objetivo é analisar a atuação de Lacerda através do seu jornal, pois consideramos que foi nele que Lacerda deu corpo e base para o *lacerdismo*, suas propostas e lutas. Para ratificar a importância do acesso de Lacerda a esses outros instrumentos midiáticos, é preciso conhecer também a sua ligação com dois dos maiores empresários da indústria de comunicação de massas que o Brasil já conheceu: Assis Chateaubriant e Roberto Marinho.

Lacerda já havia trabalhado para os *Diários Associados* de Assis Chateaubriant na década de 1930, escrevendo artigos literários para o *Diário de Notícias* numa seção dirigida

<sup>200</sup> DULCI, Otávio. Op. cit., p. 37-38.

<sup>201</sup> TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas - Memórias**. Vol. 2, Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1976, p. 238.

<sup>202</sup> Aqui existe um conflito de informações. Em suas memórias, Carlos Lacerda diz que foi primeiro convidado por Assis Chateaubriant para aparecer na TV Tupi (LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 126-127). Já a biografia de Assis Chateaubriant, escrita por Fernando Morais, o convite de Chatô teria sido feito após o começo do programa de Lacerda na Rádio Globo do jornalista Roberto Marinho (MORAIS, Fernando. **Chatô, o Rei do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 550). No “perfil” de Roberto Marinho publicado pelo jornalista Pedro Bial (2005, p. 174-175), quando do episódio do convite a Lacerda para comandar um programa na Rádio Globo, apenas menciona sua atuação anterior em seu jornal, dando a impressão de que sua aparição da TV só aconteceria depois.

por Cecília Meireles<sup>203</sup>. Em agosto de 1942, Lacerda trabalhou na empresa telegráfica Agência Meridional, seguindo depois para *O Jornal* (“o mais importante da cadeia dos *Diários Associados*”<sup>204</sup>) em março de 1944, onde ficou como Secretário por poucos meses saindo após problemas relativamente banais com o também intempestivo Chateaubriant.<sup>205</sup> Entre os *Associados* e o *Correio da Manhã*, Lacerda trabalhou como *free-lancer* para alguns jornais cariocas. Foi durante esse curto período que Lacerda conseguiu despertar a atenção de toda a imprensa nacional, com o episódio da célebre e exclusiva entrevista com José Américo de Almeida em 1945, que ajudaria abalar as estruturas do Estado Novo.

Durante a longa e polêmica discussão sobre a exploração e refino do petróleo no Brasil, já no governo Dutra, Lacerda foi demitido da coluna “Na Tribuna da Imprensa” do jornal *Correio da Manhã* em maio de 1949 em função dos vários artigos agressivos contra o Grupo Soares Sampaio (interessado na questão do petróleo), cuja família era amiga íntima de Paulo Bittencourt, proprietário do jornal<sup>206</sup>. Mas apesar da demissão, Lacerda conseguiu junto a Bittencourt os direitos sobre o título “Na Tribuna da Imprensa”.

Por ter se destacado na luta contra o *getulismo* e ao defender o liberalismo econômico associado ao capital estrangeiro no jornal *Correio da Manhã*, Lacerda conseguiu, ainda em 27 de dezembro no mesmo ano, abrir o jornal *Tribuna da Imprensa*<sup>207</sup> graças a uma grande mobilização de políticos udenistas, intelectuais católicos conservadores, ligados ao Grupo Dom Vital, e:

[...] de grupos empresariais vinculados ao capital externo ante o nacionalismo que começava a tomar conta de setores do Exército e da própria burguesia industrial, e que conseguiria paralisar a tramitação de um projeto governamental que garantiria participação de investimentos estrangeiros na exploração do petróleo<sup>208</sup>.

O jornal contou no seu início com um “Conselho Consultivo”, formado pelos intelectuais Aducto Lúcio Cardoso, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção, Sobral Pinto e Dario de Almeida Magalhães. Mas, em pouco tempo, o Conselho tornar-se-ia apenas decorativo, pois não conseguia se adaptar à uma realidade diária e frenética de um jornal vespertino. Lacerda assim assumiria total controle do jornal. Segundo o jornalista Carlos

<sup>203</sup> BRAGA, Sergio. Op. cit., p. 13.

<sup>204</sup> Idem, ibidem p. 17.

<sup>205</sup> MORAIS, Fernando. **Chatô, o Rei do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 451-452.

<sup>206</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão de. Op. cit., p. 100.

<sup>207</sup> Oficialmente, Lacerda possuía apenas 10% das ações do jornal *Tribuna da Imprensa*. Mas desde a fundação do jornal, fora indicado pelo Conselho Consultivo da “Sociedade Anônima Editora *Tribuna da Imprensa*” como diretor-presidente do jornal, tendo ainda procuração da maioria dos acionistas, garantindo seu controle total nas assembleias e na administração. MENDONÇA, Marina Gusmão de. Op. cit., p. 101.

<sup>208</sup> Idem, Ibidem.

Chagas: “Ele decidia qual a manchete e diagramava a primeira página, escrevia artigos e editoriais, mudava reportagens, transplantava colunas e imprimia o seu toque pessoal em todas as páginas”.<sup>209</sup>

Sobre a motivação ideológica, política e a base social do novo jornal, Chagas aponta:

Para fundar o jornal, anunciando desde o início como uma trincheira de resistência contra o getulismo, que emergia, e o comunismo, que não tinha submergido, Lacerda abriu subscrição pública, a que a classe média puritana não faltou<sup>210</sup>.

Um grupo declaradamente *lacerdista* nascido no começo dos anos 50, com certa unidade de discurso e ação e que tinha o jornal *Tribuna da Imprensa* como referência, foi o chamado *Clube da Lanterna* (vale aqui assinalar que uma lanterna era a logomarca do jornal). Algumas fontes dizem que Carlos Lacerda teria fundado o Clube em agosto de 1953 no Rio de Janeiro<sup>211</sup> e que tinha por objetivo primordial combater o governo Vargas. Entretanto, Lacerda nega em suas memórias a sua participação na criação do grupo, reconhecendo, contudo, sua relativa importância e tamanho:

Quando eu estava no exílio, de repente, o Amaral Neto, que foi integralista, fundou em meu nome um negócio chamado Clube da Lanterna, com o qual eu nunca, jamais, tive nada a ver. E milhares de pessoas no Brasil se organizaram em torno do Clube da Lanterna; o Amaral Neto fazia comícios do Clube [...]<sup>212</sup>.

A retórica contundente e “demolidora” de Lacerda, desde os tempos de *Correio da Manhã*, chamou a atenção do jornalista Roberto Marinho, que via nele um possível “fenômeno irresistível de comunicação e persuasão”.<sup>213</sup> Ainda sobre Lacerda, o jornalista Armando Nogueira reproduz a opinião de Roberto Marinho:

Carlos Lacerda tinha uma capacidade de conversar sobre qualquer assunto com grande conhecimento. Você pode ir de literatura a falar sobre rosas [...] Mas não é só isso que caracteriza um grande conversador. Um grande conversador se caracteriza, sobretudo, pela capacidade de ouvir. O que eu aprendi com Carlos Lacerda: Carlos Lacerda tinha uma capacidade de ouvir. E de ouvir chatos. A capacidade de ouvir chatos de Carlos Lacerda era incomparável<sup>214</sup>.

<sup>209</sup> CHAGAS, Carlos. Vol. 1. Op. cit., p. 591.

<sup>210</sup> Idem, ibidem.

<sup>211</sup> Verbetes: LACERDA, Carlos. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC. Acessado em 20/11/2005. <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/2684\\_2.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/2684_2.asp)> Acessado em 20/12/2005.

<sup>212</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Op. cit., p. 59.

<sup>213</sup> BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 164.

<sup>214</sup> Armando Nogueira em depoimento de 2003 a Pedro Bial. In: Idem, ibidem, p. 175.



No primeiro semestre de 1954, Roberto Marinho convida Lacerda para comandar o programa na rádio Globo *Conversa em Família*<sup>215</sup>, programa que já vinha contando com sua participação diversas vezes desde 1952<sup>216</sup>.

Segundo o jornalista Pedro Bial, o convite teria como motivações circunstâncias “políticas e de mercado”<sup>217</sup>. O fato é que, em junho de 1951, o jornalista Samuel Wainer, ex-patrão de Carlos Lacerda na revista *Diretrizes* em 1938, havia conseguido fundar o jornal *Última Hora*, financiado com empréstimos do Banco do Brasil, comprometido com o programa nacionalista de desenvolvimento de Getúlio Vargas, que acabou por constituir-se numa eficiente arma de propaganda a favor do governo. Como a chamada “Grande Imprensa” (sobretudo os jornais *O Globo*, *o Estado de São Paulo*, *o Correio da Manhã* e os *Diários Associados* de Assis Chateaubriant) era contrária a Getúlio Vargas, houve a iniciativa por parte de seus aliados de criar um jornal de grande circulação que desse apoio ao governo e combatesse as críticas vindas de outros jornais<sup>218</sup>. O novo jornal também receberia financiamento de empresários ligados ao nacionalismo de Getúlio Vargas, como o industrial Ricardo Jafet<sup>219</sup>; o banqueiro Walter Moreira Salles; o industrial Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria; e o Conde Francisco Matarazzo.<sup>220</sup>

Em resposta, desde 1953, na *Tribuna da Imprensa* e na rádio Globo, Lacerda começa uma feroz campanha contra a *Última Hora* e seu presidente, já que Wainer não era brasileiro de nascença e a Constituição brasileira não permitia que estrangeiros fossem proprietários de jornais: “[...] um jornal fundado agora por um aventureiro, com dinheiro do Banco do Brasil, dizendo defender o povo, mas para melhor garantir os negócios do Sr. Ricardo Jafet e a demagogia do Sr. Getúlio Vargas [...]”<sup>221</sup>.

Mas, o que realmente preocupava Roberto Marinho e Assis Chateaubriant era que em menos de dois anos, a *Última Hora* (que era vespertino) atingiria enorme tiragem<sup>222</sup>, com edições no Rio de Janeiro e em São Paulo, colocando em risco tanto *O Globo* de Marinho como o *Diário da Noite* de Chateaubriant (ambos vespertinos)<sup>223</sup>. Wainer também lançaria em abril 1953 o tablóide *Flan*, que em pouco tempo atingiria a marca de 150 mil exemplares,

<sup>215</sup> BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. Op. cit., p. 175.

<sup>216</sup> CALABRE, Lia. Conspirações sonoras: A rádio Globo e a crise do governo Vargas (1953-1954). In: BAUM, Ana. **Vargas, agosto de 54. A história contada pelas ondas do rádio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 37.

<sup>217</sup> BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. Op. cit., p. 175.

<sup>218</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Op. cit., p. 17.

<sup>219</sup> Presidente do Banco do Brasil na época.

<sup>220</sup> CHAGAS, Carlos. Vol.1. Op. cit., p. 572.

<sup>221</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Op. cit., p. 63.

<sup>222</sup> O novo jornal saltaria de 18 mil exemplares diários nos primeiros 3 meses para 141 mil em janeiro de 1953. Idem, p. 53.

<sup>223</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 126.

oferecendo forte concorrência à revista *O Cruzeiro*, também de propriedade do Grupo Associados<sup>224</sup>.

Na Radio Globo, Lacerda demonstrou todo o seu talento, o qual lhe rendeu o título de “melhor tribuno que o Brasil já teve”. Segundo Pedro Bial, no segundo semestre de 1954, o programa “Conversa em Família” bateu todos os recordes de audiência para o horário. Durante meses, Lacerda passava horas na rádio de Roberto Marinho atacando impiedosamente o governo Vargas e o jornal *Última Hora*<sup>225</sup>. Interessante sobre este episódio é que as ondas médias de rádio AM viajam melhor na atmosfera durante a noite<sup>226</sup>. A radiodifusão da Rádio Globo atingia várias regiões do Brasil (não apenas o Rio de Janeiro como acontecia durante o dia) exatamente na hora em que Lacerda estava ao microfone<sup>227</sup>.

Por seu turno, Assis Chateaubriant, depois de deslocar seu melhor jornalista da revista *O Cruzeiro*, David Nasser, para ajudar Lacerda na campanha de destruição de Wainer e de seu jornal, abriu as portas das suas emissoras da TV Tupi no Rio de Janeiro e em São Paulo para Lacerda<sup>228</sup>. Inspirado pelo bispo americano Fulton Sheen (que conhecera pela televisão quando esteve nos EUA em 1952) e que apresentava um programa de televisão de sucesso naquele país, Lacerda em poucos dias atingiu tamanha audiência que Chateaubriant determinou que seu programa passasse de cinco minutos para meia hora e ainda mandou que aparelhos de televisão fossem espalhados em pontos públicos do Rio de Janeiro e de São Paulo para que a população pudesse ouvir a campanha contra Wainer e seu jornal<sup>229</sup>.

Segundo o jornalista Heron Rodrigues, Lacerda tornaria-se um “fenômeno” graças ao rádio<sup>230</sup>. Roberto Marinho, em artigo no *O Globo*, em 5 de setembro 1965, dizia: “O Sr. Carlos Lacerda tornou-se, em 1954, uma figura nacional graças ao microfone da Rádio Globo [...]”<sup>231</sup>. Samuel Wainer, em suas memórias, desdenhando o poder do jornal de Lacerda, comenta:

<sup>224</sup> CALABRE, Lia. Op. cit., p. 38.

<sup>225</sup> BIAL, Pedro. Op. cit., p. 175-176.

<sup>226</sup> As ondas de rádio, ao atravessarem a atmosfera, sofrem influências desta. Vários fatores influenciam as condições de propagação, tanto positiva como negativamente, como a altitude, localização geográfica, tempo, dia, noite e etc. Durante o dia, a radiação solar provoca na atmosfera um aumento de “íons” (partículas carregadas) que absorvem as ondas de rádio. Quanto mais ionizada está a atmosfera, maior a absorção de energia, e menor a refração das ondas. Durante a noite ocorre uma menor ionização, diminuindo a absorção e aumentando a refração, possibilitando assim maior alcance de propagação das ondas. Este é o motivo pelo qual se pode captar estações de rádio de ondas de frequências médias e curtas localizadas a milhares de quilômetros durante a noite.

<sup>227</sup> BIAL, Pedro. Op. cit., p. 175-176.

<sup>228</sup> MORAIS, Fernando. Op. cit., p. 551.

<sup>229</sup> Idem, ibidem, p. 552-553.

<sup>230</sup> BIAL, Pedro. Op. cit., p. 176.

<sup>231</sup> Idem, ibidem.

O problema é que Lacerda logo seria auxiliado por Assis Chateaubriant, que lhe franquearia o acesso à TV Tupi, e por Roberto Marinho, que pôs a rádio Globo à sua disposição. No seu livro de memórias, por sinal, Lacerda afirma que, ao receber esse tipo de ajuda, sentiu-se invencível<sup>232</sup>.

O acesso a estes dois importantes meios de comunicação de massa (sobretudo o rádio naquela época) ampliara em muito seu raio de ação, ajudando a criar o *lacerdismo*. Em poucos meses, Lacerda era sinônimo de “oposição”. Porém, mesmo destacando as fundamentais aparições de Lacerda no rádio e na TV, era comum que tais discursos e comentários fossem reproduzidos na *Tribuna da Imprensa* e no próprio *O Globo* (apenas aqueles feitos na rádio<sup>233</sup>). Isto mostra que, por mais importante que fosse a influência da radiodifusão e da televisão, era necessário “pôr no papel” tudo aquilo que fosse mais importante, ou julgado merecedor de ficar impresso.

O *Clube da Lanterna*, desde sua fundação, fazia grande pressão pela candidatura de Lacerda para deputado pelo Distrito Federal em 1954<sup>234</sup>. Setores da UDN carioca perceberam o potencial eleitoral dele e ajudaram na candidatura, o que resultou no deputado mais votado em outubro<sup>235</sup>, mesmo sendo considerado culpado pelo suicídio de Vargas em agosto do mesmo ano. A partir dessa demonstração de penetração eleitoral e de liderança antigetulista, Lacerda passaria a ter o controle da UDN no Rio de Janeiro<sup>236</sup>.

De agora em diante, Lacerda não seria apenas uma arma política da UDN na imprensa (e na mídia). Lacerda agora entrara em definitivo no jogo político como protagonista e seu nome estava conhecido o suficiente para alcançar uma popularidade singular, sobretudo junto à classe média, que se espelhava em sua defesa incansável pela moralidade. Entretanto, conforme Izabel Picaluga:

Se em Carlos Lacerda encontramos qualidades carismáticas, é verdade, também, que estão bem explicitadas em seus discursos as teses capazes de sensibilizar as classes médias, e, por outro lado, estão também explicitados certos interesses que ele defendia e que não correspondiam propriamente aos daquelas classes [...] Seu discurso encerrava uma mensagem dirigida a um público certo, que apoiava as críticas que eram feitas e assumia concordância com os interesses defendidos<sup>237</sup>.

<sup>232</sup> WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver. Memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 9ª ed. 1987, p. 140.

<sup>233</sup> Publicados na coluna “O Globo no Rádio”. BIAL, Pedro. Op. cit., p. 177.

<sup>234</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão de. Op. cit., p. 145.

<sup>235</sup> Lacerda teve 159.707 votos, seguido por Lutero Vargas, filho do suicida, que contou com 120.9213 votos.

<sup>236</sup> Idem, ibidem, p.163.

<sup>237</sup> PICALUGA, Izabel. Op. cit, p. 49.

### 3.2.3. O crescimento do Lacerdismo dentro e fora da UDN

O *lacerdismo* crescia na mesma proporção em que aumentava a visibilidade do discurso de Carlos Lacerda nos meios de comunicação, e a sua escalada política eleitoral. Esse crescimento junto à população demandava um crescimento dentro da própria UDN. O discurso radical e golpista de Lacerda acabou por entrar em conflito com setores mais “liberais” e “bacharelescos” dentro do próprio partido, principalmente, quando se aproximou dos militares udenistas ligados à Cruzada Democrática e à Cruzada Anticomunista nos meses anteriores ao 11 de novembro de 1955<sup>238</sup>.

Não é objetivo nosso analisar as disputas internas da UDN, mas a série de “derrotas gloriosas” alimentava as diferenças internas dentro do partido. As coligações vitoriosas no âmbito nacional entre PSD e PTB deixavam claro para muitos membros da UDN que sua “pureza” e sua postura elitista e bacharelesca dificultava sua penetração no eleitorado urbano, seduzido pelo discurso populista-desenvolvimentista dos herdeiros da tradição getulista, impossibilitando assim uma vitória nacional<sup>239</sup>. A radicalização do *lacerdismo*, agora contra o governo Juscelino Kubitschek, e a atuação dos *realistas* como Juracy Magalhães e Magalhães Pinto, reforçou novamente a tese de que, sozinha, a UDN jamais venceria por vias democráticas.

A cúpula do partido, de tradição antipopulista, agora apostaria na prática adversária através dos comícios da “Caravana da Liberdade” e do “Caminhão do Povo” (uma espécie de comícios relâmpagos feitos sobre carroceria de caminhões em vários bairros do Rio de Janeiro num mesmo dia), o que acabou dividindo o partido.<sup>240</sup> Foi durante o impasse na disputa para a sucessão de Juscelino Kubitschek, quando a UDN estava dividida entre “*lacerdistas*” e “bacharéis históricos”, o “movimento renovador” (futura Bossa-Nova) *versus* os “realistas” (que queria lançar o nome de Juracy Magalhães)<sup>241</sup>, que Carlos Lacerda passou a ser considerado “pela opinião pública como o líder nacional do partido”<sup>242</sup>.

Seu forte apoio à candidatura de Jânio Quadros contra o nome de Juracy Magalhães, e a sua candidatura a governador do Estado da Guanabara marcariam o início da fase *lacerdista* dentro da UDN nacional. Entrar em contradição através de pronunciamentos, discursos e artigos não é algo raro dentro do jogo político, ainda mais quando se comparam

<sup>238</sup> BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. Op. cit. p. 97-98.

<sup>239</sup> Idem, ibidem, p. 113-115.

<sup>240</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão de. Op. cit., p. 202-205.

<sup>241</sup> BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. Op. cit., p. 108.

<sup>242</sup> Idem, ibidem, p. 114.

momentos eleitorais distintos. Mas a verborragia de Carlos Lacerda algumas vezes o colocava em situações quase cômicas. Em primeiro de julho de 1955, ou seja, já em plena conjuntura eleitoral para a sucessão do presidente Café Filho, Lacerda falava na Tribuna da Imprensa acerca de Jânio Quadros, o então governador de São Paulo. “Ainda agora vemos essa manobra do aventureiro Jânio Quadro – personagem sinistro e lúgubre que só a insânia e o horror à personalidade que dominam os responsáveis pela vida nacional poderiam tolerar à frente de um movimento político [...]”<sup>243</sup>.

Pouco anos depois, no final do mandato de Juscelino Kubitschek, em plena Convenção Nacional da UDN em março de 1959, Carlos Lacerda tornar-se-ia o principal defensor do apoio udenista para a campanha de Jânio Quadros. Na ocasião, o então deputado pelo Distrito Federal diria: “haverá algo mais udenista neste país do que a obra de Jânio Quadros em São Paulo?”<sup>244</sup> No entanto, tais contradições não eram fruto de instabilidade psicológica (a insânia citada por Lacerda em 1955) e sim de cálculos e estratégias políticas pragmáticas.

Izabel Picaluga, em sua pesquisa sobre a UDN na Guanabara, acredita que o empenho de Carlos Lacerda no apoio à então “insólita” candidatura de Jânio Quadros teria como objetivo se lançar nacionalmente, pensando nas eleições presidenciais de 1965<sup>245</sup>. Lacerda buscava marcar posição dentro da própria UDN nacional e consolidar sua liderança no partido em detrimento dos “bacharéis”. Buscava também aproveitar o forte apelo eleitoral de Jânio Quadros junto à classe média (segmento da sociedade onde o *lacerdismo* encontrava maior repercussão), além de possibilitar certa inserção nos votos dos trabalhadores de baixa renda, que também viam em Jânio Quadros a possibilidade de ganhos sociais<sup>246</sup>. Em depoimento, Lacerda admitiria também que seu apoio a Jânio era bastante pragmático: “Apoiei porque o Jânio ganhava de qualquer jeito”<sup>247</sup>.

Essa ascensão nacional do *lacerdismo* marcaria ainda o distanciamento deste em relação aos “históricos” como Milton Campos e Afonso Arinos de Melo Franco e em relação à facção reformista “Bossa-Nova”<sup>248</sup>. Segundo Benevides, os dois Estados onde a UDN tinha mais força e atuação política foram Minas Gerais e o Distrito Federal (depois Guanabara)<sup>249</sup>.

<sup>243</sup> LACERDA, Carlos. Editorial do jornal *Tribuna da Imprensa*. 01/07/1995. Texto também citado em PICALUGA, Izabel. Op. cit., p. 62-64.

<sup>244</sup> BENEVIDES, Maria Victória. Op. cit., p. 108.

<sup>245</sup> PICALUGA, Izabel. Op. cit., p. 67.

<sup>246</sup> Idem, *ibidem*, p. 68.

<sup>247</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**, Op. cit., p. 202

<sup>248</sup> BENEVIDES, Maria Victória, Op. cit., p. 114-115.

<sup>249</sup> Idem, *ibidem*, p. 230-233.

A eleição de Lacerda para o governo da Guanabara em 1960 iria aumentar a penetração do *lacerdismo* na “caixa de ressonância nacional”, estado que tinha a maior participação eleitoral e constituía-se no quarto maior colégio eleitoral do Brasil<sup>250</sup>.

A partir de 1961 podemos observar, na UDN carioca, duas pautas diferentes de comportamento. De um lado, encontramos os liberais que tenderão a acompanhar as medidas políticas e econômicas do presidente Quadros, e de outro o governador Lacerda e seus simpatizantes que tenderão cada vez mais para a uma posição à direita dos demais partidos conservadores. Esta guinada para a direita, associada com atitudes personalistas de Carlos Lacerda, iniciou um processo de desagregação no interior do partido que culminou em 65 com o total afastamento das duas correntes de opinião<sup>251</sup>.

Em abril de 1963, durante o governo João Goulart e já com as Reformas de Base na pauta de discussões nacionais, a convenção nacional da UDN em Curitiba indicou Lacerda para ser candidato à presidência em 1965 (ficou acertado que isso seria confirmado numa outra convenção em abril de 1964), consolidando de vez a hegemonia do *lacerdismo* dentro da UDN, Lacerda vencera o “realista” Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, favorável a Reforma Agrária<sup>252</sup>. A constatação de que Carlos Lacerda já se configurava como uma liderança política também a nível nacional, a ponto de ser um presidenciável com votação expressiva no pleito de 1965, é confirmada por Antônio Lavareda, que reproduz uma pesquisa feita pelo IBOPE nas principais capitais brasileiras entre 9 e 26 de março de 1964 (dias antes do Golpe Militar) onde a pergunta era “E se tivesse que escolher entre esses?”. O resultado da pesquisa foi: Juscelino Kubitschek com 37%, Carlos Lacerda com 25%, Adhemar de Barros com 9%, Magalhães Pinto com 7% e brancos, nulos e “não sabem” com 23%. Ainda segundo Lavareda: “Lacerda era mesmo o melhor nome da UDN para o pleito, embora suas chances diante de Juscelino fossem diminutas”<sup>253</sup>.

De fato a diferença de Kubitschek em relação a Lacerda era bastante significativa, principalmente para uma eleição que não previa segundo turno. Dificilmente Lacerda conseguiria inverter a vantagem de Kubitschek. Contudo, com o Golpe de 31 de março de 1964 e a cassação dos direitos políticos do então Senador Kubitschek em 8 junho do mesmo ano, Lacerda passou a ser celebrado como virtual vencedor das eleições de 1965, pois não teria adversários à sua altura. Mas a 22 de julho, o Congresso aprovaria o adiamento das

<sup>250</sup> MOTTA, Marly Silvia da. **Saudades da Guanabara**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 35.

<sup>251</sup> PICALUGA, Izabel. Op. cit., p. 67.

<sup>252</sup> LACERDA, Cláudio. **Carlos Lacerda e os anos sessenta: oposição**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 66-67.

<sup>253</sup> LAVAREDA, Antônio. **A Democracia nas Urnas. O processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964**. Rio de Janeiro: IUPERJ - Revan, 1999, p. 174.

eleições para outubro de 1966 e a prorrogação do mandato do General Castelo Branco para março de 1967.

Esse ato marcaria o rompimento definitivo de Lacerda com os “revolucionários” (inclusive com parte da UDN, que aderira ao governo militar), e sepultaria de uma vez por todas as suas pretensões à faixa presidencial. Porém, de qualquer modo, vale ressaltar que no dia 8 de novembro de 1964, a VII Convenção Nacional Extraordinária da UDN realizada em São Paulo representou uma importante vitória para Lacerda, pois recebeu 309 votos, num total de 318, confirmando seu nome como candidato à presidência da república<sup>254</sup>.

### 3.2.4. O Lacerdismo e seus adversários

A despeito de disputas partidárias internas, acreditamos que o *lacerdismo* se constrói, sobremaneira, não dentro da UDN, mas fora dela, na esfera pública, através da opinião pública, contando sempre com o carisma pessoal de seu líder. Sobre o carisma do *lacerdismo*, Lacerda disse:

A idéia que se criou, muito devido ao nazismo e ao fascismo, de que carisma seja sinônimo de um fenômeno da mística autoritária, é absolutamente falsa. Não conheço nenhuma liderança democrática que não tenha carisma, que não tenha também, por isso mesmo, um efeito carismático<sup>255</sup> [...] o tal lacerdismo, no sentido do carisma [...] teve o mesmo carisma da campanha civilista do Rui Barbosa<sup>256</sup>.

É dentro da sociedade civil que o *lacerdismo* vai tomar corpo de movimento político que se apresenta como uma alternativa para a solução dos problemas nacionais:

Quanto ao chamado lacerdismo, foi realmente um fenômeno que existiu e que teve várias conotações, umas muito nobilitantes, no sentido de que o lacerdismo seria um estado de espírito, digamos, reformador e honesto; outras mais pejorativas, como “as mal-amadas”, termo inventado pelo Antônio Maria [cronista e radialista] [...]<sup>257</sup>.

Sobre as “mal-amadas” citadas acima por Lacerda, Izabel Picaluga observou serem uma das bases da força eleitoral da UDN *lacerdistas*: “As qualidades carismáticas de Carlos

<sup>254</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão. Op. cit., p. 332.

<sup>255</sup> Percebe-se aqui que Lacerda se esquece de ícones como o Brigadeiro Eduardo Gomes, considerado uma das maiores lideranças democráticas brasileira aos olhos da UDN, e ao mesmo tempo, reconhecidamente uma pessoa sem carisma pessoal.

<sup>256</sup> LACERDA, Carlos. Op. cit., p. 223.

<sup>257</sup> Idem, ibidem, p. 222-223.

Lacerda eletrizaram o eleitorado feminino da classe média, principalmente funcionárias, profissionais liberais, donas-de-casa e professoras primárias”<sup>258</sup>.

Picaluga ainda diz que houve um: “número enorme de mulheres que tiraram título de eleitor justamente para votarem em Carlos Lacerda quando ele concorreu ao governo da Guanabara”<sup>259</sup>. Destaca-se também a fundação, em 12 de junho de 1962, da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) na Guanabara, considerada o braço feminino do IPÊS<sup>260</sup> e que teve papel fundamental para a derrubada do governo João Goulart<sup>261</sup>.

Ainda sobre essa penetração *lacerdista* junto ao eleitorado feminino, Marly Silva Motta atesta:

A imagem viril e vibrante de Lacerda, associada a uma oratória apaixonada, tinha um alvo preferencial: o eleitorado feminino, cujo voto não era então obrigatório. Nesse sentido, a Tribuna e o próprio Lacerda passaram a desenvolver uma intensa campanha de alistamento desse eleitorado, tradicionalmente a elas dedicados: enfermeira, mãe, professora, esposa<sup>262</sup>.

Dois tipos de discurso formariam o *lacerdismo*: um positivo (as posições que defendem) e um negativo (voltado contra seus adversários). O primeiro deles vai propor a construção do *lacerdismo* através do discurso na defesa de elementos caros aos liberais históricos brasileiros: a democracia, a liberdade individual, a liberdade econômica e o moralismo. Contudo, esse discurso positivo, que permanecerá estático por quase todo o período, não difere em praticamente nada em relação às outras facções e grupos dentro da UDN. Vai ser no discurso negativo, mais fluido e conjuntural, que o *lacerdismo* vai marcar posição dentro da UDN e, principalmente, junto à opinião pública, sendo a expressão viva (sobretudo na figura de seu líder) do *antigetulismo*, antipopulismo, anticomunismo, e defesa do golpismo em nome de uma “democracia pura”.

É relevante destacar que os adversários externos do *lacerdismo* eram praticamente os mesmos que a UDN consagrou em suas campanhas nacionais. Contudo, desde seu nascimento em 1954, o *lacerdismo* vai assumindo ao passar dos anos um discurso cada vez mais radical, “raivoso” e muitas vezes golpista. Ao se aproximar de setores conservadores

<sup>258</sup> PICALUGA, Izabel. Op. cit., p. 151.

<sup>259</sup> Idem, Ibidem, p. 152.

<sup>260</sup> O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS) foi uma entidade fundada por empresários que promoveu intensa campanha contra João Goulart, utilizando os mais diversos meios de comunicação: artigos nos principais jornais do país; uma série de 14 filmes de "doutrinação democrática", cursos, seminários, conferências; publicação e distribuiu inúmeros livros, folhetos e panfletos anticomunistas Também atuou no financiamento de outras entidades contrárias ao governo como a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, a CAMDE e a União Cívica Feminina de São Paulo. ASSIS, Denise. **Propaganda e cinema a serviço do golpe - 1962/1954**. Rio de Janeiro: Mauad - FAPERJ, 2001.

<sup>261</sup> Idem, ibidem, p. 53-55.

<sup>262</sup> MOTTA, Marly Silvia da. Op. cit., p. 53.



militares como a Cruzada Democrática<sup>263</sup>, da Aeronáutica (ligadas ao Brigadeiro Eduardo Gomes), da Marinha (como o Almirante Carlos Penna Botto, fundador da Cruzada Brasileira Anticomunista em 1952)<sup>264</sup> e de grupos católicos de direita<sup>265</sup>, seu discurso também vai tomando feições reacionárias. A ligação de Lacerda com os militares pode ser entendida como uma convergência de interesses. Como assinala José Murilo de Carvalho, Juarez Távora, um dos “tenentes” da década de 20 e apoiador de Vargas nos anos 30, lideraria uma corrente política dentro das Forças Armadas no pós-45 voltada para um projeto que defendia uma “modernização conservadora” de cunho liberal para o Brasil e que se colocaria como adversária tanto de Vargas como de sua herança política, além de, evidentemente, qualquer movimento esquerdista<sup>266</sup>.

Na criação da UDN, o então jornalista Carlos Lacerda entra na cena política nacional atuando no *Correio da Manhã* criticando duramente o PTB e o PCB, reconhecidos por ele como os legítimos herdeiros do *getulismo*. O *Movimento Queremista* era a prova que Lacerda precisava para ligar um ao outro, ignorando (ou desconhecendo) os motivos puramente pragmáticos que possibilitaram aquela união<sup>267</sup>. *Getulismo* e comunismo eram seus principais adversários durante os primeiros anos da redemocratização. Com a volta do ex-ditador Getúlio Vargas “nos braços do povo”, sob a legalidade da democracia brasileira em 1950, foram reacesas as origens antigetulistas e antipopulistas que reafirmaram a UDN como sendo a “guardiã da liberdade e da democracia”, o partido da “eterna vigilância”. A UDN, arrependida com o acordo Interpartidário (PSD/PTB, UDN e PR) assumido durante o Governo Dutra<sup>268</sup>, passa a uma prática de oposição radical e sistemática contra o governo constitucional através da “Banda de Música” no Congresso Nacional e de ataques articulados na imprensa udenista, como a *Tribuna da Imprensa* e o *Estado de São Paulo*.

Portanto, a “metralhadora giratória”<sup>269</sup> volta-se novamente para Getúlio Vargas, “Rebeco, o Ditador Inesquecível”<sup>270</sup>, que era massacrado diariamente no *Tribuna da Imprensa* sobre seu suposto passado fascista autoritário, e sua política nacionalista, outra doutrina fortemente combatida e criticada por Lacerda. Com a entrada do jornal *Ultima Hora* na

<sup>263</sup> BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. Op. cit., 1981, p. 101.

<sup>264</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em **Guarda contra o perigo vermelho, o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: FAPESP, 2002, p. 143.

<sup>265</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão de. Op. cit., p. 95.

<sup>266</sup> CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p.129-130.

<sup>267</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1989, Op. cit., p. 50-51

<sup>268</sup> BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. Op. cit., 1981, p. 77-78.

<sup>269</sup> Apelido criado pelo deputado Vieira de Melo (PSD-BA). BIAL, Pedro. Op. cit., p. 197.

<sup>270</sup> Lacerda, a partir de 1946, às vezes se referia a Getúlio Vargas como “Rebeco, o Ditador inesquecível” em citação ao filme americano “Rebeca, a Mulher Inesquecível” de Alfred Hitchcock que atingiu um grande sucesso e popularidade no Brasil naquela época. DULLES, John W. F. Op. cit., p. 94.

grande imprensa nacional em 1951, transformando-se num fenômeno de vendas e numa forte arma de defesa e propaganda do governo federal, Lacerda aumenta seus ataques e torna-se uma personalidade nacional. Não demorou muito para que sua campanha demolidora voltasse também para a família de Vargas, principalmente para Lutero, seu filho mais velho ("filho rico e degenerado do Pai dos Pobres").

Depois do dramático e sangrento agosto de 1954, Lacerda agora deslocaria sua verborragia contra os "herdeiros da Carta Testamento" ou os "Gregórios"<sup>271</sup>. Com as eleições presidenciais em 1955, os "herdeiros" seriam, principalmente, Juscelino Kubitschek e João Goulart (que ficara marcado indelevelmente junto a militares e empresários como "comunista" e "sindicalista" desde o episódio dos 100% do aumento no salário mínimo, quando ocupou a pasta do Ministério do Trabalho). Temendo a volta do grupo político afastado em agosto de 1954<sup>272</sup>. Lacerda voltaria com a tese da "falsa democracia" "intoxicada" pelo *getulismo* (e pelos trágicos acontecimentos de agosto de 1954). Lacerda, através da *Tribuna da Imprensa*, defendia a suspensão das eleições de outubro por dois anos e a instauração de um "Regime de Exceção" onde as forças democráticas fariam a verdadeira reforma das instituições brasileiras para que assim a "verdadeira democracia" fosse criada no Brasil<sup>273</sup>.

A utilização do jornal como palanque de um discurso e construção de uma personalidade atravessará o governo Kubitschek, e ajudará tanto a vitória de Lacerda ao governo do então recém criado Estado da Guanabara, quanto à vitória de Jânio Quadros, seu candidato.

No próximo capítulo iremos discorrer sobre cada uma dessas crises e observar de que maneira o jornalista e seu jornal comportavam-se em relação a cada uma delas.

---

<sup>271</sup> Em alusão a Gregório Fortunato, chefe da segurança pessoal de Vargas e que assumiu toda a culpa pelo planejamento e aliciamento dos pistoleiros do atentado da Rua Tonelero contra a vida de Lacerda em agosto de 1954, agravando a crise que culminaria com o suicídio de Vargas em 24 do mesmo mês.

<sup>272</sup> BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. **O Governo Kubitschek, desenvolvimento econômico e estabilidade política**. RJ: Paz e Terra, 1979, p. 23.

<sup>273</sup> DULLES, John W. Op. cit., p. 201-203.

## **CAPÍTULO IV: CARLOS LACERDA E O JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA NAS CRISES INSTITUCIONAIS NA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1954 - 1964)**

### **4. 1. Redemocratização e o governo Dutra**

Defendi a tese de que uma Democracia não se faz apenas com chamá-la por esse nome, e de que é necessário fundá-la na boa-fé, e não na astúcia, na honradez e não na fraude, porque o povo merece o melhor e não o mais vil [...]<sup>274</sup>

Carlos Lacerda

Apesar das crises institucionais estarem concentrada entre 1954-1955 e entre 1961-1964, a atuação oposicionista do jornalista Carlos Lacerda começa nos últimos meses do Estado Novo, no jornal *Correio da Manhã*, quando graças à repercussão da sua entrevista com José Américo, tornou-se redator político do jornal e responsável pela coluna diária *Na Tribuna da Imprensa*. Segundo o jornalista Carlos Chagas, o objetivo da coluna passou a ser a cobertura da Constituinte instaurada em fevereiro de 1946, mas Lacerda era “anticomunista ferrenho e mistura, num estilo muito pessoal, suas opiniões com informações”<sup>275</sup>.

Durante a campanha, Eduardo Gomes empolgava seus aliados e seus eleitores. Por sua vez, Eurico Dutra, escolhido pelo PSD, não provocava o menor sentimento de otimismo em seus partidários. Toda a então chamada “Grande Imprensa” destacava a efusiva campanha da UDN, com exceção de pequenos diários e publicações comunistas como o *Hoje* de São Paulo e seu órgão oficial, a *Tribuna Popular*, apelidada por Lacerda de “Mentira Popular”.<sup>276</sup> A única movimentação contrária e preocupante à candidatura de Eduardo Gomes, ainda em meados de 1945, foi o Movimento Queremista, que provocaria as condições para a derrubada de Vargas em 29 de outubro por forças militares. Lacerda abraçaria com entusiasmo a candidatura da UDN e atacava ferozmente todos os adversários da chapa da “União Nacional”. Dutra, que fora Ministro da Guerra durante o Estado Novo, era acusado de utilizar a “máquina” do Estado do Novo durante a campanha e por representar o “continuismo

---

<sup>274</sup> LACERDA, Carlos. **O Caminho da Liberdade**. Discurso na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados. 1957, p. 18.

<sup>275</sup> CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem retoque, 1808-1964**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 544.

<sup>276</sup> DULLES, John W. F. Op. cit., p. 89.

fascista”. Conforme declarou em artigo do *Correio da Manhã* em 30 de novembro de 1945: “Votar em Dutra é votar com o fantasma de Adolf Hitler”<sup>277</sup>. Lacerda participaria da campanha de Eduardo Gomes atacando mais os seus adversários do que listando as qualidades do candidato da UDN.

Mas aquele que sofreria mais com o jornalista durante a campanha foi o candidato do PCB (que na verdade, sequer era filiado ao partido), o ex-prefeito de Petrópolis e diretor do DNER desde 1937, o engenheiro Yeddo Daudt Fiúza, amigo de Vargas<sup>278</sup>. Munido de informações vindas de um primo – Nestor Barbosa, irmão de um também ex-prefeito de Petrópolis, Ari Barbosa – Lacerda começa em novembro uma feroz campanha de desmoralização e de denúncias contra Fiúza em forma de artigos no jornal *Diário Carioca* (que seriam publicados posteriormente em forma de livro sob o título “O Rato Fiúza”), temendo que votos do brigadeiro fossem para o engenheiro. Mas a campanha buscava não apenas destruir a candidatura comunista, mas também atingir a Luis Carlos Prestes, conforme aponta Marina Gusmão ao destacar este trecho de um dos artigos de Lacerda contra Fiúza:

Acusem-me de paixão, se quiserem. Sim, sou um jornalista movido pela paixão, a dor de ver como se mente e se ilude o povo do meu país [...] Participei da campanha pela anistia sabendo que havia nela um lado secreto – o compromisso de Preste com o ditador [...] E hoje, diante de um tolo que desfaz a própria honra nas mãos de um rato e de uns quantos imbecis, como escrever sem paixão?<sup>279</sup>

Lacerda, em suas memórias, comenta sobre a campanha contra Fiúza que o ajudou a fazer sua fama de “destruidor de adversários” e chamaria novamente a atenção dos setores conservadores e liberais:

Bom, o primeiro impacto foi realmente devastador. O próprio Prestes tomou o maior susto - eu sei por gente que estava ligada a ele – porque percebeu que tinha caído numa armadilha [...] Então começou a campanha “Rato Fiúza, o Rato Fiúza, o Rato Fiúza” no *Diário Carioca*, que tirava 12 mil exemplares<sup>280</sup>.

Apesar da grande repercussão da campanha nos setores conservadores, ela não conseguiu atingir o seu objetivo: tirar votos do candidato PCB e levá-los ao Brigadeiro. O resultado para os comunistas foi bastante expressivo, pois mesmo fazendo uma campanha curta e sofrendo ataques de Lacerda, atingiu perto de 10% dos votos.

Um dos eventos decisivos para a derrota do Brigadeiro nas eleições também foi um dos responsáveis por aprofundar o radicalismo de Lacerda contra o PTB e a herança

<sup>277</sup> Apud. DULLES, John W. F. Op. cit., p. 90.

<sup>278</sup> Idem, p. 87.

<sup>279</sup> Apud. MENDONÇA, Marina Gusmão de. Op. cit., p. 79.

<sup>280</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Op. cit., p. 68.

Getulista. O deputado petebista Hugo Borghi, um dos líderes do Movimento Queremista, ao deturpar um discurso de Eduardo Gomes no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, espalhou um boato pela imprensa (Borghi era proprietário de inúmeras estações de rádio, o que lhe rendeu o apelido, dado por Lacerda, de “Deputado Radiofônico”) de que o Brigadeiro havia dito que não precisava dos votos dos “marmiteiros”, ou seja, dos trabalhadores de baixa renda, para vencer Dutra.

O boato, que foi levado ao pé da letra e espalhado por todo o Brasil pelos partidários do PTB, além de ter enfraquecido a votação da UDN junto às classes mais baixas e humildes, acabou ajudando a construir a imagem elitista e antipopular do partido. Isso provocaria uma profunda revolta em Lacerda, que transformaria Borghi (junto com Prestes e Vargas), no principal alvo de críticas, denúncias de corrupção (Borghi receberia de Lacerda o apelido de “curuquerê”, uma lagarta que atinge a cultura de algodão, por supostas negociações irregulares com o comércio de algodão<sup>281</sup>) e, inclusive, ofensas pessoais na sua coluna *Na Tribuna da Imprensa*, durante sua cobertura dos trabalhos na Constituinte de 1946.

Falta a Borghi a consciência de sua grandeza. O valor simbólico dessa personagem escapa a ela, e de certo modo, ultrapassa a sua contingência física. O negociista clássico é, em geral, velho e calvo. Borghi é moço, e apenas começa a diminuir uma cabeleira escura que deve ter sido abundante. O negociista clássico é, em geral, culto ou pelo menos ilustrado, para sustentar uma conversação em sociedade. Borghi é pouco mais que analfabeto. Mas o que lhe dá nos nervos é a conjunção, a preposição, a variação prenominal – e, frequentemente, os verbos intransitivos<sup>282</sup>.

A vitória de Dutra, por maioria absoluta, proporcionada também pelo vacilante, porém decisivo apoio de Getúlio Vargas (só fora colocado, finalmente, às claras em 28 de novembro por Hugo Borghi, ao ler em público, e valendo-se de sua rede de emissoras de rádio, um apelo de Vargas para que o povo votasse em Dutra, no episódio conhecido pelo “ele disse”), aprofundaria o ranço udenista em relação ao ex-ditador.

A derrota para Dutra iria marcar profundamente a UDN, e inauguraria, além da série de “derrotas gloriosas”, que viriam nas duas próximas eleições presidenciais, a desconfiança crônica do partido em relação à capacidade da população votar “certo”, ou seja, nos candidatos da própria UDN ou naqueles apoiados por ela. Mas quando a UDN decidiu apoiar o novo governo através do Acordo Interpartidário<sup>283</sup>, Lacerda posicionou-se como um forte opositor ao governo Dutra, pois via nele o fantasma do ex-ditador.

<sup>281</sup> BRAGA, Sergio. Op. cit., p. 522.

<sup>282</sup> *Correio da Manhã*, “Retrato de um negociista quando jovem”, 10/02/1946, Apud, BRAGA, Sergio. Op. cit., p.70-71.

<sup>283</sup> BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. Op. cit., p. 69.

Temos diante de nós [...] uma ditadura que difere da antecedente apenas no fato, bastante apreciável, de coexistir com uma imprensa ao menos relativamente livre e Congresso ao menos relativamente soberano. Mas os indistigáveis sinais da ditadura aí estão<sup>284</sup>.

No início de 1946, começaram os trabalhos na Assembléia Constituinte encarregada de elaborar a nova Carta. Carlos Lacerda foi encarregado pelo jornal *Correio da Manhã* de cobrir os trabalhos da nova Assembléia Constituinte. Em sua coluna diária, Lacerda começava uma série de ataques violentos contra os Comunistas do PCB e contra os aliados de Getúlio Vargas, dentre eles o próprio presidente Dutra. Nos artigos, a amargura e o inconformismo pela derrota do Brigadeiro ficam claros:

Mas as razões pelas quais combatíamos o governo do Sr. Getúlio Vargas subsistem - inclusive pela sobrevivência do próprio Senhor Getúlio. Se agora o arbítrio e a incompetência estão legitimados, nem por isto devem ser aceitos. O dever da oposição é hoje ainda mais sério do que dantes. Pois se antes havia a esperança da reforma pela eleição, hoje sabemos todos que nem a eleição pode mais, por si mesma, livrar este país dos resíduos fascistas que o envenenam e o corrompem<sup>285</sup>.

Também são constantes suas referências ao “erro do povo” em relação à eleição de Dutra, já que esta estava contaminada pela herança do Estado Novo:

Temos de enfrentar com seriedade este problema: foi o povo culpado do erro de 2 de dezembro? É claro que não. Não se poderia esperar que depois de praticamente 15 anos sem eleições, e de toda uma década de desmoralização, propaganda envenenada, corrupção e medidas opressivas, o povo saísse à rua com plena consciência dos seus direitos e inteira percepção dos melhores meios de atingir a maioria política<sup>286</sup>.

Conjugando ataques violentos aos *queremistas* e aos comunistas, Lacerda também demonstra descrença na nova Constituição em debate, já que ela é elaborada em sua maioria por getulistas. Segundo Lacerda, o Estado Novo teria “embrutecido” e “emasculado” a população brasileira, transformando a redemocratização num jogo marcado e viciado, tendo como resultado uma simples continuação da Ditadura por meio das eleições:

O que é hoje o Governo Dutra senão o de Getúlio coonestado pelas eleições? Se antes de 2 de dezembro podíamos reclamar das forças armadas o seu dever de defender o povo contra a usurpação da sua soberania, que excelente defesa encontra hoje a ditadura, restaurada e pintada de novo, na alegação de que foi consagrada nas urnas?<sup>287</sup>

<sup>284</sup> *Correio da Manhã*, “Bases para um partido sincero”, 17/03/1947. Apud. BRAGA, Sergio. Op. cit., p. 165

<sup>285</sup> Idem, “Os fósseis do demagonte”, 13/03/1946. Apud. BRAGA, Sergio. Op. cit., p. 149.

<sup>286</sup> Idem, “Ação e reação – transação, nunca”, 14/03/1946. Idem, ibidem, p. 155.

<sup>287</sup> Idem, “Bases para um partido sincero”, 17/03/1947. Idem, ibidem, p. 165.

A urgente necessidade de se constituir uma força democrática, vigilante e radical, contra a continuação do “trabalhismo getuliano” é um tema recorrente em seus artigos. Com tal postura radical contra o governo Dutra, seguindo a linha do Deputado Virgílio de Melo Franco (secretário geral do partido), Carlos Lacerda entraria em conflito com a própria UDN “adesista” quando do Acordo Interpartidário (PSD/PTB, UDN e PR) que buscava dar apoio e sustentação ao governo Dutra:

O povo que queria apoiar o sr. Dutra votou no PSD. O povo da UDN não confiou no sr. Dutra. Não podem, portanto, os seus representantes confiar mais do que os eleitores que negaram a esse senhor - a nosso ver com justíssimas razões - o voto que deram ao brigadeiro<sup>288</sup>.

Em 3 de dezembro de 1946, também no *Correio da Manhã*, Lacerda voltava a carga contra Borghi, Vargas, Dutra e os adesistas da UDN:

[...] uma nação em que Hugo Borghi pode ser candidato a alguma coisa além da cadeia, não pode ser salvo por meio de “coalizões” ou “acordos” [...] Que importa que o partido do governo ontem atacasse formalmente Rebeco, se ele se alimenta dos mesmos equívocos e vive das mesmas ambições?<sup>289</sup>

A despeito da radical oposição em relação à bancada comunista, é importante ressaltar o posicionamento contrário de Carlos Lacerda em relação à cassação do registro do PCB em 1947 e a posterior cassação dos mandatos dos seus membros em janeiro de 1948. Em 02 de janeiro de 1946, Lacerda, ao ser homenageado na Casa dos Estudantes do Brasil pela sua atuação na imprensa para a derrubada de Vargas, disse em discurso: “A existência do PC é útil à democracia, desde que ele não ganhe, como é útil ao boxeur ter um treinador vigoroso”<sup>290</sup>. Lacerda defendia que os comunistas fossem afastados de cargos civis e militares, o que representaria a necessidade de um atestado de ideologia, algo bem insólito para um defensor de um regime democrático<sup>291</sup>.

A derrota de Eduardo Gomes frustrou as expectativas de Lacerda e gerou profunda desconfiança no processo eleitoral. Suas críticas, a partir de 1946, seriam constantes em todos os pleitos, denunciando sempre aquilo que ele considerava ser uma democracia maculada pelas estruturas totalitárias, herdeiras do Estado Novo e do comunismo. Ainda escrevendo para o *Correio da Manhã*, em 5 de julho de 1946, no artigo “Lutemos pela democracia”, Lacerda dizia:

<sup>288</sup> *Correio da Manhã*. 13/03/1946. Apud. BRAGA, Sergio (org.). Op. cit., p. 148.

<sup>289</sup> DULLES, John W. F. Op. cit., p. 99-100.

<sup>290</sup> *Correio da Manhã*, “Discurso de agradecimento”, 06/01/1946. Apud. BRAGA, Sergio. Op. cit., p. 39.

<sup>291</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão de. Op. cit., p.94.

E como precisamos ter eleições livres e honestas, segue-se que, precisamente por serem livres e honestas, darão a vitória aos comunistas, aos integralistas e aos palhaços de Rebeco [...] Veja-se um comunista ou um integralista ou um rebequista: que é um desses homens, qualquer deles, senão um degrau para que suba um ditador?<sup>292</sup>

Lacerda continua com seus ataques a seus adversários de maneira ácida que logo se constituiria uma de suas marcas e ainda faz referências a uma possível quebra da suposta “farra totalitária”:

Tem-se de tal modo abusado dessa palavra Democracia que já precisaríamos expurgá-la antes de lançá-la ao papel. Os comunistas falam e nome dela, os integralistas à custa dela vão endurecer o Percevejo Salgado [referência a Plínio Salgado], os rebequistas confundem-na com o sorriso alvar, todo em galalite, do Rebeco Vargas. Não será demais, portanto, que nos intrometamos nessa conversa de totalitários assanhados para dizer:  
\_ Senhores: com licença, os democratas querem entrar<sup>293</sup>.

Clamando por maior participação e mobilizações daqueles por ele considerado os verdadeiros democratas, Lacerda menciona as convenções estudais da UDN que se aproximavam na ocasião e pedia:

E que ali se cuide menos de candidatos e de votos do que de mobilizar consciências e vontades, das formas de organizar os cidadãos, do processo de luta e de adotar para que se vá de conquista em conquista até que não haja mais neste país um “perigo comunista”, um “ressurgimento integralista” ou uma “ameaça rebequista” e sim apenas, comunistas, integralistas e, se ainda houver tolos o bastantes, rebequistas inofensivos<sup>294</sup>.

Nota-se que Lacerda já tinha como seu principal adversário naquele momento Vargas e sua herança. Ao separar os comunistas e os integralistas dos “tolos rebequistas”, Lacerda rendia - lhes certa legitimidade por possuírem “bases ideológicas”, por mais que não concordasse com elas. Já para aqueles que fossem alinhados a Getúlio Vargas, Lacerda só lhes oferecia o desprezo. Lacerda não enxergava nos “rebequistas” um projeto nacional para o desenvolvimento econômico e social junto à classe trabalhadora urbana que, segundo Lucilia Delgado e Jorge Ferreira, seria entendido como Trabalhismo.

Ao final do governo do General Dutra e com a possibilidade real da volta de Getúlio Vargas, a UDN nacional passa a uma prática de oposição radical e sistemática contra o governo constitucional através da “Banda de Música” no Congresso Nacional e de ataques articulados na “imprensa udenista”, como a *Tribuna da Imprensa* e o *Estado de São Paulo*.

<sup>292</sup> *Correio da Manhã*, “Lutemos pela democracia”, 05/07/1946. Idem, p. 499.

<sup>293</sup> Idem, ibidem, p. 499.

<sup>294</sup> Idem, ibidem, p. 500.



Como veremos na próxima seção deste capítulo, esta oposição, sempre “em nome da democracia”, ultrapassaria a via de ação institucional e iria desde a contestação da posse do vitorioso com a tese da “Maioria Absoluta” junto ao STF, até a aposta no golpismo militar, após a frustrada tentativa de impeachment no primeiro semestre de 1954.

#### 4. 2. Lacerda, o jornalista e a volta de Getúlio Vargas

Carlos Lacerda é um homem de quem muitas vezes me afastei; é um homem de quem divergi, de quem divergirei, ainda, provavelmente, visto que nossos temperamentos raramente se coadunam. É uma paixão desencadeada, é um tumulto desoprimido pelo talento, e, muitas vezes, uma imprudência militante. Nunca, porém, censurarei eu, nunca me levantei eu, nem me levantaria contra os que, no legítimo exercício do revide às injúrias de que acaso tenham sido vítimas, num desforço autêntico e direto, pudessem procurar medir-se com o bravo e indomável jornalista<sup>295</sup>.

Afonso Arinos de Melo Franco

Em 19 de janeiro de 1947, Lacerda, apelidado de “Potrinho da UDN” por Virgílio de Melo Franco, foi eleito vereador no Distrito Federal representando o católico e conservador Movimento Renovador, atingindo a impressionante marca de 42,5% de todos os votos recebidos pela UDN. Em sua primeira eleição, Lacerda testara com sucesso a sua popularidade alcançada no *Correio da Manhã* e configurara-se, desde então, como um novo e promissor quadro da UDN carioca. Mas ficou pouco tempo no cargo, pois no final do mesmo ano, em sinal de protesto à aprovação do Senado Federal da “Lei Orgânica do Distrito Federal”, que retirava da Câmara Municipal o poder de examinar os vetos do prefeito, Lacerda renunciou ao mandato, naquele que seria um dos primeiros atos carregados de dramaticidade e de “auto-sacrifício” da sua carreira política, que então se iniciava<sup>296</sup>.

Conforme dissemos anteriormente, ao final de 1949, Lacerda conseguiria abrir, com a ajuda de políticos, amigos e empresários, o jornal *Tribuna Imprensa* que seria o principal veículo de divulgação do discurso lacerdista. Além da primeira página, a mais importante no jornal era a página quatro, onde os editoriais de Carlos Lacerda e de seus principais colaboradores, dentre eles, Gustavo Corção, Amaral Neto e Aluizio Alves expressavam seu discurso oposicionista ao governo, e definiam a linha panfletária do jornal.

<sup>295</sup> *Em que país estamos nós?* Discurso sobre a morte do major Rubem Vaz, 09/07/1954. In: CAMARGO, Aspásia. Op. cit., p. 247.

<sup>296</sup> A carta de renúncia foi divulgada no Jornal *O Correio da Manhã* em sua coluna, “Na *Tribuna da Imprensa*”. BRAGA, Sergio. Op. cit., p. 21-21.

Além dos editoriais, a quarta página contava com as charges políticas de Hilde Weber e as cartas dos leitores, comentando matérias anteriores.

No editorial de lançamento do primeiro número, na primeira página, Lacerda explicitava o seu comando do novo jornal: “Esta é a minha tribuna, na qual não tenho o cativo da outra”<sup>297</sup>, referindo-se também aos problemas que teve com seu ex-patrão, Paulo Bittencourt, proprietário do jornal *Correio da Manhã*. O jornal aparece, portanto, como uma verdadeira tribuna a serviço de um jornalista político que, a partir de então, tornar-se-ia não só um crítico ao governo, mas também se apresentaria como uma opção real, principalmente, estimulado pela eleição a vereador do Distrito Federal em 1947. Como identificou Luiz Vítor Tavares de Azevedo em seu estudo sobre o discurso oposicionista de Lacerda no jornal entre 1953-1955:

A retórica empregada no discurso lacerdista, abusiva no uso de adjetivações, não deve ser vista simplesmente como forjadora de metáforas lancinantes, mas, principalmente, como instrumento de persuasão, ou seja, a ressonância através da busca de adesão<sup>298</sup>.

A aproximação das eleições de 1950 e a possibilidade real da volta de Getúlio Vargas pelo PTB, “nos braços do povo”, o que significaria dizer, através do voto, radicalizavam o discurso de Lacerda, tanto contra o governo Dutra, quanto contra ao candidato. Usando o recém criado jornal, no editorial intitulado “A Sucessão”, de 31 de dezembro de 1949, Lacerda sentenciava:

São os ambiciosos enrustidos, os cúpidos subterrâneos. Não mordem, roem. Não ladram, rosnam. Seus escândalos não se fazem aos gritos, processam-se num sussurro. Quem tiver ouvido apurado, ponha-se a escutar, e percebera isso como leve arranhar na escuridão. São os amigos do General Dutra roendo na surdina<sup>299</sup>.

O radicalismo de Lacerda contra a candidatura de Getúlio Vargas chegou a tal ponto que a agressividade pode ser resumida naquele trecho, já citado neste trabalho, do polêmico editorial de primeiro de junho de 1950 da *Tribuna da Imprensa*: “O Sr Getúlio Vargas senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”.

Lacerda de certo modo reeditava aquilo que José Américo de Almeida já havia dito na célebre entrevista dada ao próprio jornalista, em fevereiro de 1945, quando defendeu a

<sup>297</sup> *Tribuna da Imprensa*, 27/12/1949.

<sup>298</sup> AZEVEDO, Luiz Vitor Tavares. Op. cit., p. 114.

<sup>299</sup> De agora em diante, colocaremos as referências dos artigos da *Tribuna da Imprensa* no próprio texto ou junto à transcrição.

não participação de Vargas no processo eleitoral daquele ano, dizendo que “caso fosse vencedora a candidatura de do Sr. Getúlio Vargas, seria apenas o começo de nova luta a reacender-se no Brasil”<sup>300</sup>. Lacerda jamais esqueceria o passado de “ditador fascista” de Vargas.

Para as eleições de 1950, a UDN apostaria novamente na candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes. Em seu depoimento, Lacerda diz que se colocou contra a candidatura de Eduardo Gomes.

A segunda candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes talvez tenha sido o maior erro político da UDN. Primeiro porque alguém que já foi derrotado uma vez dificilmente pode ganhar a próxima. A não ser que fossem preenchidas certas condições e que no caso eram impreençíveis<sup>301</sup>.

Em reunião da UDN na casa de Prado Kelly (presidente da UDN), Lacerda relata que foram discutidos nomes como os de Afonso Pena Junior e Milton Campos, mas contaram com a resistência tanto de Prado Kelly, quanto do próprio Brigadeiro, que segundo Lacerda, “dessa vez queria ser candidato”. Na ocasião Lacerda afirma ter sustentado que:

[...] do ponto de vista de honra e qualidades morais, evidentemente todos estamos com ele (Eduardo Gomes). Mas que precisava falar um pouco do ponto de vista eleitoral para dizer que os senhores acabam de condenar o Brigadeiro Eduardo Gomes a uma nova derrota. Com uma diferença: dessa vez quem vai ser Presidente da República é o Dr. Getúlio Vargas. Os senhores estão preparados para a candidatura Getúlio Vargas? Ela vai ser invencível<sup>302</sup>.

Mas, em contradição com aquilo sustentado em suas próprias memórias, Lacerda em 31 de dezembro de 1949, elogiava em seu jornal o Brigadeiro e lançava seu nome para as eleições de 1950 como sendo “o mais fácil de constituir o ponto de encontro das forças democráticas, o traço de união entre conservadores, liberais e reformistas”.

Tão importante quanto lutar pela a vitória da UDN, era impedir a volta de Vargas. Havia uma grande movimentação dentro (e fora) da UDN contra a candidatura do então Senador pelo Rio Grande do Sul, Getulio Vargas. Como mostra Maria Vitória Mesquita Benevides:

Ataques virulentos viriam, quotidianamente, do jornalista Carlos Lacerda; este se torna - dentro da UDN e fora dela - a encarnação militante do antigetulismo, nada poupando a figura de Getúlio Vargas, a quem se referia em termos bem distantes da tradicional elegância dos bacharéis udenistas: Esse traidor profissional aí está (...) morrerá algum dia de morte convulsa e tenebrosa. Pois ninguém como ele para morrer de morte indigna, da morte de mãos aduncas em busca do Poder, ó pobre milionário de Poder, ó insigne

<sup>300</sup> PINHEIRO NETO, João. **Carlos Lacerda, um raio sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Gryphus. 1998, p. 173.

<sup>301</sup> LACERDA, Carlos. Depoimento. Op. cit., p. 97.

<sup>302</sup> Idem, *ibidem*.

tratante, ó embusteiro renitente! Ele louva e lisonjeia um povo que, de todo o seu ser, ele despreza. Ele não tem com o povo senão a mesma relação que teve com esse mesmo povo a tuberculose, a febre amarela, a sífilis. É uma doença social, o getulismo. (*Tribuna da Imprensa*, 12/8/1950)<sup>303</sup>.

Através do jornal, Lacerda atacava Vargas com ameaças de uma Guerra Civil iminente caso este fosse reeleito:

Uma vitória do brigadeiro não dividiria senão pacificamente a nação. Não há inimigos, aí, há unicamente adversários. Uma vitória do sr. Getúlio Vargas seria [...] a divisão do Brasil em duas partes: a parte dos que aclamariam a volta da traição, até que se desenganassem tardiamente, e a parte, também numerosa, dos que não se conformariam com essa situação - e iriam às armas, e impediriam pelas armas se necessário, a volta do sr. Getúlio Vargas ao poder<sup>304</sup>.

A Justiça eleitoral passaria a ser alvo dos ataques por registrar a candidatura de Getúlio Vargas<sup>305</sup>. Tentando mobilizar a opinião pública contra a candidatura de Getúlio e prevendo tempos difíceis caso Vargas fosse eleito, no editorial “Para negar registro ao candidato Getúlio Vargas” do dia 14 de junho, Lacerda diria:

[...] sr. Getúlio Vargas destruiu a democracia no Brasil, traiu a Constituição que jurou e instituiu um regime de caráter totalitário [...] Constituinte, não participou dos trabalhos, para os quais foi eleito, de elaboração da Constituição democrática de 46, e nem sequer lhe deu a sua assinatura [...] Basta que se decida que o sr. Getúlio Vargas não pode ser candidato e tudo estará sanado. Seria uma violência? Se fosse, seria apenas uma economia de violência, pois evitaria muito maiores num futuro próximo.

Carlos Lacerda construía, através de seu jornal, um discurso ao leitor: “O golpe em nome da democracia”. Como a democracia vigente era cliente do getulismo, o golpe não seria encarado como um ataque à “verdadeira democracia”, e sim o seu defensor. Neste contexto, o discurso golpista de Lacerda era voltado contra tudo àquilo que Getúlio Vargas representava.

Outro alvo de Lacerda era o candidato do PSD, o mineiro Cristiano Machado. Ciente de que a divisão dos votos em três candidatos iria facilitar a vitória de Vargas, em suas memórias, Lacerda afirma tê-lo procurado e dito:

Dr. Cristiano, parece que o senhor vai ser candidato do PSD. E já está lançada a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes. Isso significa a vitória do Dr. Getúlio Vargas [...] ou é o Brigadeiro desistir da candidatura dele em seu favor ou é o senhor desistir da sua candidatura em favor do Brigadeiro. A segunda hipótese me parece melhor, não por nenhum despreço ao senhor, mas é porque é muito mais

<sup>303</sup> BENEVIDES, Maria Vitória Mesquita. Op. cit., p. 81.

<sup>304</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão de. Op. Cit., p.115.

<sup>305</sup> DULCI, Otávio. **A UDN e o Anti-populismo no Brasil**. Op. Cit., p. 102.

fácil levar o seu eleitorado para o Brigadeiro do que trazer o do Brigadeiro para o senhor<sup>306</sup>.

Tanto o PSD quando o próprio Cristiano Machado recusariam-se a retirar a candidatura, o que levou Lacerda a mirar sua metralhadora de críticas, em seu jornal, contra o terceiro candidato: “As forças que o Sr. Cristiano Machado desvia são poucas para lhe garantirem a vitória, mas são muitas para tornar possível a vitória da Coligação anti-totalitária, nas eleições ou depois delas” (03/07/1950).

Com a campanha em marcha e a vitória de Getúlio Vargas praticamente garantida, Cristiano Machado iria ver a sua candidatura esvaziada. Setores importantes do PSD mesmo formalmente comprometidos com sua candidatura, na prática apoiaram a candidatura de Vargas, dando origem à expressão “cristianizar”, que no vocabulário político brasileiro passou a significar o abandono de uma candidatura pelo próprio partido.

Em 3 de outubro, dia da eleição, demonstrando um certo desespero pela segunda derrota que já era tomada como certa, e assumindo um tom apocalíptico, Lacerda apela para religião e publica na primeira página uma “Oração para a hora da batalha”, de sua autoria:

Deus de misericórdia, Deus da constante visão, Deus de esperança e de amor, Deus de justiça, Vós que destes ao homem a capacidade de decidir, não vos afasteis, hoje, da consciência dos vossos filhos, Não os deixeis perder-se na solidão imensa do voto secreto, confundidos pela gritaria convulsa, pelo dinheiro derramado, pela ameaça da violência e pela promessa das recompensas espúrias. Dai-nos, a todos os brasileiros, senhor meu Deus de sabedoria, a coragens de superar as vacilações, a humildade de crer, a graça de confiar e de querer. Por nossos filhos, e pelos filhos de meus filhos, guiai as mãos de que vão votar. Não permitais que eles façam do voto um brinquedo tardio de uma arma voltada contra a sua terra, disparada a esmo no tumulto da propaganda. Velai pelo Brasil, ó Criador de todos os seres e de todas as coisas, selai pelas nossas crianças para que cresçam num país na qual possam acreditar, para verdadeiramente amá-lo e apreciarem, então, a alegria de serem criaturas vossas, meus Deus.

Pela honra dos que já se foram, pela alegria daqueles a quem hoje, cabe a responsabilidade da decisão, pela vida dos que vão nascer, Senhor, pela vida daqueles que ainda vão nascer, neste país de agonias tão precoces, dai aos que hoje vão decidir, dai aos eleitores caráter de cidadãos, dai aos cidadãos consciência de homens, fazei com que se lembrem que são criaturas vossas, e não se deixem arrastar e conduzam eles próprios os acontecimentos com a sua vontade que deve ser o espelho da Vossa vontade, com os seus atos que devem ser a consequência de Vossa intenção.

Dai a todos um pouco de Vossa prudência, soprai nos ouvidos dos que foram aturdidos pelo ruído dos rádios, abri com as Vossas mãos translúcidas os olhos dos que foram ofuscados pela mentira impressa, clareai o caminho que hoje levará cada um, de casa até à urna. Ajudai o povo a decidir, Senhor.

---

<sup>306</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Op. cit., p. 100.

Gustavo Corção, colaborador da *Tribuna da Imprensa* e membro do conselho consultivo do jornal, traçava o perfil dos três principais candidatos. Nas palavras de Corção, o Brigadeiro “é o candidato da regeneração brasileira, o nome do futuro”. Getúlio Vargas “ainda continua a ser um ideal das consciências errôneas, trabalhadas pelo DIP [...] Candidato do passado, da volta, da saudade”. Em relação a Cristiano Machado, o divisor dos votos conservadores e antigetulistas na leitura da UDN, Corção seria duro:

A única candidatura que não é séria [...] Não pertence ao domínio da realidade, como a do Brigadeiro, não pertence ao domínio do sonho, como a de Vargas. Não se escora na verdade das coisas e não te sequer base na saudade mórbida e mal informada. Mas tem apoio, como dizem, da máquina.

Apesar dos duros ataques da UDN, as eleições deram uma larga vitória a Getúlio Vargas, com 48,7% dos votos. Apesar de esperada, a nova derrota provoca um sentimento de frustração maior do que em 1945. Desta vez os "intransigentes" (que foram contra o acordo Interpartidário) exigem uma tomada de posição contra a posse de Getúlio, dentre eles Carlos Lacerda. Inconformados, reviviam o velho discurso das elites autoritárias e conservadoras: assumir para si a “arrumação da casa”.

Nas semanas seguintes à da eleição, quando a gradativa contagem de votos já mostrava clara a derrota de Eduardo Gomes, Lacerda usaria a *Tribuna da Imprensa* para criticar os resultados. Na edição do final de semana de 14-15 de outubro, o jornal estampava “A 3 de outubro, venceu o neo-fascismo”. A eleição do ex-ditador fez com que passassem a duvidar cada vez mais da democracia com participação popular (apesar da não participação dos analfabetos): se Getúlio fora eleito pelo voto popular, "o povo errou". Uma das explicações de Lacerda para a vitória de Vargas, como destacou Luiz Vitor Tavares de Azevedo em sua pesquisa, partia de uma perspectiva elitista e conservadora, além de leniente:

Nesse sentido, poder-se-ia até dizer que o instinto, primário sentimento de amor de uma parte considerável da população, a mais desprevenida, foi um ato de reparação ou de compensação pelos agravos que o ditador sofreu daqueles que haviam comido de suas mãos<sup>307</sup>.

A vitória de Vargas tinha dado o início a uma nova prática udenista: a contestação dos resultados eleitorais. No dia 5 de outubro, já com a derrota dada como certa, Lacerda escreveria no editorial “E agora?”:

Será a eleição uma vitória democrática? Certamente que não. Assim como Hitler subiu ao poder pela eleição, assim com Mussolini [...] O Sr. Getúlio tem a maioria dos votos e chegará ao poder pela vitória de uma coligação totalitária, de

<sup>307</sup> Apud. AZEVEDO, Luiz Vitor Tavares. Op. cit., p. 95.

expressão demagógica e conteúdo profundamente reacionário da pior reação que é aquela disfarçada de revolução.

Ainda no mês de outubro, a UDN começaria uma campanha na imprensa e na Justiça Eleitoral, através de um recurso, contra a diplomação de Getúlio Vargas. No dia 27 de outubro, com a contagem praticamente terminada e contabilizando votos brancos e nulos, o jornal de Lacerda estampava na primeira página “Getúlio, presidente da minoria - 55% não querem Getúlio”. Esta seria a primeira vez (mas não a última) que a tese da “maioria absoluta” nas eleições foi usada pela UDN. No dia 3 de novembro, em editorial intitulado “Minoria”, Lacerda fazia críticas a Constituição de 1946, fundamentando seu argumento baseado na Constituição de 1891, a primeira da era republicana: “Se a lei é omissa, o que regula é a doutrina firmada. Esta só pode ser a da Carta de 91, já que tanto a de 34 e 46 são omissas”.

Na mesma edição, o jornal daria grande destaque ao comentário do influente deputado udenista, Aliomar Baleeiro, que dentre outras lamentações pelo resultado das urnas, dizia: “Getúlio inelegível pelas suas traições à democracia”. Lacerda reproduziria a tese udenista em seu jornal ao defender uma nova eleição entre Vargas e o Brigadeiro Eduardo Gomes, segundo colocado nas eleições. Como retrata Otavio Dulci: “Simultaneamente, a imprensa anti-populista, em coro com os membros mais impetuosos da UDN, dava curso a uma campanha cerrada contra Vargas, acusando-o de pretender reconstituir a ditadura de que fora deposto”<sup>308</sup>.

Em suas memórias, Lacerda voltaria ao assunto da “maioria absoluta”, a descrença na Constituição de 46, e o conflito com os “bacharéis” da UDN:

[...] defendi a tese de que é preciso: primeiro, reformar a legislação eleitoral; segundo, desmontar a máquina da ditadura; depois, convocar as eleições. Convocar eleições em cima disso é apenas coonestar a volta da ditadura com o voto popular. Coisa que se deu depois com o Perón. Mas explicar isso aos juristas da UDN era coisa inviável, porque eles tinham do direito uma concepção puramente estática, isto é, eram incapazes de conceber um "direito político", isto é um direito dinâmico. Para eles aquilo era sagrado. Não, agora é voto, então é voto". Depois tentavam inventar fórmulas. Depois que perdiam eleição, diziam para a gente assim: "Vamos fazer uma campanha pela maioria absoluta. Só quem ganhar com maioria absoluta é que ganha". Eu reclamei: "Agora, depois da eleição? Eu vou defender. Mas é uma tese estúpida e perdida de antemão. Então o sujeito já ganhou e você muda a regra do jogo depois do jogo? Como é?" Era tudo inviável. Quem ia resistir a uma vitória daquelas?<sup>309</sup>

<sup>308</sup> DULCI, Otávio. Op. cit., p. 105.

<sup>309</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Op. cit. p. 102.

Ainda sobre os desdobramentos da tentativa de impedir a posse de Vargas, Dulci conclui:

[...] houve apelos da UDN para as Forças Armadas, que, no entanto, não se mostraram sensíveis às razões argüidas contra o presidente eleito. O esquema militar pró-Vargas se havia fortalecido com a vitória dos nacionalistas para o Clube Militar, poucos meses antes, e era firme a disposição legalista de Dutra e dos principais chefes militares. Os generais Góes Monteiro, Estillac Leal e Zenóbio da Costa pronunciaram-se incisivamente pelo respeito à vontade popular manifestada nas urnas. Por fim, em dezembro, o Tribunal Superior Eleitoral proclamou a eleição de Vargas e de Café Filho. Não subsistia, portanto, a impugnação oferecida por Baleeiro (Aliomar Baleeiro, líder da UDN no congresso), que, do ângulo jurídico, não correspondia ao disposto na Constituição, embora a UDN considerasse "implícito" o princípio da maioria absoluta. Sendo a Constituição omissa na matéria, o que se exigia, portanto, era a maioria simples<sup>310</sup>.

#### 4. 3. O segundo governo Vargas e a crise de agosto de 1954

Havia um jornal empenhado em demolir o governo e seu chefe, muito mais do que os outros. Era a TRIBUNA DA IMPRENSA<sup>311</sup>.

Carlos Chagas

A derrota nas eleições de 1950 radicalizou a posição da UDN em relação ao governo. Diferente do que aconteceu com a “oposição cordial” a Dutra, o novo governo constitucional de Getúlio Vargas sofreria uma intransigente e agressiva oposição da UDN através do grupo parlamentar “Banda de Música”, do *Clube da Lanterna* e do jornal de Carlos Lacerda.

Com a vitória e a posse garantidas, Vargas tentaria constituir um governo de conciliação, convidando políticos de vários partidos para a composição do seu Ministério, destinando apenas a pasta do Trabalho para o seu partido, o PTB. Mas Lacerda não pouparia novamente os “chapas brancas”, assim como já o fizera quando da eleição de Dutra em 1945. Referindo-se a eles como “adesistas da UDN”, Lacerda diria: “Uma parte desta (UDN) vai aderir, sob o pretexto de que não lhe cabe escusar-se a um apelo da união vindo da outra parte. A outra terá que encaminhar-se para a formação de um novo e verdadeiro partido democrático” (19/10/1950).

Dentre os adesistas, o mais atacado seria João Cleofas, que aceitaria ser o Ministro da Agricultura do novo governo.

<sup>310</sup> DULCI, Otávio. Op. cit., p. 105.

<sup>311</sup> Idem, ibidem, p. 589.



Empossado o novo governo – que na opinião do editor do jornal *Tribuna da Imprensa*, “já nasceu velho” –, no dia 2 de fevereiro de 1951 Lacerda deixaria claro que a “eterna vigilância” da UDN não daria tréguas ao governo.

Havemos de ensinar ao Sr. Getúlio Vargas aquilo que hão de fazê-lo muito grato a nós. Vamos ensinar-lhe a cumprir a palavra. Se ele a violar, ou se alguém por ele ou para ele assim agir, estará desmascarado diante da nação o degenerado de São Borja.

Conforme dissemos anteriormente, foi durante o segundo governo Vargas que o jornal *Última Hora* de Samuel Wainer começaria a oferecer pesada concorrência aos grandes grupos de imprensa no Brasil e apresentar-se como um bem sucedido veículo de defesa e divulgação do governo federal. Usando de excelente sarcasmo, ainda durante os efeitos da séria crise de agosto de 1954, Lacerda alfinetaria a antiga relação Vargas x Wainer dizendo que “Getúlio Vargas não fez tudo o que queria pelos humildes porque deixou tudo para a Última Hora” (22/09/1954).

A intensa troca de acusações e agressões entre os dois jornais entre os anos 1951 e 1954, espelham muito bem as crises políticas e o clima irreconciliável dos grupos antagônicos envolvidos: os getulistas e os antigetulistas.

As acusações de financiamento e empréstimos irregulares do Banco do Brasil para o jornal de Wainer provocaria a abertura de uma CPI em 1953 a pedido do deputado Armando Falcão (PSD-CE), que resultaria, em 1955, na condenação de um ano de prisão para Samuel Wainer (que acabou cumprindo apenas um mês) por falsidade ideológica. Ficou comprovada a acusação de Lacerda de que Wainer não era brasileiro nato e que este, com a ajuda de um irmão, teria falsificado documentos. Wainer só não foi expulso do Brasil porque se casara com Danuza Leão e tivera com ela dois filhos. A lei brasileira proibia a expulsão de estrangeiros casados com brasileiros e com filhos brasileiros. Oficialmente, Wainer deixou a direção do jornal, mas continuou a ser o diretor de fato usando testas de ferro.

A campanha de Lacerda contra o jornal getulista de Wainer transformou os dois jornalistas em notícia, que acabou por render dividendos, tanto para Lacerda, quanto para seu jornal. Lacerda conseguiria transformar-se em figura cada vez mais conhecida entre os antigetulistas. Por seu turno, o jornal, em virtude da intensa e popular campanha contra o *Última Hora*, conseguiria sair de 14 mil exemplares, de junho de 1952, para 25 mil, em julho de 1953<sup>312</sup>.

---

<sup>312</sup> NETO PINHEIRO. João. Op. cit., p. 70.

Em maio de 1954, Lacerda – o jornalista-notícia – acabaria por receber do seu rival um apelido que o perseguiria a vida toda: o corvo. Ele nasceria de um episódio sem qualquer relação com o governo Vargas ou com a crise entre os dois jornais. Em 11 de maio, o repórter policial Nestor Moreira, do jornal *A Noite*, ao entrar em discussão com policiais do Segundo Distrito Policial do Rio de Janeiro – um deles conhecido pelo sugestivo apelido “Coice de Mula” – acaba sendo duramente espancado, vindo a falecer no dia 22 do mesmo mês.

A morte causou indignação em todos os órgãos de imprensa do Brasil, levando o corpo a ser velado na sede da Associação Brasileira de Imprensa, com a presença de inúmeras autoridades e jornalistas. Dentre eles, estava Carlos Lacerda, que discursando na ocasião (junto com outras pessoas) atacou duramente o governo Vargas, relacionando a violência policial com o Palácio do Catete. Toda a cerimônia foi transmitida pela Rádio Globo. Lacerda, ao se colocar ao lado do corpo, com expressão de profundo pesar, causou repulsa em Wainer, pois via nisso uma tentativa de promoção pessoal. Samuel Wainer pede ao cartunista político Lan do *Última Hora* que retratasse o jornalista velando o cadáver como se fosse um corvo. Publicada no dia 25, a repercussão da charge foi tão grande que ela abriria uma série de outras charges representando Lacerda como a ave de mau agouro. Sobre a reação de Lacerda, conta o jornalista Carlos Chagas:

Com inteligência, ele não passará recibo, apesar da profunda irritação que lhe causava o epíteto. Chegará a traduzir do inglês os versos de O Corvo, de Edgar Allan Poe [...] Lacerda receberá de amigos, numa gaiola, um corvo de verdade, que o acompanhará anos a fio. Seus empregados, na Tribuna da Imprensa, passarão a referir-se ao patrão, em suas ausências, como “a ave”<sup>313</sup>.

O breve e conturbado governo sofreria inúmeras crises políticas. A primeira dela, a partir de fevereiro de 1954, seria a questão do reajuste de 100% salário mínimo defendida pelo então Ministro do Trabalho, João Goulart. Com a divulgação do “Manifesto dos Coronéis”, a 20 de fevereiro, na imprensa, 82 coronéis e tenentes-coronéis ligados à ala conservadora do Exército, denunciavam o descaso do governo com as Forças Armadas e criticavam o aumento de 100% do salário mínimo. A crise político-militar derrubaria o general Ciro do Espírito Santo Cardoso do Ministério da Guerra (substituído pelo General Zenóbio da Costa) e o Ministro do Trabalho, João Goulart, a 22 de fevereiro. Como não poderia ser diferente, a *Tribuna da Imprensa*, alinhada ao Conselho Nacional de Economia e aos industriais, colocar-se-ia contra o aumento, tentando desqualifica-lo de diversas maneiras

---

<sup>313</sup> CHAGAS, Carlos. Vol. 1. Op. cit., p. 590.

possíveis. No dia 19 de fevereiro, a primeira página do jornal dizia que o ganho real seria de apenas 61%. Outras críticas do jornal ao aumento, algumas beirando a inverossimilhança, são destacadas por Ana Maria Laurenza:

Em 29 de abril de 1954, na página 2, a manchete da *Tribuna* era: “Salário Mínimo: Surpresa de 1º de Maio”. Em 30 de abril, também na página 2: “Salário Mínimo CR\$ 2.400,00: Publicidade de Vargas”. Em 4 de maio, na página 2: “Salário Mínimo Traz Confusão”. Em 6 de maio, na página 2: “Salário Mínimo: Operários Receiam o Futuro” [...] Na edição de 5 de maio: “Primeiras consequências do novo salário: ameaça de desemprego, aumento geral da vida”<sup>314</sup>.

A relação com o Peronismo na Argentina nos anos 50, também identificado como um regime fascista e “populista” pela oposição, assim como fôra o Estado Novo de Vargas, ensejaria novas críticas e investigações. Novas acusações da UDN viriam à tona contra Vargas em abril de 1954. Na edição dos dias 3-4, a *Tribuna* publicaria uma entrevista com o ex-Ministro das Relações Exteriores João Neves de Fontoura, onde uma “conspiração contra o destino do Brasil” tomaria forma com o chamado “Pacto ABC”, que propunha a criação de um bloco de países latino-americanos que pudessem se opor aos EUA. Ao lado da entrevista, na página 3, um breve texto de Lacerda dizia: “Convém que o leitor tome conhecimento do depoimento na página mais ignóbil da vida internacional deste país que, tem na presidência da República um aventureiro”. Dando prosseguimento ao escândalo, a nove de maio, o *Tribuna da Imprensa* reproduziria um discurso de Perón, antes divulgado pela imprensa uruguaia, onde o presidente argentino confirmaria a existência de tal pacto secreto. Carlos Lacerda e a Banda de Música aproveitaram a oportunidade para propor, em maio, o *impeachment* do presidente no Congresso com a acusação de traição. Novamente o jornal *Tribuna da Imprensa* seria palanque político da UDN, marcando posição contra Vargas junto à população, e tentando diminuir a áurea de honestidade do “pai dos pobres”.

Apesar de todas as tentativas de mobilizar a opinião pública e as forças políticas antigetulistas, o pedido de *impeachment* foi derrotado (35 votos a favor, 136 contra e 132 abstenções) em meados de junho, já que PTB e PSD (o ex-presidente Dutra declararas-se contra o impeachment) tinham votos suficientes para evitar o processo de impedimento.

Nas primeiras semanas de julho de 1954 o jornal estampava em sua primeira página várias manchetes alarmistas contra o governo, acusando-o de golpista e traiçoeiro: “Etapa final para o golpe de Estado”, “Vargas tenta afastar a UDN do Brigadeiro”, “Jango aliado dos comunistas” (03-04/07/1954)

---

<sup>314</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Op. cit., p. 149.

Todavia, essa derrota do pedido de impeachment fez com que a oposição radicalizasse ainda mais. Nas últimas semanas do governo Vargas até o suicídio do presidente em 24 de agosto de 1954, o jornal de Carlos Lacerda aumentava seus ataques contra qualquer membro da esfera de relações de Getúlio, de membros de sua família, a aliados político e até os assim chamados “chapas brancas” da UDN. Segundo Maria Gusmão:

A derrota do impeachment mostrara aos setores anti-getulistas que todas as tentativas legais de afastar Vargas do poder seriam vãs. Restava, portanto, a alternativa da deposição pura e simples, cujo sucesso dependia da criação de um clima de total hostilidade à própria figura do presidente<sup>315</sup>.

Lacerda novamente buscava a quebra da legalidade “em nome da democracia”, já que no “mar de lama” getulista, isso jamais seria alcançado. Essa tese golpista em nome da legalidade era diariamente construída pelo seu jornal, formando aos poucos um discurso pronto e definido aos grupos simpáticos à UDN, que justificariam seus métodos autoritários e golpistas, dos seguintes anos até o Golpe de 1964. As várias denúncias de corrupção no governo sempre eram ligadas diretamente ao presidente Vargas. Este sempre era tratado como “ex-ditador” e “inimigo da democracia”, além de ser representado com charges irônicas e depreciativas, ou com fotos baforando a fumaça de seu charuto para cima, o que reforçaria uma imagem de arrogância e insensibilidade aos problemas do país.

Através do jornal, Lacerda também lamentava o fato de o Brigadeiro Eduardo Gomes, líder histórico da UDN, não ser um político militante, o que limitava a sua penetração popular e facilitava a proliferação de “chapas brancas” dentro da UDN. Também atacava os partidos “governistas”, PSD e PTB, por terem como sua liderança “o Banco Brasil”, numa alusão a utilização dos créditos bancários para financiar campanhas e projetos de políticos ligados a Getúlio: “Mais uma vez o governo Vargas aplicou o seu velho lema de corruptor inveterado: criar dificuldades para negociar facilidades”. No mesmo artigo, Carlos Lacerda alimenta o quadro de instabilidade política, fazendo proselitismo da UDN como a única guardião da democracia: “Enquanto existir a Oligarquia [liderada por Getúlio Vargas], a UDN será sempre o último recurso dos cidadãos, sozinha ou em coligação com outras forças políticas [...] para enfrentar a Oligarquia sem recorrer à revolução armada.” (01/07/1954)

Os ataques contra Lutero Vargas, filho do presidente, também eram cada vez mais agressivos. No editorial de 1º de agosto de 1954, com o título “Por que Lutero é ladrão”, Carlos Lacerda faz severas acusações de corrupção contra o filho do presidente. No dia seguinte, a manchete “Somos um povo honrado governados por ladrões” reconstitui um

---

<sup>315</sup> Idem, *ibidem*, p. 147.

comício da UDN (Carlos Lacerda era candidato a deputado nas eleições de outubro de 1954) em Volta Redonda. O artigo de Lacerda, na mesma edição, trazia severos ataques contra a honra pessoal de João Goulart, que acabara de confirmar sua candidatura para Senador pelo PTB, no Distrito Federal: “Esse trabalhista de “boite” arregança as mangas da camisa para a farra, e depois, por se apresentar assim decomposto, finge amigo dos trabalhadores.” (02/08/1954)

A crise de 1954 teria seu momento mais agudo no mês de agosto com o atentado contra a vida de Lacerda e com o suicídio de Getúlio Vargas.

Sobre o atentado, a versão oficial do inquérito conta que, na madrugada de 5 de agosto de 1954, na porta do edifício em que morava na rua Tonelero em Copacabana, Carlos Lacerda, acompanhado de seu filho Sérgio e do Major-aviador Rubens Florentino Vaz, sofrera uma tentativa de assassinato por dois pistoleiros. O tiroteio resultante da ação causou a morte do Major, um ferimento à bala no pé do jornalista. Os pistoleiros fugiram com a ajuda de um taxista, que os esperava numa rua transversal. Um guarda municipal que passava no local envolvera-se no conflito e seria baleado na perna, mas conseguiria anotar a placa do carro usado pelos pistoleiros. Os jornalistas do *Diário Carioca* Otávio Bonfin, Deodato Maia e Armando Nogueira, dentro de um carro estacionado a poucos metros do edifício, testemunharam o episódio, que não levou mais do que alguns segundos.

Na edição vespertina do mesmo dia e demonstrando uma vitalidade impressionante, Lacerda colocava toda culpa em Vargas pelo atentado. A primeira página do jornal, toda dedicada ao atentado, com fotos de Lacerda ferido e do corpo do Major Vaz, trazia um *box*<sup>316</sup> com os dizeres: “A nação exige o nome dos assassinos”. Abaixo do *box* principal, um outro menor trazia “Elementos da guarda pessoal de Vargas”; seguido de um texto, baseado em depoimento de “uma pessoa” que afirmava serem os pistoleiros elementos ligados a Polícia Especial da presidência e a Lutero Vargas.

No dia seguinte ao “Atentado da Rua Tonelero” (como ficou conhecido), Lacerda atacava impiedosamente Getúlio Vargas pelo jornal. A primeira página da *Tribuna da Imprensa* ainda era toda dedicada ao atentado. Abaixo da manchete que dizia “Carlos Lacerda escreve: começou a impostura dos mandantes”, havia um *olho*<sup>317</sup>:

Querem ganhar tempo e garantir à impunidade – As fontes do crime estão no Catete – Distinção hipócrita do Ministro da Aeronáutica – O Chefe de Polícia está mentindo – A morte de Rubem Vaz foi um crime político – Provoações da

<sup>316</sup> No jargão jornalístico, *box* significa um texto, em forma de título, com a intenção de chamar a atenção e ressaltar a informação.

<sup>317</sup> No jargão jornalístico da época, *olho* é um texto de poucas linhas, em estilo telegráfico, que resume as idéias principais da matéria. Geralmente localiza-se abaixo do título e acima do texto principal.

“Última Hora” – Tudo acabará na farsa de sempre – Governo de Bandidos – Vargas fez correr o sangue de um inocente. (06/08/1954)

No editorial, Lacerda colocava toda culpa em Vargas pelo atentado: “Um regime de corrupção e terror”, “Getúlio é o responsável intelectual”, “O governo de Getúlio Vargas é, pois, além de imoral, ilegal. É um governo de banditismo e de loucura”. A presença de Sergio, o filho de apenas 15 anos, agravava ainda mais o episódio junto à opinião pública, mesmo aqueles não simpáticos ao jornalista. Se a morte de uma pessoa já seria suficiente para transformar o fato numa verdadeira infâmia, a presença de um jovem, filho do alvo principal, consolidaria Lacerda como o principal ícone do antigetulismo.

Os ataques não se limitavam a serem veiculados pelo jornal. Na rádio Globo havia o programa “Fala a UDN”, onde Lacerda repetia seus artigos contra o governo. A reação de todos os setores da sociedade foi de repúdio ao atentado, e Lacerda usaria o jornal como principal porta-voz da oposição, passando a pedir abertamente a sua renúncia:

A Getúlio Vargas dirijo, de todo coração, um apelo supremo; presidente da república: renuncia para salvar a República. Getúlio Vargas: deixa o poder para que o teu país, que é o nosso país, possa respirar nos dias de paz que os teus lhe roubaram. Sai do poder, Getúlio Vargas, se queres ainda merecer algum respeito como criatura humana, já que perdeste o direito de ser acatado como chefe do governo. (11/08/1954)

Logo no primeiro dia investigação conduzida pela Polícia Civil, ficou evidente o envolvimento de elementos do Palácio do Catete. No dia 12, sob o pretexto de que a vítima do atentado era um oficial da Aeronáutica, foi aberto um inquérito policial militar – IPM –, sob responsabilidade da Aeronáutica. A investigação passou a ser comandada da base aérea do Galeão que, na época, ficou conhecida como “República do Galeão”. A investigação logo chegou ao chefe da guarda pessoal do presidente, Gregório Fortunato. A oposição via nisso a prova que faltava para ligar a pessoa do presidente Vargas ao atentado e a renúncia passou a ser palavra de ordem de todos, inclusive dos Militares, principalmente a Aeronáutica e a Marinha. No auge da crise, um documento assinados por generais do Exército – que ficou conhecido como *Manifesto dos Generais* – pede a renúncia do presidente. Na edição do dia 23 de agosto, a *Tribuna da Imprensa* traria como sua principal manchete: “Os Brigadeiros Reunidos. Decisão Unânime: Renúncia de Vargas”. Logo abaixo da manchete principal, o *box* “Gregório era o verdadeiro presidente da república”.

Na madrugada do dia 24 de agosto, Vargas reúne seu ministério e apresenta como solução à crise a sua licença temporária do cargo até que o inquérito policial-militar da

Aeronáutica estivesse concluído<sup>318</sup>. Poucas horas depois, Getúlio recebe a notícia que os generais não aceitavam o pedido de licença: ou o presidente renunciava ou seria deposto. Logo depois a Rádio Globo noticiava:

Atenção, senhores ouvintes, informa O Globo no Ar, em edição extraordinária. [...] Podemos reproduzir com absoluta fidelidade, baseados em informação absolutamente idônea, o que ocorreu no Catete, na dramática madrugada de hoje. Com a presença de todo o ministério e mais os senhores marechal Mascarenhas de Moraes, general Caiado de Castro, teve lugar uma reunião sob a presidência do senhor Getúlio Vargas, que se iniciou a 1h30 e terminou às 3h30. Todos os presentes falaram comentando os acontecimentos. Finalmente, o presidente declarou que desejava em todo esse episódio ressaltar a sua dignidade pessoal e sua tradição de homem público. Nessas condições, só aceitaria uma dessas duas soluções: ou a licença por noventa dias solicitada ao Congresso na forma da Constituição, ou a deposição<sup>319</sup>.

Como Vargas não aceitava a renúncia, os militares decidiram finalmente derrubar o presidente. Numa transmissão extraordinária da Rádio Globo, feita diretamente da residência do “presidente Café Filho” (como foi nomeado pelo locutor), Carlos Lacerda, presente na ocasião, discursaria ao som de palmas e comemorações:

Meus amigos cedo as minhas primeiras palavras para realçar o extraordinário papel que a rádio Globo, a serviço da imprensa falada, da verdade e da justiça, desempenhou nesta revolução branca que hoje tem a sua noite de glória. Vim visitar não o presidente Café Filho, vim abraçar o homem público [...] graças à covardia e ao atraso com que o sr. Getúlio Vargas se rendeu aos fatos por ele próprio criados [...] É preciso destruir os destroços ainda ameaçadores da oligarquia Vargas, esses destroços, meus amigos, são como restos que ficam depois da bomba atômica. Eles ainda têm irradiação e podem contaminar e esterilizar a Nação. É indispensável que a renúncia de Gerúlio Vargas seja renúncia mesmo e que ele não vá para Itu sonhar com novas revivescências do poderio da sua gente. Porque o seu lugar, se não for no Galeão, é no estrangeiro, pois o Galeão é o lugar para os restos de sua podridão. O Brasil que hoje se redime, o Brasil que hoje ressurgue, e o Brasil de sempre, tal qual nós o sonhamos e tal qual sonharam e o construíram os nossos antepassados<sup>320</sup>.

O presidente, acuado e atacado por praticamente todos os órgãos de imprensa nacionais (com exceção do jornal *Ultima Hora* de Samuel Wainer) e muitos estrangeiros como *The New York Times*,<sup>321</sup> comete suicídio às 8:30h da manhã. Horas depois, pela manhã, ainda repercutindo o discurso de Lacerda feito na madrugada, a transmissão normal da Rádio Globo foi interrompida para noticiar o suicídio de Vargas. Sobre isso, o jornalista Léo

<sup>318</sup> "Já que o ministério não chega a nenhuma conclusão, eu vou decidir. Determino que os ministros militares mantenham a ordem pública. Se conseguirem, eu apresentarei o meu pedido de licença. No caso contrário, os revoltosos encontrarão aqui o meu cadáver". CRUZ, Adelina Novaes e. **Cronologia da Crise 1951-1954**. <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_gv/htm/cronologia/cronologia.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_gv/htm/cronologia/cronologia.asp)> . Acessado em 20 de agosto de 2006.

<sup>319</sup> CALABRE, Lia. Op. cit., p. 41.

<sup>320</sup> Idem, ibidem, p. 42.

<sup>321</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão de. Op. cit, p. 155.

Batista, na época com 22 anos e locutor do programa jornalístico “O Globo no Ar”, em depoimento à Profa. Ana Braum, comenta:

Eu tinha acabado de fazer o “O Globo no ar” [...] o Lacerda estava falando como ele falava sempre, “sentando a lenha”, “cobras e lagartos”, denunciando e gritando. De repente nosso repórter no Palácio do Catete [...] Nós tínhamos uma linha direta com ele [...] Começou a gritar: “Tira o homem do ar! Tira o Lacerda do ar! Tira o Lacerda do ar!” [...] “O homem se suicidou! O homem se suicidou!” [...] <sup>322</sup>

Lacerda, que a essa altura da manhã encontrava-se na residência de José Nabuco, comenta em suas memórias como ficou sabendo do suicídio:

Estávamos em casa de José Nabuco, minha mulher, eu e um grupo grande de pessoas comemorando a renúncia de Getúlio, que já tinha sido anunciada. Fomos todos para lá e estávamos comemorando [...] Abriram champanha [...] Até que, já de manhã, não me lembro bem a hora, alguém telefonou, ou alguém chegou com a notícia anunciando o suicídio do Getúlio [...] Alguém teve até essa frase: “Puxa, ele puxou a toalha debaixo da nossa festa” <sup>323</sup>.

O ato extremo, somado a divulgação da célebre “Carta Testamento”, reverteu toda onda de indignação nacional para os seus acusadores. Lacerda, que seria considerado pela opinião pública o maior responsável pelo suicídio de Vargas, defender-se-ia pelo jornal. No editorial “Falsos amigos” do dia 26 de agosto, Lacerda jogaria a responsabilidade nos “gregórios”: “Os mandantes de morte de Rubens Vaz são os responsáveis pelo suicídio de Getúlio Vargas”. Novamente, usando a Rádio Globo em 28 de agosto, Lacerda assumindo um tom mais ameno em relação a Vargas, acusava os comunistas pela desordem instaurada nos dias posteriores ao suicídio:

Volto a Rádio Globo, depois de alguns dias, durante os quais todos nos fomos surpreendidos por uma notícia brutal e trágica, que a todos nos comoveu e enlutou. Esses dias soltaram-se nas ruas uma turba de desordeiros guiados, conduzidos, comandados por elementos comunistas e por seus associados, os pelegos, para destruir a imprensa e o rádio independente. [...] Durante esses dias, dezenas, senão centenas de boatos e de calúnias têm circulado a cidade e o país contra nós, e perdoai-me a imodéstia, mas especialmente contra mim <sup>324</sup>.

O suicídio de Vargas conseguira reverter toda a opinião pública a seu favor, mesmo que essa não fosse a sua intenção. Lacerda e seus aliados foram hostilizados por toda cidade do Rio de Janeiro, a sede do jornal *Tribuna da Imprensa* foi atacada por populares, e Carlos Lacerda foi forçado a pedir proteção na Embaixada dos EUA e, posteriormente, no

<sup>322</sup> Depoimento dado a equipe da Profa. Ana Braum (org), disponível em CD e distribuído com o livro “Vargas, agosto de 54, a história contada pelas ondas do rádio”. Op. cit., 2004.

<sup>323</sup> LACERDA, Carlos. Depoimento, p. 147.

<sup>324</sup> Gravação disponível em CD, fornecido em CALABRE, Lia. Op. cit., 2004.



Cruzador Barroso da Marinha ancorado na Baía de Guanabara. A reação popular contra a UDN não se limitou apenas a esses protestos nas ruas e em vandalismo e quebra-quebra em vários pontos do país. Os resultados das eleições nacionais de 1954 foram, no geral, ruins para a UDN. Esta por ter recebido a culpa pelo suicídio de Vargas, teve a sua bancada diminuída no Congresso e no Senado e em vários Estados do Brasil. Contudo, Carlos Lacerda, apesar da rejeição popular, receberia os votos dos antigetulistas, o que seria suficiente para ser eleito deputado federal pela UDN no Distrito Federal, sendo inclusive, o mais votado<sup>325</sup>.

#### 4. 4. As eleições de 1955: a defesa de um regime de exceção

Segundo o jornalista Carlos Chagas, ainda em 1954:

Já nas primeiras semanas do governo Café Filho, afinal de contas, o “seu governo”, dada a posição de liderança que assumiu para a segunda queda de Vargas, o doublé de político e jornalista [se referindo a Carlos Lacerda] iniciou uma série de artigos na Tribuna da Imprensa, focalizando o ano de 1955 [...] Foi dos primeiros a perceber que o grupo antigetulista não manteria o poder<sup>326</sup>.

De fato, Lacerda pedia para Café Filho não só promover um expurgo anti-Vargas, mas também a suspensão das eleições presidenciais do ano seguinte. No começo de 1955, Lacerda, eleito deputado mais votado do Distrito Federal, já poderia ser considerado o principal porta-voz (ou senão o símbolo) do antigetulismo e do anticomunismo, reproduzindo um discurso caro à classe média brasileira: a moralidade, a ordem e o repúdio ao dito “populismo”. Como destacou Luis Vitor Tavares de Azevedo:

As greves de 1953, a elevação dos salários do proletariado urbano em maio de 1954, a radicalização populista do discurso governamental e a diversificação da vida sindical, semeiam o pânico no conjunto da alta classe média [...] Ao se constituir como intérprete das aspirações e temores desse conjunto social, Lacerda passa a desempenhar um papel “orgânico” em relação a determinadas parcelas dentre esses setores intermediários da sociedade brasileira [...]<sup>327</sup>

A campanha eleitoral começaria no final de 1954, pouco depois das eleições de outubro. Juscelino Kubitschek, ex-governador de Minas Gerais, travou uma verdadeira batalha dentro da Executiva do PSD Mineiro contra seu ex-padrinho e presidente do partido no Estado, Benedito Valadares, ganhando a indicação para ser candidato a presidência com a

<sup>325</sup> DULCI, Otávio. Op. Cit., p. 130.

<sup>326</sup> CHAGAS, Carlos. Vol.2. Op. cit., p. 672.

<sup>327</sup> AZEVEDO, Luiz Vítor Tavares. Op. cit., p. 69.

diferença de apenas um voto. A 25 de novembro, o Diretório Nacional do PSD aprovou seu nome por 123 votos a favor e 36 contra. Seu nome, finalmente, seria confirmado pela Convenção Nacional do PSD em 10 de fevereiro de 1955<sup>328</sup>.

Nesta época, Lacerda apoiaria a iniciativa de alguns militares conservadores de alta patente das Forças Armadas, que propunham uma candidatura única, sem participação de militares (mas com o apoio deles), para “unir o país”. Essa iniciativa colocaria Kubitscheck como o principal obstáculo para esse projeto, fazendo com que a metralhadora de palavras de Lacerda se voltasse contra o mineiro, identificado imediatamente como herdeiro do getulismo<sup>329</sup>. Mas não só Lacerda colocar-se-ia contra a candidatura de Kubitscheck, chamado por ele de “condensador da canalhice nacional”. Setores dissidentes do PSD, os militares conservadores da Ação Democrática, toda a UDN e inclusive o presidente Café Filho, tentariam obstruir a candidatura de Juscelino. Em tenso encontro realizado no Palácio do Catete em janeiro de 1955, Kubitscheck dissera ao presidente Café Filho, que lhe pedira para retirar a candidatura: “No dia em que o governador de dez milhões de brasileiros, em ordem com todos os preceitos legais, e ainda por cima indicado pelo partido de maior eleitorado no país, não puder ser candidato, acabou-se a democracia no Brasil”<sup>330</sup>.

No dia 28 de janeiro, em entrevista ao jornal *O Correio da Manhã*, Kubitscheck, denunciando a tentativa de derrubada de sua candidatura, proferiu uma de suas frases mais famosas e que ajudaria na construção da sua posterior imagem de homem público: “Poupou-me Deus o sentimento do medo”. A candidatura de Kubitscheck receberia o apoio da ala nacionalista das Forças Armadas e dos comunistas. O eminente jurista Sobral Pinto, a despeito de ser partidário da UDN, defenderia o direito da candidatura do PSD, fundando em agosto a Liga de Defesa da Legalidade junto com Evandro Lins e Silva e Vítor Nunes Leal. Em depoimento ao CPDoc, Evandro Lins e Silva comenta um embate entre a Liga e Carlos Lacerda:

Quando o Juscelino foi eleito defendemos sua posse, contra o golpe. Participei ativamente desse movimento e tive dois embates com Carlos Lacerda na TV-TUPI, ele defendendo a necessidade de impedir a posse, e eu defendendo o contrário, que a posse deveria ser dada, que Juscelino estava eleito [...] <sup>331</sup>

O General Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra de Café Filho, mantinha-se neutro na disputa política, mas sólido na defesa de legalidade institucional. A lendária

<sup>328</sup> WILLIAM, Wagner. Op. cit., p. 68-69.

<sup>329</sup> Idem, ibidem, p. 65-64.

<sup>330</sup> Apud, CHAGAS, Carlos. Vol. 1, Op. cit., p. 66.

<sup>331</sup> Apud, CHAGAS, Carlos. Vol. 2, Op. cit., p. 696.

neutralidade política do General Lott, até então quebrada uma única vez (tinha dado sua assinatura ao “Manifesto dos Generais” pedindo a renúncia de Vargas), foi um dos motivos que fizeram o próprio General Juarez Távora indicá-lo como um nome “neutro” e de “união” para ocupar o Ministério da Guerra. Tanto Távora quanto o Presidente Café Filho queriam evitar que as animosidades dentro e fora das Forças Armadas aumentassem. De fato, a possibilidade de que isso acontecesse seria muito grande caso algum General, de qualquer um dos grupos políticos, seja o “varguista”, ligado ao General Zenóbio, ou o “antivarguista” do General Canrobert Pereira da Costa (presidente do Clube Militar na ocasião e líder da Cruzada Democrática), fosse o escolhido para ocupar a pasta. Naquele momento, a escolha de um “profissional”, zeloso da ordem e disciplina institucional, seria o único nome que conseguiria agradar a todos<sup>332</sup>.

Em meados de 1955, Carlos Lacerda novamente expressava sua impaciência e desilusão com os resultados da “Revolução de 24 de Agosto” em seus discursos parlamentares e no jornal *Tribuna da Imprensa*. Lacerda temia a “restauração”, ou seja, a volta do grupo político afastado em agosto de 1954.<sup>333</sup> Voltando a tese da “falsa democracia” “intoxicada” por Getúlio Vargas (agravada pelos trágicos acontecimentos de agosto de 1954), Lacerda defendia a suspensão das eleições de outubro por dois anos e a instauração de um “Regime de Exceção” no qual as forças democráticas fariam as “verdadeiras reformas” das instituições brasileiras para que, assim, a “verdadeira democracia” fosse criada no Brasil. Novamente as emissoras de TV abririam seus microfones e câmeras para Carlos Lacerda: a TV-TUPI de Assis Chateaubriand, a TV-RIO e a TV-Record de São Paulo<sup>334</sup>.

Sobre a defesa da quebra da legalidade em 1955, Lacerda continuaria com a mesma versão elitista e autoritária em 1977, poucas semanas antes de sua morte, em depoimento:

O tipo de solução que propunha para a época foi exposto – nunca fiz segredo da minha posição – numa série de artigos na Tribuna, sobretudo, e em alguns discursos na Câmara [...] eu recomendava o que chamava na ocasião, e talvez tenha errado em dar esse nome, o “regime de exceção”. Eu chamava de “regime de exceção” por ser um regime de transição, durante o qual seriam feitas reformas que permitissem ao país entrar num regime democrático mais autêntico: eleições de verdade, com o povo mais receptivo ao raciocínio do que à emoção<sup>335</sup>.

<sup>332</sup> WILLIAM, Wagner. Op. cit., p. 18-20.

<sup>333</sup> BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. **O Governo Kubitschek, desenvolvimento econômico e estabilidade política**. RJ: Paz e Terra, 1979, p. 23.

<sup>334</sup> CHAGAS, Carlos. Vol. 2, Op. cit., p. 676-677.

<sup>335</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Op. cit., p. 151.

Entretanto, com as eleições de outubro aproximando-se, a UDN e os militares simpáticos a ela buscavam um candidato de "união nacional", isto é, uma candidatura única contra as forças getulistas. O nome de Etelvino Lins foi lançado em abril com grande apoio de Carlos Lacerda, mas não ganhou força, e com a desistência do candidato, logo foi substituído em junho pelo General Juarez Távora, que tinha sido lançado oficialmente pelo PDC com apoio de Jânio Quadros, que buscava dividir os votos de São Paulo para prejudicar Adhemar de Barros, também candidato à presidência. Lacerda participou da campanha do General somente a partir de setembro, mas sem muito entusiasmo: “Resisti muito à candidatura do Juarez, porque de novo senti que era uma causa perdida”<sup>336</sup>.

Entrementes, a campanha de Juscelino Kubitschek espalhava-se pelo país com a divulgação do seu Plano de Metas e seu *slogan*: “cinquenta anos em cinco”.

A partir daí, a UDN e os militares antigetulistas e anticomunistas, buscavam criar obstáculos ao avanço da candidatura Kubitschek. Em discurso no Clube da Aeronáutica, no dia 5 de agosto de 1955, em homenagem a um ano de morte do Major Rubem Vaz, o General Canrobert, Presidente do Clube Militar e Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, chamava de "pseudolegalidade" e "mentira democrática" as eleições livres sob a influência dos acontecimentos de agosto de 54.

Dando repercussão ao discurso de Canrobert (publicado na íntegra na *Tribuna*), Lacerda continuava a defender uma série de novas medidas para instaurar um regime de exceção em seus artigos e assim poder resolver a crise política, como a adoção do regime parlamentarista (com um militar ocupando o posto de primeiro-ministro), o adiamento das eleições para janeiro de 1956, a dissolução do Congresso e a convocação de uma nova Constituinte.

Tal campanha para a quebra da legalidade, encontraria resistência dentro da própria UDN, principalmente através do seu líder da Câmara, Afonso Arinos de Melo Franco<sup>337</sup> que, nos meses seguintes, receberia várias críticas de Carlos Lacerda por sua postura de “iludido” pelo PSD, com a mini-reforma eleitoral, que estipularia uma cédula única para as eleições<sup>338</sup>.

Dando seqüência a sua radical campanha contra Juscelino Kubitschek e João Goulart (candidato a vice-presidente pelo PTB) entre setembro e outubro, Lacerda protagonizaria outro episódio polêmico, que lhe renderia a pecha de “falsário” pelos seus

---

<sup>336</sup> Idem, *ibidem*. Op. cit., p. 156.

<sup>337</sup> DULLES, John W. Op. Cit., p. 211.

<sup>338</sup> Idem, *ibidem*, p. 213

adversários: a “Carta Brandi”. Em 16 de setembro, o jornalista, através de uma transmissão via rádio e televisão, faz a leitura de uma carta supostamente escrita pelo deputado argentino Antonio Brandi e endereçada ao ex-ministro do Trabalho de Vargas, João Goulart, dois anos antes. Na carta, Brandi relatava o curso dos entendimentos que ambos vinham mantendo com o ditador argentino Juan Domingo Perón, com o objetivo de ser implantada no Brasil uma “República Sindicalista”. Na edição do dia seguinte, a carta apareceria na primeira capa da *Tribuna da Imprensa* com a manchete: “Eis a prova da traição de Jango”.

O inquérito policial-militar instaurado pelo Ministro da Guerra General Henrique Teixeira Lott cuja sindicância estendeu-se a Buenos Aires, concluiu pela falsidade da carta. Entretanto, apesar de ter conseguido se inocentar da acusação de falsificação, Carlos Lacerda voltaria a atacar João Goulart, insinuando que a carta seria uma artimanha feita pelos próprios aliados de Goulart para desmoralizá-lo<sup>339</sup>.

Ainda sob o efeito da polêmica nascida da divulgação da Carta Brandi, um novo elemento ajudaria a deixar a sucessão presidencial mais conturbada. O PCB, que agia na clandestinidade desde 1947, declarava apoio e orientava seus militantes a fazer campanha a favor da chapa PSD/PTB. Cartazes com o busto do líder comunista Luis Carlos Prestes eram divulgados com apoio explícito a Kubitscheck e Goulart.<sup>340</sup> Décadas depois, Prestes, em entrevista, diria: “Em 54, nós aprovamos um programa onde combatíamos qualquer candidatura à presidência da República. Era a tese do voto em branco, mais uma vez. Mas voltamos atrás e resolvemos apoiar Juscelino”<sup>341</sup>.

Segundo a pesquisa de Rodrigo Patto Sá Motta<sup>342</sup>, o anticomunismo no Brasil foi um movimento ideológico (de cunho muitas vezes religioso) que permeou a política nacional de forma intensa entre 1935 e 1964, tendo suas origens logo após 1917, com os ecos da Revolução Russa. Os anos 50 no Brasil, segundo o autor, apesar de não estarem inseridos nos principais “surto anticomunistas” (1935-1937 e 1961-1964), estavam intimamente ligados ao contexto mundial de Guerra Fria. Tradicionalmente alinhado ao EUA, o Brasil em 1954 já possuía um longo histórico de propaganda anticomunista, haja vista que o PCB havia sido tirado da legalidade em 47 e as relações diplomáticas com a URSS, suspensas.

Portanto, qualquer ligação ou simpatia de algum partido ou político pelo comunismo, era automaticamente motivo para uma feroz oposição e ataques pelos setores

---

<sup>339</sup> Idem, *ibidem*, p. 219.

<sup>340</sup> MORAES, Denis e VIANNA, Francisco. **Prestes, luta e autocrítica**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 240.

<sup>341</sup> Idem, p. 137.

<sup>342</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em **Guarda contra o perigo vermelho, o anticomunismo no Brasil. (1917-1964)**. São Paulo: FAPESP. 2002.

mais conservadores. Falando de Lacerda, Afonso Arinos de Melo e Franco disse em entrevista: “Ele só conseguia atuar debaixo de uma paixão irresistível. Ninguém foi mais agressivo e violento no ataque aos comunistas do que ele”<sup>343</sup>.

Dentre os principais aliados de Lacerda no anticomunismo radical estava o jornalista Amaral Netto, fundador do reacionário *Clube da Lanterna*, e o Almirante Carlos Penna Botto, fundador da Cruzada Brasileira Anticomunista em 1952. Penna Botto acabaria tornando-se figura anedótica na sociedade brasileira dos anos 50 pelo seu anticomunismo exagerado, dando origem ao adjetivo pejorativo “penabotismo”, usado para designar aqueles que procuram e denunciavam comunistas em todos os lugares e de forma obsessiva<sup>344</sup>.

Contudo, como aponta Sá Motta, Lacerda negaria em suas memórias que o seu posicionamento contra o comunismo fosse de caráter “conservador”.<sup>345</sup> Natureza dessa oposição à parte, o fato é que Lacerda usaria o discurso anticomunista para desqualificar os dois candidatos da chapa adversária.

Apesar de toda a crise, as eleições foram realizadas na data prevista. O resultado das urnas foi apertado: Juscelino teve 36% dos votos válidos dados, Juarez Távora veio logo em seguida com 30%, Adhemar de Barros com 26%, e Plínio Salgado com 8%. A divisão dos votos de São Paulo foi decisiva para garantir a vitória de Juscelino, já que Jânio Quadros (governador do Estado de São Paulo) apoiara Juarez Távora.

Com essa nova derrota, a UDN adotaria novamente a prática da contestação do resultado eleitoral com a antiga tese da maioria absoluta, acrescida do pedido de anulação dos votos dos Comunistas. Carlos Lacerda e Afonso Arinos atacariam o resultado das eleições junto ao Supremo Tribunal Eleitoral por considerarem nulos os votos dos comunistas em Kubitschek, já que estes estariam na ilegalidade. Essa, portanto, seria a principal tese da “Batalha Judiciária” da UDN para tentar impedir a posse dos vitoriosos. Duas vertentes, portanto, foram formadas: a “legalista” representada, sobretudo por Afonso Arinos, e a “golpista” encabeçada por Lacerda<sup>346</sup>.

Os acontecimentos advindos da morte (de causas naturais) e do sepultamento do General Canrobert Pereira da Costa em primeiro de novembro de 1955 aceleraram a crise que se agravara nas eleições de 3 de outubro. Durante o sepultamento do General, usou da palavra em nome dos militares o Coronel Jurandir Bizarria Mamede. Após os elogios ao falecido,

<sup>343</sup> CAMARGO, Aspásia, TEIXEIRA, Maria Tereza Lopes, MARIANI, Maria Clara. **O intelectual e o político. Encontros com Afonso Arinos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/ Dom Quixote editora, 1983, p. 127.

<sup>344</sup> Idem, p. 142-145.

<sup>345</sup> Idem, p. 174.

<sup>346</sup> BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. **O Governo Kubitschek**. Op. Cit., p. 23.

Mamede alimentou argumentos que fortaleceram a argumentação golpista de Carlos Lacerda e do *Clube da Lanterna* atacando Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart pronunciando-se contra a posse dos eleitos. A *Tribuna* defendia que o discurso do Coronel Mamede nada mais foi do que um “desdobramento natural do discurso de Canrobert em homenagem ao Major Vaz no Clube da Aeronáutica”. (03/11/1955)

Tal discurso provocou feroz a reação do PTB e do PSD na Câmara. O Ministro da Guerra General Henrique Teixeira Lott, seguindo a tradição legalista cara a muitos militares, exige da Presidência que o Coronel Mamede fosse punido.

O artigo de Lacerda do dia 3 de novembro “A Lição de Caronbert – antes que seja tarde” é bastante emblemático da tática que a UDN golpista usava para evitar outra derrota. Desdenhando da tática “legalista”, Lacerda dota um tom alarmista e pede a intervenção das Forças Armadas para criar um Estado de Exceção em nome da Democracia:

Não desejo contribuir, nem por um momento, para que se criem ilusões sobre tolices como a “Batalha eleitoral” e outros modos de contemporizar iludindo-se cada qual a si mesmo. Não existe outra opção fora daquela que é, afinal, a única que resta [ilegível] hesitações, a de tornarem as Forças Armadas sobre seus ombros a responsabilidade que lhes incumbe de promover à frente do povo a reforma das instituições nacionais para tornar possível a existência de uma democracia no Brasil resistente à irresponsabilidade e ao comunismo, as duas únicas forças verdadeiramente vitoriosas do dia 3 de outubro último<sup>347</sup>.

Lacerda continua com ataques aos eleitos, pedindo o golpe e demonstrando total incredulidade com então Constituição vigente:

[...] Temos o dever de dizer a nação, aos chefes militares, inclusive, que a “Batalha eleitoral” é uma farsa, da qual nada há de esperar senão o tempo que o adversário está ganhando para dividir, para intrigar, para criar o “clima de posse” e tornar irremediável a entrega de poder a um grupo do qual o Brasil só se livrará por Guerra Civil. [...] Há que negar, sumariamente, à posse aos falsos “eleitos” promover, com urgência, a reforma das instituições para a nova proclamação da república.

Apesar de falsa, a “Carta Brandi” continuaria sendo citada pela imprensa antigetulista para atingir Goulart. No dia 3 de novembro, na página 3, a *Tribuna da Imprensa* reproduziria um editorial do jornal *O Estado de São Paulo* do dia anterior intitulado “Peronismo e Getulismo”:

Se a carta não é verdadeira, o seu conteúdo está de acordo mais ou menos com o que se sabe da vida política do sr. Goulart e das suas pretensões de aplicar ao Brasil a doutrina política do sr. Perón. Não fosse o suicídio do ex-ditador brasileiro e o afastamento dos seus amigos dos postos de comando, e provavelmente antes da deposição do ditador argentino [Perón fora derrubado em

---

<sup>347</sup> Idem, Ibidem.

setembro do mesmo ano], teríamos tido, no Brasil agitações perigosas destinadas a formação de uma República Sindicalista e à exploração política das massas em benefício do sr. Goulart e companheiros.

A retórica golpista de Lacerda fica cada vez mais explícita. Ainda sobre o polêmico discurso do Coronel Mamede, Lacerda dizia que este serviu para “alertar os brasileiros contra inimigos que, sendo do Brasil, forçosamente serão também das Forças Armadas que, por definição, têm o dever de defendê-lo, acima até da própria lei”. O título da matéria sobre a fala do Coronel complementa o quadro golpista, fazendo referência ao discurso de agosto do falecido General Canrobert: “Pseudolegalidade é aquela que ousa defender a fraude”<sup>348</sup>. No dia seguinte, no artigo “A hora das forças armadas”, Lacerda volta à carga, pedindo a quebra da legalidade em editorial na primeira página do jornal: “Agora façam os militares o seu dever, que é defender a pátria contra inimigos externos e INTERNOS”. E continua a criticar a “Batalha Judiciária” da UDN legalista: “uma anedota de mau gosto num país cuja maior crise é, precisamente, a falência do Poder Judiciário”. Juscelino Kubitschek e João Goulart são duramente atacados por Lacerda, que volta a insistir na derrubada da Constituição de 1946:

A posse desses dois aventureiros irresponsáveis só poderá ser evitada por um ato de força. Nesse mesmo ato se contém a instauração de um regime cuja legalidade tem que ser por ele próprio criada. [...] O problema, já agora, é militar. Inútil fazer mais discursos, inútil escrever novos artigos. Ou os chefes militares já compreenderam isto e vão agir ou não compreenderam e não vão agir. Se não agem, Juscelino e Jango tomam posse. Se agem, eles não tomam posse. (04/11/1955)

O editorial da *Tribuna da Imprensa* de 9 de novembro tinha como título “Não podem tomar posse”, e sentenciava de forma enfática:

É preciso que fique claro que o presidente da Câmara não assumiu o Governo da República para preparar a posse dos srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart. Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse, não tomarão posse [...] A consciência nacional, o povo revoltado, as Forças Armadas mobilizadas pelo Brasil não permitirão, agora, que novo desvirtuamento se dê. Juscelino e Jango não podem tomar posse [...]

Este editorial era uma reedição daquele anterior, dedicado a Getúlio Vargas, quando da campanha presidencial de 1950. Insistindo novamente na herança getulista da chapa vencedora:

Os gregórios continuam a ser os maiores conspiradores deste país. Conspiraram no governo Vargas, pela República Sindicalista, conspiraram no governo Café,

---

<sup>348</sup> Idem, *Ibidem*.



pela restauração da oligarquia através de eleições fraudadas permitidas pela democracia poluída que foi mantida, por equívoco, em 24 de agosto.

Nos dias seguintes, a crise vai se tornando cada vez mais aguda já que o General Lott continua a insistir na punição do Coronel Mamede. Este continua sendo protegido por Carlos Luz (Presidente da Câmara dos Deputados e alinhado aos interesses udenistas) que ocupava o cargo de Presidente da República enquanto Café Filho se mantinha afastado por motivos de saúde. No dia da posse de Carlos Luz, dia 8 de novembro, Lacerda diria em editorial de capa intitulado “A Caminho da Solução”:

A instauração de um governo dotado de poderes excepcionais, para corrigir os efeitos de tantos anos de abusos e crimes oficiais, que desmoralizaram a autoridade, e com ela, a própria liberdade, é a única solução para a crise brasileira, o único recurso que restou para evitar o pior [...] A decisão está próxima e não poderá ser licitamente adiada. As habilidades não têm mais lugar. A hora é de ação pronta e eficaz para não mergulhar o país na desordem e aventura [...] A propaganda da restauração oligarquia, esse bando mal-ferido a 24 de agosto de 54 e a 29 de outubro de 45, que agora precisa ser raspado da vida brasileira [...]

No dia 8 de novembro, o deputado José Maria Alkimim, braço direito de Kubitscheck e considerado o “líder civil” da Novembrada, encontrou-se com General Lott em seu gabinete e o alertou sobre o golpe em andamento: “Estou certo que o senhor será demitido dentro de mais algumas horas [...] A sua presença aqui no Ministério da Guerra é a única pedra que resta no sapato de um golpe cuidadosamente preparado para frustrar a posse do presidente Juscelino [...]”<sup>349</sup>

No dia 10 de novembro, Lacerda atacava novamente os eleitos e cobrava uma ação do General Lott no editorial:

Enquanto Goulart abrirá a portas do Brasil à crescente influência comunista, Kubitscheck promete aos homens de negócios americanos dar-lhes este mundo e o outro, em troca de certas compensações aos seus amigos, é claro [...] Vamos ver. Esperemos que não passe de hoje essa demonstração, pois, além de mais, a Nação não suporta mais tanta ansiedade. Este país, que carece tanto de exemplos, precisa saber se o general Lott é um homem de bem que defende pontos de vistas contrários aos de outros homens de bem ou se é nesta altura, um instrumento da traição, um agente de divisão das Forças Armadas, um serviçal dos gregórios.

Os acontecimentos se precipitaram no dia 10 com o pedido de demissão de Lott do Ministério, descontente com a decisão de Luz de não punir Mamede e com a iminente movimentação golpista. Destaca-se ainda o episódio da “sala de espera”, quando o presidente Carlos Luz, de maneira deliberada e deselegante, fez com que o General Lott, lendário por sua

<sup>349</sup> WILLIAM, Wagner. Op. cit., p. 113.

pontualidade e hábitos metódicos, esperasse por aproximadamente 2 horas na sala de espera do gabinete da presidência. A injúria contra Lott atingiu os brios da maior parte do Exército Brasileiro, que alheio às disputas políticas, encarou o “chá de cadeira” do Ministro da Guerra como uma ação deliberada para desmoralizar a instituição. O agravante do episódio é que naquela altura, o General Fiúza de Castro já havia sido contatado para ser o próximo Ministro da Guerra. O fato de o General Fiúza ter aceitado o cargo, mesmo antes de Lott ter sido demitido (ou ter pedido demissão, como era a sua intenção naquele momento), foi encarado pelo Ministro como a prova que faltava para confirmar a entrevista que tivera a pouco com José Maria Alkmin: um golpe estava em andamento.

Na madrugada do dia 11, apoiado por outros generais legalistas do Movimento Militar Constitucionalista, Lott comanda as tropas do Primeiro Exército e depõe o presidente, naquele que ficou conhecido como o "Golpe da Legalidade" ou “Novembrada” (na visão dos derrotados). A presidência é então entregue ao vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, que decreta o estado de sítio por 30 dias e garante, desse modo, a posse de Juscelino Kubitschek.

Carlos Luz, alguns Ministros, Carlos Lacerda, Almirante Pena Boto e o Coronel Mamede, entre outros militares, rumaram para a cidade de Santos a bordo do cruzador *Tamandaré* na manhã do mesmo dia novembro. A iniciativa fazia parte dos planos do brigadeiro Eduardo Gomes, então Ministro da Aeronáutica, de organizar a resistência em São Paulo, mas fora imediatamente frustrada pelo governador Jânio Quadros.

#### **4.5. O deputado Carlos Lacerda e o governo Kubitschek**

O governo Juscelino Kubitschek apostaria num forte desenvolvimento econômico com intensa participação de capital estrangeiro, aproveitando-se em parte da política econômica de estímulo industrial criada pelo ex-Ministro Eugênio Gudin durante o curto governo de Café Filho. Kubitschek manteve a chamada Instrução 113 da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito) de janeiro de 1955, que possibilitava às empresas estrangeiras pudessem trazer capitais (em forma de máquinas, equipamentos, plantas e processos), sem cobertura cambial e sem cobrança impostos, desde que os empresários estrangeiros tivessem um sócio nacional. O cumprimento do chamado “Plano de Metas” vai ser o guia do governo que se iniciava.

Se compararmos o governo Kubitscheck com o anterior e os dois posteriores, veremos que este apresentou uma maior estabilidade política<sup>350</sup>. A oposição *lacerdista* e da Banda de Música da UDN, presente durante todo o período, foi incapaz de gerar crises institucionais como já havia conseguido. Movimentos de radicalização política e de demandas populares como a atuação do Clube da Lanterna, a Frente de Novembro, a Ação Democrática ligada ao IBAD, a Cruzada Brasileira Anticomunista e o aparecimento das Ligas Camponesas no Nordeste marcaram sua presença durante o governo, mas sem gerar qualquer crise institucional. O alto desenvolvimento econômico não impedia que os operários continuassem a fazer greves (177 só entre 1958 e 1960<sup>351</sup>) e a se organizar em sindicatos. Entretanto, é necessário dizer que estas greves não tinham motivações políticas, diferente daquelas que iriam marcar o governo de João Goulart.

A atuação firme e pacificadora do General Henrique Teixeira Lott (continuando a ser o Ministro da Guerra) dentro das Forças Armadas, o bom funcionamento da coligação PSD-PTB, os elos com o empresariado através da “administração paralela”, somado ao enorme carisma pessoal de Juscelino ajudam a explicar a estabilidade política nos seus 5 anos de governo<sup>352</sup>. Entretanto, é importante que seja destacado, as Forças Armadas não estavam totalmente unidas. O governo Kubitscheck sofreria duas quarteladas, sem grandes perigos para o regime, mas que expressavam uma insatisfação latente contra os vitoriosos de 11 de novembro de 1955, sobretudo na Aeronáutica.

Carlos Lacerda continuaria a ser o principal tribuno da oposição durante todo o governo, mas sua atuação será bem mais discreta, e menos demolidora do que antes. Lacerda esteve fora do país durante quase todo o primeiro ano de governo. No segundo ano, passaria boa parte dele tentando se defender de uma tentativa de cassação ao seu mandado de deputado federal. Lacerda também sofreria com a censura, com sua proibição de ir à TV e ao rádio. No último ano de governo, Lacerda entraria em campanha para o governo do Estado da Guanabara, criado em compensação pela construção de Brasília, o novo Distrito Federal.

Em novembro de 1955, ainda sofrendo os efeitos da Novembrada, Lacerda, aconselhado por Afonso Arinos e Juraci Magalhães, refugiou-se na embaixada Cubana. Obtendo salvo conduto do governo, ainda no mês de novembro Lacerda embarca para Cuba, de onde posteriormente se dirigiria para os Estados Unidos. Durante sua estadia nos EUA,

<sup>350</sup> BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. **O Governo Kubitschek, desenvolvimento econômico e estabilidade política**. RJ: Paz e Terra, 1979. Passim.

<sup>351</sup> TOLEDO, Caio Navarro. *1964: Golpe contra as reformas e a democracia*. In: REIS, Daniel Aarão, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 71.

<sup>352</sup> BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. Op. cit., 1979. Passim.

Lacerda trabalhou como correspondente do seu jornal e colaborou também *O Globo* e *O Estado de São Paulo*. Um dia após e sua partida para os EUA, “aclamado pela multidão”, o *Tribuna da Imprensa* no dia 18 de novembro publica o editorial de Lacerda, na primeira página, sob o título “Mensagem de Carlos Lacerda”.

Na primeira parte da “mensagem”, percebe-se a curiosa utilização pública do jornal para questões que, a princípio, deveriam ser internas da administração de uma empresa, que agora perdia seu diretor e que partia para o exílio voluntário.

Ao sair do Brasil, para continuar a luta de acordo com as novas condições criadas pela infâmia de 11 de novembro, venho dirigir a todos os companheiros de trabalho e às suas famílias [...] Minhas instruções, terminantes, para as quais peço especial atenção de todos os companheiros sobre os quais tenho autoridade de amizade e função, são:

- (a) Atuar de acordo com as instruções do diretor substituto da Tribuna da Imprensa, deputado Aluízio Alves, e do gerente Elpídio Reis.
- (b) Conter a impaciência e a cólera, o desejo de demonstrar a sua bravura – que não está mais por demonstrar – e a legítima pressa que tem de contribuir para a libertação e a redenção do povo brasileiro.
- (c) Manter o jornal com dignidade, mas sem provocações [...]
- (d) Melhorar sempre a qualidade jornalística da Tribuna, de maneira de manter e acrescentar leitores, a fim de garantir a subsistência do jornal com independência e firmeza.
- (e) Lembrar-se que o primeiro dever do que fazem a Tribuna, neste momento, é sobreviver com o jornal.

Na segunda parte da “mensagem”, Lacerda, continuando a se dirigir diretamente a seus funcionários, mas podendo-se estender a todos seus leitores, faz duras críticas aos responsáveis pelos acontecimentos de 11 de novembro:

Não há que confiar nos homens que se apossaram do Brasil. O regime do povo, pelo povo e para o povo está transformado no regime dos traidores, pelos traidores e para os traidores [...] Mantenhamos a resistência sem aumentar as oportunidades do inimigo [...] A hora é dos traidores, dos covardes, dos oportunistas e dos corruptos.

Ao final da “mensagem”, Lacerda, assumindo um tom cauteloso em virtude das incertezas do momento, reafirma o papel de “trincheira política” da *Tribuna da Imprensa* contra os “inimigos da democracia”:

Conservemos a Tribuna viva para que ela possa continuar seu esforço em prol do Brasil [...] Não provocar inutilmente. Não fazer bravatas, não recuar, mas por igual não avançar antes do tempo, não aceitar provocações. O jornal, neste momento é mais importante do que seus inimigos [...] Viva o Brasil. Viva a TRIBUNA DA IMPRENSA.

Em resposta aos apelos de seu líder, no primeiro dia do novo governo, a primeiro de fevereiro de 1956, a *Tribuna da Imprensa* deixava claro que não daria trégua a Juscelino: “Começa hoje a ofensiva da oposição contra Kubitscheck”.

No dia 25 de novembro de 1955, ainda sofrendo com partida de Lacerda, que se tornara cada vez mais um “mito” para a oposição, a *Tribuna* publicaria na primeira página uma foto dele ao lado do artigo “Fidelidade a um exemplo”:

Continuemos fiéis Carlos Lacerda. No momento em que ele está longe do nosso convívio, neste país desgraçado já não há mais condições de segurança para a sua vida que nos é tão cara [...] O jornal que nasceu do nada, é hoje uma das vozes a serviço da liberdade neste país, graças ao espírito indomável de resistência e de oposição que Carlos Lacerda imprimiu à sua orientação.

Nesses primeiros dias do novo governo, o Brasil seria sacudido por uma pequena revolta militar, que seria apenas a primeira quartelada contra o governo Kubitscheck. Em 10 de fevereiro de 1956, alguns oficiais da Aeronáutica, liderados pelo então major Haroldo Veloso e pelo capitão José Chaves Lameirão, partiram do Campo de Afonsos, no Rio de Janeiro em direção da base aérea de Jacareacanga, no sul do Pará com a intenção de ali organizar uma resistência contra o governo recém empossado. A *Tribuna da Imprensa* chega a publicar na capa da edição do dia 15, um Manifesto do grupo expondo suas razões, ou falta delas:

- \_ O senhor Juscelino Kubitscheck entrou em entendimentos com grupos financeiros internacionais para entrega do petróleo e venda de reservas minerais estratégicas.
- \_ Oficiais comunistas ocupam posições chaves, em comandos militares, desde o movimento de 11 e 21 de novembro, quando foram depostos os senhores Carlos Luz e Café Filho.
- \_ Esses movimentos chefiados pelo General Henrique Lott romperam a unidade das Forças Armadas.

O discurso *lacerdista* ou mesmo do UDN da Banda de Música era um dos guias para o Manifesto dos oficiais: a corrupção, o negociismo, a infiltração do comunismo, e a traição à Pátria e a quebra da suposta unidade militar (que de fato nunca houve na República, até aquele momento).

Dez dias depois do início da rebelião, recebem a adesão de mais um oficial da Aeronáutica, o major Paulo Victor da Silva, que fora enviado para combatê-los. Segundo o jornalista Carlos Chagas, não apenas A *Tribuna Imprensa* seria simpática ao movimento “revolucionário”, mas também outros jornais como *O Estado de São Paulo* e *O Diário de*

*Notícias*<sup>353</sup>. De fato, nos dias que cobrem o movimento, a *Tribuna* irá colocar-se simpática aos oficiais revoltosos. Em 21 de fevereiro, provocando o Exército e mostrando que a Aeronáutica não apoiava o governo, declarava: “Eduardo Gomes contará com 90% da FAB”.

Algumas vezes, a *Tribuna da Imprensa* colocava-se como estimuladora do movimento, assumindo um papel que poderia ser considerado delirante, como em 22 de fevereiro, onde dizia na primeira página: “calcula-se que o major Veloso tenha mobilizado 5 mil homens”. Outra forma de colocar-se ao lado dos revoltosos foi apelando ao sensacionalismo, quando expôs na primeira página, na edição dos dias 25-26, uma foto da família do major Veloso, com sua mulher e os cinco filhos pequenos, todos com expressões preocupadas e desoladas. Repetiria o mesmo artifício no dia 28, dessa vez com a família do Major Paulo Vitor, No dia 27, a *Tribuna* traria a opinião do udenista histórico, o mineiro Odilon Braga, que comparava Jacareacanga com o episódio dos “18 do Forte” de Copacabana.

A rebelião foi finalmente controlada, 19 dias depois do seu início, pelas tropas legalistas, com a prisão de seu principal líder. O conflito resultaria com apenas uma morte. Alguns líderes conseguiriam escapar para a Bolívia. Kubitscheck, mostrando que assumiria um caráter conciliador, daria "anistia ampla e irrestrita" a todos os rebelados.

Em agosto de 1956, seria criado pelo jornalista Amaral Netto o semanário de direita reacionário e anticomunista *Maquis*, que mantinha uma linha extremamente agressiva, aos moldes da *Tribuna da Imprensa*, e que também seria um dos porta-vozes do *Clube da Lanterna*<sup>354</sup>. Em meados de 1956, Lacerda e sua família saem dos EUA e partem para Portugal.

O mês de setembro caminhava para o seu final com três destaques na *Tribuna*: o julgamento dos três envolvidos do crime da Rua Tonelero, a nova Lei de imprensa e a volta de Carlos Lacerda ao Brasil. Uma espécie de contagem regressiva foi feita pelo jornal, ligando o triplo julgamento com os dias que faltavam para a chegada de Lacerda.

Um dia antes de começar o julgamento do terceiro envolvido, o “anjo negro” Gregório Fortunato, finalmente na madrugada do dia 11 de outubro de 1956, Lacerda retorna ao Brasil, sendo recebido no aeroporto Santos Dumont por grande manifestação popular e com a presença de diversos políticos, jornalistas e autoridades. A chegada, que teve direito a chuvas de pétalas de rosas, mostrou que o lacerdismo tinha sobrevivido sem Getúlio Vargas e a

<sup>353</sup> CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem retroque, 1808-1964**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Record, p. 755.

<sup>354</sup> Idem, ibidem, p. 758.

Novembrada não havia sido esquecida: “o povo fez do 11 de outubro a resposta ao 11 de novembro”.

No dia anterior, já preparando a recepção do líder, a *Tribuna* publicou depoimentos de vários políticos, quase todos da UDN, acerca da volta de Lacerda: Milton Campos: “retomada de posição de um dos mais valorosos lutadores”. Adauto Cardoso: “o regime só pode funcionar com a presença de homens como Lacerda nos postos de vigilância e crítica”. Otávio Mangabeira: “motivo de grande regozijo para a democracia brasileira”. Raul Pilla: “seria difícil a indefinição com a presença de formidável lutador”. Frota Aguiar: “sua presença é uma necessidade”. Odilon Braga: “muito pode o Brasil esperar do fulgor do seu talento e da sua palavra”. Fechando o quadro de elogios a Lacerda, o Senador gaúcho Mem de Sá, com uma lucidez maior e prevendo novos momentos de instabilidade política para o Brasil, diria: “a sua volta é razão de alegria e apreensão”.

Entretanto, Kubitscheck estava preparado para essa volta triunfal. Segundo o jornalista Cláudio Bojunga, a primeira pessoa em quem o presidente pensava ao acordar era Carlos Lacerda. Temendo o poder de fogo dos discursos lacerdistas, Kubitscheck, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, baixou em outubro uma portaria acrescentando uma nova cláusula aos contratos de concessão - a chamada Cláusula R -, na qual as empresas transmissoras concessionárias ficavam proibidas de produzir programas obscenos ou que contivessem insultos às autoridades públicas, conseguindo assim barrar o acesso de Lacerda aos meios de comunicação como rádio de TV.

A “Lei Marcial da Imprensa” (10/10/1956) ou “Portaria Rolha” (12/10/1956), como seria chamada a nova lei de imprensa nos dias posteriores, sofreria severas críticas não só da *Tribuna da Imprensa*, mas de toda a imprensa e de inúmeros juristas. A Cláusula R acabou sendo suspensa por decisão do Tribunal Superior Eleitoral no fim de 1958<sup>355</sup>. Na década seguinte, em pleno regime militar, Juscelino justificar-se-ia a Lacerda, então aliados na chamada Frente Ampla, dizendo que: “Eu não era maluco, não ia deixar você ir à TV pra me derrubar”<sup>356</sup>.

A despeito da censura na rádio e televisão, a *Tribuna da Imprensa* continuaria com seus ataques aos “golpistas de novembro”, com inúmeras denúncias de corrupção, escândalos, sobretudo após a criação da NOVACAP, empresa estatal responsável pela gestão das obras de Brasília. Os ataques continuariam também contra o suposto “nacionalismo getulista”,

<sup>355</sup> Apud. MOTTA, Marly. **A Política como arte de conciliar**. RJ: FGV-CPDOC. Acessado em 17 de janeiro de 2006. <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jk/htm/O\\_Brasil\\_de\\_JK/A\\_politica\\_como\\_a\\_arte\\_de\\_conciliar.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/O_Brasil_de_JK/A_politica_como_a_arte_de_conciliar.asp)>.

<sup>356</sup> CHAGAS, Carlos. Vol.2, Op. cit., p. 781.

conduzido por Juscelino Kubitscheck com a ajuda do General Henrique Lott, que também passaria a ser alvo de ataques impiedosos de Lacerda por ser identificado como o principal responsável pela divisão nas Forças Armadas e pela vitória dos legalistas a 11 de novembro de 1955. Como coletou Wagner William em sua biografia do Marechal Henrique Lott:

Em artigos publicados na *Tribuna da Imprensa* no ano de 1958, se poderia montar uma coleção de ofensas, algumas gratuitas e divertidas, outras delirantes: “irresponsável e incapaz”, “desajustado”, “traidor perigoso”, “requite de infâmia”, “general parasitário”, “desatinado e insensato”, “preparador de um novo golpe”, “chefe presuntivo do poder Judiciário e de poder Executivo”, “monumental estadista do Campo de Santana”, “Napoleão IV”, “herói imarcescível da batalha naval do Tamandaré”, “Caxias de Gericinó”, “neutralista a serviço da Rússia”, “boçalidade comprovada” “verdadeiro dirigente do comunismo no Brasil”<sup>357</sup>.

Em 25 de novembro de 1956, Juscelino de maneira precavida e querendo evitar uma maior radicalização política, manda fechar o *Clube da Lanterna*, junto com sua opositora, a *Frente de Novembro*. Este era um movimento composto por civis e militares nacionalistas e legalistas, tendo o vice-presidente João Goulart como um dos seus principais membros, que fazia oposição à organização lacerdista. A *Frente de Novembro* organizara no dia 11 de novembro uma cerimônia comemorativa aos “11 de novembro de 1955”, homenageando o General Lott e agraciando-o com uma espada folheada a ouro. A provocação era clara. Em resposta, no mesmo dia, Lacerda, políticos da UDN e oficiais da Marinha, entregam um quadro do Tamandaré ao ex-presidente Café Filho.

Naqueles dias, Lacerda referir-se-ia a “espada de ouro” em seu jornal como um verdadeiro “bezerro de ouro” dado ao “patrono dos traidores e defensor perpétuo da oligarquia”. Um dia antes da cerimônia de entrega da espada ao General Lott, Lacerda dizia na *Tribuna*: “Vamos assistir as núpcias da farda com a maconha, contubérnio da defesa nacional com a traição à pátria, o matrimônio da força com a estupidez, a glorificação da traição pelos traidores”.

Sobre o fechamento do *Clube da Lanterna*, a *Tribuna*, em 26 de novembro, não poderia deixar de criticar Kubitscheck por ter fechado “o clube que o denunciava como desonesto”. Na página 3, reproduzia um depoimento inconformado de Amaral Neto, fundador do Clube e líder dos “lanterneiros”: “Enquanto a Frente se compõe de pelegos, comunistas e conhecidos ladrões dos dinheiros públicos, o Clube é uma organização composta de pessoas de vida limpa e decente e sem quaisquer ligações com militares ou com o governo”.

---

<sup>357</sup> WILLIAM, Wagner. Op. cit., p. 220.



Como foi dito anteriormente, o governo Kubitscheck foi marcado por uma maior estabilidade política se comparada aos demais governos que o margeiam. Mas estabilidade não significa conformismo, e todas as nuances políticas e ideológicas continuaram a ocupar espaço na vida pública do país. A cultura política brasileira até os dias de hoje consagra o caráter conciliador de Juscelino Kubitschek, como ficou claro na recente mini-série da Rede Globo de Televisão, veiculada no primeiro semestre de 2006, que tinha como personagem principal o próprio presidente. Ela ajudou a consolidar o dito “estilo mineiro de governar”, que significa abrir concessões, não expor publicamente suas desavenças, buscar o diálogo, não partir para o confronto direto, e agir de maneira discreta e astuta. Contudo, apesar do que nos diz esse arquétipo do político mineiro, nem sempre Kubitschek mantinha essa “área conciliadora”, como demonstrou o episódio da “Cláusula R” e a posterior tentativa de cassação do mandato de seu maior adversário, Carlos Lacerda em maio de 1957.

Além de Kubitschek, Lacerda voltava-se também contra João Goulart. Tentando atingir o vice-presidente da República, em 27 de março de 1957, Lacerda lê na tribuna da Câmara um telegrama codificado e secreto da embaixada brasileira em Buenos Aires. O telegrama abordava um antigo inquérito feito pelo Exército argentino, implicando diretamente João Goulart, ao investigar um suposto acordo deste com o Juan Perón, presidente da Argentina na ocasião dos supostos entendimentos. Tratava-se de uma operação ilegal com madeiras de Pinho para levantar recursos para a campanha de Getúlio Vargas em 1950.

Isso iria ressuscitar o caso da Carta Brandi, apesar de ter ficado comprovada a sua falsidade. Os adversários de Lacerda, além de resgatarem a pecha de falsário, o acusariam agora de traidor, pois a leitura de tal telegrama possibilitaria a quebra de um código secreto do Itamaraty.

O discurso de defesa de Lacerda na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, em 7 de março de 1957 ficaria marcado nos anais do Congresso Nacional<sup>358</sup>. Neste trecho de sua defesa, encontramos Lacerda voltando ao episódio da Carta Brandi, ainda se defendendo da acusação de falsário, e atacando o governo:

O documento por excelência da expansão peronista, em seus compromissos e tratativas com a ala colaboracionista do movimento de Vargas é o discurso de Perón na Escola de Guerra, na Argentina [...] discurso que foi veementemente negado pelo governo brasileiro [...] Nesse discurso Perón mostra que o Sr. Vargas se comprometeu com êle a formar o Bloco ABC (Argentina, Brasil, Chile) para romper a unidade continental, com o nítido propósito de hostilizar os Estados Unidos [...] Nesse ínterim, voltava ao Poder e desta vez diretamente, graças à

---

<sup>358</sup> **Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro.** <<http://www.senado.gov.br/comunica/museu/pron1.htm>>. Acessado em 5 de junho de 2006.

aliança com o Sr. Juscelino Kubitschek e os comunistas, o “pombo-correio” da aliança com Perón<sup>359</sup>.

Novamente enunciando a tese da falsa democracia e da “pseudo-legalidade”, Lacerda diria:

Talvez alguns membros da Maioria fiquem muito surpreendidos e, até indignados se lhes dissermos isto. Mas saibam que o Estado brasileiro, hoje, já se parece muito mais com um Estado totalitário do que com uma estrutura democrática [...] Vivemos no Brasil, uma grande mentira. Quanto mais se fala em democracia, mais se proporciona ao povo demonstrações de desprezo por ele [...] O que o povo já percebeu é que está sendo governado por fariseus da democracia, por tartufos de uma pudicícia que o menor descuido se desmanda. É, sr. Presidente, a pomposa castidade de Messalina, o “legalismo” desse governo<sup>360</sup>.

Colocando-se como o verdadeiro paladino da moral, Lacerda, de maneira literária, ataca o governo no trecho do discurso nomeado de “Saturnal dos Ódios”:

Ainda há ingênuos ou espertos que me julgam cheio de ódios porque sou veemente. Não, sr. Presidente. Sou veemente porque detesto a hipocrisia e o comodismo. Mas não tenho ódios porque sou livre. Quem odeia transforma-se no escravo do outro. Quem odeia são os meus escravos de hoje, que não querem ser alforriados, porque têm o poder na mão, mas são escravos da sua cobiça e do seu ódio que os converte em escravos da nossa vontade. Veja V. Exa. que nada mais se faz neste país, há um mês, somente porque o Governo está decidido a destruir-me e, com ele, a sua côrte de incubos e súcubos, nessa saturnal de ódios torvos e de ódios falsos, de ódios lodosos e de odios vítreos, de ódios hepáticos e de ódios linfáticos, de ódios gratuitos e de ódios alugados ao dia, de ódios puros ódios e de ódios misturados à inveja, ao despeito, e, sobretudo, ao medo. Detesto dizer que inspiro medo, sr. Presidente. Mas esta é a verdade. Felizmente, não aos homens de bem. Apenas aos outros. E são esses outros os que se mexem, os que se movem, os que se danam e redanam nessa dança de fórmulas, de pretextos, de processos, de perseguições que me atormentam a inteligência, me castigam o corpo, mas me deixam limpo, lavado, o coração impenitente<sup>361</sup>.

No discurso de defesa, que durou aproximadamente 10 horas, Lacerda conseguiria vencer todo o empenho da situação governista em cassar seu mandado por falta de decoro parlamentar. O resultado, que absolveu Lacerda, foi apertado, somando 152 votos a favor da cassação e 132 contra. Para cassá-lo, seriam precisos 164 votos a favor, o que configuraria a maioria absoluta naquela época. O jornal faria toda a cobertura do caso publicando trechos do discurso (inclusive o discurso de Afonso Arinos e o parecer de Milton Campos) nas edições seguintes. Pouco tempo depois, tal discurso seria publicado pela editora da própria *Tribuna da*

<sup>359</sup> LACERDA, Carlos. **O Caminho da Liberdade**, Discurso na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados 1957, p. 33-37.

<sup>360</sup> Idem, *ibidem*, p. 126-127.

<sup>361</sup> Idem, *ibidem*, p. 161.

*Imprensa*, em formato de um livro, sob o título “O Caminho da Liberdade”, tendo sua edição esgotada na ocasião<sup>362</sup>.

No final de 1959, aconteceria a segunda revolta da Aeronáutica no governo Kubitscheck, que ficaria conhecida como Revolta de Aragarças. A nova conspiração teve como principal líder o tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier. Ela contou também com participação do ex-líder de Jacareacanga, o agora tenente-coronel Haroldo Veloso, e de dezenas de outros militares e civis. O objetivo era iniciar um novo “movimento revolucionário” para derrubar o governo, que continuaria, segundo os revoltosos, comprometido com o comunismo internacional. Partindo do Rio de Janeiro, em três aviões militares e um avião civil seqüestrado da Panair, e de Belo Horizonte com um avião particular, os rebeldes rumaram para Aragarças, em Goiás. A revolta durou pouco mais de 1 dia e seus líderes fugiram nos aviões para o Paraguai, Bolívia e Argentina.

Porém, desta vez, o jornal adotaria uma postura mais discreta, já que o governo Kubitscheck estava entrando em seu último ano e o candidato de Carlos Lacerda à presidência, o governador de São Paulo Jânio Quadros, era o mais cotado para vencer as eleições do ano seguinte (pouco antes da revolta eclodir, Jânio Quadros tinha renunciado a sua candidatura, mas voltou atrás poucos dias depois “porque o povo exigiu” 8/12/1959). Em editorial intitulado “Legalidade e Liberdade”, de 3 de dezembro, Lacerda faria uma defesa da legalidade, temendo a derrubada do regime e o cancelamento das eleições do ano seguinte, mas sem poupar Kubitscheck:

Não farei coro com os que atiram pedras contra esses moços (os militares revoltosos). Eles representam uma forma de desespero e de defesa de princípios que merecem respeito. Cabe ao governo, interessa ao governo, pois mais do que nunca, conter-se nos limites da constituição, se não quiser que o protesto isolado e desesperado de alguns se venha a converter na insurreição geral com a fome nas casas e a inquietação nas ruas.

Em 1960, o governo Kubitscheck entrava em seu último ano de mandato, mostrando o esgotamento do seu modelo de desenvolvimento, conduzido sem grandes responsabilidades fiscais. O aumento da inflação e do conseqüente custo de vida aliado ao endividamento público requeriam do próximo presidente da república uma postura ortodoxa na política econômica, com corte de gastos públicos e medidas restritivas ao crédito. Essa visão, compartilhada inclusive pelo próprio Kubitscheck, definiria o quadro sucessório. De olho em 1965, Kubitscheck não se empenharia para a vitória de seu candidato oficial, o

---

<sup>362</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Op. cit., p. 181

General Henrique Lott, e deixaria para a UDN, que apoiava Jânio Quadros, o incomodo e impopular encargo de governar com tesouras no orçamento e no crédito.

Lacerda, que havia sido eleito deputado federal novamente em 1958 repetindo uma expressiva votação e consolidando-se como o principal nome da UDN no Rio de Janeiro, entrara no último ano de governo Kubitscheck com aspirações políticas mais altas. Com a construção de Brasília e a iminente transferência do Distrito Federal para a nova cidade nascida em pleno serrado goiano, a cidade do Rio de Janeiro iria transformar-se no Estado da Guanabara, tendo a eleição para o governo marcada para 1960, junto com as eleições presidenciais. O principal reflexo da liderança lacerdista na UDN carioca seria o lançamento do nome do jornalista para concorrer às eleições para o executivo estadual. No dia 5 de julho, o virtual primeiro dia de campanha, a *Tribuna* trazia na primeira página: “Lacerda em Brasília faz defesa da Guanabara”, seguida de:

Em seu último discurso como deputado, antes de entrar em licença para se dedicar à campanha eleitoral, o deputado Carlos Lacerda fez ontem na Câmara de Deputados, em Brasília, a defesa do Estado da Guanabara e crítica de Brasília e do “desenvolvimentismo” do governo federal [...] O Sr. Carlos Lacerda devolveu ontem ao Congresso a ajuda de custas que recebera, como deputado, para se mudar para Brasília. Entrou em licença por 95 dias e será substituído pelo Sr. Frota Aguiar.

Durante todo o ano de 1960, a *Tribuna da Imprensa* seria o principal palanque político de Lacerda não apenas para atacar a candidatura Lott ao governo federal, mas também para apoiar o seu candidato à presidência, Jânio Quadros, e a sua própria ao governo do Estado da Guanabara. No dia da eleição, 3 de outubro, o jornal, exibia a manchete “Povo está elegendo hoje Jânio, Milton (Milton Campos, candidato a vice-presidente representando a UDN) e Lacerda”. Ela reproduzia também um bilhete manuscrito de Lacerda com a legenda “Mensagem do governador”: “Pela TRIBUNA saúdo o povo de minha terra, no dia de sua grande vitória. Rio 3.10.60. Carlos Lacerda”.

A vitória de Lacerda, por menos de 2% em relação ao segundo colocado, foi possível graças a divisão dos votos antilacerdistas em dois candidatos: Sérgio Magalhães (PTB) e Tenório Cavalcanti (PSP) e Mendes de Moraes (PSD). Conforme relata Lacerda: “[...] fiquei acompanhando a apuração... [...] quando chegava um subúrbio, era cada surra de criar bicho; na Zona Sul eu ganhava, recuperava um pouco [...] cada voto do Tenório ou no General Mendes de Moraes eu exultava, não é?”<sup>363</sup> Curioso que, neste episódio, a antiga tese da “maioria absoluta” sequer foi tocada por Carlos Lacerda.

---

<sup>363</sup> Idem, *ibidem*, p. 217.

#### 4.6. O governador Carlos Lacerda e as crises de 1961 a 1964

Só um povo marcado com o sinal da vitória pode produzir um homem como Carlos Lacerda<sup>364</sup>.

Julio de Mesquita Filho

No artigo “A participação da imprensa na queda do Governo Goulart”<sup>365</sup>, Alzira Alves de Abreu relata a importância da imprensa e a atuação dos principais jornais brasileiros durante as crises do início dos anos 60, para influenciar a opinião pública e que criariam parte das condições políticas e sociais para a derrubada do regime em 1964. Nesta última seção do quarto capítulo, continuaremos a nos concentrar na atuação do jornal *Tribuna da Imprensa* neste mesmo período.

Com a vitória de Jânio Quadros, a UDN, pelo menos em tese, finalmente chegara ao governo federal através do voto. Aliado a isso, com a eleição de Carlos Lacerda para o governo da Guanabara, a UDN não seria mais simplesmente um partido “de oposição”. Em 1961, a UDN passou também a governar também o importante Estado de Minas Gerais com Magalhães Pinto.

Isso irá marcar uma nova postura de Lacerda e da própria UDN em relação à esquerda e mudará o foco do discurso em relação à Constituição de 1946. Entretanto, com a conturbada posse de João Goulart na presidência da república após a renúncia de Jânio Quadros e o plebiscito pela volta do presidencialismo em 1963, a UDN voltaria a ser oposição. Com as propostas de mudanças na sociedade, com as chamadas Reformas de Base, e o aumento da participação de movimentos de setores populares no debate político, a UDN e Lacerda, junto com setores do PSD, da grande imprensa e dos militares conservadores, passam a defender a manutenção da Constituição a qualquer custo, a denunciar a “subversão” do governo federal e o perigo comunista. A luta, que antes era principalmente contra o “populismo getulista”, agora passa a ser contra as “reformas” e a “esquerdização” do Brasil.

Ao passar dos primeiros meses de governo, Jânio Quadros logo desagradaria tanto a direita quanto a esquerda, pois demonstraria um grande desprezo pelos partidos políticos e exibiria uma face autoritária. Por um lado, Jânio mostrava pouco apreço pelas propostas

---

<sup>364</sup> Júlio de Mesquita Filho, em *Homenagem, do ‘Estado’ ao governador Lacerda*. Jornal *O Estado de São Paulo*, 15/04/1964.

<sup>365</sup> ABREU, Alzira Alves de. *A participação da imprensa na queda do Governo Goulart*. In: *Seminário 40 Anos do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 7 Letras, CNPq p. 15-35.

liberais, antiinflacionárias e saneadoras das contas públicas defendidas pela UDN, e adotaria um modo de governar personalista que desagradava aos políticos tradicionais.

Além disso, tomava iniciativas na área de política externa (mesmo sendo conduzida pelo Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos) que fomentavam antigas desconfianças e medos, pois procurava reatar reações diplomáticas e comerciais com países do bloco socialista.

Segundo alguns autores, a dita política externa independente fazia parte de um projeto pessoal de Jânio Quadros de se transformar numa liderança do Terceiro Mundo, sem ideologia definida, como uma opção não alinhada ao confronto bilateral EUA x URSS. A isso nos remete ao próprio Jânio Quadros, que durante a campanha presidencial, em discurso na sede dos *Diários Associados*, teria dito: “Nosso tempo é um crematório de ideologias”<sup>366</sup>.

A viagem oficial de João Goulart à China comunista, em julho, e a condecoração oferecida a Ernesto Che Guevara, Ministro da Indústria e Comércio de Cuba, em visita ao Brasil em 19 de agosto, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul seriam consideradas uma afronta por toda a direita brasileira. Lacerda, já governador da Guanabara, em resposta ao ato de Jânio, entregaria as Chaves da Cidade do Rio de Janeiro ao líder contra-revolucionário cubano Manuel Antonio Varona, que também estava no Brasil.

Esse caráter dúbio e instável abriria um grave conflito entre o governo e lideranças udenistas, em especial, Carlos Lacerda, que ameaçava (ou blefava) com a renúncia do governo do Estado da Guanabara por se sentir “culpado” pelos descaminhos do governo federal. Sobre isso, Lacerda, ao embarcar para Brasília, na véspera da crise da renúncia de Jânio Quadros, afirma ter dito a sua esposa:

Eu acho que na volta nós vamos recuperar nossa liberdade, porque quando voltar acho que não serei mais o Governador da Guanabara [...] Porque eu acho que vou largar a vida pública. Eu acho que é a única forma decente que eu tenho de pedir desculpas ao povo e de me desobrigar da parcela de compromissos que assumi com ele ao ajudar a eleição de Jânio. Eu disse ao povo que o Jânio ia ser um grande presidente. Ele não é um grande presidente e estou com muitas dúvidas sobre suas intenções<sup>367</sup>.

No dia 23 de agosto, a *Tribuna* estamparia na primeira página: “Política externa de Jânio não tem apoio do povo”. O fato é que a política externa independente de Jânio Quadros revoltou setores da Igreja Católica, militares anticomunistas e grupos *lacerdistas*, que tinham o anticomunismo como uma de suas principais bandeiras<sup>368</sup>. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta,

<sup>366</sup> Apud. MARKUN, Paulo & HAMILTOB, Duda. **1961. Que as armas não falem**. SP: SENAC, 2001, p. 16.

<sup>367</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Op. cit., p. 247.

<sup>368</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão de. Op. cit., p. 251.

o ano de 1961 marcaria o início do “Segundo Grande Surto Anticomunista”<sup>369</sup>. Este é um contexto onde o fantasma do comunismo volta com força total. A conjuntura internacional ajudava a criar um clima de preocupação no início dos anos 60, com a Guerra Fria em seu auge, com a revolução em Cuba, o comunismo consolidado na China e a construção do Muro de Berlim na Alemanha.

O rompimento definitivo de Jânio Quadros com Carlos Lacerda desencadearia uma seqüência de acontecimentos que provocaria uma das maiores crises institucionais na república brasileira.

A versão de Lacerda é a seguinte: em visita a Brasília, a pedido do presidente, o governador da Guanabara seria convidado pelo Ministro da Justiça Pedroso Horta, a tomar parte de uma tentativa de suspensão do Congresso Nacional e fechamento do regime. Lacerda não só recusou-se a participar da conspiração como foi à TV denunciar o plano, provocando, no dia seguinte ao discurso, 25 de agosto, a renúncia do presidente. A edição vespertina do jornal no dia 25, sem a notícia da renúncia que aconteceria naquela mesma tarde, trazia em sua capa: “Lacerda fica para lutar contra trama golpista de Brasília”.

Já refletindo a crise que se avolumava, pois o Congresso Nacional, horas depois do pronunciamento de Lacerda, já tinha anunciado que chamaria o Ministro para prestar explicações, a *Tribuna da Imprensa* mostrava Lacerda não apenas como o denunciante da tentativa do golpe, mas como também o protetor da democracia:

O governador Carlos Lacerda afirmou ontem, através de uma cadeia de rádio e televisão, que permanecerá no governo da Guanabara para lutar contra uma trama golpista que está sendo coordenada pelo Ministro da Justiça, o Sr. Pedroso Horta, que o convidara a participar de um movimento de “reforma institucional de base”.

Uma tese ainda bastante corrente é que ao renunciar, Jânio, confiante numa popularidade que não possuía mais, não pretendia de fato entregar o governo e sim pressionar para que seus poderes fossem ampliados, contando inclusive com a possibilidade de fechar o Congresso. Talvez Jânio tenha se lembrando do apoio que recebeu de várias lideranças políticas e de parte da população quando anunciou que abandonaria sua candidatura no final de 1959. Jânio também estava contando com o temor de que o vice-presidente João Goulart, uma personagem francamente execrada pelos setores conservadores do país, em especial as Forças Armadas ligadas a ESG, pudesse assumir a presidência. Mas para a frustração de Jânio, sua renúncia foi aceita pelo Congresso, dando início a uma grave crise política no país.

---

<sup>369</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. Op. cit., p. 231-277.

Os fatos ocorridos com a renúncia são por demais conhecidos. Em virtude da ausência do vice-presidente, ainda no dia 25 de agosto, Pascoal Ranieri Mazzilli, Presidente do Congresso Nacional, assumiu interinamente a presidência. No dia 26, o Brasil seria sacudido com a divulgação do veto dos três Ministros militares (Guerra, General Odílio Denys, Marinha, Almirante Sílvio Heck, Aeronáutica, Brigadeiro Gabriel Grün Moss,) a João Goulart. Como lembrou em suas memórias o então político pessedista Armando Falcão, um dos principais conspiradores para a derrubada de Goulart em 1964: “Mazzilli tomou posse [...] foi notificado da decisão coletiva dos ministros militares: veto frontal à assunção de Goulart. Ou ficava ele lá fora, no exterior, ou se viesse, seria preso ao desembarcar. Presidente, não e nunca”<sup>370</sup>. Essa decisão resultou em grande mobilização pró e contra a posse de Goulart, já que ainda estava em viagem pela Ásia.

Assim noticiava o *Jornal do Brasil* naquela manhã:

Comandos militares evoluíram para o veto à posse de Goulart no governo: Os chefes militares decidiram evitar a entrega da presidência ao Sr. João Goulart com suas considerações sobre a conjuntura internacional, que poderá ser extremada até com a explosão trágica em Berlim e o Brasil fatalmente será chamado a cumprir à risca seus compromissos com o bloco ocidental. Com o Sr. João Goulart no poder tais dificuldades tenderiam a crescer, agravando-se a crise que levou à deserção o presidente eleito<sup>371</sup>.

O principal foco de resistência ao veto militar foi liderado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, conquistando o apoio do comandante do III Exército, General José Machado Lopes. Usando o equipamento da rádio Guaíba e transmitindo diretamente do Palácio Piratini (que fora fortificado com barricadas e preparado para o confronto armado) foi assim formada a “Cadeia da Legalidade”, que daria início a uma rede de dezenas de emissoras de rádio pelo Brasil, mobilizando a população em defesa da Constituição e da posse de João Goulart, configurando assim uma verdadeira “luta pela opinião pública brasileira”, como definiu o próprio Leonel Brizola<sup>372</sup>.

A *Tribuna da Imprensa*, que apoiava o impedimento de Goulart, seria apedrejada por populares no Rio de Janeiro, desencadeando uma onda de repressão policial e censura à imprensa no Estado da Guanabara, a mando do governador Lacerda<sup>373</sup>. Vivaldo Barbosa, político do PDT e jurista, em depoimento, relembra aqueles dias, ainda estudante no Rio de Janeiro:

<sup>370</sup> FALCÃO, Armando. **Tudo a declarar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 213.

<sup>371</sup> BARBOSA, Vivaldo. **A Rebelião da Legalidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 48.

<sup>372</sup> Depoimento dado ao documentário “Jango”. Direção: Silvio Tendler, Brasil/RJ - 1984.

<sup>373</sup> BARBOSA, Vivaldo. Op. cit., p. 49.



Muitos se reuniram a nós e fomos para a Cinelândia, onde também se juntaram a nós trabalhadores e muita gente que ali se aglomerava. De lá seguimos para a embaixada americana, com a certeza que sempre tínhamos de que dali vinham todos os males que nos afligiam. Percebemos que algo tinha mudado: enfrentamos a polícia do Lacerda, que nos rechaçou com bombas de gás lacrimogêneo. Após muitas escaramuças, bombas e muitas pedradas de volta, descemos a Rua México até o final, depois a Rio Branco [...] Nos identificávamos com a política externa independente praticada por Jânio Quadros e gostamos muito de ele ter colocado aquela condecoração no peito de Guevara. Como não gostávamos do Lacerda, um grito de ordem ecoou e ficou nosso refrão: “Jânio sim, Lacerda não!”<sup>374</sup>

Sobre a censura na Guanabara, Lacerda defender-se-ia em Depoimento, colocando a culpa no Exército:

[...] fui surpreendido com uma informação de que havia uma ordem do Primeiro Exército para impor censura á imprensa [...] Mas recebi a promessa de que essa censura será a mais curta possível, mas que é inevitável. Eu disse: “Bom, mas em todo caso quero dizer que não sou favor da censura” [...] eu fui responsabilizado pela censura, quando na realidade, foi uma ordem do Primeiro Exército. Mas isso não quer dizer que eu não reconhecia, e reconheço que naquela altura a censura era absolutamente indispensável<sup>375</sup>.

Já na condição de Marechal, Machado Lopes, chefe militar que apoiou a Cadeia da Legalidade, em suas memórias apresenta a sua versão sobre a participação de Lacerda na crise:

Na Guanabara, o governador Carlos Lacerda reunia em palácio alguns governadores filiados à UDN e políticos influentes do mesmo partido, e propunha lançar um manifesto à nação, com teor que poderia ser assim resumido: 1. Impedir a posse do sr. João Goulart na presidência da república; 2. apoio incondicional à ação dos três ministros militares; 3. eleição indireta, pelo Congresso Nacional, do Sr. Juracy Magalhães para a presidência da república<sup>376</sup>.

No Congresso, os parlamentares rejeitaram o pedido de impedimento de Jango. Mas políticos do PSD e da UDN propuseram a adoção de uma solução conciliatória: a implantação do regime parlamentarista. Aconselhado por Tancredo Neves, João Goulart, ainda fora do Brasil, decide aceitar a fórmula parlamentarista aprovada na madrugada dia 2 de setembro “a toque de caixa”. Finalmente, no dia 7, João Goulart foi empossado na presidência da República, “perturbando a normalidade e a tranqüilidade do país inteiro”, nas palavras de Armando Falcão, ex-Ministro de Juscelino Kubitscheck e futuro Ministro da Justiça do Regime Militar durante o governo Geisel<sup>377</sup>.

<sup>374</sup> Idem, *ibidem*, p. 33.

<sup>375</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Op. cit., p. 288-289.

<sup>376</sup> Apud. BARBOSA, Vivaldo. Op. cit., p. 94.

<sup>377</sup> FALCÃO, Armando. Op. cit., p. 214.

Após a renúncia de Jânio Quadros as contradições políticas no Brasil se mostravam cada vez mais insustentáveis. A ordem institucional, que já vinha sendo ameaçada desde a eleição de Getúlio Vargas em 1950, aproximava-se do seu colapso. A renúncia de Jânio Quadros, seguida da vitoriosa “Cadeia da Legalidade” comandada por Brizola e a posse de Jango – mesmo amputada pelo *Golpe Branco* do Parlamentarismo – abririam caminho para o aumento da radicalização política.

No dia da posse, o jornal *Última Hora*, o único da grande imprensa que apoiava o governo, estampava na primeira página a vitória da posse: “JANGO TOMOU POSSE.” Abaixo da manchete, um *olho* que indicava a próxima batalha de Goulart: “Tancredo Primeiro-Ministro. PLEBISCITO IMEDIATO! Exige Goulart no discurso de posse”.

Desde dezembro de 1960, assim que teve o resultado da vitória para o governo da Guanabara, Lacerda deixara a direção da *Tribuna da Imprensa* a encargo de seu filho mais velho, Sergio de Lacerda. Mas mesmo como governador, Lacerda continuaria a escrever para o jornal sob o pseudônimo de Julio Tavares<sup>378</sup>. Passada a crise de 1961, em outubro, alegando problemas financeiros, Lacerda vende o jornal para Manuel Francisco do Nascimento Brito (editor-chefe do *Jornal do Brasil* e representando a Condessa Maurina Pereira Carneiro), mas mantendo seu filho na direção. O jornal seria finalmente vendido, em dezembro de 1962 para o jornalista Hélio Fernandes, seu antigo colaborador.

Segundo Marina Gusmão, a partir daí, o jornal deixaria de ser um “veículo para a exclusiva divulgação das idéias de seu fundador e para sua promoção pessoal”<sup>379</sup>. Mas, a influência de Lacerda no jornal transcende ao período em que foi seu proprietário, o que confirma a consolidação do *lacerdismo* como movimento e discurso político. Da sua venda em dezembro de 62 até o golpe de 64, o jornal mantinha uma clara linha de apoio ao governador da Guanabara, uma valorização da sua figura como opositor ao governo federal, e com denúncias a diversos movimentos “anti-lacerdistas” e provocações comunistas. O próprio Lacerda continuaria a escrever esporadicamente artigos para o jornal<sup>380</sup>.

De fato, o jornal não era mais o jornal “do Lacerda”, mas continuava sendo “para Lacerda”. Nas suas reportagens, denúncias e opiniões, o jornal continuaria claramente *lacerdista*, mesmo após o golpe de 1964, o que demonstra a vitalidade e liderança de Carlos Lacerda. A partir de 9 de abril de 1964, quando da promulgação do Ato Institucional nº 1, tanto Lacerda quanto o jornal passam a fazer críticas ao governo “revolucionário”, críticas

<sup>378</sup> DULLES, John W. Vol.2, Op. cit., p. 129.

<sup>379</sup> MENDONÇA, Marina Gusmão de. Op. cit., p. 268.

<sup>380</sup> DULLES, John W. Vol.2, Op. cit., p. 129

essas que vão se intensificando ao passar dos anos até se transformarem em franca oposição, o que culminará com o apoio do jornal à “Frente Ampla” organizada por Lacerda com Juscelino Kubitschek e João Goulart em 1966<sup>381</sup>.

As relações entre o governo da Guanabara com o governo Federal, que não eram boas com Jânio Quadros, ficam piores com a posse de João Goulart. Em virtude das ações de Lacerda consideradas “fora dos padrões democráticos” durante a crise da renúncia, alguns de seus adversários na Guanabara tentaram articular um processo de *impeachment*. Em resposta a essa tentativa, Lacerda matinha seu estilo de confronto ao dizer na *Tribuna da Imprensa* em 13 de setembro de 1961: “Terão que retirar da Guanabara um governador morto”. Neste momento, vemos um Lacerda “legalista” defendendo seu mandato.

Depois de um ano de luta, Goulart consegue que o plebiscito seja antecipado para janeiro de 1963. No dia 6, acontece o plebiscito, que perguntou à população brasileira se era a favor da continuidade do Parlamentarismo (“sim”) ou se o Presidencialismo (“não”) deveria voltar. O resultado foi esmagador: 80% para o “não”.

A despeito da volta a Presidencialismo ser o principal objetivo de Jango até o momento (em 1º de janeiro, o governo federal aumentou os salários em 75%, conseguindo o apoio das lideranças sindicais e dos trabalhadores), a *Tribuna da Imprensa* manter-se-ia “imparcial” quando a esse assunto: ”Enfim, ‘sim’ ou ‘não’, presidencialismo ou parlamentarismo, esperemos a resposta popular, única que, numa democracia, poderá decidir como e por quem deve ser governado o país” (07/01/1963).

O governador Lacerda não votou no Plebiscito. Já pensando na campanha presidencial de 1965, ele provavelmente não queria que seus projetos fossem prejudicados por um Parlamento, que na sua concepção, ainda estava contaminado por getulistas, pelegos, nacionalistas e comunistas. Na primeira página da *Tribuna*, uma das manchetes era: “Carlos Lacerda: Não votei porque não quis, cobrem a multa”. Na página 3, Lacerda explicava em entrevista ao jornal:

Não fiz propaganda contra o plebiscito, nem pelo “sim” e nem pelo “não“. Conservei-me calado [...] Sendo pelo presidencialismo, contra um parlamentarismo caricatural, não podia votar contra. Mas, sendo contra aqueles que, no governo, usam os instrumentos da democracia par destruí-la, não podia votar “não”.(09/01/1963)

Após a vitória do Presidencialismo, João Goulart “recebe” um país em meio a uma crise econômica sem precedentes no período democrático. As esquerdas brasileiras, bastante

---

<sup>381</sup> LEAL, Carlos Eduardo. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Vol. 5. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2001, p. 5792-5793

mobilizadas, ganhavam força e empolgação. Luis Carlos Prestes, mesmo negando que teria dito “Nós não estamos no governo, mas já estamos no Poder”, reconhece que os comunistas estavam exercendo influência no governo de Jango através dos sindicatos<sup>382</sup>. Leonel Brizola passava até 6 horas na Rádio Mayrink Veiga pregando as reformas imediatas. A reação veio com a unificação das rádios, Globo, Jornal do Brasil e a Tupi, criando a "Rede da Democracia", denunciando o “perigo comunista”, a política econômica do governo e o próprio Goulart<sup>383</sup>.

Logo após a vitória no plebiscito, João Goulart tentou um governo de conciliação. Ao mesmo tempo em que procurava atender ao movimento sindical e aos grupos nacional-reformistas, tentou adotar uma política de estabilização econômica e inflacionária baseada na contenção salarial. Seu Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado pelo ministro do Planejamento Celso Furtado, tinha por objetivo manter as taxas de crescimento e reduzir a inflação, condições indispensáveis para a obtenção de novos empréstimos, para a realização de novos investimentos, para a renegociação da dívida externa. O Plano Trienal seria recebido com reservas pela *Tribuna*, que lhe rendeu apoio discreto.

O Plano Trienal também buscava a realização das chamadas “Reformas de Base”: reforma agrária, fiscal, educacional, bancária e eleitoral. A campanha para as Reformas de Base, encabeçada pelo presidente João Goulart junto à massa, e o crescimento da figura do então deputado federal Leonel Brizola dentro das esquerdas – visto pelos conservadores e liberais como um iminente revolucionário comunista – acirrou a disputas dentro e fora do âmbito institucional. Segundo Jorge Ferreira, o fracasso do Plano Trienal ocorre pela falta de compromisso, tanto dos trabalhadores quanto da classe patronal, em aceitar conciliar as duas propostas: crescimento, estabilização econômica e canal direto de negociação com os setores sindicais<sup>384</sup>.

A situação política agravou-se severamente em outubro de 1963, diante da repercussão de uma entrevista de Lacerda ao jornal *Los Angeles Times*. Conforme o jornal *Tribuna da Imprensa* em 2 de outubro:

O governador da Guanabara declara ao jornal *Los Angeles Times* que Jango não conseguirá manter-se no Poder até o final do ano em curso. Analisando a crise brasileira, Lacerda sugere ao povo norte-americano que suspenda ajuda econômica ao Brasil até que volte ritmo certo.

<sup>382</sup> MORAES, Denis e VIANNA, Francisco. **Prestes, lutas e autocríticas**. Petrópolis: Vozes, 2ªed. 1982, p. 172.

<sup>383</sup> FERREIRA, Jorge. *O Trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil*. In: **Seminário 40 Anos do Golpe de 1964**. Op. cit., p. 46.

FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano, o tempo da experiência democrática**. Vol. 3. RJ: Civilização Brasileira, 2003, p. 364-365.

Em “informe especial”, o jornal trazia a entrevista cedida à repórter Julian Hart, reproduzida na página 8, a última do caderno principal e destinada para assuntos políticos expostos na primeira página. Destacamos o trecho da entrevista onde Lacerda fala do papel de Goulart na crise e da infiltração comunista no governo:

Embora Lacerda seja firme no dizer que os comunistas estão infiltrados no governo e no CGT, ele também faz questão de dizer: “Ninguém poderia chamar Goulart de comunista”. Em vez disso, declarou Lacerda, Goulart “poderia ser chamado um homem de direita... pois o que ele é na realidade é um totalitário a moda sul-americana. Ele é um caudilho com todos os recursos dos tempos modernos. No momento, é a versão comunista que descamba para a esquerda. Por trás de Goulart e agindo através dele, porém Lacerda vê um esforço concentrado para paralisar este país, para fazê-lo parar. Lei, ordem e liberdade, tudo aquilo em que acreditamos estão ameaçadas.

Em decorrência da entrevista, os ministros militares de Goulart solicitaram ao presidente a decretação do estado de sítio e a prisão do governador da Guanabara. No dia 1 de outubro, em editorial de capa, a própria *Tribuna da Imprensa* (agora já sob controle de Hélio Fernandes) irá classificar a entrevista de Lacerda como um “erro”, “intempestiva” e “inoportuna”, mas destacará que a reação dos ministros militares contra Lacerda seria mais “infeliz ainda”, dizendo que, Goulart sempre se beneficiava nestes momentos de crise. Na manchete da primeira página, o jornal trazia: “Entrevista de Lacerda serve de pretexto. Jango ordena intervenção”.

Na edição dos dias 4 e 5, a *Tribuna* estampava na primeira página que “líderes de todas as tendências anunciam disposição de votar pelo não”:

Afirmando que permanecerá em Palácio até que se decida a situação, o sr. Carlos Lacerda disse que, além da Justiça, ninguém o prenderá.

Manifestando-se contra o estado de sítio, o governador Miguel Arrais (sic), de Pernambuco, disse que poderá ser o prenúncio de guerra civil.

O governador Magalhães Pinto declarou que a formação democrática do povo brasileiro repele violências como a iniciativa do estado de sítio.

Se é por causa de São Paulo – afirmou o governador Adhemar de Barros – senhor João Goulart não precisa de sítio. Aqui sabemos ter ordem.

O ex-presidente Juscelino Kubitschek (sic) também contrário à medida extrema, acha que em primeiro lugar deve estar a liberdade para o povo.

O pedido de instauração de estado de sítio foi encaminhado ao Congresso em outubro de 1963, mas, diante da reação negativa da maioria dos parlamentares, Goulart viu-se obrigado a retirá-lo, o que demonstrou a explícita falta de apoio que tinha dentro do Congresso Nacional, inclusive do próprio PTB.

Entretanto não foi apenas o Congresso que ficou contra o pedido de Goulart. Além do repúdio de inúmeros governadores (dentre eles o esquerdista Miguel Arraes de Pernambuco) e de praticamente toda a imprensa, vários setores populares e sindicais ficaram temerosos em relação ao estado de sítio, pois tinham desconfianças em relação às possíveis ações repressivas. Segundo Moniz Bandeira, o recuo de Goulart demonstrara que ele começara a “perder o controle político e militar da situação”<sup>385</sup>.

Ao ser obrigado a retirá-lo para escapar de uma derrota humilhante, já que não contava com nenhum apoio nem dentro das esquerdas, Goulart começa a acelerar o processo de reformas e a se aproximar das massas. Naqueles dias, Goulart finalmente regulamentou da lei sobre remessa de lucros do capital estrangeiro (aprovada desde setembro de 1962 graças a atuação da FPN).

Antes mesmo da tentativa de intervenção na Guanabara (Goulart também tentara intervir em Pernambuco), a crise política aumentava também com eventos de insubordinação dentro das Forças Armadas, principalmente junto a oficiais de baixa patente. Em Brasília, Cabos e Sargentos da Aeronáutica e da Marinha, em 2 de setembro de 1963, motivados pela decisão do Supremo Tribunal Federal de reafirmar a inelegibilidade dos sargentos para o Poder Legislativo conforme previa a Constituição de 1946, desencadearam uma revolta que, inclusive, declarava ser favorável as reformas preconizadas pelo governo.

A oposição não tardou em ligar a revolta dos sargentos com o próprio governo federal, acusando-o de conivente e até o seu fomentador. No dia 13 de setembro, Pedro Aleixo, deputado udenista, dizia na *Tribuna da Imprensa* que os revoltosos “são a prova da falta de autoridade do governo”. Na mesma edição, o presidente do Senado, Senador Auro de Moura Andrade (PSD) alertava: “é indiscutível que um gravíssimo processo de subversão institucional está em marcha do Brasil”.

Desde a tentativa frustrada de implantação do Plano Trienal, Goulart, que já era tradicionalmente taxado pela direita como um elemento comunista, passa a ser acusado de entreguista e conciliador (o que era considerado uma ofensa na época) por setores da esquerda radical. Isso iria isolar o presidente. Essa radicalização impossibilitou a mediação dos conflitos dentro das instituições por parte do governo federal<sup>386</sup>, que não teve alternativa a não

---

<sup>385</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964**. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/UNB, 7ª edição, 2001, p. 133.

<sup>386</sup> REIS, Daniel Aarão, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004. FERREIRA, Jorge. *O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil*. In: **Seminário 40 Anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 7 Letras, CNPq, p. 41-51.

ser procurar apoio junto a classes populares através dos comícios “monstros”, como o Comício das Reformas de 13 de maio de 1964 na Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

Contando com a presença de inúmeras personalidades da esquerda brasileira, no palanque, estavam Darci Ribeiro, o general Argemiro Assis Brasil, o ministro da Justiça Abelardo Jurema, e os três ministros militares, os governadores Miguel Arrais, de Pernambuco, João Seixas Dória, de Sergipe, e Badger da Silveira, do estado do Rio de Janeiro, o deputado federal Leonel Brizola e outros deputados federais e estaduais.

O comício foi duramente criticado pela oposição e pela imprensa, que o consideravam um ato explícito de agitação e subversão partida do próprio governo. No dia seguinte ao comício, a *Tribuna da Imprensa* publicava:

Guerra civil, fechamento do Congresso, constituinte e até implantação da socialização crescente da economia do País foram os elementos essenciais utilizados pelos oradores do comício de ontem pelas reformas de base, do presidente João Goulart ao deputado Leonel Brizola [...]. O Sr. João Goulart antecipou o quadro de revolução civil, ao creditar àqueles que se opõem às reformas um possível derramamento de sangue no País.

Falando à Tribuna logo após o comício da Central, o governador Carlos Lacerda acusou o Sr. João Goulart de ter, desta vez, furado a barreira da Constituição, e conclamou o Congresso a "levantar-se e defender o que resta da liberdade e da paz neste País".

O comício - declarou o Sr. Carlos Lacerda - foi um assalto à Constituição, ao bolso e à honra do povo. O discurso do Sr. João Goulart é subversivo e provocador, além de estúpido. O pavor de perder o controle sobre as negociatas e escândalos de toda a ordem, que abafa com a sua autoridade presidencial, fê-lo perder a cabeça. Esse homem já não sabe o que faz.

Não só na grande imprensa (com exceção da *Última Hora*) as repercussões negativas foram imediatas. Manifestações antigovernamentais ocorreram em São Paulo e em Belo Horizonte, enquanto a UDN e parte do PSD e outros partidos reclamavam o impedimento de Goulart. Entidades civis e religiosas como a União Cívica Feminina, a Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) articulavam com empresários do complexo IPÊS-IBAD e políticos da Liga de Ação Democrática a realização das chamadas “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade”, a fim de levantar as classes médias contra a suposta ameaça revolucionária comunista. Algumas destas marchas foram, inclusive, feitas após a derrubada do governo, como aquela noticiada na *Tribuna da Imprensa* no dia 3 de abril de 1964, que trazia a própria Letícia Lacerda, esposa do governador Lacerda, na primeira fila da passeata ao lado da organização da CAMDE na Guanabara.

Nas semanas seguintes ao comício, uma segunda revolta militar, agora de fuzileiros navais, apressaria o processo golpista das forças conservadoras. No dia 25 de março de 1964, marinheiros comemoravam o segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade considerada ilegal pela Marinha. Reunidos na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, os marinheiros, comandados por José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo, resistiram à ordem de prisão emitida pelo Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota.

No dia seguinte, parte dos fuzileiros navais, enviados para reprimir o levante, aderiu ao movimento. A adesão dos fuzileiros evidenciou a polarização existente no interior das forças armadas em torno do apoio ao presidente Goulart. Juntaram-se aos marinheiros representantes sindicais e líderes estudantis, Leonel Brizola e de João Cândido, o histórico “Almirante Negro”, líder da Revolta da Chibata de 1910.

O ministro do Trabalho, Amauri Silva, conseguiu um acordo com os marinheiros, que foram presos. Mas horas depois todos foram anistiados pelo presidente. Essa atitude aumentou a insatisfação do Comando das Forças Armadas, pois isso configurava uma clara quebra da hierarquia militar, inadmissível para as Forças Armadas e a única coisa que realmente a unia como instituição, não importando qual fosse a orientação ideológica de quem a quebrara.

Na edição do dia 28-29 de março, a *Tribuna da Imprensa* atacaria o governo com o editorial de capa “Quem governou a sublevação?”, que de certo modo resumiria todo o quadro de instabilidade política e as acusações contra o governo federal:

A sublevação de 3 mil marinheiros e fuzileiros navais, que a pretexto de fazer suas reivindicações, destruíram os vínculos da hierarquia e disciplina e, ofendendo o juramento feito à Bandeira, se entrincheiraram num sindicato notoriamente controlado pelos comunistas, veio perturbar e inquietar a todo povo brasileiro, nestes dias de Páscoa.

Foi mais uma crise terrível, neste governo cheio de crises, que vive delas e para elas. Foi mais uma indisciplina, neste governo sem disciplina, habituado a lançar escalões superiores das Forças Armadas contra os inferiores. Foi mais uma demonstração de falta de autoridade, neste governo sem autoridade. Foi mais uma agressão ao princípio de hierarquia. Foi mais uma tentativa de subversão, neste governo subversivo que quer fechar o Congresso, legalizar o Partido Comunista e implantar, por via plebiscitária ou constituinte, uma República “Campônio-Sindical-Comuno-Negocista”. [...] Jango, Brizola e Aragão são os responsáveis diretos pela sublevação. Artífices da desordem, eles sabem que, com a Nação em ordem, haverá eleições e posse dos eleitos. Por isso, eles querem a desordem e a ilegalidade, com a intervenção na Guanabara e a implantação do estado de sítio, para evitar o povo nas urnas e impor o “governo popular” reclamado por Brizola no comício da Central.



De fato, os temores da oposição não eram totalmente infundados. Segundo Jorge Ferreira, a Frente de Mobilização Popular (FMP) de Brizola possuía uma enorme concentração entre os subalternos das Forças Armadas, podendo ter atingido 22 mil sargentos, dos 40 mil que estavam na ativa em 1964<sup>387</sup>.

Segundo alguns historiadores, como Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, a radicalização política levou, tanto a direita, quanto a esquerda, a abandonarem a via democrática, e a pregarem o golpe. A radicalização de esquerda pode ser representada pela Frente de Mobilização Popular (FMP), liderada por Brizola e criada no início de 1963. Ela reunia as principais organizações de esquerda que lutavam pelas Reformas de Base. Faziam parte da FMP organizações como a União Nacional dos Estudantes; o Comando Geral dos Trabalhadores; a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) dos ferroviários, marítimos e aviários, associações de militares subalternos como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais; facções da Ligas Camponesas; grupos revolucionários de esquerda como a Ação Popular e os trabalhistas radicais brizolistas; segmentos radicais do PCB, e políticos do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista<sup>388</sup>.

A radicalização de direita podia ser vista no Congresso pela aliança UDN-PSD que passou a se opor a qualquer iniciativa reformista do governo, sobretudo em relação a principal reforma de todas: a Reforma Agrária. O trabalho de René Dreifuss descreve o processo de “desestabilização” do governo Goulart promovido pela chamada “elite orgânica”, formada por empresários, banqueiros, intelectuais e militares, representantes de interesses financeiros multinacionais e associados que, formando um verdadeiro “partido da burguesia”, na concepção gramsciana, tomaria corpo com o complexo IPÊS-IBAD. Este grupo tinha como objetivo, além de interromper a organização das classes populares e dos grupos de esquerda, apresentar um projeto de nação que buscava a consolidação de um modelo capitalista dependente dos interesses multinacionais e associados e com alto grau de concentração industrial ligado ao sistema financeiro e de crédito nacional<sup>389</sup>.

Nas Forças Armadas, a direita era representada, sobretudo pelo alto oficialato, sobretudo aqueles ligados a Escola Superior de Guerra e ao complexo IPÊS-IBAD<sup>390</sup>. Entretanto, vale aqui uma observação sobre essa participação das Forças Armadas, tanto na conspiração para a derrubada do governo, quanto para a própria ação. Conforme apontaram

---

<sup>387</sup> Idem, *ibidem*, p. 43.

<sup>388</sup> FERREIRA, Jorge. *O Trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil*. In: **Seminário 40 Anos do Golpe de 1964**. Op. cit., p. 42-43.

<sup>389</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981. Passim.

<sup>390</sup> Idem, *ibidem*, p. 362-370.

Maria Celina D’Araujo, Gláucio Dilon Soares e Celso Castro ao conduzirem várias entrevistas com militares que ocupavam patentes de coronel e tenente-coronel e lotados em regiões diferentes do país em 1964, não existe uma unanimidade acerca da dinâmica da conspiração. Enquanto alguns militares diziam que havia um “centro”, para onde outros núcleos conspiratórios periféricos convergiam, a maioria se referia ao movimento conspiratório como sendo desarticulado, sem um comando efetivo e sem uma forma definida, configurando assim as chamadas de “ilhas de conspiração”<sup>391</sup>. Armando Falcão, ao relatar em suas memórias, o telefonema que teria recebido do General Olympio Mourão Filho às 6 da manhã do dia 31 de março informando que acabara de se rebelar com suas tropas em Juiz de Fora e que estava seguindo para o Rio de Janeiro, dando início assim ao golpe militar, lembra que ao perguntar, estupefato, com quem o general mineiro estava articulando – já que o “Dia D”, segundo o próprio Falcão, ainda não havia sido acertado pelo alto comando da conspiração –, teria recebido como resposta: “Eu estou articulado com a minha consciência. Não tenho mais tempo a perder. Até breve”<sup>392</sup>.

Mas além dos setores “ideológicos”, também destacamos os “profissionais” das Forças Armadas que, a despeito de uma indefinição ou neutralidade ideológica, colocaram-se contra o presidente em virtude da quebra da hierarquia militar como, por exemplo, no episódio da Revolta dos Marinheiros. Na sociedade civil, grupos empresariais e entidades de orientação religiosa também manifestavam sua insatisfação com o governo.

É importante destacar que classificar o grupo golpista simplesmente por “direita” empobrece a análise. Tal grupo era heterogêneo na sua composição, indo desde a extrema-direita nacionalista, passando por setores conservadores e liberais. Tais grupos tinham projetos distintos para o Brasil, o que ficou evidente, poucos meses após a “revolução”, nas críticas de Lacerda em relação à prorrogação do mandato de Castelo Branco e à política econômica adotada pelo governo. Como declarou o próprio Lacerda em maio de 1965: “A Revolução nunca teve e não tem compromisso com qualquer plano econômico ou doutrina escolástica”<sup>393</sup>.

Rodrigo Patto Sá Motta argumenta que essa união de interesses diversos encontrou um ponto de convergência: o anticomunismo. Percebe-se assim que o grupo “revolucionário” não propunha uma transformação na sociedade – a despeito do projeto econômico defendido pelo IPÊS-IBAD –, e sim mantê-la no *status quo*, sobretudo nas questões sociais, seja

<sup>391</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Dilon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe. A memória militar de 1964**. São Paulo: Ediouro, 1994, p. 16.

<sup>392</sup> FALCÃO, Armando. Op. cit., p. 245.

<sup>393</sup> Apud. LACERDA, Cláudio. **Carlos Lacerda e os anos sessenta: oposição**. Op. cit., p. 120.

impedindo as reformas de base, seja impedindo modificações na Constituição, seja derrotando o fantasma do comunismo.

Em relação às Forças Armadas, o anticomunismo não estava ligado apenas ao sentimento de defesa da propriedade privada, da pátria e de sua inserção na civilização ocidental capitalista, e à defesa da tradição religiosa. O anticomunismo entre os militares dirigia-se contra, também, uma real ameaça à hierarquia e a disciplina estabelecida. O discurso comunista contra as diferenças de classes sociais, o seu caráter universalista e “libertador” do homem, agredia e competia com a estrutura hierárquica das Forças Armadas<sup>394</sup>, o que pode ser exemplificado nas revoltas dos sargentos e marinheiros nos meses anteriores ao golpe.

A estratégia “populista” de Goulart nos últimos meses de mandato, outro adversário histórico da UDN e do *lacerdismo*, iria justificar parte dos medos da direita. De fato, alguns setores anticomunistas não acreditavam que o grande proprietário de terras João Goulart fosse realmente comunista, mas temiam que ele fosse usado pelos comunistas para comandar uma revolução em nome deles usando para isso seu dispositivo militar. Muitas vezes chamado de “Kerenski brasileiro”<sup>395</sup>, Goulart era visto por muitos como um líder fraco e manipulado por revolucionários, sejam do PCB como Luis Carlos Prestes, ou principalmente pelo genro, Leonel Brizola.

Na luta pela memória e pela História, Jarbas Passarinho, em artigo de 2004 para o *Jornal do Brasil* acerca dos 40 anos do golpe de 1964, ainda defende a tese de que o golpe foi “contragolpe preventivo” contra o risco comunista:

Simone de Beauvoir escreveu que a ideologia da direita é o medo - 31 de Março de 1964 também foi produto do medo. O comunismo, que expandira seus domínios da Europa Oriental à Ásia e à África e patrocinava guerrilhas na América do Sul, no auge da Guerra Fria, receou-o a Igreja. Quase, aliás, unânime, à exceção de poucos padres e raros bispos ainda não cooptados pela Teologia da Libertação. Diferentes não foram os jornais da grande imprensa nacional, exigindo a deposição de João Goulart. Decisivas foram as Forças Armadas, a hierarquia e a disciplina rompidas nos motins dos sargentos em Brasília, em setembro de 1963, e marinheiros, no Rio, em março de 1964.<sup>396</sup>

Em suma, o anticomunismo aliou-se ao reacionarismo contrário a qualquer reforma na Constituição de 1946. A polarização da política brasileira, aliada ao crescimento dos movimentos de trabalhadores rurais e urbanos, alimentava o temor da comunização da

<sup>394</sup> D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Dillon; CASTRO, Celso. Op. cit., p. 12.

<sup>395</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. Op. cit., p 258.

<sup>396</sup> PASSARINHO, Jarbas. “31 de Março de 1964”. In: Olhares sobre 1964. *Jornal do Brasil*, 31/03/2004.

sociedade brasileira dentro dos grupos conservadores, investidores estrangeiros, classes médias e setores da Igreja Católica.

Essa radicalização era explorada pela imprensa, ora para defender seus projetos, ora para divulgar planos revolucionários e conspiratórios, fomentando o clima de instabilidade e convulsão social. Na edição de 4-5 de janeiro de 1964, a *Tribuna da Imprensa* trazia uma entrevista com Leonel Brizola: "Em entrevista à Tribuna, o deputado Leonel Brizola disse que a união do PSD e UDN, e o agravamento da crise econômica ameaçavam a legalidade em nosso país. Disse que diante de tal quadro se impõe a implantação de uma ditadura".

Na capa da mesma edição, a *Tribuna* trazia a manchete: "Jango decreta reformas de base e dá golpe". Abaixo, o texto dizia:

Fontes pessedistas da área juscelinistas veicularam ontem a informação de que o Sr. João Goulart irá ao Rio Grande do Sul e, antes do dia 15, quando o Congresso não se terá reunido, assinará decretos promovendo as reformas de base. Se a reação for muito grande, o presidente da república ordenará o imediato fechamento do legislativo e instituirá o Estado Novo.

Em resposta a esse suposto projeto de Goulart, a *Tribuna* trazia o deputado udenista Bilac Pinto dizendo: "Jango quer cubanizar".

No dia 10 de janeiro a *Tribuna* voltaria a citar a radicalização de Brizola com a manchete "Brizola prega invasão de terras – campo sob ameaça" seguida do *olho*:

O dep. Leonel Brizola concitou os ferroviários da Guanabara a auxiliarem os camponeses na tomada de terras ao longo de 10 quilômetros das rodovias, ferrovias e açudes federais ao mesmo tempo em que formulou críticas violentas contra o governo João Goulart.

Um recente debate historiográfico, que foge aos objetivos do nosso trabalho, é aquele a respeito do processo de radicalização e abandono da democracia por ambos os lados envolvidos na crise dos anos 60. Caio Navarro de Toledo, ao contrário de Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, sustenta que tal postura das esquerdas – pelo menos aquelas mais exaltadas ligada à figura de Leonel Brizola e de seus temidos grupos paramilitares de suposta amplitude nacional conhecidos por "Grupo dos Onze Companheiros" –, não passava de pura "bravata", já que não tinham nenhuma organização golpista em real desenvolvimento. Para o autor, a total falta de reação à quartelada partida de Juiz de Fora demonstra que os "revolucionários reformistas" não estavam sequer preparados para garantir a democracia, quanto mais derrubá-la<sup>397</sup>. A princípio não descartamos totalmente nenhuma das interpretações e acreditamos que possa haver um ponto de equilíbrio entre elas. Do mesmo

<sup>397</sup> TOLEDO, Caio Navarro de (org). 1964. **Visões Críticas do Golpe. Democracia e Reformas no Populismo**. Campinas: UNICAMP. 2001, p. 31-46.

modo que setores de esquerda realmente acreditavam que a “legalidade burguesa” impossibilitava as reformas, não havia qualquer possibilidade material, pelo menos naquele contexto, destes setores promoverem uma “revolução esquerdista” no Brasil.

A gota d’água para o início do golpe militar aconteceu na noite de 30 de março. O presidente discursou no salão do Automóvel Clube numa solenidade promovida pela Associação dos Sargentos e Sub-oficiais da Polícia Militar. Na edição do dia 31 de maio, um dia antes do início do golpe, a *Tribuna da Imprensa* estampava na primeira página o editorial “Ordem e Desordem”:

[...] Na hora em que as Forças Armadas reclamam do governo a restauração da ordem, do princípio de hierarquia e de disciplina, e do respeito à Constituição, o presidente da república reafirma a sua disposição de ser o comandante da desordem, numa assembléia em que ventríloquos repetiam as fórmulas já cediças do CGT, do PUA e do Partido Comunista. [...] Tendo renunciado virtualmente ao seu posto de presidente da república, o sr. João Goulart estarreceu o povo brasileiro ao proclamar-se apenas o presidente dos subtenentes, sargentos, fuzileiros navais e soldados que, manipulados pelas cúpulas totalitárias, pregam a rebelião e os motins. [...] Como das ocasiões anteriores, o sr. João Goulart se proclamou apenas o presidente de uma minoria subversiva, incitando-a à indisciplina, ao desprezo pela hierarquia, e concitando-a a formar nos seus esquemas golpistas [...] Chefe supremo das Forças Armadas, de acordo com a Constituição que ele próprio renega, o sr. João Goulart renunciou a essa qualidade, que seria um dos esteios da legitimidade do exercício de seu mandato. Proclamou-se do lado da sedição e da subversão. Prestigiou pessoalmente o processo de insubordinação de soldados e sargentos das Forças Armadas. Negou validade e eficácia às leis e regulamentos militares que regem as relações entre comandantes e comandados. Só reconheceu a validade e a eficácia dos sindicatos e demais entidades controladas pelas cúpulas comunistas. Foi um festival de demagogia e de indisciplina [...]

O discurso de Goulart realmente foi o que bastou para detonar o golpe, já em fase conspiratória. Os acontecimentos a seguir são de conhecimento geral. Tropas saindo de Juiz de Fora, Minas Gerais, sob o comando do General Olímpio Mourão Filho se dirigiram para o Rio de Janeiro desencadeando a ação golpista. O presidente João Goulart, deposto em solo brasileiro, ruma para o Uruguai sem esboçar ou permitir qualquer reação armada contra os golpistas.

A impossibilidade do governo Goulart em conseguir administrar os conflitos sociais dentro da ordem democrática gerou aquilo que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de “paralisia decisória”<sup>398</sup>, que resultou na aposta golpista por grupos de ambas as vertentes políticas. Venceu aquela mais articulada com as forças armadas, com a grande imprensa, com o grande capital, com setores tradicionais e religiosos da sociedade brasileira e

<sup>398</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Op. cit., 2003. Passim.

com parte da classe média. O governo Goulart, que já não contava com o apoio dos três principais Estados (Guanabara, São Paulo e Minas Gerais), estava sem apoio do Legislativo em Brasília e sem dispositivo militar mobilizado, foi derrubado facilmente após uma movimentação de tropas vindas da cidade de Juiz de Fora, dando início ao movimento militar que se espalharia pelo Brasil.

A respeito da radicalização política no Brasil no pré-64, gostaríamos de reforçar que essa radicalização é identificada, sobretudo junto aos partidos políticos e aos grupos organizados da sociedade civil e militar, e não junto à sociedade civil como um todo.

A maioria da população, ou seja, a sociedade civil não organizada era uma espectadora dos grupos em conflito, sobretudo através pela imprensa. Apesar de bastante influenciada, a sociedade civil estava longe de ser uma “massa passiva e manipulável” pela grande imprensa, pelo governo, pela Igreja ou por qualquer outro meio de proselitismo. Parte importante da sociedade civil avaliava toda a crise política, econômica e social e formava suas decisões e escolhas com autonomia suficiente para assumir esperanças e reclamar por demandas que eram caras aos dois lados dessa radicalização ideológica praticada pelos grupos que descrevemos anteriormente.

O estudo de Antônio Lavareda acerca de pesquisas de opinião feitas pelo IBOPE na véspera do golpe de março mostra uma grande parcela da sociedade livre de dogmas ideológicos e bastante pragmática e sensível às questões sociais. Em pesquisa feita nas principais capitais acerca da Reforma Agrária, 72% da população acreditava que era “necessária”, sendo que 11% acreditavam ser “não necessária” e 16% para “não sabem”. Em relação ao projeto reformista de João Goulart o que envolvia a desapropriação de terras próximas a açudes, ferrovias e rodovias federais, o resultado mostrou que 60% da população eram favoráveis a proposta, sendo 19% contrários e 21% declarando que não sabiam. Por essa questão de justiça social, a população brasileira adotava uma bandeira reformista<sup>399</sup>.

Contudo, em relação ao comunismo, 76% da população eram contrárias à legalização do Partido Comunista. Percebemos aí um caráter conservador, não apenas no sentido da manutenção da propriedade privada, mas também em questões religiosas. Como bem demonstrou Rodrigo Patto Sá Motta, a antiga propaganda anticomunista dava características amorais e anti-religiosas ao comunismo. Falando de imprensa e opinião pública, Ivan Hasslocher, fundador do IBAD, publicou um artigo na revista *Ação*

---

<sup>399</sup> LAVAREDA, Antônio. Op. cit., p. 177-179.

*Democrática* em 1962 que caracteriza bem o discurso anticomunista no Brasil naquele período:

[...] Fidel Castro nunca teria chegado ao poder em Cuba se não contasse com o apoio e o financiamento das classes abastadas que pretendia destruir. Recentemente, ao confessar-se comunista, o ditador cubano reconheceu esse fato, com o seu habitual cinismo. Disse ele que não se confessara comunista antes porque não podia prescindir do auxílio da burguesia nas fases iniciais de sua revolução. Eis um fato estarrecedor [...]. Os sisudos e respeitáveis componentes das elites capitalistas de Cuba — os banqueiros, os industriais, os grandes comerciantes, os donos de jornais — convenceram-se de que Fidel Castro não era comunista só porque Fidel Castro não se declarava comunista. Como é fácil enganar essa gente!

Podemos dar um exemplo de como esse poder está militando a favor do comunismo no Brasil e de forma bastante significativa para a destruição da nação. Em número crescente, têm surgido aqui nos últimos anos jornais e revistas de orientação comunista. Além disso, os comunistas apossaram-se de outros jornais e revistas, tradicionalmente conservadores, e mudaram radicalmente a sua linha de conduta, com grande perigo para o público em geral que ainda não identifica como comunistas essas publicações.

Toda essa imprensa — aberta ou disfarçadamente comunista — é mantida, sustentada e financiada pelas nossas classes produtoras. As suas fontes de renda são os anúncios pagos pelos nossos grandes banqueiros, industriais e comerciantes. É uma situação que poderia ser remediada em 24 horas. Do dia para a noite, poderiam ser levados à falência todos os nossos jornais e revistas que promovem a causa do comunismo [...] Bastaria cortar as verbas de propaganda destinadas a essas publicações<sup>400</sup>.

Nos dias que se seguiram ao golpe, a grande imprensa exultava o fim do perigo comunista e dava nome aos “heróis da democracia”. Dentre os principais líderes civis da “Revolução”, estavam Magalhães Pinto (governador de Minas Gerais) e Carlos Lacerda.

A identificação de Lacerda como uma das lideranças civis da Revolução foi automática. Apesar de não ter participado diretamente da conspiração – pelo menos é o que afirma o próprio Lacerda – <sup>401</sup>, ele era o principal alvo dos apoiadores de João Goulart, mesmo antes do golpe tornar-se fato consumado. A própria *Tribuna da Imprensa* sempre noticiava eventos “antilacerdistas” organizados por simpatizantes do presidente Goulart. Rodrigo Patto Sá Motta, em artigo sobre as caricaturas de João Goulart durante a crise de 1964, destaca também que o principal alvo das publicações de esquerda, principalmente a

<sup>400</sup> HASSLOCHER, Ivan. **As Classes Produtoras Diante do Comunismo**. Suplemento Especial da revista *Ação Democrática*. Fevereiro de 1962, p. 1-3.

<sup>401</sup> LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Op. cit., p. 274.

*Última Hora* e o semanário comunista *Novos Rumos*, era o governador Carlos Lacerda<sup>402</sup>. Mas sem dúvida alguma, a maior parte da grande imprensa brasileira apoiava e elogiava Lacerda, principalmente a *Tribuna da Imprensa* e *O Estado de São Paulo*, de propriedade de Julio de Mesquita Filho, amigo e admirador confesso do governador udenista.

Seria fugir do objetivo desse trabalho mapear todas as manifestações de júbilo expressas pela grande imprensa além da *Tribuna da Imprensa*, mas destacamos a “edição histórica” da revista *O Cruzeiro*. No artigo “Saber Ganhar” de autoria de David Nasser, um dos principais jornalistas políticos do Brasil (desde que Lacerda entrara de vez na política), o repórter explicitava sua gratidão a Carlos Lacerda:

AGORA, eles sabem que as suas palavras não eram simples filigranas verbais, Governador Carlos Lacerda, homem afirmativo, líder másculo, democrata autêntico, brasileiro enlouquecido de amor à sua Pátria — e que se desesperava ao vê-la conduzida ao curral das nações arrebanhadas. Meses a fio, exposto na primeira Unha, combatente de vanguarda, sabendo que a cada esquina um nôvo perigo o esperava, você, meu bravo companheiro, só teve um guarda-costas: Deus. O capanga divino, que com a sua infinita sabedoria enguiçava o carro do Faz-Tudo, iluminava o espírito dos coronéis, cobria de lucidez a decisão dos pára-quedistas, evitava a sua eliminação, o caminho aberto, supunham eles, para a fácil conquista de um resto de Pátria. Mas eles estavam enganados, sempre estiveram enganados, continuam enganados. Nenhum de nós era essencial, qualquer de nós, bem ou mal, seria substituído, mesmo você, grande e insubstituível Carlos Lacerda. Não se matam idéias.

No dia 2 de abril de 1964, a *Tribuna da Imprensa* traria “Lacerda vê fim da noite de Goulart”:

Falando a rádio Globo, na noite de ontem, o governador Carlos Lacerda disse que a nação acaba de emergir de um subterrâneo, de uma longa noite que durava perto de três anos, mas que a vitória cabia aos verdadeiros democratas, ao povo brasileiro, que soube impor à minoria comunista a sua vontade da maioria [...] Lacerda: “O sr. João Goulart foi mais caro ao Brasil do que todas as guerras que participamos”. [...] O governador carioca disse que povo volta realmente ao poder, pois as Forças Armadas, que podiam reclamá-lo, não reclamaram para si esse privilégio, reclamaram-no sim, mas para o povo.

De olho nas eleições de 1965, Lacerda diria ao jornal defendendo as reformas:

É preciso que as reformas se façam, para que os demagogos não digam que era contra elas que lutávamos. Era em nome das reformas que os comunistas faziam as suas badernas, portanto, é preciso que se dê [sic] as reformas, para que não existam mais motivos para que elas subsistam.

---

<sup>402</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura*. In: REIS, Daniel Aarão, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 183.



Mas falando ao rádio, como atesta a revista *O Cruzeiro*, Lacerda novamente defenderia as reformas, mas defendendo a inviolabilidade da Constituição de 1946, Constituição essa tantas vezes criticada pelo mesmo Lacerda: “Quem quiser fazer reformas deve ter a honestidade de dizer que as fará sem reformar a Constituição. Há necessidade de se fazer as reformas, e eu acho que se pode fazer isso sem mexer na Constituição [...]”<sup>403</sup>

No caderno especial, também nomeado de “edição histórica”, a *Tribuna* traria a manchete: “CL (Carlos Lacerda) comanda resistência”. Abaixo, vinha um *olho*:

Sob o comando pessoal do sr. Carlos Lacerda, 1500 homens permanecem desde as primeiras horas da madrugada entrincheirados no Palácio da Guanabara, dispostos a resistir a qualquer tentativa de invasão. Centenas de civis apresentaram-se como voluntários para participar da resistência.

Acompanhada de inúmeras fotos, algumas delas com Lacerda empunhando uma metralhadora e falando em vários telefones ao mesmo tempo, a *Tribuna da Imprensa* (assim como a revista *O Cruzeiro*) reforçava a figura de um líder que “não dormiu um só segundo nas últimas 48 horas” e de um mártir disposto a morrer pela causa da liberdade contra os comunistas. Ao descrever inclusive os trajes do governador, “calças claras e um blusão de couro”, a jornal passava uma imagem de dinamismo, impetuosidade e entusiasmo viril, que os *lacerdistas* sempre reclamaram e construíram para Lacerda desde os tempos de oposição ao governo Vargas.

Enquanto Lacerda ocupasse o governo na Guanabara, seu nome mantinha-se como provável nome da UDN para o próximo pleito presidencial. O *lacerdismo*, portanto, mantinha-se vivo. Já durante o Regime Militar e mesmo após a prorrogação do mandado do General Castelo Branco para 1966 (contrariando os interesses de Lacerda e que marcaria o começo do seu afastamento dos “Revolucionários de 64”), comitês de bairro colhiam assinaturas e faziam manifestos a favor de uma candidatura Lacerda-66<sup>404</sup>.

Para os vencedores, o movimento de 31 de março de 1964 foi uma revolução cristã salvadora contra o comunismo ateu. Para os derrotados, não passou de um golpe reacionário contra a democracia e os movimentos sociais. Passados mais de 40 anos, hoje a historiografia brasileira renega a versão revolucionária do movimento civil-militar, já que esta não promoveu as reformas de bases e impediu a participação da sociedade nas decisões políticas por vários anos.

A trajetória política de Carlos Lacerda também não se encerra em 1964. Ela segue com a sua frustração pelo cancelamento das eleições presidenciais de 1965, com a extensão

<sup>403</sup> Revista *O Cruzeiro*, 10 de abril de 1964, p. 44.

<sup>404</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Op. cit., 1981, p. 144.

do mandado do General Castelo Branco até 1966 e com o seu rompimento definitivo com os “revolucionários”. Como dissemos anteriormente, Lacerda criticou duramente a política econômica intervencionista do governo e em 1967 surpreenderia muitos ex-colegas com a iniciativa de formar uma “Frente Ampla”, recorrendo a antigos adversários como Juscelino Kubitscheck e João Goulart, para lutar pela volta da democracia. Lacerda teria sua vida política definitivamente abortada em 1968, quando teve seus direitos cassados por 10 anos pelo AI-5.

No início de 1969, Lacerda viajou atuou como enviado especial de *O Estado de São Paulo* e do *Jornal da Tarde* no exterior. De volta ao Brasil, dedicou-se às atividades nas companhias de Crédito e Construtora Novo Rio, e às editoras ‘Nova Fronteira’ e ‘Nova Aguillar’, todas de sua propriedade.

Carlos Frederico Werneck de Lacerda, nascido no Rio de Janeiro (registrado em Vassouras) em 30 de abril de 1914, filho do político e jornalista Maurício Paiva de Lacerda e de Olga Werneck de Lacerda, faleceu em Petrópolis em 21 de maio de 1977.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho tentamos mostrar que, durante a experiência democrática (de 1946 a 1964), a feroz oposição da UDN contra todos os governos federais (a exceção do governo Dutra e no início do governo Jânio Quadros) apresentou uma vertente radical identificada como *lacerdismo*. Tal movimento nascido na imprensa, a partir de 1949, com o jornalista Carlos Lacerda através de seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*, teria seu crescimento ajudado também pelo acesso do jornalista a outros meios de comunicação como o rádio e a nascente TV. Como movimento político, o *lacerdismo* cresceria tanto dentro da UDN, disputando espaço com outras vertentes e grupos, como na própria sociedade civil, através de rede de simpatizantes, clubes (como o chamado *Clube da Lanterna*) e principalmente com um eleitorado fiel e preso à figura do líder opositorista.

Esse movimento, classificado genericamente pela cultura política brasileira como sendo um “movimento de direita”, apresentava um discurso moralista, antiesquerdista (sobretudo anticomunista) e antigetulista (no que se refere a figura de Getúlio Vargas e a seus herdeiros políticos e ao Trabalhismo). Lacerda, que durante o Estado Novo deu sua guinada para a direita – a despeito do seu passado na ANL durante os anos 30 – passou a professar a orientação liberal na política e na economia e a defender a dita moralidade cristã ao filiar-se à UDN ao final da Ditadura Vargas.

Entretanto, como assinala Maria Vitória Mesquita Benevides, o “liberalismo brasileiro” sempre foi marcado pela ambigüidade, muitas vezes se confundido com o simples conservadorismo e reacionarismo. A UDN, formada inicialmente como um movimento antigetulista bastante heterogêneo, que agregava setores de diversas correntes ideológicas, aos poucos foi sendo dominada por uma elite conservadora que não conseguiu deixar de lado sua origem autoritária, patrimonialista e excludente em relação à participação de movimentos populares e de esquerda no processo político brasileiro.

Mas, como observamos neste trabalho, apesar de ser aliado político dos grupos autodenominados “liberais”, Carlos Lacerda e seus seguidores adotavam em determinados momentos um discurso nacionalista e desenvolvimentista, mesmo que isso representasse entrar em contradição com algumas de suas demandas históricas, como a não intervenção estatal na economia e a derrubada de barreiras protecionistas.

Percebemos também que, nos momentos de crise institucional e confronto político aberto, o *lacerdismo* era a linha de frente da UDN. A construção de um líder como Carlos Lacerda e de um discurso “lacerdista” tornava-se cada vez mais inteligível, tanto para os seus leitores, correligionários e adversários.

A crise do segundo governo Vargas, culminando com o atentado contra a vida de Lacerda naquele que ficou conhecido como o “Atentado da Rua Tonelero”, em agosto de 1954, e o conseqüente suicídio do presidente Getúlio Vargas, consolidou Lacerda como um ícone do antigetulismo e contra toda herança relativa ao ex-ditador.

Seguindo uma linha udenista ao demonstrar grande desconfiança em relação à vontade popular nas urnas, o *lacerdismo* professava na imprensa, nos grupos civis e na tribuna do parlamento (principalmente com o próprio Carlos Lacerda) uma democracia “pura, limpa, imaculada e verdadeira”, sem as “deformações” herdadas do Estado Novo.

Qualquer traço na legislação brasileira ou no quadro partidário que fosse identificado como herança do ex-ditador ou infiltração esquerdista, era imediatamente tomado como “prova” de que aquela democracia não era legítima e, portanto, passível de ser derrubada sem qualquer constrangimento moral. Portanto, a UDN praticava uma relação instrumental com a democracia. Esse discurso autoritário e elitista dos liberais da UDN defendia que a democracia negociada pelo Estado Novo em 1945 e consolidada com a Constituição de 1946 poderia ser derrubada por um golpe para se construir a “verdadeira democracia” – aquela onde seus interesses seriam contemplados.

O discurso lacerdista de cunho golpista continuaria mesmo em caso de mudança conjuntural. Nos anos 60, seria contra o governo “esquerdista” de João Goulart, que proponha mudanças estruturais na sociedade brasileira e no texto da própria Constituição de 1946. A radicalização de esquerda de grupos da sociedade civil e militar (sobretudo a baixa oficialidade) pedindo (ou exigindo) profundas mudanças provocou uma “reação conservadora” por parte dos grupos políticos liberal-conservadores civis e militares que na década anterior pediam a derrubada da Constituição de 46. Nesta reação, que se transforma em aberta conspiração para a derrubada do governo federal, se enquadrava numa nova onda “anticomunista” no Brasil. A Igreja Católica, temerosa por eventuais transformações na relação sociedade civil e Igreja, entra no quadro de radicalização política e também passa a apoiar a inviolabilidade da Carta de 46.

Percebe-se, portanto, uma mudança de “tom” no discurso golpista. Antes, nos anos 50, ele tinha um cunho reformista. Nos anos 60, mais especificamente durante o governo

Goulart, o discurso golpista passa a ser conservador, acusando o governo de subversão, abrindo possibilidade para a sua derrubada “em nome da legalidade”.

Tal discurso golpista foi fortemente defendido e fomentado por Carlos Lacerda em seu jornal (e em vários outros órgãos de imprensa) e durante sua atuação política, influenciando e apresentando-o à opinião pública brasileira, sobretudo junto à classe média que sempre se portava temerosa em relação a qualquer movimentação radical de esquerda no Brasil. Essa atuação fez com que parte da sociedade brasileira encarasse a democracia vigente como algo ainda não consolidado, ou insuficiente para “limpar” o Brasil de qualquer ameaça que colocasse em risco o “bom caminho”, que Carlos Lacerda e seus partidários traçavam e acreditavam como ideal.

Em decorrência de sua trajetória de oposição sistemática a todos os governos federais desde 1945 (Lacerda romperia com Jânio Quadros poucos meses após a vitória deste), durante as crises do início dos anos 60, já como governador do Estado da Guanabara, Lacerda recebe um novo apodo que o acompanharia até o final de sua vida: “o Demolidor de Presidentes”. Alcinha popular inclusive na imprensa europeia antes mesmo da realização do golpe de março de 1964, ela tornou-se uma nova marca do jornalista, ao lado do já indelével “corvo”. O *lacerdismo* nasce assim na imprensa e ganha vida na esfera pública brasileira. Dependente de uma figura carismática, o *lacerdismo* ficou marcado por uma estratégia política que buscava o confronto, a luta, a disputa. Nele não havia espaço para a conciliação, a negociação, o recuo tático, a capitulação.

Passadas quase quatro décadas da cassação dos direitos políticos de Carlos Lacerda, em 1968 com o AI-5, o *lacerdismo* ainda vive no imaginário político brasileiro, mesmo que sem uma definição clara ou mesmo um caráter único.

Remetendo a 1992, durante o auge da crise do governo Fernando Collor de Mello, o cartunista Ziraldo, publica uma charge no jornal *Folha de São Paulo* lamentando a falta de “um Carlos Lacerda” na política brasileira<sup>405</sup>. No contexto, Ziraldo estava se referindo a capacidade que Lacerda teria em “demolir” um presidente corrupto, tal qual como Collor de Mello estava sendo encarado por toda a opinião pública brasileira.

Novamente, em novembro 1995, a revista *Veja* na matéria intitulada “30 anos sem Lacerda”, exaltava a capacidade administrativa do ex-governador da Guanabara traçando-o como modelo de homem público<sup>406</sup>. De fato, nas campanhas eleitorais municipais do Rio de

---

<sup>405</sup> Folha de S. Paulo, 04/07/1992. Apud. MOTTA, Marly Silva da. **De demolidor a construtor**. In: *Revista Nossa História*. Nº 19, maio de 2005.

<sup>406</sup> Apud. MOTTA, Marly Silva da. **Saudades da Guanabara**. Op. cit., p. 56.

Janeiro nos anos 90, o *lacerdismo* – aqui no sentido de exemplificar uma administração voltada para grandes obras e competência administrativa –, foi principalmente defendido pelo prefeito César Maia.

Durante as eleições presidenciais de 2006, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, abordando as denúncias de corrupção contra o governo de Luis Inácio Lula da Silva, lamentava, assim como Ziraldo fizera em 1992, a falta de um Lacerda pela sua "capacidade de dramatizar e cobrar", "alguém que dê nome aos bois e arrisque".<sup>407</sup> Entretanto, por terem sido feitas em pleno período eleitoral, as declarações do ex-presidente foram encaradas pelo partido do presidente em campanha para reeleição como uma tentativa desesperada de golpismo<sup>408</sup>.

Desde a redemocratização do Brasil na década de 80, percebemos, portanto, que o *lacerdismo* recebe diferentes definições de acordo com a ideologia daquele que o aborda. Se para os mais “isentos”, o *lacerdismo* hoje é sinônimo de oposição sistemática e feroz, para aqueles mais alinhados ao pensamento de direita, ele é exemplo de administração competente, modernizante e realizadora. Para setores mais a esquerda, o *lacerdismo* na maioria das vezes não passa de um símbolo do golpismo, do elitismo e do conservadorismo.

Carlos Lacerda, dotado de uma inteligência, erudição e oratória ímpar e reconhecida até por seus adversários e praticante de um discurso duro, dramático e muitas vezes verborrágico e ofensivo, transformou-se numa personalidade que provocou as mais variadas reações, do ódio de seus adversários à idolatria histórica de seus seguidores. Em virtude dessa característica, Lacerda não só emergia nos momentos de crises institucionais para consolidar sua imagem pública de “salvador da pátria”, como também as fomentava, achincalhando e destruindo a imagem e reputação de seus adversários. Fazendo isso sempre em nome da moralidade e da dita “verdadeira democracia”.

Do jornalista combativo ao político líder de um movimento baseado em seu carisma e colocado como modelo de homem público, a reputação de Carlos Lacerda exercia tamanho fascínio que até mesmo o legendário presidente francês, Charles De Gaulle, quebrando o protocolo e desviando o foco, teria perguntado ao General Castelo Branco, para irritação do presidente brasileiro quando este esteve em viagem a Paris em 1967: *Monsieur le Président, et le démolisseur, et le démolisseur?*<sup>409</sup>

---

<sup>407</sup> Folha de S. Paulo, 22/09/2006. "FHC diz que é preciso alguém como Lacerda", p. A6.

<sup>408</sup> POMAR, Valter. **Lacerdismo, doença senil do tucanismo**. 24/08/2006. Acessada em 25/08/2006. <[http://www.pt.org.br/site/artigos/artigos\\_int.asp?cod=1158](http://www.pt.org.br/site/artigos/artigos_int.asp?cod=1158)>

<sup>409</sup> FALCÃO, Armando. Op. cit., p. 287. Em português: “Senhor Presidente, e o demolidor, e o demolidor?”

## BIBLIOGRAFIA

### JORNAIS E REVISTAS

*Jornal Tribuna da Imprensa*

Fundação Biblioteca Nacional – Divisão de Periódicos

Código do acervo: PRc – SPR 00010

*Jornal Última Hora*

Fundação Biblioteca Nacional – Divisão de Periódicos

Código do acervo: PR – SPR 02345[1-65]

*Revista O Cruzeiro – Divisão de Periódicos*

Fundação Biblioteca Nacional

Código do acervo: PR – SPR 00845[1-121]

*Projeto Memória Viva*. Textos e imagens da revista O Cruzeiro disponíveis no site:

<http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/>

*Revista Ação Democrática* (1959 a 1962) – números 6, 20, 22, 31, 34, 33, 38.

Coleção particular do autor

### SITES E ARTIGOS DE INTERNET

**Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC.

<<http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/>>

**Anuário estatístico do Brasil 1951**. Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Rio de Janeiro:

IBGE, v. 12, 1952. <<http://www.ibge.gov.br/seculoxx/>>

**A História da Televisão no Brasil**.

<<http://www.tudosobretv.com.br/histortv/historbr.htm>>

COSTA, Sergio. **Esfera pública e as mediações entre cultura e política no Brasil**.

Site “Fórum de Idéias”. <[http://www.ipv.pt/forumedia/fi\\_3.htm](http://www.ipv.pt/forumedia/fi_3.htm)>

Projeto **Memória da Imprensa Carioca**. Rio de Janeiro: UERJ.

<[http://www2.uerj.br/~cte/download/alberto\\_dines.pdf](http://www2.uerj.br/~cte/download/alberto_dines.pdf)>

MOTTA, Marly. **A Política como arte de conciliar**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC.

<[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jk/htm/O\\_Brasil\\_de\\_Kubitscheck/A\\_politica\\_como\\_a\\_arte\\_de\\_conciliar.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/O_Brasil_de_Kubitscheck/A_politica_como_a_arte_de_conciliar.asp)>

FERREIRA, Jorge. **A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular**. Revista Brasileira de História. Vol. 24 n°. 47, São Paulo, 2004, 65

PAULA, Christiane Jalles de. **Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPÊS**. RJ: FGV – CPDOC.

<[http://www2.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart/htm/6Na\\_presidencia\\_republica/O\\_Instituto\\_de\\_Pesquisa\\_e\\_Estudos\\_Sociais.asp](http://www2.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais.asp)>.

## LIVROS E OBRAS DE REFERÊNCIAS

**Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: FGV-CPDOC.

**Seminário 40 Anos do Golpe de 1964.** Rio de Janeiro: FAPERJ, 7 Letras, CNPq, 2004.

ABRAMO, Cláudio. **A Regra do Jogo.** São Paulo: Cia das Letras, 2006.

ABREU, Alzira Alves. **A Imprensa em Transição.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. **Mídia e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ALDÉ, Alessandra. **A Construção da Política. Democracia, cidadania e meios de comunicação de massa.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ASSIS, Denise. **Propaganda e cinema a serviço do golpe - 1962/1954.** Rio de Janeiro: Mauad - FAPERJ, 2001.

AVRIZTER, L (coord.). **Sociedade Civil e Democratização.** Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AZEVEDO, Luiz Vitor Tavares. **Carlos Lacerda e o discurso de oposição na Tribuna da Imprensa (1953-1955).** Dissertação de Mestrado defendida no ICHF/UFF em 1988.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964.** Rio de Janeiro/Brasília: Revan/UNB, 7ª edição, 2001.

BAUM, Ana. **Vargas, agosto de 54. A história contada pelas ondas do rádio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BACIU, Stefan. **Lavrado, 58. Histórias de um jornal de oposição: a Tribuna da Imprensa nos tempos de Carlos Lacerda.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1982.

BARBOSA, Vivaldo. **A Rebelião da Legalidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BIAL, Pedro. **Roberto Marinho.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BIELSCHOWSKY, Sergio. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. **O Governo Kubitschek, desenvolvimento econômico e estabilidade política.** RJ: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1960).** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil.** São Paulo: Graal, 1980.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política.** São Paulo: Malheiros, 11ª ed. 2005.

BURKE, Peter. **A Escrita da História.** São Paulo: UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales 1929-1989.** São Paulo: UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. & BRIGGS, Asa. **Uma História Social da Mídia.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

CAMARGO, Aspásia, TEIXEIRA, Maria Tereza Lopes, MARIANI, Maria Clara. **O intelectual e o político. Encontros com Afonso Arinos.** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/ Dom Quixote editora, 1983.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

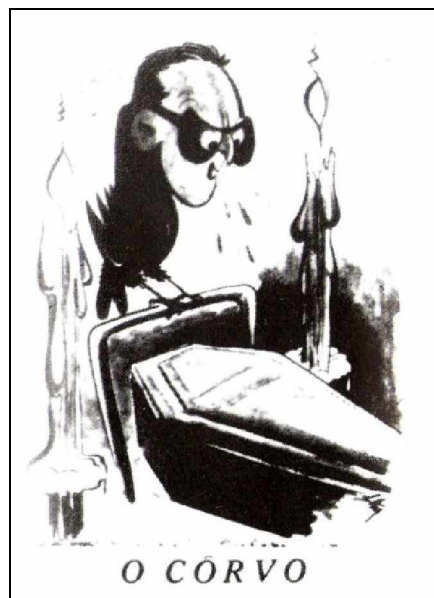


- CHAGAS, Carlos. **O Brasil sem retoque, 1808-1964**. Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe. A memória militar de 1964**. São Paulo: Ediouro, 1994.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, Carisma & Poder. O PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- DELGADO, Lucilia de Almeida. **PTB, do Getulismo ao Reformismo, 1945-1954**. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: **A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DULCI, Otávio. **A UDN e o Anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG - PROED, 1986.
- DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda. A vida de um lutador**. Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- FALCÃO, Armando. **Tudo a declarar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Coleção o Brasil Republicano**. 4 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Jorge (org.). **O Populismo e sua história, debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O imaginário Trabalhista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1980.
- \_\_\_\_\_. **O Som do outro sino**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. **A Escalada**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- GAIO, André Moysés. **Afinidades eletivas entre a União Democrática Nacional (UDN) e as Forças Armadas brasileiras**. In: Revista Diálogos, Vol. 6. Universidade estadual de Maringá.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O Brasil de Kubitscheck**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- GREMAUD, Amary Patrick, et alli. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera pública**. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Direito e Democracia**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HIPPÓLITO, Lúcia. **PSD, de raposas e reformistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LACERDA, Carlos. **O Caminho da Liberdade**. Discurso na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados. 1957.
- \_\_\_\_\_. **Brasil entre a verdade e a mentira**. Rio de Janeiro: Bloch, 1965.
- \_\_\_\_\_. **O Poder das Idéias**. Rio de Janeiro: Record, 1964.
- \_\_\_\_\_. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

- LACERDA, Cláudio. **Carlos Lacerda: 10 anos depois**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.  
\_\_\_\_\_. **Carlos Lacerda e os anos sessenta: oposição**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- LAVAREDA, Antônio. **A Democracia nas Urnas. O processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Revan, 1999.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **A Imprensa em Transição**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.  
\_\_\_\_\_. **Mídia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda X Wainer, o Corvo e o Bessarabaiano**. São Paulo: Senac: 1998.
- LÊNIN, V. I. **Que Fazer?** In: Obras Escolhidas. Tomo I. São Paulo: Alfa-omega, 1982.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 1998.
- MARIANI, Bethânia. **O PCB e a Imprensa**. Campinas: UNICAMP/Revan, 1998.
- MARKUN, Paulo & HAMILTOB, Duda. **1961. Que as armas não falem**. SP: SENAC, 2001.
- MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968**. São Paulo: Códex, 2002.
- MORAES, Denis e VIANNA, Francisco. **Prestes, luta e autocrítica**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MORAIS, Fernando. **Chatô, o Rei do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- MOTTA, Marly Silvia da. **Saudades da Guanabara**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda contra o perigo vermelho, o anticomunismo no Brasil. (1917-1964)**. São Paulo: FAPESP, 2002.
- NICOLAU, Jairo. **História do Voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira. Cultura Brasileira e Indústria Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- PICALUGA, Izabel Fontenelle. **Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- PINHEIRO NETO, João. **Carlos Lacerda, um raio sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Gryphus. 1998.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Cia das Letras. 1991.
- PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- QUINTANEIRO, Tânia, BARBOSA, Maria Ligia & OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um Toque de Clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 1990.
- REIS, Daniel Aarão, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004.

- REIS, José Carlos. **Escola dos Annales. A inovação em História.** SP: Paz e Terra, 2000.
- RÊMOND, René. **Por uma História Política.** Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.
- SANTOS, Joaquim Ferreira. **Feliz 1958, o ano que não devia terminar.** Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O Cálculo do Conflito. Estabilidade e Crise na Política Brasileira.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- SCHIMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil 1945-2000.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- STONE, Lawrence. **O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha História.** Revista de História: dossiê história narrativa Campinas: IFCH, Unicamp, 1991.
- TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas - Memórias.** Vol. 2, Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1976.
- TOLEDO, Caio Navarro de (org). 1964. **Visões Críticas do Golpe. Democracia e Reformas no Populismo.** Campinas: UNICAMP. 2001.
- WAINER, Samuel. **Minha Razão de Viver. Memórias de um repórter.** Rio de Janeiro: Record, 9ª ed. 1987.
- WEBER, Marx. **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Ciência e Política, duas vocações.** São Paulo: Martin Claret, 2003.
- WILLIAM, Wagner. **O Soldado Absoluto, uma biografia do Marechal Henrique Lott.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

## ANEXOS



Caricaturas de Carlos Lacerda representado como um “corvo” de autoria do cartunista Lan e publicadas no jornal *Última Hora* no dias 27 de maio e 3 de junho de 1954.



Charges publicadas na *Tribuna da Imprensa* no dias XXX de 1950 e 31 de janeiro de 1951. Na primeira, durante a campanha eleitoral presidencial de 1950, a charge retrata o Brigadeiro Eduardo Gomes com um ar altivo e nobre, enquanto Getúlio Vargas e Cristiano Machado são retratados de maneira cômica e acompanhados de elementos incriminatórios. A segunda charge, já no dia da posse de Vargas à presidência, um recado para que os eleitores não se esqueçam do golpe do Estado Novo.



Fotos do governador Carlos Lacerda no Palácio da Guanabara durante o tenso dia 31 de março de 1964. Fotos publicadas na revista *O Cruzeiro* em 10 de abril do mesmo ano. Detalhe para a metralhadora sobre a mesa.

O TEMPO  
LAVRADOR, 98  
RUA JOSE BOM  
N.º 264  
FONE 244  
BOCA DO RIO

# TRIBUNA DA IMPRENSA

ANO 2 - Nº 264  
Diretor: CARLOS LACERDA  
SABADO DOMINGO  
80 CENTAVOS MEDAÇÃO LAVRADOR, 98 - (Boia Preta) - 32-8158 (Boia Preta) - RIO DE JANEIRO 4,5 NOVEMBRO 1950

A esta seção é dedicada a notícias de caráter geral, de interesse para o leitor, e de caráter econômico, social e cultural. O conteúdo é de natureza informativa e de caráter geral. O conteúdo é de natureza informativa e de caráter geral.

## ERRO JURIDICO A ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE PELA MINORIA

As Constituições dos mais adiantados países sustentam a tese da eleição pela maioria absoluta — Imperiosa necessidade da reforma eleitoral — Sem defesa o regime brasileiro — Declarações do deputado Caiado de Godoy

A proposta apresentada a esta Assembleia Legislativa de fato, trata-se de uma reforma constitucional que visa a assegurar a maioria absoluta na eleição do Presidente da República. A proposta é de natureza constitucional e visa a assegurar a maioria absoluta na eleição do Presidente da República.

**Inovação de Constituição de 1946**  
A Constituição de 1946 estabeleceu a eleição do Presidente da República por sufrágio universal, direto e secreto, para um mandato de cinco anos, renovável uma vez.

Uma das principais inovações da Constituição de 1946 foi a adoção da maioria absoluta para a eleição do Presidente da República. Esta inovação foi considerada uma medida necessária para garantir a estabilidade e a continuidade do governo.



CAIADO DE GODOY  
"A eleição do Brasil depende da maioria absoluta"

## CONSAGRADA PELO DIREITO A TESE DA ELEIÇÃO PELA MAIORIA ABSOLUTA

"IMPOSSÍVEL UM GOVERNO DEMOCRÁTICO DE MINORIA", SUSTENTA NA CÂMARA O DEPUTADO ALIOMAR BALEIRO — "SE NÃO VALEM ARGUMENTOS DE ORDEM JURÍDICO, FILOSÓFICO OU POLÍTICO, PODEMOS ANTEVER O QUE ACONTECERÁ AO PARLAMENTO: SERÁ FECHADO", EXCLAMA FLORES DA CUNHA — APARTES PUTEÍSTAS



TORPEADORES  
Aliomar Baleiro, deputado da Bahia e Flores da Cunha (foto anterior) durante a sessão da Câmara dos Deputados

De fato, a tese da maioria absoluta é defendida por muitos juristas e políticos brasileiros. A maioria absoluta é considerada uma garantia essencial para a democracia.

## FUGIU PARA A EUROPA O EMPREITEIRO CRIMINOSO

O juiz de 1.ª Vara Criminal havia decretado a sua prisão preventiva — Responsabilizado pelo desastre que costou nove operários

O juiz de 1.ª Vara Criminal decretou a prisão preventiva de um empresário acusado de responsabilidade pelo desastre de uma obra. O desastre resultou na morte de nove operários.

## DECISÃO, HOJE, DO TORNEIO INTER-COLEGIAL



## ALIOMAR BALEIRO AMEACADO DE MORTE

Denunciado pelo PTB uma campanha de incógnita visando intimidar o parlamentar alagoano — Minuta tese foi sustentada em aula inaugural proferida na Faculdade de Direito da Bahia em 1943; declara e representantes baianos

## VULTOSO DESFALQUE NA "AEROVIAS"

Quem a empresa aérea brasileira sofreu um vultoso desfalque em suas operações aéreas. O vultoso desfalque ocorreu devido a problemas financeiros e operacionais.

## ALIOMAR BALEIRO AMEACADO DE MORTE

Denunciado pelo PTB uma campanha de incógnita visando intimidar o parlamentar alagoano — Minuta tese foi sustentada em aula inaugural proferida na Faculdade de Direito da Bahia em 1943; declara e representantes baianos



FELICITAÇÕES  
Vista em direção ao Rio de Janeiro, o avião do piloto brasileiro, o Capitão João de Deus, da Força Aérea Brasileira

## Przezo leitor

Agradecemos a Gerardo Rocha  
O jornal de Sr. Gerardo Rocha, que é editado em Rio de Janeiro, tem sido muito útil para os leitores desta cidade. O conteúdo é de natureza informativa e de caráter geral.

Uma das principais inovações da Constituição de 1946 foi a adoção da maioria absoluta para a eleição do Presidente da República. Esta inovação foi considerada uma medida necessária para garantir a estabilidade e a continuidade do governo.

Declaram esta seção o Conselho Editorial da TRIBUNA DA IMPRENSA. O conteúdo é de natureza informativa e de caráter geral.

## A eleição presidencial nas Constituições contemporâneas

Em toda parte a maioria absoluta é exigida — Quinisa a Constituição da República Dominicana... Artigo de CARLOS LACERDA HOJE, NA PAGINA 4

## Roubaram os livros de Encargado do Negócios da Noruega

Os livros de um encarregado de negócios norueguês foram roubados em um ataque à residência dele. O roubo ocorreu durante a noite.

A tese da Maioria Absoluta foi usada pela primeira vez contra a vitória de Getúlio Vargas, e usada novamente contra a posse de Juscelino Kubitschek em 1955.

# ESPANCADO O POVO AO TENTAR SUBIR AS ESCADAS DO CATETE



Estão Lira, Cavalcanti, Pedro, Góes e Faria Filho. No fundo, alguns deputados de estado.

**Primeira promessa de Vargas não cumprida -- Café Filho mais aclamado no Palácio Tiradentes que o Presidente - As cerimônias de posse e de transmissão de cargo -- Bias desapareceu e Pereira Lira chorou**

Quando se falava a respeito da posse de Vargas, a primeira promessa não cumprida era a de que o Café Filho seria aclamado no Palácio Tiradentes. Mas, ao contrário do que se esperava, foi o próprio Vargas quem recebeu o maior aplauso quando assumiu o cargo de presidente da República.

**EM ALAGOAS: TUDO NORMAL -- A POSSE DE ARNON DE MELO -- NÃO IRA PARA O PALÁCIO**

ALAGOAS. — A posse de Arnon de Melo, governador de Alagoas, ocorreu em normalidade. O governador eleito não irá para o Palácio Nacional, mas permanecerá em seu Estado.

**A REAÇÃO**

Um telegrama da Resistência Democrática aos deputados Torquato Dutra e Pereira de Sousa.



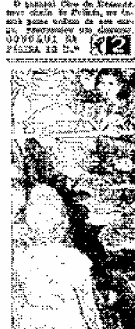
Primeira vez em que o presidente da República assinou o seu despacho.

**Respeitar a Constituição é função da Polícia**

Proclama o general Cito Razzano

**INQUETACAO NO HOSPITAL**

No IAPETC investigador vestido de médico -- Detido, incommunicavel, em cárcere privado, o enfermeiro-chefe -- Reclamacao de funcionários



Fotos mostram uma reunião

**FOGO E CINZAS NA FABRICA DE MOVEIS**

Muita cobra e pouca gente -- Sanduiches e refrigerios -- Os visitantes do salão

**CARNAVAL - FESTA DO COMERCIO**

Fantasia de 16.000 cruzzeiros -- O sucesso de "Mão Boba" -- Os foliões providentes

**Getúlio no Palácio Tiradentes**

Os esforços de Vargas para "conciliação" nacional -- Sufoqui penas, mágoas e outras coisas -- Sempre seima das partidas -- Não vem semear ilusões, mas alevantá pontos de um programa -- Fiel

**GENERAL VOLTOU PARA CASA**

Muita cobra e pouca gente -- Sanduiches e refrigerios -- Os visitantes do salão

**ONTEM FOI ASSIM, AMANHÃ COMO SERA?**

O que se pode esperar do governo que ora se inicia -- As entidades desfavorecidas e as mais modestas esperanças dos que acreditam no sr. Getúlio Vargas

**A POSSE DE CLEOFAS**

Hoje, às 17.30, no Min. de Agricultura

**Prezado leitor**

O povo não aceita os acordos do Catete. É claro que não aceita. Mas, para que haja uma mudança de atitude, é necessário que o povo se organize.

**DANTON TOMA POSSE**

Quê fomos um político inabalável ou confesso em sua inepidez? Diz o novo Ministro

**DAIXA AFIRMA COMO GOVERNAR**

Sob a rígida observância do regime democrático instituído

**Discurso do ex-presidente ao transmitir o cargo -- "5 anos de paz, sem sobressaltos, nem anomalias"**

**REPÓRTER DE AMARAL NETTO**

Hoje, às 17.30, no Min. de Agricultura

A Tribuna da Imprensa noticiava a posse de Getúlio Vargas apontando para uma oposição sistemática e agressiva que se seguiria nos anos seguintes até a crise de agosto de 1954.









# TRIBUNA DA IMPRENSA



## GREVE NA MARINHA E NA AERONÁUTICA SE VARGAS FICAR MAIS 48 HORAS (Pág. 2)

### OS BRIGADEIROS REUNIDOS

# DECISÃO UNÂNIME: RENÚNCIA DE VARGAS



Noite agitada na pols fôleia. — Intensa movimentação nos circuitos militares — Censuradas as atitudes de rádio — Injuriado o Palácio do Catete por um pelotão da Polícia do Exército — Zanóbio promete garantir o ordem — Café Filho propõe a Vargas a renúncia de ombos, em favor do presidente da Câmara — Reforçada a guarda nos Ministérios Militares — Propriedade rigorosa nas Fôças Armadas e na Polícia — Prisão de Rauf Brito, logo relaxado — Declarações dos ministros de Guerra e da Justiça e do chefe do Gabinete Militar do Presidente da República — Os fatos e os boatos



Foto de Paulo de Castro...

Foto de Paulo de Castro...

(PÁGINA 4)

## TODOS OS CRIMINOSOS SABIAM QUE LUTERO ERA MANDANTE (Pág. 8)

### INQUÉRITO DO ATENTADO PRESIDENCIAL DA REPÚBLICA

Decidia sobre todos os assuntos — Arranjava casa, emprego e telefone — Tinha o "barato" de todos os principais bicheiros do Rio — Correspondia-se com ministros de Estado — Duvidava, nomeava seus copangas — Recebia comunistas no Palácio — Lambretes de Hugo Bargini — Um emprego em troca de Cr\$ 20 mil — Wainer lhe oferecia charutos, por sugestão de Vargas — Escândalos estardalhaçadores nos arquivos secretos do chefe da Guarda Pessoal do presidente da República — (TEXTO NA PAGINA 2)

Alguns e sempre em lugares que muito interessava ao autor... (TEXTO NA PAGINA 2)



Foto de Paulo de Castro...

Roberto Alves é a forretil — "Boffy" Vargas, fortemente suspeito — Lutero conta detalhes de estardalhaço sério e intrusão de Catete — Gregório possui Evaraldo Loui, que a leria convencendo a abandonar o jornalista Carlos Américo, ao forretil avaria — Fregês costurar Lucécia num peço — Cláudio e Cláudio — O Catete tenta comprometer Anir Pires — (PÁGINA 4)

INQUÉRITO DO ATENTADO PRESIDENCIAL DA REPÚBLICA

INQUÉRITO DO ATENTADO PRESIDENCIAL DA REPÚBLICA

INQUÉRITO DO ATENTADO PRESIDENCIAL DA REPÚBLICA

## Lutero e Lodi já indiciados como mandantes

No auge da crise de agosto de 1954, a Tribuna da Imprensa divulgava a reunião de militares exigindo a renúncia de Getúlio Vargas e o andamento do inquérito do Atentado da Rua Tonelero.



# TRIBUNA DA IMPRENSA



ANO VI - N. 1018

UM JORNAL QUE DIA A DIA PENSA PORQUE PENSA O QUE DIZ

— Total Fom. Ut. de Agosto de 1954

# SUICIDOU-SE



# GETULIO VARGAS

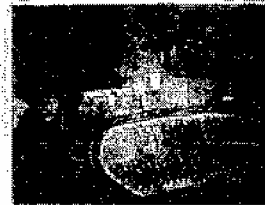
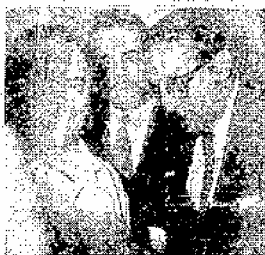
Desfechou um tiro no coração - O suicídio ocorreu em seus aposentos particulares - O médico da Assistência nada pôde fazer - O general Caiado de Castro desmaiou ao ouvir o disparo - Zenóbio proibido de entrar no Palácio do Catete (Pág. 2)

Esta colúmbia tem de ligão e publicidade ainda Paz à volta de Getúlio Vargas. E paz, no terra, no Brasil e no seu atribuído povo.

Primeiras declarações do Presidente Café Filho

## PACIFICAR OS ÂNIMOS PARA UM GOVERNO DE UNIÃO NACIONAL

Recebeu os primeiros cumprimentos, ainda de pijama — Conferência com os líderes da Oposição — Biografia do novo Presidente da República — “Minha guarda pessoal será a minha mulher” — (Página 6)



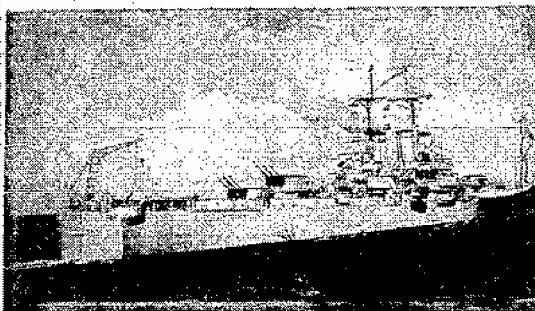
Até a hora de assumir o cargo de presidente da República, o novo chefe do Executivo recebeu os primeiros cumprimentos dos brasileiros em suas respectivas localidades.

## OS CRIMES QUE AMALTRAM A NAÇÃO

Os crimes de Getúlio Vargas... (Text partially obscured and difficult to read due to image quality)

Tribuna da Imprensa - Primeira página do dia 24 de agosto de 1954

O ato desesperado de Getúlio Vargas chocou toda a nação, inclusive os seus adversários, que temendo a reação popular, pede ao Brasil que “pacifique os ânimos” para um governo de “união nacional”.



DEPOSIÇÃO "TAMANDARÉ" — Na Guanabara de novo

# O 'Tamandaré' recebeu 4 tiros de advertência

Conseguiu passar a barra, apesar do aviso das fortalezas de Guanabara — Não manteve combate para não atingir a população civil dos vizinhos dos fortes — Juraci Magalhães vai contar hoje no Senado tudo o que se passou no dia da ordem — Quem estava no "Tamandaré" — (LEIA NA PÁGINA 3)

## DEPOSTO O PRESIDENTE DA ARGENTINA



Seis semanas durou o seu Governo — Lendini não renunciou nem adoeceu — Decisão da parte das Forças Armadas (P. 5)

**O que houve com a TRIBUNA na madrugada de sexta-feira**

É dessa intenção pública, depois de amanhã, dia 14, quando reportagem sobre tudo quanto aconteceu com a TRIBUNA DA IMPRENSA, desde a madrugada de 6.º feira, dia em que deturamos de circulação.

## MNPT E CARNAÚBA SOLIDÁRIOS A LOTT

O MNPT (Movimento Nacionalista Revolucionário) e o Partido Carnaúba de José Carlos Lott, ambos pelo seu presidente, protestam contra a deposição de Lott.

## HOJE, A RENÚNCIA DO PRESIDENTE CARLOS LUZ

A 12h de hoje, a 12 horas exatas, o presidente da República, Carlos Luz, renunciará ao cargo.

## MAMEDE PRÉSO

CONSEILHOS DE ESTADO — O Conselho de Estado decidiu prender Mamede por causa de um artigo publicado no jornal.

## Discursos edificantes

O "Diário do Congresso" de sábado passante deve ser lido, encadernado e guardado para a posteridade (Leia na "Tribuna Parlamentar", na página 3)

## CARLOS LACERDA NA EMBAIXADA DE CUBA

POR sugestão do sr. Milton Campos, presidente da UDN, apresenta para embaixador dos Estados Unidos, o sr. Carlos Lacerda, antigo ministro de Estado e atual político em exílio em Cuba.

## A censura só acabará quando voltar a calma

Em declarações feitas aos alunos do curso de "O Brasil", a censura só acabará quando voltar a calma. O sr. Lacerda afirmou que a censura é necessária para manter a ordem e a disciplina durante os períodos de agitação política.

## MORBERAM PELA LIBERDADE E NÃO FORAM ESQUECIDOS

Tenente coronel no Comando Militar Brasileiro, em Paris

PARIS — O tenente coronel Carlos Luz, ex-presidente da República, morreu em Paris em 1964. Ele foi um dos militares que se opuseram ao golpe de 1964 e foi considerado um mártir da liberdade.

**Acutelem-se**

**'CICLOSERINA': SEGURO NOVO REMÉDIO CONTRA A TUBERCULOSE**

(LEIA NA PÁGINA 3)

**Vírus decomposto pode voltar à vida normal**

Um dos mais importantes passos jamais tentado pelo homem — (Leia na página 6)

**DEFINIÇÃO DE JÂNIO**

**NEREU RAMOS FIEL À SUA TRADIÇÃO POLÍTICA**

Informa o novo Ministério da Justiça (NA PAG. 2)

**A proclamação**

**PREZADO LEITOR:**

Por meio de uma proclamação, o sr. Lacerda anunciou sua intenção de se candidatar a deputado federal em 1964.

A primeira edição depois do Golpe da Legalidade de Lott, o jornal retrata a "Batalha Naval do Tamandaré".

PREDESTINAÇÃO

Diário e Jô de Pernambuco  
Diário 2 de Outubro de 1960  
Diário 3 de Outubro de 1960  
Diário 4 de Outubro de 1960

# TRIBUNA DA IMPRENSA

3 de Outubro de 1960

Recife, Pernambuco, 3 de Outubro de 1960

# Povo está elegendo hoje Jânio, Milton e Lacerda

MENSAGEM DO GOVERNADOR

*Pela TRIBUNA, saudando o povo da vinha terra, no dia de sua grande história. Vassoura e vida nova! Rio, 3.10.60*

*Carlos Lacerda*

## Plano comunista em ação para tumultuar o pleito

Um plano comunista em ação para tumultuar o pleito eleitoral, segundo fontes oficiais, teria sido elaborado por um grupo de agentes da imprensa comunista, sob a direção de um dos seus principais líderes, o jornalista João de Deus. Segundo as fontes, o plano prevê a realização de uma série de ataques à imprensa oficial e à administração do governador Carlos Lacerda, com o objetivo de criar uma situação de confusão e desconfiança entre o povo e os candidatos.

Os planos, segundo as fontes, incluem a publicação de artigos falsos, a realização de reuniões clandestinas e a distribuição de panfletos. O plano também prevê a realização de uma série de ataques à imprensa oficial e à administração do governador Carlos Lacerda, com o objetivo de criar uma situação de confusão e desconfiança entre o povo e os candidatos.

As fontes afirmam que o plano foi elaborado por um grupo de agentes da imprensa comunista, sob a direção de um dos seus principais líderes, o jornalista João de Deus. Segundo as fontes, o plano prevê a realização de uma série de ataques à imprensa oficial e à administração do governador Carlos Lacerda, com o objetivo de criar uma situação de confusão e desconfiança entre o povo e os candidatos.

Povo baiano votará em 1- M. Jureci

As eleições estaduais em Pernambuco serão realizadas no dia 3 de outubro. O povo baiano votará em 1- M. Jureci, candidato a governador. O pleito também incluirá a eleição de deputados estaduais e senadores.

Deixei os outros livros da minha biblioteca e fiz uma seleção. A minha seleção foi feita com cuidado e com carinho. A minha seleção foi feita com cuidado e com carinho. A minha seleção foi feita com cuidado e com carinho.

AGORA, GOVERNAR



A situação é a seguinte: o povo baiano votará em 1- M. Jureci, candidato a governador. O pleito também incluirá a eleição de deputados estaduais e senadores.

Coronel Lacerda escreve para Lacerda: apoio

Coronel Lacerda escreve para Lacerda: apoio. O texto trata de uma mensagem de apoio enviada pelo Coronel Lacerda ao governador Carlos Lacerda.

Não apoio os comunistas Frei Leovigildo

Não apoio os comunistas Frei Leovigildo. O texto expressa a opinião de Frei Leovigildo sobre o apoio aos comunistas.

## Jânio-Milton certos da vitória de hoje

Jânio e Milton certos da vitória de hoje. O texto afirma a confiança dos candidatos Jânio Quadros e Milton Campos em relação à vitória no dia 3 de outubro.

Jânio e Milton certos da vitória de hoje. O texto afirma a confiança dos candidatos Jânio Quadros e Milton Campos em relação à vitória no dia 3 de outubro.

JANIN CASA TUTU



Janin Casa Tutu, esposa de Jânio Quadros, em um momento de alegria.

PREZADO ELEITOR:

PREZADO ELEITOR: Você, que deseja votar em Jânio e Milton, deve escolher o voto certo. O voto certo é o voto em Jânio e Milton. O voto certo é o voto em Jânio e Milton.

**PREZADO ELEITOR:**

Você, que deseja votar em Jânio e Milton, deve escolher o voto certo. O voto certo é o voto em Jânio e Milton. O voto certo é o voto em Jânio e Milton.

**AÇOS VILLARES**

O MÁXIMO EM QUALIDADE

Tribuna da Imprensa - Primeira página do dia 3 de outubro de 1960

Confiante numa vitória tríplice (presidente, vice-presidente e governo da Guanabara), o jornal erraria em relação ao vice-presidente que seria eleito: João Goulart.

# Lacerda responde a Horta; mais detalhes sôbre a trama

## Crise levou Câmara a reunir-se de madrugada

# TRIBUNA DA IMPRENSA

ANO VIII - N. 2257

Recife, 25 de Agosto de 1961

# Lacerda fica para lutar contra trama golpista de Brasília

Depoimento de Lacerda sobre a trama golpista de Brasília, que levou a reunião da Câmara de madrugada...

Fico por respeito aos que estão no Brasil e por respeito aos brasileiros que estão fora do Brasil...

Em Brasília, não houve nenhuma reunião da Câmara de madrugada...

Em Recife, não houve nenhuma reunião da Câmara de madrugada...



Depoimento de Lacerda sobre a trama golpista de Brasília, que levou a reunião da Câmara de madrugada...

### GEONISIO FALA HOJE COM JÂNIO SOBRE MUDANÇA

Geonísio de Moraes falará hoje com Jânio Quadros sobre a mudança da capital...

### TANQUES DOS EUA FAZEM MANOBRAS EM BERLIM OESTE

Doze tanques americanos fizeram manobras em Berlim Ocidental...

### Mariani apressa os 2 bilhões para Guanabara

Mariani está apressando os dois bilhões para Guanabara...

### STEVENSON EXIGE LIBERDADE PARA ALEMÃES DO LESTE

Stevenson exige liberdade para alemães do leste...

### Decreto ilegal criou Serviço de Bibliotecas

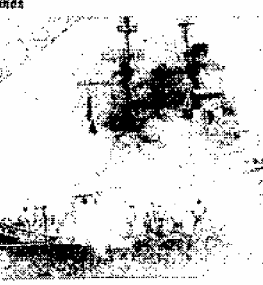
(PÁGINA 2)

### IMPOSTO ALTO EXPULSA CAFÉ DA GUANABARA

O imposto alto expulsou o café da Guanabara...

### 30 dias para GB ter de fato policiamento

(PÁGINA 5)



Emerson logo and text: 'Emerson Sempre no Brasil'

Advertisement for 'Tajari' featuring a woman's face and the text 'Tajari'.

Advertisement for 'Living' featuring a woman's face and the text 'LIVING'.

Advertisement for 'Living' featuring a woman's face and the text 'LIVING'.

Repercutindo a denuncia de Lacerda contra a "trama golpista" de Jânio Quadros, a edição vespertina ainda não podia cobrir a renúncia que acontecia naquela mesma tarde.







HELD FERNANDES

Revista Brasileira

ANO XI - Nº 4.111

dia de Terça-feira 28 de março de 1964

# TRIBUNA DA IMPRENSA

A MENSAGEM DO PAPA

A TRIBUNA publica, no domingo próximo, de vez em quando, as mensagens papais. A primeira delas, em 1963, foi a mensagem do papa Paulo VI.

## Revolta da Armada atende aos interesses do Presidente

**1** Sublevação da Armada é vitória de João Goulart: Marinha era o único setor militar que se mantinha intransigentemente contra as suas lentas golpes.

**2** Substituto do Sívio Mota na Pasta e assessores diretos tomam posse ilegalmente: decretos de nomeação ainda não foram publicados pelo "Diário Oficial".

**3** Punição do almirante Cândido Aragão foi feita de Goulart: comandante do Corpo de Fuzileiros Navais foi logo liberado e reintegrado. (Págs. 2, 3, 4, 5, 6 e 8)

# JANGO EXPLORA A CRISE



JOÃO GOULART

### Posse foi secreta

Apenas os chefes da Casa Civil e Militar e poucas autoridades assistiram à posse do novo ministro da Marinha.

### Prece por mortos

Depois de serem soltos do 1.º BG, os rebeldes da Marinha oraram nas escadas da Igreja da Candelária. - (Página 6)

### Rebeldes livres

Conforme promessa de Jango, marinheiros e fuzileiros não sofrerão qualquer punição nem responderão a inquérito. (P. 5)

### Aragão cai e marujos o erguem

### Quem comandou a sublevação?

**A** SUBLEVADAÇÃO de 3 mil marinheiros e fuzileiros navais que, a par de cerca de 100 mil soldados, desfilaram no domingo, 24 de março, em Brasília, ao exultante som de músicas e cânticos, comemorou a vitória sobre o regime de Jango. Mas quem comandou a sublevação?

**P**OR mais de três meses, desde o começo da crise, o nome de Jango não saía da boca dos rebeldes. Foi ele quem, segundo eles, deu o sinal para a sublevação. Foi ele quem, segundo eles, deu o sinal para a sublevação. Foi ele quem, segundo eles, deu o sinal para a sublevação.

**A** SUBLEVADAÇÃO, realizada em nome da liberdade, quando que se colocava a ordem e a disciplina da República. Mas quem comandou a sublevação? Foi ele quem, segundo eles, deu o sinal para a sublevação.

**M**AS já não bastava falar em liberdade e ordem, porque a ordem era a ordem da liberdade e a liberdade era a liberdade da ordem. Mas quem comandou a sublevação?

**O** BRASIL não está em crise, pelo e por causa de João Goulart, mas é o momento de se avaliar o papel de Jango na história do Brasil. Mas quem comandou a sublevação?

**A** SUBLEVADAÇÃO de marinheiros e fuzileiros navais que, a par de cerca de 100 mil soldados, desfilaram no domingo, 24 de março, em Brasília, ao exultante som de músicas e cânticos, comemorou a vitória sobre o regime de Jango. Mas quem comandou a sublevação?

**O** BRASIL não está em crise, pelo e por causa de João Goulart, mas é o momento de se avaliar o papel de Jango na história do Brasil. Mas quem comandou a sublevação?

**O** BRASIL não está em crise, pelo e por causa de João Goulart, mas é o momento de se avaliar o papel de Jango na história do Brasil. Mas quem comandou a sublevação?

...mas, pelos efeitos políticos e sociais...

**C**OM o objetivo de manter as instituições e a ordem, o governo da República, do momento da sublevação, foi obrigado a tomar medidas excepcionais. Foi ele quem, segundo eles, deu o sinal para a sublevação.

**J**ANGO, Mota e Aragão são, segundo os rebeldes, os responsáveis diretos pela sublevação. Foi ele quem, segundo eles, deu o sinal para a sublevação.

**D**ERANTE a ordem houve um espírito de liberdade e ordem, mas quem comandou a sublevação? Foi ele quem, segundo eles, deu o sinal para a sublevação.

**E**NTÃO a sublevação foi realizada em nome da liberdade e ordem, mas quem comandou a sublevação? Foi ele quem, segundo eles, deu o sinal para a sublevação.

**E**NTÃO a sublevação foi realizada em nome da liberdade e ordem, mas quem comandou a sublevação? Foi ele quem, segundo eles, deu o sinal para a sublevação.



Foto: Gilvan Siqueira



Foto: Gilvan Siqueira

**Q**UANDO depois de serem libertados, os rebeldes foram presos pelo Exército e pela Polícia Militar, em Brasília, em 24 de março, os marinheiros e fuzileiros navais que foram libertados e reintegrados ao serviço. Mas quem comandou a sublevação?

Tribuna da Imprensa - Primeira página dos dias 28 e 29 de março de 1964

Acusado do governo federal de ser o responsável e o fomentador da Revolta da Armada (Marinheiros) contra a hierarquia militar para enfraquecer o regime.



